

ORGANIZADORAS
Luciane Pinho de Almeida
Fabrícia Santina de Oliveira Carissimi

EXPRESSÕES ACADÊMICAS E DIÁLOGOS SOBRE MIGRAÇÃO, REFÚGIO E POLÍTICAS SOCIAIS

interloquções
em Direitos Humanos

VOLUME **3**


UCDB

 pimenta
cultural

ORGANIZADORAS
Luciane Pinho de Almeida
Fabricia Santina de Oliveira Carissimi

EXPRESSÕES ACADÊMICAS E DIÁLOGOS SOBRE MIGRAÇÃO, REFÚGIO E POLÍTICAS SOCIAIS

interlocuções
em Direitos Humanos

VOLUME **3**

| Campo Grande

| São Paulo

| 2024


UCDB


pimenta

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

E96

Expressões acadêmicas e diálogos sobre migração, refúgio e políticas sociais: interlocuções em Direitos Humanos / Organização Luciane Pinho de Almeida, Fabricia Santina de Oliveira Carissimi. – São Paulo: Pimenta Cultural, UCDB, 2024.

Coleção Estudos sobre fronteira, migrações e refúgio.
Volume 3

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-926-0

DOI 10.31560/pimentacultural/2024.99260

ISBN 978-65-87890-17-3 (Coeditora)

1. Migrações. 2. Refúgio. 3. Direitos Humanos. 4. Políticas Públicas I. Almeida, Luciane Pinho de Almeida (Org.). II. Carissimi, Fabricia Santina de Oliveira (Org.). III. Título.

CDD: 304.8

Índice para catálogo sistemático:

I. Migração

Simone Sales - Bibliotecária - CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright © UCDB, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2024 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2024 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini Milena Pereira Mota
Imagens da capa	Rawpixel.com - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Gobold Uplow
Revisão	Maria Stela Lopes Bonfim
Organizadoras	Luciane Pinho de Almeida Fabrícia Santina de Oliveira Carissimi
Coeditora	Universidade Católica Dom Bosco



**UNIVERSIDADE CATÓLICA
DOM BOSCO**

Campo Grande - MS
+55 (67) 3312-3300
<https://site.ucdb.br/>



2 0 2 4

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski

Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand

Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah

Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos

Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.

Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein

Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues

Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva

Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro

Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

*Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patrícia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

CONSELHO EDITORIAL UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

Carina Elisei de Oliveira

Universidade Católica Dom Bosco, Brasil

Fernando Jorge Correa Magalhães Filho

Universidade Católica Dom Bosco, Brasil

Gisele Braziliano de Andrade

Universidade Católica Dom Bosco, Brasil

Heitor Miraglia Herrera

Universidade Católica Dom Bosco, Brasil

Rosimeire Martins Régis dos Santos

Universidade Católica Dom Bosco, Brasil

Sonia Grubits

Universidade Católica Dom Bosco, Brasil

Ruth Pavan

Universidade Católica Dom Bosco, Brasil

Josemar de Campos Maciel

Universidade Católica Dom Bosco, Brasil

Rodrigo Lopes Miranda

Universidade Católica Dom Bosco, Brasil

Nadia Bigarella

Universidade Católica Dom Bosco, Brasil

Octavio Luiz Franco

Universidade Católica Dom Bosco, Brasil

Debora Cardozo Bonfim Carbone

Universidade Católica Dom Bosco, Brasil

Lucélia da Costa Nogueira Tashima

Universidade Católica Dom Bosco, Brasil

José Angel Vera Noriega

Centro de Investigación en Alimentación y Desarrollo, México

Paulo Eduardo Benites de Moraes

Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Maria Geralda de Miranda

Centro Universitário Augusto Motta, Brasil

Marcelo Marinho

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil

Luis Eduardo Roland Tavares

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Dedicamos essa obra ao CEDAMI – Centro de Atendimento ao Migrante e aos seus colaboradores Joelma Morais Reis e Átila Henrique Pereira Leiguisamon, junto aos quais a equipe do GEPEMPS atua no atendimento aos migrantes e refugiados, e busca compreender a migração e o refúgio em suas singularidades.

O GEPEMPS/CNPQ - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM TEORIA SÓCIO-HISTÓRICA, MIGRAÇÕES E POLÍTICAS SOCIAIS

O GEPEMPS iniciou as atividades em 4 de abril de 2013, sob a coordenação da Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida, e está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. O grupo tem característica interdisciplinar e é formado por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, com destaque para as ciências humanas e sociais. Participam deste grupo pesquisadores, alunos da pós-graduação (mestrandos e doutorandos) e da iniciação científica, além de profissionais atuantes nas políticas públicas de saúde, assistência social e educação.

O objetivo do GEPEMPS é discutir e fomentar estudos e pesquisas no campo das migrações internacionais e do refúgio; as discussões envolvem questões referentes às pessoas migrantes/refugiadas, sob a visão da teoria sócio-histórica alicerçada no materialismo histórico-dialético. Os estudos produzidos pelo grupo partem da realidade social concreta através do contato direto com as materialidades da questão social migratória atual.

Desse modo têm-se desenvolvido pesquisas nas quais se valoriza, principalmente, a escuta de migrantes e refugiados no seu tempo presente, a oralidade desses indivíduos, as histórias de vida vivenciadas por eles. Também se discutem políticas sociais que venham ao encontro às demandas societárias necessárias a esse segmento populacional.

O grupo tem produzido conhecimento, no campo das reflexões sobre as migrações internacionais contemporâneas, por meio de teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos científicos e capítulos de livro.

As discussões das pesquisas realizadas pelo grupo estão centradas em contextos migratórios contemporâneos, alinhadas à temáticas da desigualdade social, exclusão social, direitos humanos, minorias étnico-raciais e acesso a políticas sociais por migrantes e refugiados.

Mais recentemente, o grupo tem também se dedicado a estudos sobre a região fronteira, pautados, principalmente, nas questões sociais que envolvem os transfronteiriços, de forma a compreender que a questão migratória é ampla, complexa e possui múltiplas facetas e realidades sociais frente a contextualizações diversas.

Em termos de produção científica, o grupo já produziu teses de doutorado e dissertações de mestrado referentes, em sua grande maioria, à temática das migrações, refúgio e políticas públicas e sociais, além de publicação dos livros “Migrações, Fronteiras e Refúgio: Mato Grosso do Sul na Rota das Migrações Transnacionais” e a coleção “Expressões acadêmicas e diálogos sobre migração, refúgio e políticas sociais”, este último, em sua terceira obra. Além destes, o grupo também tem participado com produções em periódicos científicos e com capítulos em outras coletâneas.

O GEPEMPS já realizou seis Colóquios de discussão da temática; o próximo a ser realizado em 2024. Foram estes os eventos já realizados:

- I Colóquio do Grupo de Estudo e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Gênero e apresentou-se como tema de discussão **“Exclusão e Desigualdade Social na Sociedade Capitalista Contemporânea”** (2014).
- II Colóquio do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Gênero – **Estudos em Teoria Sócio-Histórica: Direitos Humanos e Questão Social** (2015).

- **III Colóquio do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Gênero – A dialética das contradições sociais sob a ótica do materialismo histórico dialético** (2016).
- **IV Colóquio do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Gênero – Desafios dos Fluxos Migratórios Contemporâneos: Desigualdades e Políticas Sociais** (2017).
- **V Colóquio Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais. Crise do Capital: Migrações, Estado e Políticas Públicas em tempos de pandemia** (2020).
- **VI Colóquio do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais. Fronteira, Migração e Refúgio: o desmonte das políticas sociais em tempos de crise** (2022).

O grupo atua diretamente com migrantes e refugiados em uma Instituição de Acolhimento situada na cidade de Campo Grande/MS, também na Associações de Migrantes e Refugiados Venezuelanos e Haitianos, e em um trabalho articulado com a Pastoral do Migrante vinculada à Arquidiocese de Campo Grande. Além dessa atuação, o grupo colaborou na criação do CERMA – MS – Comitê Estadual para Migrantes, Refugiados e Apátridas de Mato Grosso do Sul, e participa da Rede Local de Migração (Campo Grande – MS) e da Rede Estadual de Migração (Mato Grosso do Sul), ambas sob a coordenação da Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Campo Grande – MS.

O GEPEMPS se fez representar na I Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio – COMIGRAR, realizada nos dias 30, 31 de maio e 1º de junho de 2014, evento no qual elegeu-se uma delegada, além de uma equipe de ouvintes composta por seis (6) membros.

Outra entidade na qual o grupo participa ativamente é a Rede Internacional América Latina, África, Europa e Caribe (ALEC) "Território(s), Populações Vulneráveis e Políticas Públicas" (<https://www.unilim.fr/alec/revista/trahs-n-1/>), criada em março de 2010, cujos membros são pesquisadores de diversos países. A Rede Internacional ALEC é membro do Impacto Acadêmico pelo Compromisso Social das Universidades das Nações Unidas e membro fundadora da cátedra de excelência em "Gestão do conflito e do pós-conflito" da Universidade de Limoges – França. Tem sede na Faculdade de Letras e de Ciências Humanas da Universidade de Limoges. Os objetivos principais desse grupo visam os direitos humanos e a produção de conhecimentos sobre diversas realidades e formas de discriminação que afetam as populações vulneráveis, nos diferentes territórios.

Essa Rede também está vinculada à OCUPA – Organização Internacional para o Fomento de uma Cultura da Paz -, uma associação internacional sem fins lucrativos, com sede em Limoges – França. A associação tem como meta desenvolver trabalhos, tanto no campo investigativo quanto no campo da inovação na luta contra a precariedade e vulnerabilidade de populações vulneráveis, como idosos, mulheres, crianças, migrantes/refugiados, pessoas afetadas por conflitos e problemas ambientais, população LGBTQ+ e indígenas. Centra-se na defesa e proteção dos direitos humanos e de uma Cultura da Paz na América Latina, África, Europa e Caribe. (<https://culturadepazinternacional.org/quienes-somos/>).

O GEPEMPS, hoje formado por 25 membros participantes, como grupo de estudos e pesquisas, reúne-se semanalmente com o objetivo precípua de desenvolver estudos articulados em projetos de pesquisa e intervenção social. Trata-se de um grupo comprometido cientificamente com a causa migratória, pautado, também, no compromisso ético-político com questões migratórias contemporâneas.

Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida
- Coordenação GEPEMPS

A COLEÇÃO “EXPRESSÕES ACADÊMICAS E DIÁLOGOS SOBRE MIGRAÇÃO, REFÚGIO E POLÍTICAS SOCIAIS”

GEPEMPS, como grupo de estudos e pesquisas, tem socializado sua produção científica por meio de artigos publicados em periódicos científicos, em capítulos de coletâneas e em monografias, dissertações, teses e relatórios de iniciação científica.

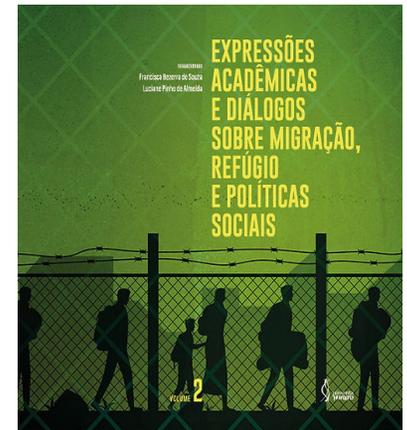
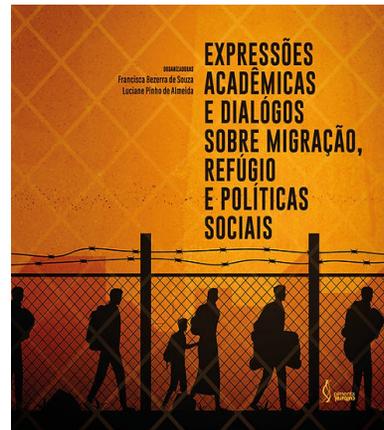
A divulgação e socialização dos estudos e pesquisas, além de ser um modo de compartilhar produções científicas de um grupo, pode adquirir um caráter pedagógico que promove a criticidade e desenvolvimento da compreensão da realidade social do tempo presente. Nesse sentido, esta coleção tem como principal objetivo incentivar os estudantes dos diferentes níveis de formação acadêmica a produzirem material, divulgarem seus estudos e, ao mesmo tempo, refletirem sobre a concretude da sociedade contemporânea em relação à temática das migrações contemporâneas, do refúgio e da fronteira.

Esta coleção nasce, portanto, do desejo coletivo de fomentar o conhecimento público de questões que permeiam a realidade de pessoas migrantes e refugiadas; torna-se, assim, um convite ao conhecimento sobre essas questões. A coleção se destina à produção do GEPEMPS e estende-se à participação de pesquisadores convidados.

Quando da preparação da segunda publicação do grupo em forma de livro, sob minha coordenação minha e de Francisca Bezerra de Souza, o grupo optou por organizar as publicações em forma de coletânea numerada sequencialmente. Essa, portanto, trata-se da terceira coletânea preparada por esse grupo.

Desejamos uma boa leitura para todos quantos se interessam pelo tema!

Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida



APRESENTAÇÃO

EXPRESSÕES ACADÊMICAS E DIÁLOGOS SOBRE MIGRAÇÃO, REFÚGIO E POLÍTICAS SOCIAIS

VOLUME 03 – INTERLOCUÇÕES EM DIREITOS HUMANOS

Organizar uma nova coletânea nos traz sentimentos de satisfação e gratidão, não só porque concluímos mais uma etapa de um trabalho que é fruto da produção científica e de trabalho de campo, e que caracteriza a inserção social da pesquisa, mas porque nos permite tratar das questões subjetivas e objetivas, alicerçadas na materialidade substancial na vida humana e social.

O/a leitor/a encontrará, nesta coletânea, diferentes temáticas sobre migração, refúgio e políticas sociais, na interface com os direitos humanos.

No capítulo 01 que trata “Os impasses da sociedade contemporânea: qual é o mundo que produz as crises migratórias e as suas respectivas políticas sociais?”, o autor e a autora nos apresentam um panorama da sociedade atual, para entender as questões migratórias e as políticas estatais correspondentes.

Na sequência, os capítulos 02 e 03 tratam “Intersetorialidade, assistência social e migrações” e “O serviço especializado de abordagem social como porta de entrada para garantia de direitos dos migrantes internacionais em situação de rua: limites e possibilidades”, as autoras trazem discussões importantes dentro da política de assistência social como garantidora de direitos.

O capítulo 04 “La atención al alumnado migrante en España: datos de Castilla y León en la educación obligatoria” e o capítulo 05 “Ensino do português como língua de acolhimento a migrantes internacionais: reflexões sobre práticas pedagógicas à luz do pensamento de Paulo Freire” expressam questões no campo da educação e migração, com perspectivas de dois países: Espanha e Brasil, com experiências que se distanciam e aproximam, denotando o quanto os direitos humanos possuem atravessamentos que também se convergem. Na mesma linha, fecham esse eixo da educação, os capítulos “Aspectos psicossociais e o sofrimento psíquico enfrentados por acadêmicos em migração pendular” e “Migração e políticas linguísticas no contexto educacional brasileiro: uma revisão bibliográfica.

Nos capítulos 08, 09 e 10: “Migrantes haitianos: breve reflexão sobre o contexto migratório em Mato Grosso do Sul – Brasil”, “Direito e condições de trabalho: a exploração da mão de obra migrante nos frigoríficos brasileiros” e “Trajetórias migrantes venezuelanas em Sidrolândia/MS”, respectivamente, as autoras discutem realidades concretas de violações na esfera dos direitos para a população migrante/refugiada e as questões envolvidas, apontando, também, as potencialidades.

Com os títulos “Mulheres migrantes venezuelanas no Brasil: uma perspectiva interseccional acerca das violências contra mulheres e das políticas públicas de enfrentamento”, e “Questões identitárias de mulheres mulçumanas: breve reflexão”, as autoras discutem, nos capítulos 11 e 12, temas contemporâneos sobre mulheres, por meio da interlocução com outros marcadores sociais circunscritos no âmbito da migração e do refúgio.

Fecham a coletânea dois capítulos sobre saúde: “Migração e refúgio como determinantes sociais face aos direitos humanos e de saúde” e “Saúde de mulheres migrantes/refugiadas: vulnerabilidades e potencialidades femininas”, um campo fecundo e seminal para a afirmação dos direitos humanos de migrantes e refugiados.

No conjunto, os capítulos vão além de estudos e reflexões, mas dão eco às vozes desse segmento populacional que ainda vivencia violações e desafios da realidade social contemporânea, e denunciam a necessidade urgente de consolidação dos direitos humanos, até mesmo daqueles circunscritos nos ordenamentos jurídico-legais. Convém mencionar, aqui, a nova Lei de Migração nº 13.445, de 24 de maio de 2017, regulamentada pelo Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, que trabalha com o paradigma da pessoa migrante como sujeito de direitos (garantia e proteção), de acordo com a Declaração Universal de Direitos Humanos e a própria Constituição Federal do Brasil; destaque-se que, passados seis anos, quatro deles de estagnação e/ou retrocesso no governo do presidente Jair Bolsonaro, ainda temos muito a conquistar.

Todos os princípios e diretrizes da Lei de Migração, com destaque ao deles - para a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, estão representados nos capítulos desta obra. Ela expressa, por conseguinte, a luta e a esperança de novos tempos... difíceis... mas possíveis para escrever uma nova história, mais humana, mais justa e igualitária!

Desejamos uma leitura frutífera a todos/as...

Fabricia Santana de Oliveira Carissimi

SUMÁRIO

Prefácio	22
-----------------------	-----------

CAPÍTULO 1

Oduvaldo Cavalheiro Faro Júnior
Renata Bellenzani

Os impasses da sociedade contemporânea: Qual é o mundo que produz as crises migratórias e as suas respectivas políticas sociais?	26
---	-----------

CAPÍTULO 2

Clara de Oliveira Cunha
Maria Madalena Gracioli
Tatiana Machiavelli Carmo Souza

Intersectorialidade, assistência social e migrações.....	44
---	-----------

CAPÍTULO 3

Rafaela França da Silva Della Santa

O serviço especializado de abordagem social como porta de entrada para garantia de direitos dos migrantes internacionais em situação de rua: possibilidade e limites	66
---	-----------

CAPÍTULO 4

Aldenor Batista da Silva Junior
Francisco José Rebordinos Hernando
Luciane Pinho de Almeida

La atención al alumnado migrante en España: datos de Castilla y León en la educación obligatoria	89
---	-----------

CAPÍTULO 5

Camilla Ortega Flores Gomes

Ângela Cristina Dias do Rego Catônio

**Ensino do português como língua
de acolhimento a migrantes internacionais:**

reflexões sobre práticas pedagógicas

à luz do pensamento de Paulo Freire 115

CAPÍTULO 6

Luara Ferreira de Souza Quadros

**Aspectos psicossociais e o sofrimento
psíquico enfrentados por acadêmicos**

em migração pendular 136

CAPÍTULO 7

Victoria Hikari Honma

Roseli Fernandes Lins Caldas

**Migração e políticas linguísticas
no contexto educacional brasileiro:**

uma revisão bibliográfica 160

CAPÍTULO 8

Zuleika da Silva Gonçalves

Migrantes haitianos:

breve reflexão sobre o contexto migratório

em Mato Grosso do Sul - Brasil 180

CAPÍTULO 9

Eridiana Pauli

Direito e condições de trabalho:

a exploração da mão de obra migrante

nos frigoríficos brasileiros 204

CAPÍTULO 10

Ádani Lopes Brito

**Trajetórias migrantes venezuelanas
em Sidrolândia/MS..... 229**

CAPÍTULO 11

Elis Moura Marques

Tatiana Machiavelli Carmo Souza

**Mulheres migrantes venezuelanas no Brasil:
uma perspectiva interseccional acerca das violências
contra mulheres e das políticas públicas de enfrentamento 250**

CAPÍTULO 12

Fátima Taha Sihame

**Questões identitárias
de mulheres muçulmanas:
breve reflexão.....272**

CAPÍTULO 13

Fabricia Santina de Oliveira Carissimi

Luciane Pinho de Almeida

**Migração e refúgio como determinantes
sociais face aos direitos humanos e de saúde..... 294**

CAPÍTULO 14

Tayla Queiroz Bernardes Correa Ferreira

Fabricia Santina de Oliveira Carissimi

**Saúde de mulheres migrantes/refugiadas:
vulnerabilidades e potencialidades femininas 316**

Sobre os autores e as autoras..... 333

Índice remissivo..... 342

PREFÁCIO

Ao ser convidada para fazer este prefácio, senti-me extremamente honrada e recebi o convite com imensa alegria, mesmo consciente da responsabilidade que me aguardava.

Penso que escrever sobre a temática dos direitos humanos é algo que vai muito além de simples direitos garantidores de um mínimo existencial e de dignidade. Porém, ao iniciar minhas considerações, indago a mim mesma: o que seriam os direitos humanos? Penso que o leitor talvez se faça essa pergunta no mais íntimo do seu ser.

Em meu caminhar ao longo da vida acadêmica, acredito que tal pergunta ainda se encontra sem uma resposta definida, certa e objetiva, tamanha a amplitude da temática, também de acordo com o olhar que se lance sobre a situação alvo de nossas indagações.

Mesmo assim, pretendo buscar algumas respostas que possam talvez acalantar a minha alma, bem como dar ao leitor o devido balizamento para sua busca ao longo dos artigos que compõem esta belíssima obra.

Refletindo sobre os direitos humanos, podemos nos deslocar no tempo e imaginar as diversas lutas e conquistas de vários segmentos de nossa sociedade. Partindo da ideia de que os direitos humanos são uma construção jurídico-social e que, como ciência jurídica a refletir um fato social em si mesma, estará sujeita a diversas mudanças ao longo do tempo.

Nesse sentido, teríamos em nosso ordenamento jurídico a Constituição Federal de 1988 como ponto de partida para todas as outras normativas e amparo para todas as demais construções jurídicas decorrentes. Neste ponto, à luz da Constituição Federal,

vale destacar o artigo 5º e seus incisos, que trata especificamente dos direitos fundamentais, bem como o artigo 1º, que coloca o princípio da dignidade humana como núcleo informador de todo um sistema jurídico e normativo.

Penso que a Constituição Federal de 1988, denominada *constituição cidadã*, buscou resgatar e garantir diversos direitos fundamentais, em diversos ângulos de nossa sociedade, pavimentando o caminho para a consolidação de um Estado de Bem-estar social em favor dos cidadãos.

Talvez o leitor esteja se perguntando por que ainda não respondi a indagação inicial, sobre o que seriam os direitos humanos. Mas, como afirmei, essas reflexões servirão para que o leitor possa responder por si mesmo a essa pergunta, no decorrer da leitura dos artigos deste livro.

Porém, reafirmando o meu compromisso inicial, não deixarei o leitor à deriva, e desde já trago para o nosso contexto a definição de liberdade. Respeitando qualquer definição contrária ou aqueles que eventualmente discordem, penso que liberdade não é fazer o que se deseja, mas é ter o direito de realizar e de viver em harmonia com si mesmo e com suas convicções, sejam elas sexuais, religiosas, materiais e espirituais. Ter a opção de buscar o seu bem viver, da forma como melhor se adequa aos seus objetivos.

Ressalto que liberdade não significa garantir somente direitos, mas a observância de deveres do cidadão para com si mesmo e com a sociedade que o circunda. A partir do momento em que minha liberdade afeta o *outro*, já não se traduz mais em liberdade, mas em abuso.

No contexto dos direitos humanos, não só se encontra a questão da liberdade, mas a de responsabilidade, que pode ser entendida como a minha responsabilidade com o *outro*. Nesse caminho, pensar no *outro* será se colocar em seu lugar, refletindo sobre

seus problemas, capacidades e aspirações, além de buscar entender o seu contexto, suas lutas e refletir sobre suas dificuldades.

Penso que navegar nas águas dos direitos humanos sem ter em mente a questão do *outro* em suas várias dimensões, pessoais, físicas, psicológicas e culturais, pode se tornar uma tarefa extremamente difícil e complexa, muito mais do que comumente já representa.

Neste ponto, peço ao leitor que não desanime, caso ainda não consiga fazer esse exercício mental de se colocar no lugar do *outro*, pois isso é uma construção e uma caminhada de anos em busca do entendimento das diferenças e da abordagem dos direitos humanos em seus múltiplos aspectos.

Mas tenho uma ótima notícia!

Se chegou até aqui, é sinal de que está no caminho certo!

A leitura da obra ajudará na quebra de diversos paradigmas, pois, conforme Roque de Barros Laraia ensina, a herança cultural brasileira, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir de forma depreciativa em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Por isso, discriminamos o comportamento considerado desviante.

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são, assim, produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura.

Imagino que não se busca promover a substituição de uma cultura por outra, bem como fazer comparações entre este ou aquele traço cultural ou de valor, mas respeitar e entender o modo de ser do *outro*. Ninguém com sã consciência tem o direito de atacar ou violentar quem quer que seja, por meio de palavras e atos; um dos principais caminhos para driblar as diversas violações de direitos

humanos com que nos deparamos é o da educação, que pode se dar em diversos níveis de uma sociedade.

Investir em educação, como afirmei, talvez seja um dos melhores e mais seguros caminhos para que haja uma transformação segura, possibilitando que o(a) leitor(a) reflita acerca do que foi exposto até aqui.

Através da leitura da obra, tenho certeza de que terá plenas condições de responder à pergunta inicial e indagar a si mesmo de que forma poderá agir em prol de uma sociedade mais justa, solidária e preocupada com o porvir das próximas gerações, pautando suas ações na garantia do bem-estar considerando todas as dimensões do indivíduo.

Desejo uma ótima leitura!

Andréa Cavararo

Mestra em Antropologia Social - PPGAS pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Especialista em Antropologia História dos Povos Indígenas pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2017). Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2016). Atualmente exerce o cargo de Superintendente da Política de Direitos Humanos do Estado do MS.

1

Oduvaldo Cavalheiro Faro Júnior

Renata Bellenzani

Os impasses da sociedade contemporânea:

**Qual é o mundo que produz as crises
migratórias e as suas respectivas
políticas sociais?**

INTRODUÇÃO

Reputamos por essencial, para compreender devidamente a questão da migração e do refúgio, levar em conta a conjuntura histórica da sociedade em que vivemos. A cotidianidade e todos os fenômenos sociais possuem determinações particulares que se relacionam com a totalidade de uma dada sociedade, com o modo que se trabalha, com as classes sociais em conflito, com o modo de produção da vida material, com a situação econômica, etc.

Para o Materialismo Histórico, a categoria da totalidade desempenha papel heurístico e metodológico fundamental. Como bem disse György Lukács (2003, p. 105):

Não é o predomínio de motivos econômicos na explicação da história que distingue de maneira decisiva o marxismo da ciência burguesa, mas o ponto de vista da totalidade. A categoria da totalidade, o domínio universal e determinante do todo sobre as partes constitui a essência do método que Marx recebeu de Hegel e transformou de maneira original no fundamento de uma ciência inteiramente nova.

Como dito, Marx incorporou, criticamente, a categoria da totalidade proveniente da filosofia hegeliana. E também: a totalidade possui prioridade ontológica - possui regência - sobre as suas partes constituintes. Isto posto, resta evidente a necessidade do conhecimento da totalidade para se interpretar corretamente os fenômenos sociais particulares.

Diferente de Hegel, porém, Marx não concebe a totalidade a partir de conceitos idealistas (tais como, o Espírito Absoluto, a dialética metafísica, a história como desdobramento de uma teodicéia do Espírito utilizando-se de indivíduos histórico-mundiais, dentre eles, Alexandre Magno, Napoleão, etc.). O procedimento teórico de Hegel é o descrito por Mészáros (2021, p. 104):

[...] Hegel é compelido a procurar uma *entidade supra-humana* correspondentemente ideal em relação à qual os seres humanos reais – não importando sua grandeza nos termos do processo histórico mundial hegeliano descrito – só podem aparecer como *meras ferramentas e instrumentos* astuciosamente usados. É assim que o dinamismo que se desdobra do desenvolvimento histórico é convertido na misteriosa e absoluta *List der Vernunft* do Espírito do Mundo (absoluta “astúcia da Razão” explicitamente admitida como tal pelo próprio Hegel), fazendo, desse modo, com que os dois conceitos fundamentais da *Razão* e da *liberdade* sejam associados por decreto na arquitetônica idealista monumental da filosofia hegeliana (grifos do autor).

Marx não se utiliza de entidades supra-humanas para explicar o devenir da história. São os homens que fazem a história. E diferente da prioridade idealista de Hegel, Marx prioriza enquanto pólo regente a objetividade, sendo a totalidade entendida enquanto totalidade social e material - daí a ênfase do autor recair sobre, por exemplo, os modos de produção, os modos de apropriação da riqueza produzida, o trabalho, as classes sociais e seu antagonismo (TONET, 2013).

Neste capítulo, para compreendermos o movimento real e objetivo da sociedade contemporânea, elegemos três conceitos que, a nosso ver, dão uma boa vista da nossa atual totalidade social e concreta bem como do nosso momento histórico: o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a financeirização crescente do capitalismo.

Em assim sendo, temos em mente o seguinte objetivo norteador: oferecer uma exposição acerca da totalidade social que *produz* as crises migratórias, assim como *produz* as políticas sociais que visam manejá-las. Tanto as crises de migração quanto as políticas públicas são partes constitutivas da referida totalidade.

1. A SOCIEDADE HOJE: AS AGRURAS ENTRE O NEOLIBERALISMO, A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Neoliberalismo, reestruturação produtiva e a financeirização crescente do capitalismo são processos correlacionados e com afinidades eletivas mútuas. Podemos afirmar que estes processos sociais vão ganhando força, visibilidade e configuração clara a partir de meados da década de 70 do século XX.

Muitos são os condicionamentos históricos que permitiram e propiciaram o surgimento e avanço desta tríade de que tratamos: o avanço tecnológico, o debacle dos Estados de tipo soviético e dos Estados de Bem-Estar Social, a passividade dos movimentos de trabalhadores e sindicais e, da parte do patronato, a procura por manter ou aumentar as taxas de lucro numa época de crise profunda do capital (NETTO, 2012).

Grosso modo, podemos dizer que o neoliberalismo refere-se, sobretudo, às transformações político-estatais; a reestruturação produtiva diz respeito às condições de trabalho e à vida no trabalho; já a financeirização aponta para as novas formas, hoje predominantes, de acumulação de capital. Obviamente, reafirmamos, tais fenômenos estão imbricados. Começamos, dito estas palavras, pelo neoliberalismo.

2. O NEOLIBERALISMO

A doutrina neoliberal tem sido posta em prática em muitos países e possui como marco político fundamental o chamado Consenso de Washington, ocorrido em 1989. McChesney (2010) afirma que tal ideário político-econômico tem dado a tônica do capitalismo nas últimas décadas. Diz o autor (2010, p. 7):

Ele consiste em um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social com o objetivo de maximizar seus benefícios individuais. Inicialmente associado a Reagan e Thatcher, o neoliberalismo é a principal tendência da política e da economia globais nas últimas duas décadas¹, seguida, além da direita, por partidos políticos de centro e por boa parte da esquerda tradicional. Esses partidos e suas políticas representam os interesses imediatos de investidores extremamente ricos e de menos de mil grandes empresas.

O neoliberalismo propõe que até mesmo necessidades humanas básicas, tais como saúde, educação, moradia, transporte, emprego, etc. sejam relegadas ao âmbito do mercado e que, portanto, não caberia ao Estado se aventurar nessas áreas, nem realizar propostas estruturais ou investimentos significativos para o atendimento dessas necessidades. Tais necessidades humanas se transfiguram, sob a égide neoliberal, em valores de troca.

É justamente nesse sentido que McChesney (2010, p. 09) afirma que o neoliberalismo é o capitalismo "sem luvas", ou, nesta mesma direção, Netto e Braz (2012, p. 237) o descrevem como "o capital sem controles sociais mínimos": trata-se do capitalismo sem contrapeso, o mais puro possível, com pouca "intromissão" estatal. Assim, a doutrina neoliberal desincentiva a intervenção

1

Originalmente escrito em 1998.

pública na criação e na garantia de direitos sociais, mesmo os mais básicos e elementares.

Diga-se, de passagem, que a situação descrita é bastante diferente do momento histórico imediatamente anterior: dos Estados do chamado socialismo real e dos Estados de Bem-Estar Social esperava-se intervenção pública extensiva por meio de políticas sociais de grande escopo - por exemplo, as políticas de pleno emprego de tipo keynesiano. As políticas sociais neoliberais não possuem a mesma pretensão: elas são pontuais, fragmentárias, de curto alcance e sub-financiadas (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Assim, temos que “a pretensão do grande capital é clara: destruir qualquer trava extra-econômica aos seus movimentos” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 238). As travas ou empecilhos propriamente econômicos o capital não pode retirar: são as suas crises e perturbações sempre frequentes.

Porém, todo o resto, explicam os autores (2012), todas as demais travas para o seu movimento e acumulação é da própria natureza do capital procurar demover. Os direitos de cidadania ou deveres sociais do Estado constituem empecilhos sociopolíticos ou extra-econômicos contra os quais o capital luta e, como relata a história recente, ele tem saído vitorioso e desmontado as conquistas da classe trabalhadora, por meio de sucessivas contrarreformas.

Destarte, os neoliberais afirmam que o Estado deve ser mínimo (eis a ideologia do Estado mínimo). A pregação é que este não deve interferir nos assuntos e práticas econômicas. Ora, na verdade, sabemos que esta forma de Estado significa Estado mínimo para a maioria e Estado máximo para a minoria, ou, conforme dizem Netto e Braz (2012, p. 239): *Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital*. A situação contraditória é tal e qual dita por Faro Júnior (2022, p. 31):

Neste contexto de insuspeição e de dominação de classe, há as práticas nefastas de redução de impostos para os ricos, legalização progressiva da destruição do Planeta e de seus recursos, desmantelamento dos direitos sociais e até mesmo chegamos ao ridículo das “bolsas-empresário” e “bolsas-banqueiro” dentro do mesmo contexto no qual o Estado desinveste em políticas sociais “congelando os gastos públicos”.

O Estado neoliberal atua², legisla e financia - serviço da dívida pública, socialização dos prejuízos privados, favorecimento tributário, investimento direto, etc. - ativamente e em larga escala a iniciativa privada, sendo, para esta iniciativa, Estado máximo e provedor. Portanto, quando apologistas interesseiros falam em “Estado mínimo” devemos questionar: mínimo para quem? A resposta é inequívoca: mínimo para as políticas sociais e para a garantia de direitos. A minimalidade do Estado mínimo é determinada por classe, naturalmente (NETTO; BRAZ, 2012).

Relacionado a isso, temos um importante aspecto da temática que refere-se à tradicionalmente chamada *desregulamentação*: os Estados nacionais retiram ou amenizam as legislações que venham, por algum motivo, obstaculizar a acumulação de capital e a exploração do trabalho. O Estado não deve intervir na acumulação nem na exploração clara e deliberada da classe trabalhadora. Dessa forma, o Estado neoliberal necessita desregulamentar as “excessivas” legislações que restavam do Estado de Bem-Estar Social (NETTO, 2012).

Paralelamente, o Estado não apenas retira ou ameniza a legislação trabalhista ou a que regula o mercado financeiro, por exemplo. O Estado legisla ativamente em prol da acumulação e da

2 E atua extensivamente com a mão armada (polícia e exército), pois tal se faz necessário para a segurança e para a expansão do capital.

exploração³. Por isso, alguns autores, segundo Lins (2019, p. 04), ensinam que o termo tradicional *desregulamentação*, usado isoladamente, não é apropriado, visto que ele pode denotar “a ideia (de conotação positiva) de que se promove um desembaraço, uma convergência a um estado natural, puro e imparcial”, além de não apontar o caráter ativo e parcial da legislação estatal ao estabelecer juridicamente as demandas da classe exploradora.

McChesney (2010) defende que o neoliberalismo, além de fenômeno político e econômico, possui também repercussões culturais que interferem no tipo de relações sociais travadas pelas pessoas. Em grande medida associado historicamente à democracia representativa (eleitoralismo), o neoliberalismo convive e contribui para um ambiente de enfraquecimento dos espaços públicos de discussão - e mesmo transforma o alcance da discussão, reduzindo os debates a questões menores, visto que a legitimidade do capital e do Estado enquanto tal nunca, ou quase nunca, são postos em causa.

Esta *decadence* do espaço público e das associações entre os cidadãos, inclusive dos movimentos sociais e sindicatos, recrudesce o individualismo presente na sociedade burguesa. A fragmentação é a tônica de nossa sociedade, havendo um superdimensionamento do indivíduo em prejuízo da comunidade. Este individualismo é também sentido pela exacerbada competição e concorrência entre as pessoas. Ao invés de lutarem por um bem comum, socialmente relevante, os indivíduos, como microempresas, lutam apenas pelo bem de si mesmo, engajam-se egoisticamente e concorrencialmente por “um lugar ao sol” (FARO JÚNIOR, 2022).

As implicações sociais e culturais do neoliberalismo são sublinhadas por McChesney (2010, p. 11, 12):

3 O capítulo 08 de L. Dowbor (2017), denominado *A Captura do Poder Político*, oferece uma boa perspectiva deste papel ativo do Estado em estabelecer legislação segundo os interesses do Capital Improdutivo.

Para que a democracia seja efetiva é necessário que as pessoas se sintam ligadas aos seus concidadãos e que essa ligação se manifeste por meio de um conjunto de organizações e instituições extramercado. Uma cultura política vibrante precisa de grupos comunitários, bibliotecas, escolas públicas, associações de moradores, cooperativas, locais para reuniões públicas, associações voluntárias e sindicatos que propiciem formas de comunicação, encontro e interação entre os concidadãos. A democracia neoliberal, com sua idéia de mercado *über alles*, nunca tem em mira esse setor. Em vez de cidadãos, ela produz consumidores. Em vez de comunidades, produz *shopping centers*. O que sobra é uma sociedade atomizada, de pessoas sem compromisso, desmoralizadas e socialmente impotentes.

3. A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL

O capitalismo contemporâneo (neoliberal, financeirizado e produtivamente reestruturado) emergiu do debacle do capitalismo de tipo fordista-keynesiano. Basicamente, nesta forma anterior do capitalismo as características eram: ênfase na produção em larga escala de mercadorias (carros, vestimenta, etc.) que formava a base da acumulação capitalista por meio do consumo de massa; o trabalho se dava sobretudo em fábricas e com trabalhadores manuais; parte importante do lucro é reinvestido no próprio processo de produção, na própria fábrica (DOWBOR, 2017).

Para se contrapor a este capitalismo produtivo e industrial de tipo fordista-keynesiano, e realçar a diferença entre estas formas de capitalismo, Dowbor (2017) denomina a configuração atual de *Capital Improdutivo* e diz que vivemos na *Era do Capital Improdutivo*. Não que os processos descritos no parágrafo anterior tenham cessado, ou deixado de existir, mas outros processos e procedimentos passaram a desempenhar um papel primordial. Faro Júnior (2022, p. 34) assim sumariza as contribuições encontradas no livro de Dowbor:

O Capital Improdutivo é aquele proveniente do rendimento de aplicações financeiras. Nada é produzido (sapatos, charutos, carros, etc.); não há a criação de novos empregos e de salários; e ainda, o enorme montante ganho é guardado à salvo de impostos em paraísos fiscais. Desta forma, há uma quantia gigantesca de Capital que escapa aos Estados nacionais e do financiamento de políticas de interesse coletivo. A lucratividade, em muitos casos, passa a ser maior e mais fácil para a especulação do que para a produção.

Segundo Lins (2019, p. 02), este processo de financeirização "envolve a predominância dos mercados e demais instituições financeiras como a forma de definição, gestão e realização da riqueza no capitalismo contemporâneo". O surgimento de novos meios tecnológicos e a ênfase acrescida dada ao crédito, às ações e títulos, à securitização e aos derivativos propiciou as condições necessárias para a crescente financeirização⁴ do capital nas últimas décadas.

Netto e Braz (2012), por sua vez, apontam duas *causas* principais que se situam na origem mesma do processo de financeirização, ambas presentes no contexto das décadas de 70 e 80 do século XX: a superacumulação de capital e, simultaneamente, a queda da taxa de lucro proveniente de investimentos industriais/produativos.

Lins (2019, p. 02), após realizar uma revisão da literatura, propõe que uma compreensão abrangente do processo de financeirização envolve três abordagens distintas. São elas:

Uma primeira entende a financeirização como um regime de acumulação conduzido pela finança (finance-led) que se coloca como sucessor do regime de acumulação fordista. A segunda abordagem identifica a financeirização com a emergência da maximização do valor para o

4 O capitalismo, desde o seu surgimento, sempre possuiu o seu componente especulativo, de crédito, financeiro. O tratamento clássico desse componente encontra-se no terceiro livro de *O Capital*, de Marx (2017) - onde o autor alemão faz interessante análise sobre o "capital portador de juros" e o "capital fictício", dentre outras categorias estudadas.

acionista como o princípio orientador da governança corporativa moderna. Por fim, uma terceira abordagem associa a financeirização com a maneira pela qual a finança vem ocupando um crescente espaço nas práticas da vida cotidiana, notadamente como canal de provisão monetária para necessidades básicas.

O artigo de Lins (2019) procurou identificar e analisar as correlações entre as transformações na esfera financeira e, por outro lado, as transformações no mundo do trabalho e no cotidiano das pessoas. A financeirização está correlacionada com a precarização do trabalho e com a dificuldade de acesso das pessoas aos bens de necessidade básica, tais como saúde, educação, moradia e previdência.

Uma mediação importante neste processo de empobrecimento da classe trabalhadora e de perda de direitos básicos, relacionado ao processo de financeirização, é o chamado *Estado de consolidação* - consolidação fiscal - ou *Estado de austeridade* (STRECK, 2016). Esta forma de Estado, construída após a crise do fordismo-keynesianismo, coloca a sua obrigação junto a seus credores (compradores de títulos da dívida pública) acima de todas as outras obrigações. A resultante disto é que o Estado de austeridade promove cortes em todos os gastos, com exceção do serviço da dívida.

Desse modo, há o desinvestimento em políticas públicas (saúde, educação, assistência social, etc.) para o favorecimento dos rentistas do mercado financeiro. O poderoso mercado financeiro espera - e efetivamente consegue - que o Estado honre o serviço da dívida sobre todas as necessidades primárias da população. Uma outra consequência da austeridade estatal é a progressiva substituição dos serviços públicos gratuitos pelos serviços privados pagos⁵, substituição esta que é, naturalmente, do interesse do patronato e que contribui para o endividamento das famílias (STRECK, 2016).

5 A privatização de empresas e serviços outrora estatais é uma importante pauta neoliberal e tem sido efetuada, principalmente, em países dependentes e periféricos, tais como o Brasil (NETTO; BRAZ, 2012).

4. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A reestruturação produtiva, como consta em seu próprio nome, significa uma transformação nos processos e nas condições de trabalho, afetando, obviamente, de maneira direta o cotidiano e a vida do trabalhador - a sua saúde física e mental, a sua vida familiar, a sua segurança e sentimento de pertença ao trabalho e, de forma correlacionada e ampliada, os seus processos de alienação, desumanização e humanização no trabalho e pelo trabalho (GOMES, 2017).

Em um nível histórico, a reestruturação produtiva também se delineia claramente a partir de 1970, em resposta à crise do modelo fordista-keynesiano de produção e gestão do trabalho. Assim sendo, tal reestruturação traz em seu bojo novas maneiras de gestão e organização do trabalho, novas técnicas de controle do trabalho e tecnologias - avanço da microeletrônica e informatização - relacionadas ao trabalho (DRUCK, 1996).

Segundo Druck (1996), trata-se, portanto, da crise do sistema ocidental de produção, tipicamente fordista, que abriu espaço para a crescente introdução e generalização, no próprio ocidente, das formas japonesas - mais especificamente *toyotistas* - de produção, organização e gestão do trabalho e do trabalhador.

Faro Júnior (2022, p. 47) sintetiza algumas características - de base e essenciais - da reestruturação produtiva. O que segue, nos próximos quatro tópicos, é uma adaptação com algumas modificações do que o autor trouxe em seu trabalho acerca do fenômeno de que agora tratamos:

- Tendência à expansão da jornada de trabalho, associada ao fato de o trabalhador ter mais de um emprego. O que impulsiona estes movimentos, dentre outros fatores, são as reduções salariais;

- A “flexibilização” dos direitos trabalhistas. As terceirizações, por exemplo, seguem avançando em escala crescente, tanto no setor público quanto no privado, o que permite maior exploração do trabalho;
- Intensificação do ritmo de trabalho, por meio de diversos mecanismos, tais como: aumento de tarefas num dado período de tempo, redução da força de trabalho diante de crescente demanda, eliminação dos “poros improdutos” no trabalho, etc.;
- Relacionados a esta intensificação do ritmo de trabalho, implantação de formas de gestão que propiciam tal intensificação, como por exemplo: a substituição de remuneração fixa por remuneração variável (condicionada ao alcance de metas e frequência no trabalho), o salário por procedimento, a implantação de princípios *toyotistas* de gestão da qualidade total, a reorganização dos processos de trabalho pela assim denominada “reengenharia”, etc.

Vemos que os movimentos de terceirização, gestão da qualidade total e reengenharia estão entre as tendências principais deste reordenamento produtivo⁶. Acerca do motivo essencial que determinou o surgimento do reordenamento e de suas principais tendências, tais como as três nomeadas neste parágrafo, Tumolo (2001, p. 78, 79) aponta o seguinte:

[...] apesar de suas substanciais diferenças, este novo padrão busca alcançar os mesmos objetivos que os precedentes, qual seja, a superação da crise e a decorrente continuidade da acumulação capitalista, sob um novo patamar, sobretudo *por meio da intensificação da exploração sobre a força de trabalho* (grifos nossos).

6 A brevidade desta comunicação não permite adentrar no detalhamento destas tendências. Para palavras adicionais sobre elas, *vide* o artigo de Abreo e Resende (2001), listado nas referências bibliográficas deste capítulo.

Esta intensificação da exploração no contexto de crise do capital conta também com elementos prático-organizativos e ideológicos. Druck (1996, p. 28), por exemplo, sublinha que faz parte imanente da reestruturação uma nova “política de relações entre os sindicatos de trabalhadores e o patronato que, em geral, visa enfraquecer a representação sindical e coletiva em benefício de negociações individuais e diretas com os trabalhadores”.

Ao lado do enfraquecimento do papel mediador dos sindicatos, a reestruturação também possui práticas organizacionais que contribuem para a cooptação ideológica da classe trabalhadora. Referindo-se a esta cooptação, Druck (1996, p. 28) defende que:

[...] a busca por hegemonia no interior da empresa no sentido de conquistar a adesão dos trabalhadores e de seus sindicatos aos seus planos/objetivos/metastas e políticas, assume centralidade. Isto se torna visível, dentre outras formas, através do discurso patronal acerca da negociação e da parceria com os trabalhadores, da valorização/motivação do trabalho e das políticas de qualificação e treinamento postas em prática em nome da Qualidade Total. No entanto, essa busca de hegemonia combina-se com uma gestão despótica, à medida que ao lado da parceria e negociação, impõe-se a ameaça e a prática do desemprego e da terceirização, que têm implicado numa crescente precarização do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neoliberalismo, financeirização e reestruturação produtiva são aspectos e expressões da *crise estrutural do capital*, que a humanidade vivencia desde a década de 70 do século passado (MÉSZÁROS, 2011). Esta profunda crise gera novas formas de administração estatal, de gestão do trabalho e de acumulação de capital, com a evidente função: manutenção ou aumento das taxas de lucro

das grandes empresas e bancos em tempo de crise estrutural do sistema capitalista.

É neste contexto que a desigualdade social vem em uma maré montante. Dowbor (2017) traz algumas estatísticas surpreendentes acerca do capitalismo contemporâneo. Hoje em dia, aproximadamente 800 milhões de pessoas no mundo passam fome, simplesmente *não possuem o que comer*. Por outro lado, a concentração de renda cresce de forma absurda: levando em conta a população mundial, 1% da população mais rica possui mais do que os 99% restantes. E também: apenas oito indivíduos são donos de mais riqueza do que a metade mais pobre da população do planeta.

Este é o sistema social que põe a acumulação acima do homem e de suas necessidades, em outras palavras, põe e repõe o *ter acima do ser*. Neste modo de produção da existência social, ocorre o que diz Antunes (2011, p. 11):

[...] tudo passa a ser controlado pela lógica da valorização do capital, sem que se leve em conta os imperativos humano-sociais vitais –, a produção e o consumo supérfluos acabam gerando a corrosão do trabalho, com a sua conseqüente precarização e o desemprego estrutural, além de impulsionar uma destruição da natureza em escala global jamais vista anteriormente.

As determinações objetivas da crise possuem empuxo direto e implicações nos processos migratórios e nas políticas sociais que procuram manejar tais processos. O empuxo e as implicações são, em ambos os casos, no pior sentido possível:

- a. A crise do capital agrava as tensões sociais e políticas nacionais e internacionais, os conflitos armados, a miséria e o desemprego, acarretando maiores fluxos e crises migratórias. De igual modo, o capitalismo é responsável por transformações climáticas e ambientais que, como se sabe, também ocasionam deslocamentos humanos forçados.

- b. O Estado neoliberal e financeirizado é o Estado máximo para o capital e mínimo para as políticas sociais. Não há “Estado mínimo” puro e simplesmente, como ensinam os neoliberais. Os recursos, regulamentação e intervenção estatais se maximizam para a manutenção do sistema do capital, em prejuízo e em detrimento das políticas sociais que visam o bem-estar da franca maioria. O resultado é que o Estado opera insuficientemente na elaboração e execução das políticas sociais, dentre elas as políticas de migração. Nas palavras de Lins (2019, p. 07): “Terá lugar então a diminuição dos gastos discricionários e *pressão para diminuição de volume e escopo de políticas sociais*” (grifo nosso).

Resta evidente, portanto, que a crise do capital é crise humanitária/planetária em todos os sentidos e direções (MÉSZÁROS, 2021). Tal conjuntura global *causa* o problema (os deslocamentos humanos forçados) e, ao mesmo tempo, *impede* uma tentativa mais eficiente de manejá-los, por meio de políticas sociais robustas e que ofereçam o bem-estar social.

Entretanto, para Méészáros (2021, 2011), seguindo à tradição marxista revolucionária e analisando a conjuntura, o sistema do capital encontrou os seus limites absolutos, intransponíveis, diante dos quais é impossível uma solução meramente política e estatal. Assim, segundo o filósofo húngaro (2021, 2011), o capital, o trabalho e o Estado devem ser abolidos rumo a uma sociedade socialista, na qual, e somente na qual, pode haver a igualdade substantiva e o eficaz tratamento das problemáticas humanas, incluindo aí a questão da migração e do refúgio. A decisão, a ser feita pela humanidade, entre socialismo ou barbárie é novamente imposta e é mais urgente do que nunca.

REFERÊNCIAS

ABREO, Ana Carolina Santini de; RESENDE, Luci Mara. Reestruturação produtiva: algumas reflexões sobre seus rebatimentos no serviço social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 04, n. 01, p. 59-70, 2001.

ANTUNES, Ricardo. Introdução: a substância da crise. *In*: MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2011.

BEHRING, Eliane Rossete.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. Cortez editora, 9. ed. São Paulo, 2011.

DOWBOR, Ladislau. **A Era do Capital Improdutivo: a nova arquitetura do poder-dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta**. Editora Autonomia Literária, São Paulo, 2017.

DRUCK, Graça. Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. **Caderno CRH**, v. 9, n. 24, 1996.

FARO JÚNIOR, Oduvaldo Cavalheiro. **Humanizar as relações humanas no SUS: uma análise da Política Nacional de Humanização a partir do Materialismo Histórico e Dialético**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, p. 195, 2022.

GOMES, Rogério Miranda. **Humanização e desumanização no trabalho em saúde**. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2017.

LINS, Vinícius Ferreira. A economia política da financeirização: possíveis implicações no mundo do trabalho. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 31, n. 1, p. 1-13, 2019.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Trad. Rodnei Nascimento. Editora Martins Fontes. São Paulo, 2003.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. *Livro III: O processo global da produção capitalista*. Boitempo Editorial. São Paulo, 2017.

McCHESNEY, Robert. Introdução. *In*: CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?: neoliberalismo e ordem global**. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro: 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Leviatã: Crítica do Estado**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2021.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2011.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Revista Argumentum**, v. 4, n. 1, p. 202-222, 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. Cortez Editora, 8. ed. São Paulo, 2012.

STREECK, Wolfgang. **How Will Capitalism End? Essays on a Failing System**. New York: Verso, 2016.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. Instituto Lukács, São Paulo: 2013.

TUMOLO, Paulo Sergio. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. **Educação & Sociedade**, v. 22, p. 71-99, 2001.

2

*Clara de Oliveira Cunha
Maria Madalena Gracioli
Tatiana Machiavelli Carmo Souza*

**Intersetorialidade,
assistência social
e migrações**

INTRODUÇÃO

As análises apresentadas neste capítulo são resultado da pesquisa de mestrado que analisou como a intersetorialidade afeta o acesso das mulheres imigrantes aos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). O CRAS se caracteriza como "porta de entrada para os usuários e como unidade de referência para os serviços das demais políticas públicas" (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020, p. 10), sendo, portanto, um serviço guia que geralmente introduz as políticas de assistência social e referência para outros serviços. A pesquisa de campo foi desenvolvida na cidade de Boa Vista, Roraima, no ano de 2022, a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com seis mulheres venezuelanas, Josefina, Glayds, Petra, Albany, Norima e Yarelis⁷. As entrevistas foram analisadas qualitativamente com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (2016).

Com relação às mulheres venezuelanas imigrantes em Boa Vista, é possível identificar três grupos distintos baseados na condição de moradia: as mulheres que vivem nos abrigos humanitários fornecidos pela Operação Acolhida, operação coordenada pelo Governo Federal em resposta ao fluxo venezuelano no Brasil; as mulheres que vivem em moradias alugadas; e as mulheres desabrigadas, e que se encontram em situação de rua ou vivendo nas ocupações urbanas.

No último grupo, de mulheres venezuelanas 'desabrigadas', percebemos que é o que enfrenta mais dificuldades para acessar os serviços da cidade. Além do preconceito e da xenofobia enfrentados pelas imigrantes de maneira geral, as mulheres desabrigadas encaram outros desafios como, por exemplo, a ausência de comprovante de residência para inscrição nos serviços públicos, a dificuldade em guardar seus documentos devido à ausência de moradia estruturada e a degradação da documentação devido às chuvas, entre outras

7 Foram utilizados pseudônimos para garantir o anonimato das participantes.

consequências da ausência ou precariedade de domicílio. Além das dificuldades de acesso aos serviços, de uma maneira geral, como, por exemplo, a exigência de comprovante de moradia para abertura de conta bancária ou para internação no SUS (Sistema Único de Saúde), os desafios se mostram especialmente elevados no acesso às políticas de assistência social, representadas nesta pesquisa pelos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). A necessidade de visibilizar esses desafios e de produzir mais informações que possibilitem melhorias no acesso às políticas sociais de grupos diversos de migrantes foram algumas das inquietações que trouxeram à temática do presente trabalho.

Em 2021, Boa Vista foi a capital com maior taxa de crescimento da população e o estado de Roraima foi o estado brasileiro com o maior aumento percentual de habitantes no país pelo quarto ano seguido (IBGE, s.d.). A população de Boa Vista saltou de 284 mil em 2010, data do último censo, para 436 mil em 2021. Os serviços e a oferta imobiliária da cidade têm dificuldade em conseguir acompanhar esse aumento populacional. Alguns grupos enfrentam dificuldades para encontrar moradia em razão das condições econômicas, da baixa oferta imobiliária na cidade, da especulação imobiliária que gera altos preços de aluguéis e, nos casos de imigrantes, da xenofobia. Consequentemente, há pela cidade um considerável número de pessoas em situação de rua ou que se organizam e estabelecem comunidades em ocupações urbanas em distintas áreas da cidade.

Trazemos o conceito de ocupação urbana a fim de restringir o público-alvo da pesquisa de campo. As ocupações são feitas em prédios ou terrenos vazios, de pertencimento público ou privado, e visam transformar uma área vazia em moradia digna para quem precisa (BOULOS, 2018). De acordo com os art. 5 e 170 da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), toda propriedade deve cumprir uma função social, e, por isso, as ocupações de terrenos ou prédios ociosos são legítimas e juridicamente legais no Brasil.

1. INTERSETORIALIDADE E POLÍTICA MIGRATÓRIA

Para pensar como a intersectorialidade começou a ser debatida dentro da pauta migratória, fazemos um breve recorrido das primeiras leis que abordaram a temática no Brasil. A Lei Municipal 8.593/2000 de Porto Alegre foi a primeira iniciativa de política municipal migratória no Brasil e tinha como propósito coordenar ações para assistência e integração de pessoas refugiadas (PORTO ALEGRE, 2000). A lei autoriza o Executivo Municipal a realizar convênios necessários para realizar o acolhimento de refugiados em consonância com o Estatuto do Refugiado. A proposta de coordenar ações pressupõe uma ação intersectorial entre várias áreas. Porém, a iniciativa de política municipal migratória mais inovadora e que mais se desenvolveu foi a criação de uma Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) na prefeitura de São Paulo em 2013. Ela foi a primeira a ser criada dentro da estrutura do poder executivo municipal. Atualmente, como Coordenação de Política para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMigTD), tem como objetivo articular políticas públicas migratórias de forma intersectorial e transversal, portanto, buscando a implementação de uma política migratória a nível municipal que promova um acesso universal das pessoas migrantes aos serviços.

A iniciativa em São Paulo de implementar uma política municipal para imigrantes de forma transversal, intersectorial e participativa representou uma proposta pioneira no Brasil e contribuiu para fortalecer as discussões sobre a importância de políticas públicas intersectoriais e transversais e políticas migratórias a nível municipal. A CPMigTD tem como um dos princípios balizadores do seu trabalho a estratégia de transversalização da temática migratória, ou seja, que as questões migratórias sejam tratadas transversalmente pelas demais secretarias de educação, saúde e trabalho, e não exclusivamente

pela Secretaria de Direitos Humanos a qual a CPMigTD está vinculada. Com exceção de alguns serviços especializados, que são de demanda exclusiva, como são os casos dos serviços de documentação de regularização migratória, para todos os demais serviços, a administração pública deve adaptar-se a fim de prover um serviço acessível a todos os migrantes (PEÑA; OTERO, 2020).

Devido à forte correlação entre executar ações transversais e intersetoriais, acreditamos ser importante conceituar esses termos. O termo transversalização foi cunhado oficialmente na IV Conferência Mundial Sobre Mulheres em Pequim em 1995 e falava especificamente sobre a transversalização de gênero. Segundo Silva (2011), a transversalização busca incorporar públicos ou temas específicos em todas as camadas, por meio de todos os ciclos de uma política pública. Assim como os desafios de conseguir pensar as políticas públicas, considerando as transversalidades de gênero e raça, ou seja, como uma política afetará as pessoas de acordo com os diferentes marcadores sociais, a transversalização das migrações deve impulsionar as políticas a pensarem o acesso de refugiados, retornados, apátridas, entre outros grupos de migrantes, às políticas e serviços, de forma que todos tenham suas especificidades consideradas e possam acessar igualmente os serviços.

Na definição do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2009), a transversalização pressupõe que haja uma ação inter-setorial. Enquanto a transversalidade busca incorporar um tema ou um público em todas as áreas, a intersetorialidade é o trabalho articulado de diversos setores a fim de enfrentar questões multifatoriais. O desafio é grande, porém, é uma estratégia de incorporar múltiplas questões na busca de resposta a problemas complexos (SILVA, 2011).

As ações intersetoriais são uma estratégia importante de novos modelos organizacionais, menos setorializados, propondo uma gestão mais integrada de políticas sociais e buscando resoluções mais eficazes (SILVA, 2011). Seguindo esse raciocínio, defendemos

que as políticas públicas para população de imigrantes e refugiados sejam intersetoriais, pois a intersetorialidade apresenta-se como um meio para que essa população seja incluída em todas as políticas públicas, contribuindo para que seja alcançado um atendimento universal em áreas como saúde e educação, considerando as especificidades do grupo a ser atendido.

A política de assistência social possui forte caráter intersectorial, pois busca diálogo com outras políticas para garantir que os mínimos sociais sejam alcançados pelo seu público-alvo (SOARES; CUNHA, 2016). Como parte do tripé de seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência social, representadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), as ações de assistência social devem ser pensadas, executadas e (re)planejadas conjuntamente com outras áreas, garantindo de fato um diálogo entre os setores.

2. INTERSETORIALIDADE DE SERVIÇOS PARA ACESSAR A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para dar início e ilustrar a temática da intersetorialidade utilizamos o depoimento de Petra que expõe a multiplicidade de etapas que as mulheres imigrantes precisam passar para conseguir acessar a assistência social:

Então, para poder acessar a escola tinha que tirar a documentação. Então, para ir ao CRAS, tinha que ter documentação brasileira, as meninas tinham que estar estudando... quando conseguir fazer tudo: começou o COVID-19!⁸ (PETRA).

8 *Entonces para yo poder acceder a la escuela tenía que sacar esa documentación (de regularización migratoria). Entonces para ir a CRAS tenía que tener la documentación brasilera, tenía que estar estudiando las niñas ... y cuando ya logré todo: empezó el COVID-19!*

A frase foi dita em tom de cansaço em referência a quão extenuante é atravessar esses processos burocráticos, essa dificuldade exacerbada pelas barreiras de compreensão do idioma presente nos primeiros meses de migração, de desconhecimento de práticas culturais, do território, da dificuldade no deslocamento pela cidade, entre outros. São tantas etapas que uma Organização Não Governamental (ONG) do município de Boa Vista criou um documento chamado *Rota migratória*, contendo informações básicas para "começar uma nova vida no Brasil". O documento apresenta todos os serviços pontuados na fala de Petra: documentação, educação e assistência social. Ademais desses serviços mencionados por Petra, considerados devido sua intersetorialidade com o CRAS, também contemplamos nessa pesquisa a área de saúde com o SUS.

Antes de discorrer sobre como os acessos aos demais serviços afetam o acesso das entrevistadas ao CRAS, abordaremos a relação entre o Cadastro Único (CadÚnico), suas condicionalidades e sua relação com a intersetorialidade. O Cadastro Único é definido na plataforma de powerbi criada pelo Ministério da Cidadania em conjunto com a R4V (Respostas para Venezuelanos, em tradução livre) como: Um conjunto de informações que permite identificar e dar visibilidade às famílias em situação de vulnerabilidade social, visando sua inclusão em políticas públicas sociais (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, s.d). Infere-se que o Cadastro Único deve contribuir para inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade nas políticas públicas.

Para além da documentação básica que precisa ser apresentada na inscrição, existem contrapartidas que devem ser cumpridas pelas famílias inscritas nos programas. As condicionalidades são um compromisso assumido tanto pelas famílias quanto pelo poder público e visam reforçar o acesso delas a seus direitos sociais por compreender que a pobreza é um fenômeno que envolve múltiplos aspectos para além da baixa renda (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020). O *Guia para a Gestão de Condicionalidades do Programa Auxílio Brasil*, publicado pelo Ministério da Cidadania expõe que:

O principal objetivo das condicionalidades, portanto, é contribuir para a ruptura do ciclo de pobreza entre gerações, partindo do pressuposto de que o acesso a melhores condições de saúde, educação e de convivência familiar e comunitária aumentam as oportunidades de desenvolvimento social (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020, p. 9).

Depreende-se da publicação do ministério que as condicionalidades visam contribuir para a ruptura do ciclo de pobreza e, portanto, não deveriam ser requisitos para a inscrição no Cadastro Único, mas uma responsabilidade conjunta das famílias e do Estado. As condicionalidades são um caminho para a resposta multisetorial da assistência social, visando fortalecer também o acesso à saúde, à educação, entre outras políticas.

O que as entrevistadas apresentaram na prática foi a impossibilidade de se registrarem no Cadastro Único sem o cumprimento prévio das condicionalidades. Ou seja, ao invés de "identificar e monitorar situações como falta de oferta de escola, abandono escolar, trabalho infantil etc." (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020, p. 27), as condicionalidades se tornaram um requisito, impedindo o acesso dessas famílias ao Cadastro Único, conforme demonstraremos a seguir.

3. ACESSO À DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO MIGRATÓRIA

A Lei de Migração prevê em seu artigo 4º o acesso a serviços públicos de saúde, assistência social, previdência social (inciso VII), educação (inciso X), direito trabalhista (inciso XI), independente da condição migratória. Isso deveria significar que independente do imigrante ter documentação brasileira ou ter documentos brasileiros vencidos, ele deveria poder acessar os serviços públicos. Na prática, porém, nenhum desses serviços consegue ser acessado sem

a documentação migratória. O serviço de documentação de regularização migratória é, portanto, geralmente o primeiro serviço procurado pelas pessoas imigrantes ao chegarem no Brasil.

As mulheres entrevistadas levaram em média três meses para realizar o procedimento de regularização migratória. Norima e Glayds, que migraram respectivamente nos anos de 2019 e 2020, fizeram seus pedidos de documentação de refúgio ou residência diretamente na fronteira do Brasil, na cidade de Pacaraima. Esse fato destaca pontos positivos de uma resposta migratória eficaz, a partir de uma fronteira aberta, com o estabelecimento de fluxos de trabalho de "recepção, identificação, fiscalização sanitária, imunização, regularização migratória e triagem" (BRASIL, s. d), demonstrando as facilidades e agilidade que o estabelecimento de uma resposta humanitária traz. Deve-se destacar que na cidade de Pacaraima, em Roraima, o Posto de Recepção e Identificação (PRI) é o local onde as pessoas são recepcionadas, "obtem seu visto de entrada em território brasileiro, emitem seu cartão do SUS, recebem as vacinas obrigatórias do Programa Nacional de Imunização (PNI) e são orientadas sobre as possibilidades de documentação" (ACNUR, 2022, p. 49). O posto onde se realizam os serviços de documentação em Pacaraima foi aberto em junho de 2018 (ACNUR, 2022). Por esse motivo, Josefina, que migrou em 2016, fez sua documentação de regularização migratória diretamente na Polícia Federal em Boa Vista, capital de Roraima, três meses após sua chegada ao Brasil.

As outras três entrevistadas, Yarelis, Petra e Albany, que chegaram no Brasil respectivamente nos anos de 2018, 2019 e 2019, realizaram sua documentação através de organizações da sociedade civil em Boa Vista. Deve-se pontuar que cabe exclusivamente à Polícia Federal processar a documentação de regularização migratória no Brasil. Entretanto, os fluxos para ter acesso à entrevista com a Polícia Federal variam em cada estado. Em Boa Vista, o agendamento para a Polícia Federal pode ser conseguido através da Operação Acolhida,

por exemplo, por meio das organizações da sociedade civil como o Serviço Jesuíta a Migrante e Refugiados (SJMR), o Instituto de Migração e Direitos Humanos (IMDH) e a Cáritas, através da Pastoral do Migrante.

Yarelis relatou que fez sua documentação assim que chegou à cidade através do IMDH, conforme foi orientada pela colega venezuelana que a recebeu. Petra alegou dificuldades para fazer sua documentação devido ao fato de não ter a certidão de nascimento das filhas, uma vez que ao chegar ao Brasil não tinha planos de permanecer.

Albany levou cinco meses para conseguir realizar sua documentação migratória e somente teve sucesso após pedir ajuda e ser encaminhada diretamente para o Posto de Interiorização e Triagem (PTRIG), em Boa Vista, pela Equipe Volante das Ocupações Espontâneas (EVOE) dos militares da Operação Acolhida, equipe responsável por visitar as ocupações urbanas. Ela informou que há meses tentava apoio da liderança da ocupação para fazer sua documentação, mas não se encontrava entre os grupos prioritários definidos pela liderança da ocupação, majoritariamente homens e com vaga de trabalho sinalizada. Ademais, precisava de três vagas para que pudesse fazer a sua documentação e de seus filhos, visto que a documentação de menores de idade é sempre vinculada à documentação dos responsáveis com prioridade para a mãe.

Esses relatos demonstram que em média as mulheres imigrantes venezuelanas, quando não se detêm na cidade de Pacaraima, precisam dedicar pelo menos três meses para ter acesso à documentação. Consequentemente, nesses casos, infere-se que antes desse período conseguem acessar poucas ou nenhuma política pública devido à ausência de documentação.

4. ACESSO AO SUS

A relação entre o SUS e a assistência social apareceu em um relato específico, no qual destacou-se a impossibilidade de uma das entrevistadas de comprovar a deficiência de sua filha mais nova. Devido às dificuldades de acessar o serviço de saúde, Gladys decidiu omitir a informação sobre a saúde de sua filha, reduzindo o conhecimento da assistência social sobre sua realidade, suas vulnerabilidades e suas oportunidades de receber auxílios e serviços disponíveis no CRAS direcionados à população com deficiência. Gladys relatou:

Eu não quis falar sobre a condição dela porque eu não tenho os documentos dela, entende? Então, para isso eu tenho que ter os documentos aqui e como eu não trabalho, não tenho meios de me deslocar agora, ao alcance da mão, não tenho por que não tenho como, por exemplo, pagar um Uber, levar ela, já me falaram que eu tenho que levá-la em um CAPS (Centro de Atenção Psicossocial)⁹ (GLADYS).

Gladys elucidou em poucas palavras como a falta de renda afetava seu acesso à saúde e, conseqüentemente, pela falta do diagnóstico, seu acesso ao CRAS. De sua fala destaca-se como o acesso à renda mínima, de um programa como o Bolsa Família¹⁰, poderia colaborar, por exemplo, com o seu deslocamento e de sua filha para acessarem o serviço de saúde. Destacamos que a rede de serviços de atenção psicossocial em Boa Vista possui três centros, porém, todos se localizam próximos ao centro da cidade, distantes do bairro onde Gladys vive com sua família.

9 *Yo no quise hablar sobre la condición de ella porque yo no tengo los documentos de ellas, ¿me entiendes? Entonces, para eso tengo que tener los documentos de aquí y como yo no trabajo, no tengo la manera de cómo movilizarme horita, a la mano, no tengo porque no tengo la la manera, como quien dice, de moverme pagar un uber, llevarla, ya que a mí me dijeron que la llevará allá CAPS.*

10 Entre a realização das entrevistas e a escrita da dissertação, o principal programa de renda básica, o programa Bolsa Família, sofreu alterações em seus critérios e concepção, sendo substituído pelo programa Auxílio Brasil em 2022. Em 2023, com a mudança do governo Bolsonaro para o novo governo Lula, o programa sofreu novas alterações e voltou a se chamar programa Bolsa Família.

Experiências negativas anteriores também afastaram Gladys de procurar atendimento de saúde. Ela relatou que:

Eu digo que aqui no Brasil qualquer um morre, sabe? Com qualquer doença que tenha por que aqui tudo é um processo. Ou seja, você tem que esperar, tem que conseguir um horário de atendimento aqui, tem que esperar outro agendamento ali, tem que conseguir outro agendamento, e anda para lá, anda para cá [...] me deram um "encaminhamento", um suposto encaminhamento, onde o encaminhamento nunca existiu. Não... "tem que vir conseguir um agendamento tal", "tem que vir tal dia pela tarde", então eu vou, vou, e nunca tem... nunca tem agendamento, nunca tem vaga. Então, como eu digo, aqui as pessoas morrem, pois se você não tem dinheiro para ir em uma clínica para te operarem, você morre" (GLADYS).

Gladys teve alguns problemas de saúde e enfrentou dificuldades para acessar o serviço de saúde pública no Brasil. A partir daí, além das dificuldades na sua recuperação, ficou descrente com a possibilidade de levar sua filha e conseguir o laudo da sua deficiência. Ela já possuía o laudo médico na Venezuela e inclusive o trouxe para o Brasil, porém, o documento molhou em um dia de chuva na ocupação em que vivem. Percebemos, portanto, que a precariedade das moradias também afeta o acesso das mulheres aos serviços públicos, como demonstrado no caso de Gladys, através da deterioração de documentos importantes. A impossibilidade de acessar os serviços de saúde e conseguir a documentação necessária para comprovar a deficiência de sua filha, portanto, representam uma barreira para Gladys e sua família acessarem os serviços do CRAS como, por exemplo, os benefícios direcionados à população com deficiência, o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

- 11 *Digo que aquí en Brasil cualquiera se muere, ¿me entiende? Con cualquier enfermedad que tenga, porque aquí todo es un proceso. O sea, tú tienes que esperar, tienes que dar una cita aquí, tienes que esperar a otra cita, tiene que otra cita, y anda allá, anda acá. [...] me pusieron, no "es un encaminhamiento", un supuesto encaminhamiento. Donde el encaminhamiento nunca existió. No, "tiene que venir a agarrar la cita tal", "tiene que venir el día por la tarde", entonces voy, voy, entonces nunca hay... Nunca hay cita, nunca hay vaga. Entonces, como yo digo, aquí se mueren las personas. Pues, si tú no tienes plata para ir a una clínica para que te operen, tu te mueres.*

5. ACESSO À ESCOLA

Entre as principais dificuldades de acesso ao CRAS está o tratamento que é dado às condicionalidades de matrícula e frequência escolar como requisitos para a inscrição no Cadastro Único. Há relatos das entrevistadas que demonstram como as barreiras ao sistema educacional as impede de acessar o sistema de assistência social; há dois casos que demonstram como as barreiras aos serviços se retroalimentam, pois, a falta de acesso ao Cadastro Único gerou barreiras no acesso escolar; por fim, apresentamos o caso de uma entrevistada que conseguiu realizar sua inscrição no Cadastro Único sem o comprovante de matrícula escolar.

Petra relatou que a primeira vez que foi ao CRAS nem sequer entrou na fila para o Cadastro Único, pois já na entrada lhe perguntaram sobre alguns documentos os quais ela não possuía. "Um dia fui ao CRAS e me disseram "não, não pode participar ainda porque suas filhas não estão estudando"¹²" (PETRA). O que aparece no relato das entrevistadas, portanto, é que a matrícula escolar é um requisito para a inscrição no Cadastro Único:

O que eu precisava era o comprovante de presença escolar. Mas se eu não conseguia vaga, né? De fato, eu não consigo vaga porque chamo no *call center*, ligo, ligo, [e me dizem] "não tem vaga", "está na lista de espera". E aí?¹³ (PETRA).

Albany contou sua trajetória na busca por inscrever seus dois filhos na escola:

Depois de fazer a documentação, aí comecei a ir às escolas. Comecei com as escolas e não me aceitavam,

12 *Un día fui al CRAS y me dijeron, "no, no puedes participar todavía porque tus hijas no están estudiando"*

13 *Lo que necesitaba era la constancia de estudio. Si yo no le conseguía vaga, no? De hecho, no le consigo vaga porque yo llamo el call center, ligo, ligo, [y me lo dicen]"que no hay vaga", "que está en una lista de espera".*

em nenhum lugar tinha vaga. Nessa ocupação onde morávamos tinha uma menina que ela se encarregava de anotar as crianças e conseguir a vaga e ela conseguiu uma vaga para ela [sua filha de 8 anos] ... Só que o menino tinha 3 anos não ia [para a mesma escola] ... nenhuma escola [creche] o aceitava¹⁴ (ALBANY).

Ela expôs na sua fala como o acesso aos serviços públicos é intersetorial, ou seja, deveria estar articulado entre vários setores, e composto por inúmeras etapas, quando explicita que somente "depois de fazer a documentação" pode inscrever seus filhos na escola. Esse impedimento à educação pública por falta de documentação nacional contradiz o texto da Lei de Migração que prevê em seu artigo 3º, inciso X, "o direito à educação pública vedada a discriminação em razão [...] da condição migratória" (BRASIL, 2017).

Após várias tentativas para conseguir acessar a creche, Albany explicou que:

Em janeiro já ele vai completar seis anos. Então, a diretora de onde ela estuda me disse "ele tem direito a essa escola, por ter a irmã estudando aqui, ele tem direito, mas tem que ter seis anos. Então, eu disse, "bom vou seguir tentando e se não consigo, terei que esperar que ele complete seis anos, que a única forma para mim que aceitem ele em uma escola¹⁵ (ALBANY).

Identificamos, portanto, que para Albany conseguir acessar a creche foi ainda mais difícil do que acessar a escola primária. Nesse caso, até o momento das entrevistas, a única solução possível

14 *De ahí que hice la documentación, comencé a ir a las escuelas. Comencé a ir a las escuelas, no me aceptaban, en ningún lugar había vaga. en ese campamento donde nosotros morábamos estaba una muchacha que ella se encargaba de anotar los niños de conseguirle la vaga y me consiguió la vaga para ella [...] Solamente que el niño tenía 3 años no iba, ninguna escuela lo aceptaba.*

15 *Porque ya él en enero ya, él este cumple 6 años en enero. Y entonces solamente me dijo la directora donde estudia ella, ella me dijo "ele tem direito a una Escuela, sólo que por tener ela[ra irmã] estudiando, ele tem direito, pero tienen que tener 6 años". Entonces yo dije, "bueno, si voy a seguir intentando y si no consigo, tendré que esperar que él cumpla los 6 años, que es la única forma que a mí me lo puedan aceptar en la escuela.*

encontrada era aguardar que seu filho completasse a idade necessária para poder ser matriculado na mesma escola que a irmã. Além de ter se tornado um empecilho para o acesso da família ao CRAS, a falta de acesso à creche também representa uma barreira para o retorno materno ao mercado de trabalho (devido à responsabilização feminina com trabalhos de cuidado), para o acesso à alimentação (quando considerada a merenda escolar) e um desrespeito aos direitos das crianças e adolescentes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que dispõe que as crianças e adolescentes possuem absoluta prioridade na efetivação de seus direitos à educação.

De forma similar, Norima relatou que quando foi realizar seu cadastro no CRAS perguntaram se ela tinha filhos em idade escolar, ao que ela contou:

Eu disse [para a funcionária do CRAS] "não, ela [a filha] não está estudando", então pararam o cadastro aí. Não seguiram cadastrando... então aí, eu percebi que era difícil porque a maioria das mulheres indígenas que têm filhos em idade escolar, não sei agora, mas nessa época (2019) acessar a educação formal era muito difícil, porque eu já tinha tentado também¹⁶ (NORIMA).

As mulheres perceberam, portanto, que era difícil acessar o CRAS, pois para poder se inscrever necessitavam já ter conseguido as vagas escolares. Norima agrega ainda que percebeu o acesso à educação como uma dificuldade generalizada entre as mulheres indígenas imigrantes. Essa observação de Norima evidencia a intersecção entre a xenofobia e o racismo que dificultam o acesso da população indígena à educação formal.

Norima exprimiu o ocorrido quando tentou inscrever sua filha na escola. Após várias ligações para o *call center*, finalmente

16 *Dije [a la funcionaria del CRAS] "no, ella [la hija] no está estudiando", entonces pararon el cadastro ahí. No, no siguieron registrando, entonces allí... me di cuenta de que era difícil porque la mayoría de las mujeres indígenas que tienen hijos en edad escolar, no sé ahora, pero en ese tiempo [2019], acceder a la educación formal era muy difícil, porque yo había intentado también .*

conseguiu inscrever sua filha para realizar uma prova de nivelamento para verificar o ano escolar em que seria matriculada.

Minha filha também, ela foi desaprovada. Então, me pediram para ir a uma escola e quando cheguei na escola [...] tinha uma fila, entrei na fila para o registro e fiquei parada com os documentos da minha filha porque tinha todos os documentos e quando estava chegando minha vez, me olham e falam. então eu não falava português, então me falaram "espera aí", me tiraram da fila e eu vi que a fila avançava. Então, depois me dizem... ah depois que a fila acabou, eu vou e pergunto: "como vai ser? Como vou escrever à minha filha?". "Ah, acabaram as vagas"¹⁷ (NORIMA).

A experiência negativa de Norima, no processo de matricular sua filha na escola, tendo sido discriminada por ser uma imigrante indígena, a afastou desse serviço, o que acarretou um atraso de um ano e meio no acesso de sua filha à educação. Ela contou que:

Já tinha tentado [a inscrição escolar]. Mas "não está em outro tempo, já o tempo da inscrição passou, tem que chamar em tal data e isso". Então, logo depois que vou ao CRAS me falam que minha filha não está [na escola], me deixam assim... Então, faço uma ligação. Permitem a minha filha fazer a prova, já que ela foi desaprovada me mandam para a escola e acontece o que aconteceu. Então, eu voltei novamente para a ocupação e de verdade eu estava muito, muito mal¹⁸ (NORIMA).

17 *Mi hija también, ella desaprobó la prueba. Entonces, luego me pidieron ir a una escuela y cuando llegué a la escuela [...] fue que llegué a la escuela, había una cola, me puse en la cola para el registro y yo muy parada con los documentos de mi hija porque tenía todos los documentos, y cuando iba llegando... me quedan viendo y hablan. Y entonces, yo no hablaba portugués, entonces me dijo "espera ahí", me apartaron y vi que la cola avanzaba. Entonces después me dicen... Ahhh, después de que la cola acaba yo voy y pregunto "cómo va a ser. ¿Cómo voy a inscribir a la niña?". "Ahh, se acabó los cupos*

18 *Ya había intentado [inscrição escolar]. Mas "no está en otro tiempo, ya el tiempo de la inscripción paso, tiene que llamar en tal fecha todo eso". Entonces, luego después que voy al CRAS me dice que mi hija no está, me dejan así... Entonces, hago la llamada. Permiten a mi hija presentar la prueba, ya que desaprobada me mandan a una escuela y me pasa lo que me pasó. Entonces, de ahí regresé nuevamente a la ocupación y de verdad que estaba muy, muy mal*

Eis uma evidente experiência de racismo institucional por se tratar de uma falha organizacional coletiva em oferecer serviços adequadamente às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica conforme pontuado pelos panteras negras Hamilton e Ture (apud ALMEIDA, 2019). O racismo institucional é um elemento do colonialismo (ALMEIDA, 2019). Experiências de xenofobia e racismo podem levar a um distanciamento dos grupos afetados pelas políticas públicas e serviços públicos, como foi o caso de Norima, que levou mais de um ano para voltar a procurar vaga escolar para sua filha. Essa situação gerou violações de direitos para Norima ao ser discriminada em um serviço público e para sua filha ao ser impedida de ter seu acesso à educação garantido, consequentemente, impedindo o acesso da família à política de assistência social.

Petra, após superar a dificuldade da matrícula escolar e poder tentar realizar novamente seu Cadastro Único, encontrou uma barreira, desta vez, na direção contrária. Petra e Albany, que moraram na mesma ocupação, e atualmente moram na mesma comunidade, alegaram ter tido dificuldades para ter acesso à escola devido às dificuldades de se cadastrarem no programa Bolsa Família. Petra relatou que:

Esse [auxílio emergencial] era de fácil acesso. O Bolsa Família é difícil, sabe? E outra, estávamos tendo dificuldades com as meninas, para as meninas irem para escola com a questão do transporte, não te aceitam no transporte se você não tem Bolsa Família¹⁹ (PETRA).

Elas moram em um bairro novo da cidade que ainda não possui serviços públicos. Por isso, suas filhas vão à escola no bairro mais próximo, que fica a 5km. Enfrentam, portanto, dificuldades para levar as crianças para a escola todos os dias. Ao tentar utilizar o transporte

19 *Este [auxílio emergencial] era de fácil acceso. El Bolsa de Familia es difícil, ¿oíste? Y de otro estábamos pasando problemas con las niñas, las meninas para ir para la escuela con la cuestión del transporte, no la aceptaban el transporte si no tenías la Bolsa de Familia.*

escolar gratuito foram informadas que só podem utilizar o serviço do transporte as famílias cadastradas no Bolsa Família. Albany expôs que:

O moço do ônibus procura o nome dela e diz "você está recebendo o Bolsa Família?". Eu digo "não". "Bom, tem que estar recebendo, se não, não posso levar ela" [responde o motorista]. E aí me tirou assim, me tirou, me excluiu, pois, me excluiu de lá. Então, depois fui fazer o cadastro e me deu muito trabalho! Passamos por um processo e outras "não, já te entregaram, já fiz o cadastro único, agora tem que esperar para receber", "ah, mas aí não posso fazer nada" e eu "ai meu deus!²⁰" (ALBANY).

Observa-se, pois, como o estado e os municípios utilizam-se da inscrição no Cadastro Único e da aprovação em programas sociais federais para possibilitar o acesso a outros benefícios e programas em nível estadual e municipal. Consequentemente, a não aprovação no Cadastro Único ou em programas vinculados a este em nível federal, como o Bolsa Família, acarretam que as famílias em vulnerabilidades não sejam contempladas e não possam acessar benefícios socioeconômicos locais.

Um relato que se destacou na contramão dos demais foi o de Yarelis em relação a sua inscrição no CRAS e à matrícula escolar de sua filha. Ela informou que à época sua filha ainda não se encontrava estudando, porém, que esse não foi um empecilho para sua inscrição no Cadastro Único.

Sim, isso eu levei depois porque... eu passei um ano tentando conseguir, conseguir [a inscrição escolar] e foi muito complicado, não consegui inscrevê-la [...] porque tudo tem que ligar, ligar e depois que você liga, verificar

20

El chico del ómnibus busca el nombre de ella y sale, "voce estás recibiendo bolsa familia?", y le digo "no". bueno [responde o motorista do ómnibus], "tem que estar recibiendo más ahí, no, no posso levar la ella". Y ahí me, me tacho así, me tacho, me, me borro, pues me borró de ahí. ¡Entonces después fui a hacer cadastro que me costó bastante! Que pasamos por un proceso y voy otra vez, "no, que ya me dieron el, ya hice el cadastro único, ahora tengo que recibir", "más, ahí no puedes hacer nada" y yo "ay Dios mío".

se tem vaga, e isso às vezes acontecia que... eu não falava bem [português], e me diziam, eu não entendia o que me diziam. E tudo era complicado [...] ela tinha 15 anos. [me inscrevi no CRAS] com ela, mas ela não estava estudando e não colocaram dificuldades. Não me colocaram dificuldades nesse tempo não, eu a inscrevi [juntamente no Cadastro Único] rapidinho e não colocaram dificuldades, não sei²¹ (YARELIS).

É importante contextualizar que Yarelis chegou a Boa Vista no início de 2018, logo no início da aplicação da Lei de Migração, mesmo ano de instauração da Operação Acolhida. Algumas hipóteses podem ser levantadas para compreender o tratamento diferenciado recebido por Yarelis. A principal hipótese é a de que, devido ao fato de Yarelis ter sido atendida pelo CRAS, que se encontra na região do primeiro abrigo humanitário aberto em Boa Vista, que era um abrigo indígena, a equipe deste CRAS já se encontrava mais preparada para atender à população indígena imigrante. Outra hipótese é a de que nesse período as barreiras impostas à população venezuelana, como a xenofobia institucional, ainda não refletiam tão fortemente no serviço de inscrição do Cadastro Único. Possivelmente por ser um serviço menos acessado pela população imigrante, até aquele período, a ideia que existe hoje de criar barreiras para o acesso dos venezuelanos ainda não existia ou não era tão forte. Ademais, Yarelis teve mais facilidade para realizar alguns processos devido ao apoio que recebeu da colega que a acolheu em Boa Vista como, por exemplo, ao receber orientações para realizar sua regularização migratória e ser acompanhada em sua primeira ida ao CRAS.

21 *Si, eso lo llevé después porque ya... un año que yo tuve consiguiendo y fue muy complicado, no la pude inscribir. [...] porque todo tiene que llamar, llamar y después te llamas, si hay cupo y eso lo hacía y a veces... no hablaba bien, pues me decía, yo no entendía lo que me decía. Y, todo se me hacía complicado. [...] ella tenía 15 años. [me inscribi] Con ella, pero ella no estaba estudiando y no le pusieron peo [dificuldades, problemas]. No, no me pusieron, peo para ese tiempo, no, yo la escribí rapidito y no me pusieron peo, no sé.*

A distinção do atendimento entre Yarelis e as demais entrevistadas mencionadas anteriormente, Petra, Albany e Norima, é mais um indicativo de que a matrícula escolar de crianças e adolescentes deveria ser entendida como uma condicionalidade para a continuidade do recebimento de benefícios, e não um requisito para a inscrição no Cadastro Único. Reforçamos que as condicionalidades devem funcionar como um caminho para proporcionar uma resposta intersetorial a situações de pobreza e extrema pobreza, de maneira a impulsionar que as beneficiárias busquem acessar as demais políticas públicas necessárias, e não como uma barreira para o acesso à assistência social.

REFLEXÕES FINAIS

A Política de Assistência Social, através das condicionalidades criadas para seus programas, procura impulsionar sua inter-setorialidade. Porém, para que isso ocorra e para que os diferentes serviços de saúde, educação e assistência social possam trocar informações e contribuir efetivamente para o acesso da população, é necessário primeiramente que as pessoas não sejam deixadas à margem dessas políticas públicas. Como poderia a assistência social indicar a necessidade de ampliação de vagas no sistema escolar se nega a inscrição no Cadastro Único às pessoas em situação de vulnerabilidade, especialmente àquelas que se encontram fora da escola? Na verdade, quando esta negativa ocorre, reforça-se a situação de vulnerabilidade, mantendo-as tanto fora do sistema escolar, quanto fora da assistência social. Há, pois, uma inversão do papel das condicionalidades do Programa Bolsa Família. Ao invés de possibilitar a identificação das pessoas em situação de extrema pobreza e suas dificuldades para acessar os serviços e, assim, contribuir para o planejamento de ações intersetoriais territorializadas, a negação ao cadastro exclui essas pessoas de ambos serviços e direitos, tanto da educação ou da saúde, quanto da assistência social.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **O ACNUR antes e depois da Operação Acolhida**: uma análise à luz da resposta humanitária brasileira. 2022. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/06/ACNUR-Brasil-Antes_e_depois_da_Operacao_Acolhida-1.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?**: uma introdução à luta dos sem-teto. Editora Autonomia Literária LTDA-ME, 2018.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Imprensa Oficial. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **A Operação Acolhida**. [s.d]. Disponível em: <https://www.gov.br/acolhida/historico/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Lei 13.445, 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de Migração**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 10 de jun. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições, v. 70, 2016.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE MULHERES. **IV Conferência mundial sobre mulheres**. Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz, 1995, Pequim/China.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Boa Vista** [s.d]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/panorama>. Acesso em: 20 abr. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Avanços e desafios da transversalidade nas políticas públicas federais voltadas para minorias. *In: Brasil em Desenvolvimento*: Estado, planejamento e políticas públicas, vol 3. p. 779-795. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_BrasilDesenvEN_Vol03.pdf. Acesso em 26 nov. 2010.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. s. d. **Cadastro Único**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/avaliacao-e-gestao-da-informacao-e-cadastro-unico/cadastro-unico>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Guia para acompanhamento das condicionalidades do programa Bolsa Família**. 2020. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Guias_Manuais/Acompanhamento_condicionalidades.pdf. Acesso em: 11 nov. 2022.

PEÑA, Viviane; OTERO, Guilherme. Inovação em políticas locais para imigrantes: a experiência do Centro de Referência e Atendimento a Imigrantes de São Paulo. *In*: ELHAJJI, Mohammed; COGO, Denise; HUERTAS, Amparo (Eds.) (2020); **Migrações transnacionais, interculturalidade, políticas e comunicação**; InCom-UAB Publicacions, 20. Bellaterra: Institut de la Comunicaci, Universitat Autònoma de Barcelona.

PORTO ALEGRE, 2000. **Lei municipal 8.593/2000**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2000/859/8593/lei-ordinaria-n-8593-2000-autoriza-o-poder-executivo-municipal-a-realizar-os-convenios-necessarios-ao-recebimento-de-pessoas-perseguidas-pelo-pensamento-e-refugiados>. Acesso em 25 jun. 2022.

SILVA, Tatiana Dias. **Gestão da transversalidade em políticas públicas**. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD). Rio de Janeiro, v. 131, 2011.

SOARES, Márcia Miranda; CUNHA, Edite da Penha. Política de assistência social e coordenação federativa no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 67, n. 1, p. 86-109, 2016.

3

Rafaela França da Silva Della Santa

**O serviço especializado
de abordagem social como porta
de entrada para garantia de direitos
dos migrantes internacionais
em situação de rua:
possibilidade e limites**

INTRODUÇÃO

Dados divulgados no último Relatório Mundial sobre Migração (OIM, 2022) apontam que, embora a pandemia Covid-19 tenha restringido a mobilidade de pessoas entre países, ainda assim, no ano de 2022, somou-se um total de 281 milhões de migrantes internacionais espalhados pelos continentes, cerca de 3,6% da população mundial. De acordo o relatório, o Brasil se destaca como modelo para a concessão de vistos humanitários aos refugiados e migrantes, sendo identificado como o quinto destino mais procurado por venezuelanos, colombianos, peruanos, chilenos e equatorianos.

Corroborando com o exposto, a pesquisa “2011-2020: uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil”, desenvolvida pelo Observatório das Migrações Internacionais (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021), mostra que nos últimos 10 anos houve um aumento de 24,4% de migrantes internacionais, no Brasil, chegando a um total de 1,3 milhões de pessoas nessa condição, que vivem no país. A pesquisa demonstra um crescente fluxo migratório nas fronteiras do norte do país, ao mesmo tempo que revela dados de inserção laboral, com predominância no sul e sudeste do Brasil. Outro ponto identificado foi a feminização do público imigrante nos últimos sete anos, tendo como protagonistas mulheres provenientes, especialmente, do Sul-Global: Haiti, Venezuela, Cuba e Paraguai.

Os dados têm exposto que o fenômeno migratório é uma realidade significativa, e tem merecido especial atenção, no que tange à compreensão de seus determinantes e à criação de políticas públicas que vão ao encontro das demandas apresentadas por esse fenômeno social.

Nesse sentido, abrindo mão de concepções idealistas e subjetivistas, que mistificam a realidade e impedem o entendimento dos fenômenos sociais em seu verdadeiro movimento, buscamos

compreender a migração a partir do método de construção do conhecimento materialista histórico-dialético, identificando-a como uma categoria de análise dentro de uma totalidade, que, para ser compreendida em sua gênese, precisa ser desvelada em suas múltiplas determinações e expressões.

Uma das particularidades de como a migração internacional tem se apresentado no Brasil é formada por sujeitos e famílias que adentram e permanecem no país em situação de rua. O relatório “População em Situação de Rua no Brasil: O que os dados revelam?” (CORTIZO, 2019) demonstra que, do total de pessoas vivendo em situação de rua no Brasil, 29% é constituído por imigrantes, realidade que nos chama atenção e nos convoca a refletir.

Com a inauguração da Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua, em 2009 (BRASIL, 2009), consideram-se pessoas em situação de rua aquelas que, em condição de extrema pobreza, possuem vínculos familiares rompidos ou fragilizados e utilizam as ruas como espaço de moradia e sustento, e as unidades públicas de acolhimento de forma provisória ou temporária.

De acordo com o referido decreto, cabe à Política de Assistência Social a proteção social dos sujeitos em situação de rua, a partir da oferta e execução de serviços especializados, como é o caso dos Centros de Referência, das Unidades de Acolhimento e do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS). Ainda em 2009, foi aprovada a Resolução Nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que torna público o documento Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), que organiza e descreve o trabalho executado por esses e os demais serviços promovidos pela Política de Assistência Social.

O SEAS, a partir da metodologia de buscas ativas nos territórios, tem como objetivo identificar situações de risco pessoal e social e promover a garantia de direitos por meio do acesso à rede

socioassistenciais e às demais políticas, visando à superação dos riscos, das violações e vulnerabilidades, como é o caso das pessoas em situação de rua.

Mediante o exposto, este artigo busca compreender o papel do SEAS como porta de entrada e de acesso dos migrantes internacionais em situação de rua às políticas públicas, uma vez que esse serviço socioassistencial permeia os territórios e, comumente, configura-se como o primeiro contato institucional com os usuários demandantes das políticas setoriais. O estudo procura, também, a partir de uma análise histórica e dialética sobre o fenômeno migratório, compreender os limites do Estado e das políticas públicas para a transformação social.

1. AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Construir o conhecimento sobre qualquer fenômeno a partir do método materialista histórico-dialético elaborado por Karl Marx e Frederick Engels, significa buscar a compreensão do objeto para além dos dados empíricos aparentes, identificando as mediações que desvelam as determinações que os origina e os desenvolve, “é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto” (NETTO, 2011, p. 22).

Portanto, uma pesquisa que se pretende materialista histórico-dialética toma como princípio explicativo inicial o que Marx e Engels identificaram como o cerne do ser social: o trabalho como transformação da natureza, que vai se modificando em sua forma e conteúdo ao longo da história da humanidade.

Para esses teóricos, o trabalho, na forma como é organizado pelos homens para a reprodução da vida em cada momento histórico, é a base material de onde surgem diversas formas de sociabilidade e suas consequentes questões sociais. Netto (2011) pontua que Marx e Engels são contemporâneos da expansão capitalista, razão por que se dedicaram a compreender esse modo de produção e seu funcionamento sociometabólico, estabelecendo-o como a base material explicativa dos fenômenos sociais para os quais se busca compreensão. Para isso, a categoria totalidade, que se refere à organização e estrutura da sociedade burguesa (NETTO, 2011), é dita como essencial, nos termos materialistas, para a compreensão da realidade sobre a qual os objetos de análise devem ser situados para serem entendidos.

Nesse sentido, uma vez que esta pesquisa parte do pressuposto filosófico e metodológico marxista, buscamos compreender o processo migratório como um fenômeno que, para ser verdadeiramente apreendido, não pode ser descolado da materialidade e da totalidade que o determina.

Vendramini (2018) menciona três vertentes teóricas predominantes, na explicação do processo migratório: 1. Narrativa ecológica, que defende a ideia de que as pessoas migram em busca de recursos básicos de sobrevivência, como água, terra e comida; 2. Narrativa pioneira, que atribui ao migrante um sentimento de esperança de prosperidade com relação às novas terras; 3. por fim, a narrativa sobre a qual esta pesquisa se fundamenta, a narrativa marxista, que correlaciona a migração às questões de trabalho, exploração e escravização. Esta última exige uma importante ruptura com vertentes idealistas, que enfatizam os processos de subjetividade dos migrantes com relação à vivência da migração, em detrimento da materialidade que transcende o indivíduo e determina o fenômeno.

Não há dúvidas que os sujeitos atribuem significados ao lugar onde vivem, significados estes em grande parte matizados ideologicamente ou por uma nostalgia

própria de uma situação dramática da vida que leva as pessoas à negação da mesma. Entretanto, no plano da análise teórica, precisamos ir além da aparência e compreender as formas fetichistas que congelam e cristalizam a realidade, definidas discursiva ou ideologicamente (VENDRAMINI, 2018, p. 242).

Essa autora sinaliza a necessidade de que os sujeitos migrantes sejam compreendidos como sujeitos históricos que vivem um determinado momento econômico e pertencem a uma determinada classe social. A autora afirma que os mesmos fazem parte de um conjunto da classe trabalhadora, explorada, expropriada. Partindo de uma perspectiva fundamentada no método marxista, essa autora considera que o sujeito migrante faz parte de um “contingente de trabalhadores completamente disponíveis para o capital” (VENDRAMINI, 2018, p. 243).

Historicamente, para que pudéssemos chegar às condições objetivas de vida em que seja possível a existência de sujeitos completamente disponíveis para o capital, foi preciso romper com a escravidão que caracterizou os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Iniciou-se, então, um processo chamado de acumulação capitalista que, necessariamente, implica um lado formado por trabalhadores expropriados dos meios de produção e livres para a venda de sua força de trabalho, e o outro extremo, uma minoria de donos dos meios de produção, exploradores da mais valia e detentores do capital. Desse modo, duas principais classes sociais são formadas, que vivem em disputa e evidenciam as contradições do sistema vigente.

Uma vez que a sociedade capitalista não consegue abarcar toda essa demanda significativa de trabalhadores expropriados, constrói-se, nessas condições, o que Marx chamou de exército de reserva.

A expropriação e o desenvolvimento da maquinaria, intrínsecos ao processo de acumulação capitalista, produzem crescente grupo de trabalhadores desempregados ou subempregados dispostos a mover-se a qualquer lugar

que prometa um emprego e dispostos a trabalhar em qualquer ramo da produção. (VENDRAMINI, 2018, p. 244).

Para a autora, o processo de expropriação que lança esses sujeitos ao mercado de trabalho não é só a gênese do processo de acumulação capitalista, mas também de sua perpetuação. Os trabalhadores expropriados, sem escolhas, sujeitam-se às condições de vida, de salário, de exigências que não contribuem para sua saúde, desenvolvimento e bem-estar, pelo contrário, “constituem-se numa massa de segregados atrás dos muros, em guetos ou bairros afastados, constituindo-se em trabalhadores mais fragilizados e vulneráveis que reforcem a subordinação geral da classe trabalhadora” (VENDRAMINI, 2018, p. 245); é o caso dos trabalhadores migrantes. Sobre esses indivíduos, a autora salienta que muitos fluxos migratórios estão ligados à resposta do capital aos movimentos trabalhistas, conduzidos para onde a mercadorização dos trabalhadores se mostra mais lucrativa, entendimento corroborado pelos estudos de Brasil (2018).

A mobilidade do capital e da força de trabalho e seus impactos no cotidiano social, nos mercados de trabalho, nas sociedades de chegada e de partida, nos fluxos financeiros, nas migrações internacionais redesenham os países nos espaços migratórios na divisão internacional do trabalho (BRASIL, 2018, 763).

Dessa forma, o capital rege e organiza a dinâmica das sociedades e a vida dos trabalhadores, que ficam mais expostos às contradições desse modo de produção. São sujeitos que deixam para trás suas vidas, seus vínculos familiares e comunitários, sua cultura, seu país e amargam uma vida expropriada, explorada e subserviente às condições insalubres, incertas, violentas e desprotegidas, cujo ápice de vulnerabilidade é a falta de um teto para se abrigar, para se alimentar e descansar, como é o caso dos migrantes internacionais em situação de rua, que são a expressão mais fiel da selvageria que permeia todo esse processo.

As migrações maciças observadas na atualidade encontram motivações majoritariamente econômicas, vez que algumas populações buscam condições de vida mais favoráveis em economias melhor sucedidas. Isso vale tanto para os mais abastados quanto para os menos favorecidos (BRASIL, 2018, p. 762).

De acordo com Cavalcante, Oliveira e Silva (2021), os maiores fluxos migratório no Brasil foram de pessoas oriundas da Venezuela, Haiti, Bolívia e Colômbia, configurando o que a literatura especializada chama de Migrações Sul-Sul, assim explicada por Jarochinski-Silva e Baeninger (2022, p. 126):

A mobilidade no Sul global está intensamente inserida na perspectiva das migrações internacionais, reforçada pelas práticas anti-imigração no chamado Norte global. Tais práticas contribuem para a criação de redes de deslocamento e constituição de medidas migratórias em circulação entre as periferias do sistema econômico internacional.

Os autores salientam que as razões para a migração são determinadas por circunstâncias diversas, de acordo com cada país de origem, como é o caso da Venezuela e as migrações de crise; entretanto, há características gerais que não devem ser desconsideradas, a exemplo das políticas do Norte-Global anti-imigrantes, que força um fluxo entre os países periféricos e determina, também, as migrações Sul-Sul.

Diante do exposto, os fluxos migratórios, além de suas particularidades geopolíticas, é um fenômeno que se determina pelo processo de acumulação capitalista, protagonizado por trabalhadores formadores do exército de reserva, em condições de vida miseráveis e desprotegidas; é sobre essa população que as políticas públicas incidem, na busca de promover a proteção social desses sujeitos, como é o caso da Política da Assistência Social.

Ressalte-se, aqui, que uma análise crítica e o fomento de políticas públicas não podem perder de vistas que o fenômeno das migrações, em nossa sociedade, está arraigado em uma estrutura desigual que fundamenta, inclusive, a criação do Estado burguês; ao tempo em que este age em favor da minimização das contradições da sociedade classista, não é capaz de extinguir suas causas, pois existe como mantenedor da ordem (MÉSZÁROS, 2021).

2. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO GARANTIDORA DE DIREITOS: POSSIBILIDADES E LIMITES

A assistência social se consolidou como política pública na década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Antes disso, as ações de cunho assistencial se resumiam ao chamado primeiro-damismo e a uma postura assistencialista diante da pobreza e da miséria.

Com todo o movimento de redemocratização que marcou os anos 1980, os movimentos sociais assumiram um importante protagonismo na construção do novo ordenamento jurídico brasileiro, que se materializou em uma nova Constituição Federal outorgada em 1988, após a queda do Regime Ditatorial que perdurou no país durante duas décadas.

Entre as reivindicações populares acatadas durante a constituinte, esteve o reconhecimento da assistência social como política pública que, a partir de então, passou a formar, junto com a Previdência Social e a política de Saúde, o chamado tripé da Seguridade Social brasileira. No Art. 203, a Constituição Federal determina que:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. VI - a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza (BRASIL, 1988).

Com o passar do tempo, essa política foi se desenvolvendo e aprimorando. Em 1993 tivemos a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre a organização, objetivos e princípios da Assistência Social. Em 2004, cumprindo as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social e criado o Sistema Único de Assistência Social, em 2005, ambos com o objetivo de materializar as diretrizes da LOAS. Contudo, apenas em 2011, no Governo Dilma Rousseff, o SUAS foi sancionado como Lei Federal n. 12.435; no Art. 6º, esse dispositivo estabelece o seguinte:

A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), com os seguintes objetivos: I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva; II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6º - C; III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social; IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais

e municipais; V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social; VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos (BRASIL, 2011).

Nota-se um significativo avanço, em relação à consolidação dessa política setorial, nas décadas de 1990 e 2000. Entretanto, ressaltamos que todo esse movimento político precisa ser compreendido a partir de um movimento econômico que o subsidia. Ao mesmo tempo em que tivemos importantes e inquestionáveis passos largos para a proteção social do povo brasileiro, precisamos, a partir de um paradigma de análise crítico e dialético que permita desvelar as contradições, compreender que a gênese desse processo está no sistema econômico capitalista fundamentado pela filosofia liberal e neoliberal. Nesse sentido, Carinhato (2008, p. 38) explicita que “A ideologia neoliberal contemporânea é, fundamentalmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada, rejeitando veementemente a intervenção estatal na economia”.

O autor explica que, contrapondo-se à política intervencionista de Bem-Estar Social, inaugurada após a crise de 1929, nos Estados Unidos, e findada em 1973, com a Crise do Petróleo, o então neoliberalismo identifica, no igualitarismo das condições objetivas de vida, uma ameaça à ordem natural do mercado, que, nessa perspectiva, fundada por Adam Smith em 1879, autorregula-se, o Estado não precisa interferir.

Assim, temos um sistema econômico neoliberal que produz concentração de renda, miséria e desigualdade social, convocando o Estado à elaboração de políticas públicas para o enfrentamento desses efeitos colaterais, ao mesmo tempo em que sua estrutura fundadora permanece intacta: o sistema capitalista. É nesse contexto que a política de assistência social se cria e se sustenta.

Em 2009 foi aprovada, pelo Conselho Nacional de Assistência Social, a Resolução nº 109, que traz a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009). Além de ratificar a organização da Política de Assistência Social já prevista na LOAS (BRASIL, 1993) - proteção social básica e especial de média e alta complexidade -, essa Resolução descreve minuciosamente os serviços socioassistenciais de cada proteção e complexidade.

Com o objetivo primordial de assegurar a proteção social dos sujeitos, a Política de Assistência Social tem como premissa o Art. 203 da Constituição Federal, que, no inciso V, determina que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social” (BRASIL, 1988).

Dessa forma, a Política de Assistência Social com o objetivo legal de assegurar a proteção social de quem em solo brasileiro estiver, é uma política que, necessariamente, dialoga com as demais, como é o caso da Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua, mas que não encontra diretrizes específicas no que tange aos migrantes, dada a inexistência de uma política nacional que possam organizar o atendimento à essa população. Esse fato se configura como um desafio à rede de atendimento, pois, embora não exista uma política específica, os migrantes, como sujeitos de direitos, constituem uma realidade cada vez mais significativa no Brasil.

Além disso, o atendimento aos migrantes e a garantia de seus direitos por meio de ações ancoradas nas políticas públicas encontram obstáculos intrínsecos, uma vez que a própria migração de pessoas em situação de vulnerabilidade é produto de uma estrutura ancorada na acumulação capitalista, intocável pelas políticas públicas.

Seguindo a tradição Marxista, Mészáros (2021) assevera que o Estado capitalista retroalimenta o próprio capitalismo, suas contradições, desigualdades e exclusões; nesse sentido, as políticas

públicas como ações estatais não têm em suas mãos a possibilidade de transformação, mas de minimização dos impactos.

Assim, quando falamos de sujeitos de direitos, referimo-nos a uma população que politicamente alcançou um papel de usuários das políticas públicas, mas não necessariamente de emancipação humana. O contraste não anula e não retrocede a responsabilidade do poder público de garantir a vida e a sobrevivência digna dos sujeitos em tela, mas não se limita ao abastecimento do Estado como redentor das violações proveniente de uma sociedade classista, uma vez que o próprio Estado, como afirma Mészáros (2021), é elemento indispensável para o funcionamento desse sistema.

3. MIGRANTES INTERNACIONAIS: SUJEITOS DE DIREITOS

Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, realidade sobre a qual nos debruçamos neste estudo, assim como outras cidades brasileiras, tem recebido migrantes e, por isso, tem avançando para o atendimento integral dessa população. Em Setembro de 2022 foi aprovada, nesse município, a Política Municipal para a População Imigrante, cujo objetivo é garantir, a todas as pessoas que se transferem de outro país para solo campo-grandense, o acesso aos direitos sociais e aos serviços públicos por meio de princípios e prioridades. As prioridades destacadas no Art. 3º dizem respeito aos serviços socioassistenciais, saúde, trabalho, educação, valorização da diversidade cultural, moradia, esporte e lazer, ordenamento que vai ao encontro da legislação nacional.

Até 2017, o dispositivo jurídico que regia o Estado brasileiro, no que diz respeito aos migrantes internacionais, era o conhecido como Estatuto do Estrangeiro, sancionado no ano de 1980, durante

o Regime Militar. Esse dispositivo, segundo Claro (2020, p. 45), trazia em seus artigos a compreensão de que os migrantes seriam potenciais inimigos no país.

Quando o estatuto mencionava “definir a situação jurídica do estrangeiro no Brasil” por meio da satisfação de condições para entrada, permanência e saída do território brasileiro (art. 1º), era nítida a preocupação com a soberania, a segurança e os interesses nacionais, como reafirmado ao longo daquele diploma legal.

Divergindo sistematicamente desse paradigma, a Nova Lei da Migração, Lei Federal nº 13.445 de 2017, fundamentada pelos dispositivos da Constituição Federal, das normas infraconstitucionais de direitos humanos e os tratados internacionais, no Art. 1º demonstra sua preocupação com os direitos da população migrante e aponta, ao longo do texto, o Estado como garantidor dos mesmos. Esse novo ordenamento jurídico confere aos migrantes e aos refugiados a chancela de sujeitos de direitos e deveres, que devem ter assegurado o acesso a todos os serviços públicos, bem como a proteção pela legislação trabalhista (BRASIL, 2018).

Desse modo, quando um migrante internacional adentra o solo brasileiro, temos a complexidade de um trabalhador expropriado e explorado que, seguindo os mandos e desmandos do capital, sai do seu país de origem como força de trabalho totalmente disponível e subserviente, para viver em condições de vulnerabilidade, risco social, violações de direitos e, não raras vezes, em situação de rua, como no caso dos 29% dos migrantes internacionais que residem no Brasil. São sujeitos reconhecidos pelo Estado brasileiro como sujeitos detentores de direitos a serem garantidos pelas diversas políticas públicas setoriais, e que sejam capazes de promover um olhar integral sobre essa população, com a finalidade de promover autonomia e proteção social. Nesse contexto, inserem-se os serviços socioassistenciais, que, para a população em situação de rua, têm como porta de entrada o Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS).

Esse é um dos serviços socioassistenciais ofertados pela Proteção Social de Média Complexidade; de forma sistemática e continuada, por meio do trabalho social de abordagem a partir de buscas-ativas, procura identificar a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua etc., tendo como objetivo principal “buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos” (BRASIL, 2009, p. 31). E mais:

Construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais; - Identificar famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições; - Promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias; - Promover ações para a reinserção familiar e comunitária (BRASIL, 2009, p. 32).

Referenciado nos Centro de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS) ou nos Centro-POP, unidades de atendimento exclusivo para pessoas em situação de rua, o SEAS, por meio de equipes volantes, é um canal de identificação de situações de risco pessoal ou social e de abordagem social, um:

[...] processo de trabalho planejado de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculo de confiança com pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social nos espaços públicos para atender, acompanhar e mediar acesso à rede de proteção social (BRASIL, 2013, p. 7).

A execução desse serviço depende de um estudo sistemático que define os locais de intervenção, com base em um planejamento prévio: ruas, praças, entroncamentos de estradas, fronteiras e espaços públicos.

Em cartilha elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2013), sobre o SEAS, estabeleceram-se alguns eixos norteadores do serviço, conforme se descrevem a seguir.

Proteção social proativa - que significa uma equipe de trabalho ativa, ágil, com autonomia e capacidade técnica para conhecer a fundo o território e tomar as providências necessárias diante de situações emergenciais e imprevisíveis, além de proativa na busca desse usuário, que, não raras vezes, não possui condições físicas e mentais de buscar o serviço.

Ética e respeito à dignidade, diversidade e não discriminação - postura profissional calcada em valores universais de respeito, solidariedade e cooperação, ao reconhecer as diferenças e a pluralidade dos territórios, rompendo com atitudes preconceituosas e discriminatórias.

Acesso aos direitos socioassistenciais e construção de autonomia - implica em uma equipes capacitada e adequada, quantitativamente, para o atendimento das demandas, reconhecendo os usuários como sujeitos de direitos que devem ser protagonistas no processo de construção de sua autonomia.

Construção gradativa de vínculo de confiança com os sujeitos, a rede e o território - significa respeitar o usuário na sua singularidade de modo de vida, sem deixar de afirmar e reafirmar os objetivos e valores que fundamentam o serviço, tornando-se, o profissional, muitas vezes, uma pessoa de referência para a construção de um novo projeto de vida, responsabilidade que deve ser dívida com os demais profissionais da rede ao estabelecer alianças que potencializam as intervenções.

Respeito à singularidade e autonomia na reconstrução de trajetórias de vida - fortalecimento de um atendimento individualizado e que promova a participação do usuário e da família na construção dos encaminhamentos.

Trabalho em rede - a partir de um olhar integral sobre os usuários e suas demandas, compreendendo que as situações de risco não possuem apenas uma origem, mas constituem uma realidade multifacetada e, por isso, evidenciam a incompletude institucional, que corresponsabiliza as diversas políticas públicas e mobiliza ações em rede.

Relação com a cidade e a realidade do território - passa a compreensão de que territórios são espaços em contínuo movimento, cujo estudo é de responsabilidade da equipe, a partir da identificação de regularidades que os descrevam e possibilite o planejamento de intervenções condizendo com a realidade singular de cada território.

A partir dos eixos norteadores descritos, as equipes responsáveis pela execução do Serviço Especializado de Abordagem Social buscam afiançar a segurança de acolhida e de convívio e convivência familiar, comunitário e social. Além disso, procuram inserir esses usuários no serviço, respeitando sua dignidade e identidade, e assegurar a perpetuação de seus vínculos familiares e comunitários, ao mesmo tempo em que promove acesso aos serviços socioassistenciais e as demais políticas setoriais.

Quando nos referimos aos migrantes internacionais em situação de rua, referimo-nos a pessoas que, pelo ordenamento jurídico brasileiro, são considerados sujeitos de direitos em igualdade com os cidadãos brasileiros, ou seja, usuários legítimos das políticas públicas que devem garantir a dignidade por meio desses direitos. Entretanto, para que essas políticas setoriais sejam efetivadas, essa população precisa ser inserida na rede de atendimento, e é esse o ponto que fundamenta a relevância do SEAS.

Partindo de uma postura proativa e ética, que fomente o acesso aos direitos socioassistenciais e promova a possibilidade de autonomia, tendo como umas das estratégias de trabalho a

construção de vínculo com o usuário, a rede e o território, respeitando a trajetória de vida de cada um e suas singularidades, o SEAS se configura como importante porta de entrada para a rede socioassistencial e as demais políticas públicas.

3.1 O CASO ESPECÍFICO DE CAMPO GRANDE

Mato Grosso do Sul é um estado fronteiriço que faz divisa com cinco outros estados - Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná -, além de dois países latino-americanos - Paraguai e Bolívia -, razão por que é considerado um forte corredor migratório, que ocupa a posição 8ª no ranking do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de estados brasileiros com maiores quantidades de migrantes internacionais (SILVA, 2019).

De acordo com esse autor, 2,2% da população residente de Mato Grosso do Sul é formada por migrantes internacionais, sendo que 60% deles se concentram nas cidades de Campo Grande, Ponta Porã, Corumbá e Dourados.

No caso específico de Campo Grande, o Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas afirma que existe um total 4.500 migrantes vindos de diversos países latino-americanos, que frequentemente chegam à cidade em situação de vulnerabilidade social pela falta de moradia, alimentação e desemprego (ROSA, 2019).

Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social demonstram que no ano de 2022, cerca de 248 migrantes internacionais em situação de rua foram abordados pelo SEAS, a maioria formada por homens e mulheres adultas provenientes da Venezuela, Colômbia, Bolívia e Argentina.

A abordagem especializada desenvolvida pelo SEAS tem como protocolo de atendimento a promoção de serviços públicos

de acordo com a necessidade apresentada pelo usuário abordado, podendo ser, imediatamente, algum serviço de saúde ou socioassistencial ou, ainda, a oferta do serviço de acolhimento institucional àqueles em situação de rua.

Com a finalidade de proteção social e desenvolvimento de autonomia e independência dos acolhidos, a partir de um trabalho técnico com profissionais qualificados, atualmente Campo Grande possui dois serviços municipais destinados ao acolhimento institucional de pessoas em situação de rua, com vínculos familiares rompidos os frágeis, migrante e imigrantes: as Unidades de Acolhimento Institucional para Famílias e duas instituições da sociedade civil, que atuam especificadamente com o público migrante e imigrante: Casa Resgate e o Centro de Apoio ao Migrante (CEDAMI). A primeira é cofinanciada pela Prefeitura de Campo Grande e vinculada à Igreja Evangélica; a segunda, não cofinanciada e vinculada à Igreja Católica.

O SEAS se configura e se determina como um serviço essencial para o Sistema de Garantia de Direitos dos migrantes internacionais que adentram não só a cidade de Campo Grande, mas no âmbito geral do país, uma vez que é um serviço nacionalmente tipificado.

É por meio das ações do SEAS, a partir de buscas-ativas e abordagens sociais nos territórios que, muitas vezes, os sujeitos em situação de vulnerabilidade social se reconhecem como usuários das políticas públicas especializadas como, no caso dos migrantes internacionais, a Lei Municipal n. 6.925, que institui, em Campo Grande, a já referida *Política Municipal para a População Imigrante*. Essa política busca a garantia dos direitos aos migrantes internacionais em solo campo-grandense, a partir do acesso aos serviços públicos e estabelecendo a assistência social, a saúde, o trabalho, a educação, a habitação e o esporte, cultura e lazer como prioridade, cabendo a cada política o financiamento de suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As migrações sempre fizeram parte da história da humanidade, cada período com suas causas e razões. Em nossa sociedade, que se organiza sob a égide do capital, este estudo parte do pressuposto que as migrações nada mais são do que a mobilidade da força de trabalho, protagonizada por trabalhadores expropriados dos meios de produção e formadores do chamado exército de reserva. Homens, mulheres e proles que se transformam em corpos e forças de trabalho totalmente disponíveis para suprimirem as necessidades das da produção capitalista e suas crises.

Nos últimos anos, o Brasil tem se tornado um país significativo, no que tange ao fluxo migratório mundial, recebendo, especialmente, em suas unidades federativas, migrantes internacionais de diversos países da América Latina. São sujeitos que, em condições vulneráveis, deixam para trás suas cidades, cultura, costumes, a vida familiar e comunitária, e adentram o Estado brasileiro sem garantia de dignidade, desembocando, muitas vezes, em uma vida nas ruas.

No município de Campo Grande, essa realidade nacional se repete, com trabalhadores e trabalhadoras imigrantes, sem qualificação e emprego que, não raro, encontram na rua a única opção de moradia e sustento. As ações do SEAS representam um importante papel nesse contexto, porém, conforme sabemos, ainda não é capaz de verdadeiramente abarcar toda a demanda, que também não encontra escoamento nos serviços de acolhimento institucional.

Nesse sentido, este estudo identifica que as intervenções promovidas pelo SEAS têm potencialidade para a inserir a população de migrantes internacionais no Sistema de Garantia de Direitos, pois é um serviço que possui eixos norteadores e metodologia de trabalho social que vão ao encontro das demandas apresentadas pela referida população.

Entre outras características, o SEAS se mostra como um serviço proativo, que busca o usuário, ao invés de esperar por ele; a partir de uma postura técnica e ética nos territórios, promove a construção de vínculos e mobiliza as demais políticas setoriais por meio de encaminhamentos indispensáveis para a construção de novos projetos de vida e a superação das condições de vulnerabilidade e violações que permeiam a vida das pessoas em situação de rua.

Entretanto, alguns desafios também são desvelados quando, a partir de uma análise marxista da conjuntura, conseguimos identificar que os fluxos migratórios têm raízes fincadas nas contradições e crises intrínsecas ao capitalismo. Este, ao promover a concentração de renda e a desigualdade social, funda uma classe social que, para sobreviver, coloca-se em total disponibilidade para o capital, mesmo que isso signifique e exija a mobilidade para outro país sem qualquer retaguarda ou segurança.

Nesse sentido, a tradição marxista nos mostra que o Estado que não paira sobre a sociedade, mas que nasce de suas entranhas, é incompetente para a transformação social e rompimento com as causas mantenedoras das violações de direitos as quais são impostas aos migrantes internacionais. Assim, pensar e refletir os serviços socioassistenciais exige a compreensão das políticas públicas como materialização de um Estado burguês mantido e mantenedor da ordem vigente, incapaz de, na integralidade, promover desenvolvimento da classe trabalhadora, tendo em vista encontrar-se emparalhado aos interesses dominantes de uma classe social que se nutre das violências contra os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Deilton Ribeiro. As dimensões políticas, sociais e econômicas da nova lei de migração brasileira e os direitos humanos em uma sociedade globalizada. **Revista Argumentum - Journal of Law**, v. 19, n. 3, p. 757-774, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Política Nacional para População de Rua. **Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Brasília (DF), 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF: DOU, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas e respostas: Serviço Especializado em Abordagem Social**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. 2009. Reimpressão 2014. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/pdf/TipificacaodosServicos.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Nacional de Assistência Social. **Política nacional de assistência social**. Brasília: MDS/ SNAS, nov. 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/nova-legislacao/item/13760-lei-n-13-445-de-24-de-maio-de-2017>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora**, v. 2, n. 1, 2008.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Bianca. (Orgs.) **Relatório Anual 2021 - 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. Do Estatuto do Estrangeiro à Lei de Migração: avanços e expectativas. **Boletim de Economia e Política Internacional**. n. 26. set. 2019/abr. 2020.

CORTIZO, Roberta Mélega. **População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam**. Brasília, DF: Ministério de Cidadania, 2019.

JAROCHINSKI-SILVA, João Carlos; BAENINGER, Rosana. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 29, p. 123-139, 2022.

MESZAROS, István. **Para além do Leviatã: crítica do estado**. São Paulo: Boitempo Editora, 2021.

NETTO, João Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **World Migration Report 2022**. Genebra, Suíça: IOM, 2022

ROSA, Rosane Costa. Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Campo Grande-MS. Desafios, conquistas e perspectivas. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 27, p. 199-206, 2019.

SILVA, Cesar Augusto. Fluxo Migratório no Estado do Mato Grosso do Sul. **METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos**, v. 2, n. 1.2019

VENDRAMINI, Célia Regina. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. **Revista Katálysis**, v. 21, p. 239-260, 2018.

4

Aldenor Batista da Silva Junior
Francisco José Rebordinos Hernando
Luciane Pinho de Almeida

La atención al alumnado migrante en España: datos de Castilla y León en la educación obligatoria

INTRODUCCIÓN

El flujo de personas entre países, regiones e incluso continentes es muy común y los procesos sociales involucrados en este fenómeno incluyen el reconocimiento de la migración internacional y comprenden diferentes situaciones, diferentes grupos sociales y muchas implicaciones.

La diversidad de personas en condición de migración o refugio, que ya existía desde hace algunos años en la mayoría de los países europeos, se ha incrementado mucho en las últimas décadas con un número creciente de migrantes procedentes de otros países occidentales en todas partes del mundo. Se ha señalado que la presencia de migrantes ha transformado a un gran número de países, incluidos aquellos que, hasta mediados de la década de 1970, nunca habían sido receptores de ellos, como es el caso de países del sur de Europa, como España. La migración de personas de diferentes países es uno de los fenómenos sociales, culturales y económicos actuales que hemos visto y las señales son claras de que estamos ante un hecho que sólo tiene que permanecer.

La situación actual es que, desde finales del siglo XIX y principios del siglo XX, el continente europeo ha sido testigo del éxodo de sus habitantes hacia diferentes regiones del mundo, principalmente América, en las últimas décadas Europa ha venido experimentando lo contrario de este fenómeno, sin contar los casos de Estados Unidos y otros países que atraen migrantes de otros países (DÍAZ, J. M. H; POZZER, A; CECCHETTI, E., 2019). Los flujos migratorios registrados en España son el resultado del contexto global de las últimas décadas de intensificación de los movimientos migratorios de personas en el contexto de la globalización.

España ya tiene un nivel de multiculturalidad equiparable al de los principales países receptores del mundo con mayor tradición

de acogida, como Estados Unidos, Canadá, Alemania, Francia y otros. A pesar del incremento coyuntural de la migración de España al exterior durante los años más agudos de la reciente crisis (reflejo principalmente de salidas o retornos de extranjeros que abandonaron el país), lo cierto es que, considerando todos los períodos, este fenómeno tiene una importancia cuantitativa menor que la de los flujos de llegada, que no impide la atención.

Actualmente España tiene 344.082 alumnos migrantes matriculados en la Educación Primaria y 201.595 alumnos en la educación secundaria obligatoria de escuelas públicas y particulares, según datos del Ministerio de Educación y Formación Profesional en 2022.

En este trabajo vamos a centrar en la migración y educación, reflexionando un poco de este fenómeno, su realidad en España, la educación obligatoria en este país europeo, desarrollar sobre la educación obligatoria para migrantes y refugiados en Castilla y León, una comunidad autónoma de España y sus medidas al alumnado extranjero.

1. MIGRACIÓN Y EDUCACIÓN EN ESPAÑA

Las demandas de mano de obra, las crisis económicas, la urbanización, la pobreza arraigada, la inestabilidad política, los proyectos de desarrollo y los conflictos siguen alimentando el movimiento mundial de los pueblos. Brindar servicios sociales, de salud y educativos a las poblaciones migrantes se ha convertido en una preocupación apremiante en todas las regiones del mundo. Migrante es un término amplio que abarca a las personas que se mudan de su lugar de residencia habitual a una nueva ubicación.

En este texto nos ocupamos de la migración, especialmente de la migración internacional, esto es, los “movimientos de

personas que dejan sus países de origen o residencia habitual para instalarse, de manera permanente o temporal, en otro país. En consecuencia, implica la transposición de fronteras internacionales" (OIM, 2018, p. 42).

Inscrita en el **artículo 26 de la Declaración Universal de los Derechos Humanos**, la educación es una herramienta fundamental para proteger la dignidad humana. Es evidente que los derechos humanos adquieren aún más importancia cuando su realización está en riesgo, por ejemplo, cuando las personas se ven obligadas a huir de conflictos armados, persecuciones o por el deseo de mejorar su posición socioeconómica a través de la migración. En su país de llegada, su situación educativa personal puede ser insegura.

Para los refugiados, recibir educación es la mejor manera de convertirse en miembros de pleno derecho de sus países de acogida. Los trabajadores migrantes ordinarios y sus hijos pueden beneficiarse intelectual y socialmente de asistir a la escuela y aprender sobre las personas y la sociedad de la que forman parte. Los solicitantes de asilo que esperan una decisión sobre su futuro necesitan cursos básicos de idiomas, lo que es aún más importante para los menores no acompañados que solicitan asilo. Para los migrantes irregulares e indocumentados, tener acceso a una educación básica les ayuda a crear estabilidad y una apariencia de normalidad en sus vidas personales, además de aumentar su autoestima. El derecho a la educación obliga a los Estados a brindar acceso a servicios educativos y recursos financieros para garantizar que nadie se vea privado de al menos la educación obligatoria.

La situación educativa de los solicitantes de asilo y refugiados en campos de acogida temporales situados más allá de las fronteras de los países donde se desarrollan conflictos (por ejemplo, Ucrania, Líbano, Jordania, Grecia y Turquía) tiene un carácter especial, ya que su situación puede ser precaria por la falta de instalaciones (edificios, maestros mejor cualificados, material escolar) y falta de recursos financieros.

El derecho internacional de los derechos humanos establece el derecho a la educación para todos, sin discriminación por motivos de origen nacional o social, o cualquier otra condición. El principio de no discriminación se extiende a todas las personas en edad escolar que residan en el territorio de un Estado, incluidos los extranjeros e independientemente de su condición jurídica. Por lo tanto, los migrantes irregulares o indocumentados pueden contar con su derecho a la educación. Esto da lugar a obligaciones inmediatas inequívocas: la libertad política para el estado no existe en este sentido. Está prohibida la discriminación por cualquier motivo, porque está en juego la esencia del derecho. Esto implica el acceso igualitario a las instituciones educativas, y puede ser calificado como la esencia o contenido mínimo del derecho.

Esto se deriva del fenómeno universal de los derechos humanos. Se pueden extraer medidas especiales para la protección del derecho a la educación de la **Convención de 1951 sobre el Estatuto de los Refugiados**, trato que los nacionales en materia de educación primaria y no menos favorable que ese a los extranjeros en general en las mismas circunstancias, en lo que respecta a las categorías de educación distintas de la primaria y, en particular, en lo que respecta al acceso a los estudios, el reconocimiento de certificados de estudios, diplomas y títulos universitarios otorgados en el extranjero, el pago de derechos y tasas y la concesión de becas.

El artículo 3 de la **Convención sobre los Derechos del Niño** (1989) añade que “tendrán como consideración primordial el interés superior del niño” en toda medida que adopten que les afecte. Esto incluye brindar servicios educativos a todos los migrantes.

La **Convención internacional sobre la protección de los derechos de todos los trabajadores migratorios y de sus familiares (1990)** garantiza la igualdad de trato de los trabajadores migratorios, sus hijos y sus familiares con los nacionales del Estado de trabajo. En cuanto a la educación de los hijos, el artículo 30 establece

que “el hijo de un trabajador migratorio tiene el derecho fundamental de acceder a la educación en condiciones de igualdad de trato con los nacionales del Estado de que se trate. No se podrá denegar o limitar el acceso a los establecimientos públicos de educación pre-escolar o escolar por razón de una situación irregular en la permanencia o empleo de uno de los padres o por la permanencia irregular del hijo en el Estado de empleo”. El problema con este Convenio es que no ha sido ampliamente ratificado por los Estados de empleo, sin duda porque contiene algunas obligaciones de largo alcance.

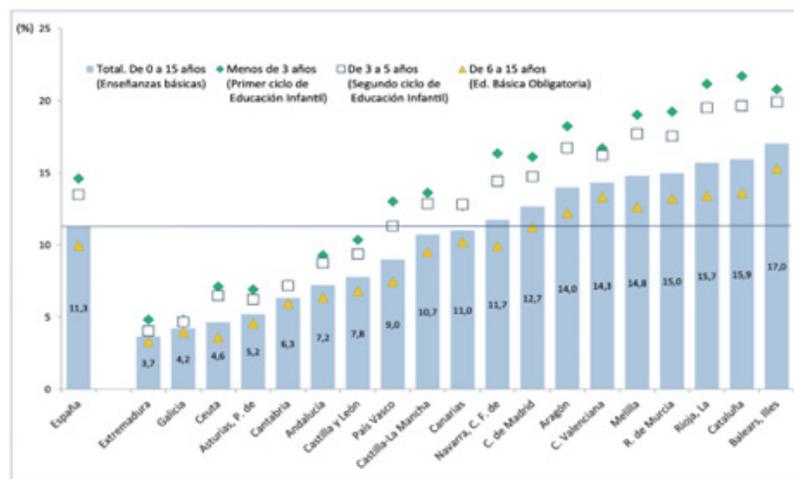
A nivel regional, el **Convenio Europeo de Derechos Humanos** contiene una disposición clara y estricta: “A nadie se le puede negar el derecho a la educación” (Artículo 2, Primer Protocolo). Según la legislación de la Unión Europea, los menores y refugiados solicitantes de asilo tienen acceso a la educación en las mismas condiciones que los nacionales de los Estados miembros de la UE. Este derecho puede ser invocado por cualquier persona que se encuentre dentro de la jurisdicción de un Estado Miembro, incluidas aquellas que se encuentren en situación migratoria irregular. Sin embargo, los tipos de educación a los que se puede acceder se limitan a la educación primaria y secundaria, con el objetivo de incluir a las personas migrantes y refugiadas.

El origen de la idea de inclusión se sitúa en el **Foro Internacional de la UNESCO**, celebrado en Jomtien (HAGGIS, 1991), donde se promovió el compromiso de una Educación para todos que atendiera las necesidades básicas de aprendizaje, al tiempo que desarrollara el bienestar individual y social dentro del sistema de educación formal.

El mayor empuje al desarrollo del enfoque de educación inclusiva fue dado en la Declaración de Salamanca (UNESCO, 1994), documento elaborado durante la Conferencia Mundial sobre necesidades educativas especiales: acceso y calidad (7-10 de junio de 1994). Se reconoció por primera vez la necesidad de conseguir escuelas que **incluyan a todo el mundo**.

El Consejo Escolar del Estado del Ministerio de Educación y Formación Profesional de España presenta el informe 2021 sobre el estado y situación del sistema educativo en el curso escolar 2019-2020, según los datos de la Estadística del Padrón Continuo del INE, en cuanto a la distribución por tramos de edad de la población extranjera menor de 16 años, cabe señalar lo siguiente: de los 827.022 empadronados en España en 2020 de nacionalidad extranjera y menores de 16 años, el 37,9 % (313.815 personas) forma parte del grupo de edad de 6 a 11 años, edades teóricas de inicio de los cursos 1º y 6º de Educación Primaria respectivamente. El 21,0 % (173.604 personas) forma parte del grupo de edad de 12 a 15 años, edades teóricas de inicio de los cursos 1º y 4º de Educación Secundaria Obligatoria. El 19,8 % (163.380 personas) son menores de 3 años (primer ciclo de Educación Infantil) y el 21,3 % (176.223 personas) forma parte del grupo de edad de entre 3 y 5 años, edades teóricas del segundo ciclo de Educación Infantil (ESPAÑA, 2021).

En relación con su distribución geográfica, la población extranjera menor de 16 años se reparte de un modo no homogéneo entre las Comunidades Autónomas. Así, en términos porcentuales, Cataluña (199.130 personas, el 24,1 % de la población extranjera menor de 16 años), Madrid (137.330 personas, el 16,6 %), Comunidad Valenciana (112.925 personas, el 13,7 %) y Andalucía (101.236, el 12,2 %) representan el 66,6 % de la población extranjera menor de 16 años residente en España (ESPAÑA, 2021). **Figura A1-** Porcentaje de población extranjera con respecto al total de la población, por grupos de edad teórica de escolarización en enseñanzas básicas, para cada una de las Comunidades y Ciudades Autónomas.



Fuente: informe 2021 sobre el estado y situación del sistema educativo en el curso escolar 2019-2020, a partir de los datos del Instituto Nacional de Estadística. Estadística del Padrón Continuo / a 1 de enero de 2020.

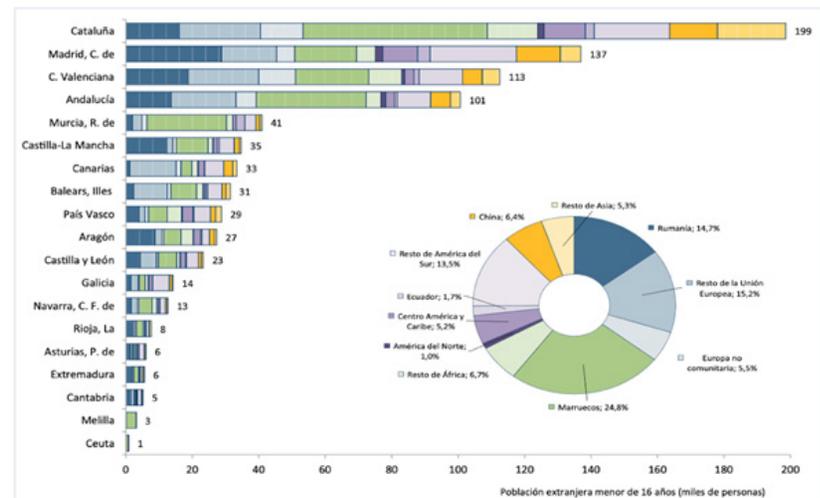
La **figura A1** muestra el porcentaje de población extranjera respecto del total de la población con edades menores de 16 años, por grupos con edades teóricas de escolarización en cada una de las correspondientes enseñanzas básicas, para el conjunto del territorio nacional en el año 2020 y para cada una de las Comunidades y Ciudades Autónomas. Los porcentajes mayores de población extranjera con edades comprendidas entre 0 y 15, superiores a la media nacional (11,3 %) se dieron en: Illes Balears (17,0 %), Cataluña (15,9 %), La Rioja (15,7 %), Región de Murcia (15,0 %), Melilla (14,8 %), Comunidad Valenciana (14,3 %), Aragón (14,0 %) y Navarra (11,7 %). Por el contrario, Galicia (4,2 %) y Extremadura (3,7 %) son las comunidades donde reside el menor porcentaje de extranjeros en relación a la población total (ESPAÑA, 2021).

La cultura y las tradiciones de los migrantes influyen de diferentes maneras en el rendimiento escolar y en su adaptación a los centros educativos. Con el fin de tomar en consideración esta

circunstancia, la **figura A2** muestra la distribución porcentual de los países y de las áreas geográficas de nacionalidad mayoritaria de los extranjeros residentes en España con edades menores de 15 años, para el año 2020 (ESPAÑA, 2021).

Los cuatro países de nacionalidad mayoritaria de los extranjeros menores de 15 años en el conjunto de España, en orden decreciente, son: Marruecos (204.125 personas, 24,8 % del total de extranjeros menores de 15 años), Rumanía (121.490 personas, 14,7 % del total de extranjeros menores de 15 años), China (52.890 personas, 6,4 % del total de extranjeros menores de 15 años) y Ecuador (14.254 personas, 1,7 % del total de extranjeros menores de 15 años) (ESPAÑA, 2021).

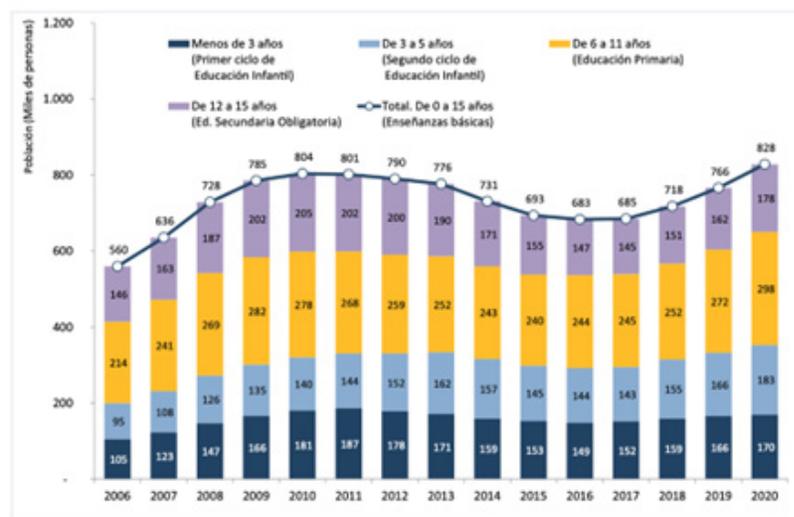
Figura A2 - Distribución extranjera residente en España, menor de 15 años, por áreas geográficas de nacionalidad en cada una de las Comunidades y Ciudades Autónomas y en el conjunto del territorio nacional en el año de 2020



Fuente: Informe 2021 sobre el estado y situación del sistema educativo en el curso escolar 2019-2020, a partir de los datos del Instituto Nacional de Estadística. Estadística del Padrón Continuo a 1 de enero de 2020.

La **figura A2** también muestra la desagregación, por Comunidades y Ciudades Autónomas, de la distribución de la población extranjera menor de 15 años por áreas geográficas de nacionalidad mayoritaria. En ella se advierte la variedad de la distribución de los pesos poblacionales por continentes que se observa entre Comunidades y Ciudades Autónomas.

Figura A3 - Evolución de la población extranjera residente menor de 16 años por grupos de edad teórica de escolarización en cada una de las enseñanzas básicas (años de 2006 a 2020)



En la **figura A3** se observa la evolución de las cifras absolutas de extranjeros menores de 16 años con respecto a la población total de ese mismo tramo de edad en los últimos catorce años (de 2006 a 2020), por grupos de edades teóricas de escolarización menos de 3 años (primer ciclo de Educación Infantil), de 3 a 5 años (segundo ciclo de Educación Infantil), de 6 a 11 años (Educación Primaria) y de 12 a 15 años (Educación Secundaria Obligatoria). En 2020 la población extranjera menor de 16 años experimentó un incremento relativo con respecto al año 2006, de 48,0 %, alcanzando la cifra de 828.131 residentes.

El grupo que experimentó un mayor incremento relativo fue el que corresponde a las edades de tres a cinco años (92,3 %), que pasó de 95.028 personas en 2006 a 182.707 en 2020. No obstante, el análisis de la **figura A3** indica un cambio de tendencia a la baja que se inició en 2010 y afectó a la práctica totalidad de los tramos de edad considerados, alcanzó una cierta estabilidad a partir de 2016 y volvió a aumentar en los años siguientes, con incrementos muy notables en la actualidad (ESPAÑA, 2021).

Por otra parte, el análisis de la evolución del peso poblacional de residentes extranjeros de edad inferior a los 16 años, con respecto a la cifra total de esa misma edad para las diferentes Comunidades y Ciudades Autónomas, se representa en la **figura A3**. En ella se advierte un comportamiento geográficamente desigual, aunque predomina el cambio de tendencia en cuanto al crecimiento, que se muestra positivo desde 2006 hasta 2010 y se convierte en negativo hasta 2017 año en el que se vuelve al crecimiento intenso.

2. ENSEÑANZA OBLIGATORIA EN ESPAÑA

En la comunidad española, después de 40 años de la dictadura franquista, la constitución de 1978 retomó la democracia comunitaria y provincial en el país, fortaleciendo a los agentes locales, sin olvidar el concepto de público, que caracterizó que los servicios, incluida la provisión de educación, debían ser para todos y todas, con la participación de diversos agentes que buscan el bienestar colectivo, un contexto propicio para la producción de políticas educativas.

La **Constitución española de 1978** reconoce también el derecho amplio y los específicos a la educación, siendo interpretados de forma que se garantice su eficacia. Entonces, su artículo 27 da a conocer el derecho a la educación cuando afirma que “toda persona tiene derecho a la educación” (ESPAÑA, 2003).

El Sistema Educativo en España está regulado por el Ministerio de Educación y Formación Profesional, y corresponde a **cada comunidad autónoma organizar la administración de la educación en sus espacios**. La escolarización en España es financiada por el estado y hay tres tipos de colegios: colegios públicos (que son la mayoría en el país), colegios privados y privados concertados, que son parcialmente financiadas por el estado y ofrecen la educación obligatoria gratuitamente.

La escolaridad obligatoria se divide en dos etapas con una duración total de diez años. Sin embargo, también es posible matricular a los niños en escuelas privadas en España o en instituciones parcialmente financiadas.

La educación española se rige por la **LOMLOE Ley Orgánica 3/2020, de 29 de diciembre**, por la que se modifica la Ley Orgánica 2/2006, de 3 de mayo, de Educación. La denominada LOMLOE, que supuso la reformulación de la educación española, siguió con objetivos de reducir la tasa de abandono escolar, mejorar los resultados de la escolarización española en evaluaciones internacionales como el PISA (Program for International Student Assessment), potenciar la tasa de alumnos considerados excelentes según las evaluaciones internacionales, ampliar el número de alumnos que finalizan con éxito la Educación Secundaria Obligatoria, incrementar la empleabilidad y elevar el espíritu emprendedor de los alumnos en España.

Los principios por los que se orienta la educación española son el aumento de la autonomía de las escuelas, la complementación de la capacidad de gestión de los centros educativos, el buen desempeño en las evaluaciones externas en cada etapa del sistema educativo, la racionalización de la oferta educativa y la flexibilización de las trayectorias educativas.

En el transcurso histórico de España han aparecido varias leyes educativas. La Ley 14/1970, de 4 de agosto, General de Educación y de Financiamiento de la Reforma Educativa (LGE) y la Ley Orgánica

8/1985, de 3 de julio, reguladora del Derecho a la Educación (LODE) declararon la educación como servicio público, posibilitando su generalización. Posteriormente, la Ley Orgánica 1/1990, de 3 de octubre, de Ordenación General del Sistema Educativo (LOGSE) estableció en diez años el periodo de obligatoriedad escolar e impulsó la formación profesional. Como consecuencia de este proceso, a finales del siglo XX los jóvenes españoles estaban escolarizados entre los seis y los dieciséis años y eran muchos quienes comenzaban antes su escolarización y la prolongaron después.

La educación obligatoria en España se divide en: **Educación Primaria (EP)** (6 a 12 años) y **Educación Secundaria Obligatoria (ESO)** (12 a 16 años). El conjunto formado por la Educación Primaria y la Educación Secundaria española se denomina Educación Obligatoria. En España, la educación es gratuita desde los 6 hasta los 16 años. Sin embargo, depende de la familia pagar los útiles escolares y la alimentación, a pesar de que hay becas de ayuda fornecidas por la consejería y de los ayuntamientos de acuerdo con la solicitud socioeconómica de la familia.

La educación primaria cubre a los estudiantes entre 6 y 12 años y se divide en tres ciclos, cada uno con una duración de dos años. La Educación Secundaria Obligatoria (ESO) está dirigida a jóvenes de entre 12 y 16 años y se divide en dos ciclos. Durante la escuela primaria en la comunidad española, los estudiantes aprenden materias como matemáticas, lectura y escritura, lengua extranjera e historia. Además de éstos, también están incluidos en el horario escolar: la música, las tecnologías de la información, la educación física, los estudios sociales, la educación artística y la lengua hablada en la comunidad autónoma donde residen.

3. MEDIDAS PARA EL ALUMNADO MIGRANTE EN CASTILLA Y LEÓN

En la Comunidad Autónoma de Castilla y León está formada por las provincias de Ávila, Burgos, León, Palencia, Salamanca, Segovia, Soria, Valladolid y Zamora. En Castilla y León tienen 9.807 alumnos matriculados en la educación primaria y 5. 570 en la educación secundaria del curso de 2021-2022. Tiene respectivamente, (n=1.584), (n=2.987), (n=1.742), (n=833), (n=1.450), (n=1.967), (n=1.021), (n=3.063) y (n=630) alumnos extranjeros matriculados en cada una de las provincias.

Tabla 1 - Número de migrantes dividido por provincias. Distribución por grupo de edad en el curso 2021-2022 en Castilla y León

Curso	Provincia	Grupo de Edad	Total
2021-2022	Ávila	6-16	1.584
2021-2022	Burgos	6-16	2.987
2021-2022	León	6-16	1.472
2021-2022	Palencia	6-16	833
2021-2022	Salamanca	6-16	1.450
2021-2022	Segovia	6-16	1.967
2021-2022	Soria	6-16	1.021
2021-2022	Valladolid	6-16	3.063
2021-2022	Zamora	6-16	630
2021-2022	Castilla y León	6-16	15.377

Fuente: Ministerio de Educación y Formación Profesional, 2022.

Los datos apuntan para un número significativo de migrantes internacionales. La calidad de la Educación de Castilla y León es uno de los principios apuntados por políticas nacionales de educación. La diversidad es una realidad y un valor que hace parte de los centros

educativos. El principio de atención a la diversidad está basado en la obligación de garantizar a todos el derecho a la educación. En este sentido, la atención a la diversidad está intrínsecamente ligada con los principios de educación inclusiva, equidad, accesibilidad universal y diseño para todos y la educación inclusiva se considera un proceso de fortalecimiento de la capacidad del sistema educativo para atender a todo el alumnado.

El **Servicio de Equidad, Igualdad y Orientación Educativa**, perteneciente a la Dirección General de Innovación y Equidad Educativa, lleva a cabo la coordinación de todas las actuaciones relacionadas con atención a la diversidad en Castilla y León poniendo así en valor la diversidad individual, familiar, social, afectiva de los centros educativos.

Es por ello que el legislador español aprobó la **Ley Orgánica 4/2000, de 11 de enero, sobre derechos y libertades de los extranjeros en España y su integración social**, que recoge de manera explícita algunos de estos derechos a los ciudadanos residentes en España procedentes de otros países, así como otros propios de este colectivo, como son los de reagrupación familiar, de entrada y salida de territorio español, o de cuestiones relativas al régimen de extranjería.

Esta norma, que ha sufrido diversas modificaciones, establece en su artículo 2, dedicado a la integración de los migrantes, que los poderes públicos promoverán la plena integración de los extranjeros en la sociedad española, y que las Administraciones Públicas incorporarán el objetivo de la integración con carácter transversal a todas las políticas y servicios públicos, promoviendo la participación económica, social, cultural y política de las personas migrantes en los términos previstos en la Constitución, Estatutos de Autonomía y demás leyes.

Este precepto constituye un mandato explícito a las Administraciones Públicas y, por tanto, a las Comunidades Autónomas, de adopción de las medidas que sean necesarias para la plena integración de los migrantes. En particular, exige a las Administraciones Públicas que garanticen la escolarización en la edad obligatoria, el aprendizaje de las lenguas oficiales y el favorecimiento del acceso al empleo de los migrantes. El Real Decreto 557/2011, de 20 de abril, aprueba el Reglamento de la Ley Orgánica 4/2000, sobre derechos y libertades de los extranjeros en España y su integración social, tras la reforma operada por la **Ley Orgánica 2/2009, de 11 de diciembre**.

La atención a la diversidad se establece en la **Ley Orgánica 2/2006, de 3 de mayo**, de Educación, como un principio fundamental que debe regir toda la enseñanza, con el objetivo de proporcionar a todo el alumnado una educación adecuada a sus características y necesidades, y también como una necesidad que abarca a todas las etapas educativas y a todos los alumnos, es a partir del principio de inclusión como se concibe en esta ley la adecuada respuesta educativa a todos los alumnos, entendiendo que únicamente de ese modo se garantiza el desarrollo de todos, se favorece la equidad y se contribuye a una mayor cohesión social.

En este sentido, la citada **Ley Orgánica 2/2006, de 3 de mayo**, se refiere en su Título II (Equidad en la Educación) a la **compensación de desigualdades en educación** derivadas de factores sociales, económicos, culturales, geográficos, étnicos o de cualquier otra índole, y de forma específica, al alumnado que requiere una atención educativa diferente a la ordinaria por presentar alguna **necesidad específica de apoyo educativo** con el objetivo de lograr su plena inclusión e integración.

Dentro de este marco normativo, y desde la perspectiva de la inclusión educativa, es necesario ofrecer oportunidades reales de aprendizaje a todo el alumnado, en diferentes contextos educativos, y en especial a la población escolar más vulnerable y con mayor

riesgo de exclusión social y/o educativa. La equidad y la calidad, son dos de los objetivos estratégicos de la Consejería de Educación para esta legislatura que sólo pueden alcanzarse desde una nueva forma de entender la “Educación para Todos”.

Está presente la **Ley 3/2013, de 28 de mayo, de integración de los inmigrantes en la sociedad de Castilla y León** (BOE núm. 144, de 17 de junio de 2013). Por sus particulares características y dificultades para adaptarse a una sociedad nueva como la que se tiene hoy en el contexto globalizado, la presente ley contempla principalmente a los ciudadanos extranjeros que llegan a la Comunidad de Castilla y León y son originarios de otros países distintos.

El artículo 9 de la Constitución Española encomienda a los poderes públicos promover las condiciones para que la libertad y la igualdad del individuo y de los grupos en que se integra sean reales y efectivas, remover los obstáculos que impidan o dificulten su plenitud y facilitar la participación de todos los ciudadanos en la vida política, económica, cultural y social. Por su parte, el artículo 14 de la Constitución Española consagra el principio de igualdad de todos los españoles ante la ley, con independencia de su raza, sexo, religión, opinión o cualquier otra condición o circunstancia personal o social.

El Estatuto de Autonomía de Castilla y León, reformado mediante **Ley Orgánica 14/2007, de 30 de noviembre**, establece en su artículo 10 que los derechos reconocidos a los ciudadanos de Castilla y León se extenderán a los extranjeros con vecindad administrativa en la Comunidad Autónoma, lo que pone de manifiesto la preocupación del legislador autonómico por la acogida e integración de los migrantes en esta Comunidad. Además, dispone en su apartado segundo que los poderes públicos de la comunidad promoverán la integración social, económica, laboral y cultural de los migrantes en la sociedad de Castilla y León. Para garantizar la eficacia de este mandato presente en el estatuto, el artículo 70.1. apartado 12º configura como competencia exclusiva de esta Comunidad

la regulación del régimen de acogida e integración económica, social y cultural de los migrantes en la sociedad de Castilla y León (CASTILLA Y LEON, 2012).

En desarrollo de estas previsiones estatutarias, y en cumplimiento de las previsiones contenidas en la Ley Orgánica sobre derechos y libertades de los extranjeros en España, el legislador autonómico aprueba la presente ley, facilitando el ejercicio efectivo de los derechos y deberes de los migrantes que llegan a Comunidad y adquieren la vecindad administrativa, con el objetivo de facilitar su integración a través de su participación en las costumbres de la nueva sociedad.

La presente ley tiene en cuenta las directrices marcadas por la Unión Europea en relación con la migración, que hacen referencia a la **transversalidad de las políticas públicas** en la materia. Así se contempla, entre otras, en la Directiva 2003/109/CE, relativa al Estatuto de los nacionales de terceros países residentes de larga duración, en la Decisión del Consejo de Ministros de Justicia y Asuntos de Interior en Bruselas de 19 de noviembre de 2004, y en la Comunicación de la Comisión (2005) 389 titulada "Programa Común para la Integración-Marco para la integración de los nacionales de terceros países en la Unión Europea". Se destaca el papel esencial que tiene la reagrupación familiar en el ámbito de la integración en la Directiva 2003/86/CE del Consejo, de 22 de septiembre de 2003, la Agenda Europea para la Integración de los nacionales de terceros países, adoptada por la Comisión en julio de 2011, que subraya las ventajas económicas, sociales y culturales que supone para Europa la participación plena de las personas migrantes en la vida colectiva y la más reciente Directiva 011/98/UE del Parlamento Europeo y del Consejo, de 13 de diciembre de 2011, que establece un conjunto común de derechos para los trabajadores de terceros países que residen legalmente en un Estado miembro.

La ley de integración de los migrantes en la sociedad de Castilla y León se estructura en un título preliminar y otros tres

títulos, con un total de 34 artículos, una disposición derogatoria y dos disposiciones finales, relativas a la habilitación para el desarrollo normativo y entrada en vigor. El Título Preliminar, que contiene las disposiciones generales, regula el objeto y el ámbito de aplicación de la ley y los principios rectores que han de inspirar la actuación de los poderes públicos de la Comunidad de Castilla y León con el objetivo de asegurar la integración de los migrantes. Junto a ello, se establecen en él diversas definiciones legales, entre las que adquiere especial relevancia el concepto de migrantes como aquellos extranjeros, con vecindad administrativa en Castilla y León, a los que no les sea de aplicación el régimen comunitario de la Unión Europea.

El Título Segundo enuncia los instrumentos por medio de los cuales los poderes públicos de la Comunidad de Castilla y León impulsarán el proceso de integración social, económica, laboral y cultural de los migrantes en la sociedad castellana y leonesa. Se contempla la elaboración de planes de migración de carácter plurianual, así como la celebración de convenios con diversos tipos de entidades, actuaciones informativas y de sensibilización, la difusión y promoción de espacios interculturales y centros integrales de migración, la realización de acciones formativas, la posibilidad de subvenciones y ayudas, la figura de la mediación cultural y la cooperación en los países de origen en vías de desarrollo de los migrantes asentados en Castilla y León.

Dedicado a la Educación se tiene los artículos de 8 a 12 de la referida Ley que apuntan **Acceso y Permanencia en la Educación Obligatoria, Apoyo Educativo, Enseñanzas de Carácter Obligatorio, Aprendizaje del castellano y Convivencia en el ámbito educativo.**

El **Plan Marco de Atención Educativa a la Diversidad para Castilla y León**, aprobado por Acuerdo de 18 de diciembre de 2003, facilitó la puesta en marcha de líneas de mejora educativa de gran relevancia en esos momentos. El Plan de Atención a la Diversidad ha sido gestado como un proceso participativo abierto a diferentes agentes, colectivos, entidades y asociaciones relacionados con la

educación. Constituye el proceso de fortalecimiento de la capacidad del sistema educativo para atender a todo el alumnado. Facilita el poder personalizar una oferta educativa en la que se tendrán en cuenta las características de ruralidad y dispersión, tan características en Castilla y León (EDUCACYL, 2003).

Una vez concluido su periodo de aplicación, analizado su cumplimiento y partiendo de los logros obtenidos, fue necesario aprobar el **II Plan de Atención a la Diversidad en la Educación de Castilla y León 2017-2022**, con el propósito de avanzar hacia un paradigma educativo que es el de la inclusión educativa. El II Plan de Atención a la Diversidad tiene en cuenta los últimos estudios en **diversidad, inclusión y educación**, que es de donde emanan las propuestas para la transformación de metodologías, la organización y evaluación que los centros desarrollarán para dar respuesta educativa a sus entornos escolares (EDUCACYL, 2017). El II Plan de Atención a la Diversidad ha partido de un análisis encaminado a detectar y consolidar los puntos fuertes y minimizar los puntos débiles realizados por los agentes más representativos de la comunidad educativa (profesorado, alumnado, familias y Administración). El II Plan de Atención a la Diversidad, de vigencia entre los años 2017 y 2022, tenía una estimación económica para dicho período de aproximadamente 54.178.461 euros, con el fin de desarrollar medidas encaminadas preferentemente a recursos personales, formación del profesorado y campañas de sensibilización.

Debido a la migración fue necesario la elaboración y desarrollo del **Plan de Atención al Alumnado Extranjero y de Minorías**, como una vía adecuada para lograr la vertebración y potenciación de una serie de líneas de actuación que garanticen una eficaz respuesta orientada hacia el futuro. El Plan tiene previsto es el **Estratégico de Inmigración y Convivencia Intercultural de Castilla y León 2014-2017** que ya está retrasado y no se tiene otro para reemplazar. A elaboración de este III Plan responde a este mandato legal y a la necesidad, por tanto, de disponer de un instrumento de planificación de las políticas de integración de los inmigrantes que, partiendo

de la experiencia acumulada, garantice la continuidad de aquellas medidas más adecuadas y con un mayor impacto en la integración, dé respuesta a las necesidades de ciudadanos residentes en Castilla y León, con independencia de sus lugares de origen y fomente el pleno ejercicio de los derechos ciudadanos por parte de la población inmigrante, tal y como establece a su vez la ley de integración de los inmigrantes en la sociedad de Castilla y León.

De forma específica, el alumnado destinatario de este Plan es aquel alumnado extranjero y de minorías que presenta necesidades educativas específicas, aunque el carácter interactivo de las medidas planteadas hace que tenga implicaciones para todo el alumnado.

En el documento "*Plan de Atención al Alumnado Extranjero y de Minorías*" define por "*Alumnado extranjero*" aquel alumnado que no posee la nacionalidad española. Se trata, pues, de alumnos que han nacido en otro país, de padres sin nacionalidad española. Esta definición se entenderá siempre en el marco de lo establecido por la normativa española sobre Extranjería (EDUCACYL, 2005).

La especial significación del presente Plan radica en que, actualmente, estos colectivos de alumnos, aunque constituyen una proporción minoritaria en el conjunto del alumnado total, son considerados una población escolar de riesgo, ya que muestran con frecuencia necesidades educativas específicas asociadas a diversidad cultural y concurren también en muchos casos circunstancias de desventaja social. El alumnado que se caracteriza por su diversidad cultural presenta también una alta proporción de necesidades educativas específicas, según datos del plan supra citado (EDUCACYL, 2005). Desde la perspectiva del proceso educativo previsto en Castilla y León, como comunidad receptora, se interpreta que este alumnado necesita "compensar determinadas carencias educativas". De ahí la tendencia a expresar estas necesidades como "**necesidades de compensación educativa**" y a las medidas educativas aplicadas como "**medidas de compensación educativa**".

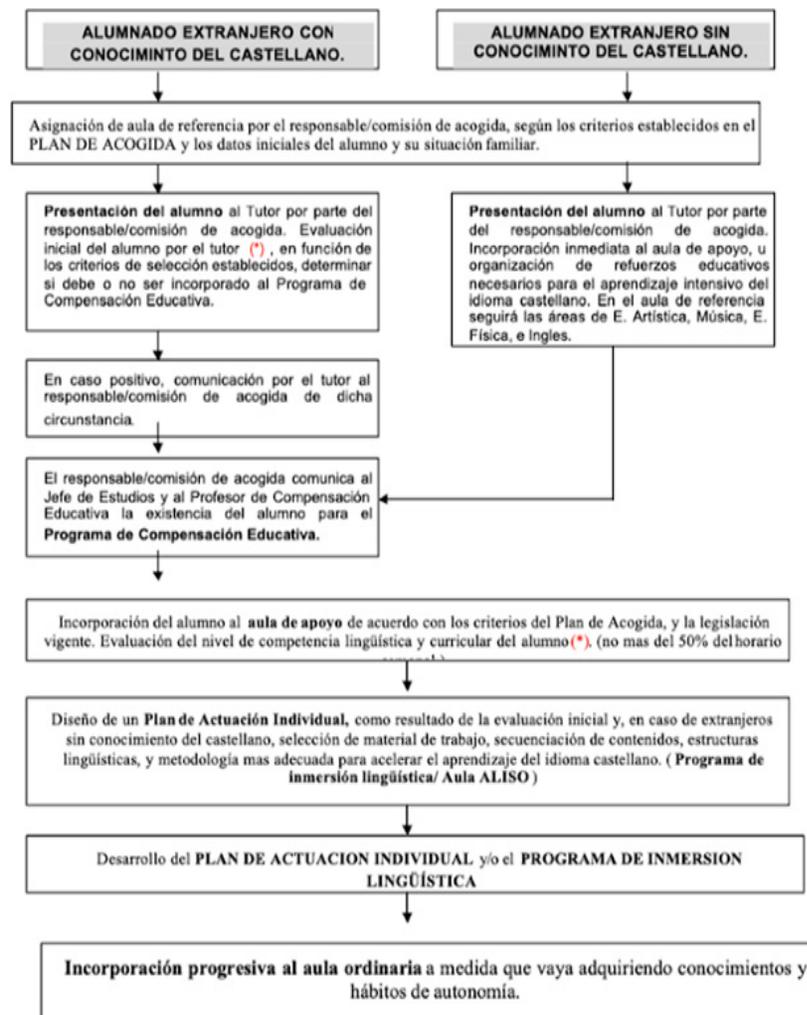
Hay que partir de la consideración del **alumnado con necesidades de compensación educativa** como una clase de alumnado con necesidades educativas específicas. Se trata de un alumnado que presenta unas necesidades generalmente temporales, debidas fundamentalmente a sus circunstancias socioeconómicas o culturales, sin que se constaten circunstancias personales de discapacidad añadidas.

La alusión al carácter “compensador” de las necesidades y de las medidas arbitradas puede resultar de utilidad en el proceso de individualización de necesidades y de la planificación de la respuesta, pero teniendo en cuenta que se debe dotar a este término de una interpretación amplia, en la que se evite la perspectiva etnocéntrica. Hace necesario desarrollar un proyecto educativo que respete las necesidades específicas de las diferencias que estos alumnos puedan tener por las distintas situaciones de partida, a fin de garantizar su adecuada inserción en el sistema educativo y la valorización de sus propias particularidades.

Como respuesta a las necesidades planteadas, resulta fundamental una planificación específica entendida como un conjunto estructurado de medidas educativas dirigidas al alumnado extranjero y de minorías, basadas en el análisis de la realidad y necesidades educativas de este alumnado, y orientadas hacia una serie de objetivos de mejora.

Para la consecución de los anteriores objetivos, el presente Plan prevé un conjunto de medidas educativas, que se centrarán en la integración inicial, así como en una atención educativa adaptada en los centros educativos y también medidas de atención educativa externa. Estas medidas se organizan en las siguientes directrices o ejes fundamentales de actuación: **Identificación y escolarización**, Medidas de **integración** inicial: **Planes de acogida**, **Medidas de Adaptación Lingüística y Social**, **Otras medidas de atención educativa** y Medidas de **formación e innovación**: **el Centro de Recursos de Educación Intercultural**, **Medidas de coordinación y Provisión de recursos** (EDUCACYL, 2005).

El **Plan de acogida de alumnos extranjeros** tiene un protocolo general de orientación al atendimento en Castilla y León a estos alumnos:



* Todo este proceso se desarrolla con el asesoramiento en cada una de sus fases del Equipo de Orientación Educativa y Psicopedagógica/Departamento de Orientación

Fuente: Plan de acogida en centros para el alumnado extranjero desarrollado por la Consejería de Educación de la Junta de Castilla y León.

En respecto al trabajo con las **familias de alumnos extranjeros**, en los objetivos descritos hasta entonces en documentos oficiales, se deberá tener en cuenta el dar la información necesaria a las mismas para que puedan realizar el proceso de escolarización de sus hijos, acciones de integración, así como información acerca de cómo funciona el sistema educativo. Para ello, podemos tener en cuenta la guía que editó la Junta de Castilla y León sobre el sistema educativo del país, traducidos en ocho idiomas, buscando el idioma que necesita el alumno extranjero y su familia. Es necesario acciones para que el alumnado y su familia se sientan parte del centro educativo. En general hay una serie de actuaciones, que pueden ser informativas, de acogida en el centro y en el aula y de acogida en el centro educativo, con acciones que integren la comunidad como un todo.

CONSIDERACIONES FINALES

El II Plan de Atención a la Diversidad desarrollado para la Comunidad de Castilla y León está basado en la Ley antigua, la Ley Orgánica 2/2006, de 3 de mayo, de Educación y no en las modificaciones introducidas en la LOMLOE Ley Orgánica 3/2020, de 29 de diciembre, que se modifica la LOE, que aún está vigente.

Muchos avances se han logrado en la educación de los migrantes y su integración en España, aunque observamos que las actuaciones aún son orientadas en el Plan de Atención al Alumnado Extranjero y de Minorías, aprobado mediante orden el 29 de diciembre de 2004, y publicado mediante resolución de 10 de febrero de 2005, de la Dirección General de Formación Profesional e Innovación Educativa. Hecho este que muestra que dicho documento puede no acompañar los flujos migratorios actuales y las más emergentes demandas de la población migrante y refugiada en Castilla y León y sus procesos educativos.

También es importante resaltar que, si el centro no tiene un profesor de compensatoria, el alumno extranjero solo es atendido por el tutor y el resto de docentes, no reforzando la propuesta de actuación frente a sus compensaciones educativas. Por eso, es necesario prestar atención a la realidad actual de los centros.

Aunque España ha aceptado ser Estado miembro de la Convención sobre el Estatuto de los Refugiados de 1951 y sus directrices para el reconocimiento del refugiado. La mayoría de los documentos oficiales aquí referenciados aún usa el término extranjero para referirnos a todas las personas que emigran a España desde otros países. En los documentos supra citados no encontramos la distinción de nombres y procedimientos de atención para estudiantes migrantes en condición de refugio o no.

REFERENCIAS

Convencion Sobre los Derechos Del Niño. 1a. ed., 1a. reimp. Nueva York: Naciones Unidas, 1991.

CONSEJO ESCOLAR DEL ESTADO. **Informe 2021 sobre el estado del sistema educativo. Curso 2019-2020.** Disponible en: <https://www.educacionyfp.gob.es/servicios-al-ciudadano/estadisticas/no-universitaria/alumnado/matriculado/2021-2022-da.html>. 2021.

DÍAZ, José María Hernández; POZZER, Adecir; CECCHETTI, Elcio. (coords.). **Migración, interculturalidad y educación: impactos y desafíos.** Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 862 pp. 2019.

HAGGIS, S. M. **Education for All: Purpose and Context.** World Conference on Education for All (Jomtien, Thailand, March 5-9, 1990). Monograph I. Roundtable Themes I. Unesco Press, 7, place de Fontenoy, 75700 Paris, France. 1991

EDUCACYL. **Plan marco de atención educativa a la diversidad para Castilla y León.** Aprobado el 18 de Diciembre de 2003. 2003.

EDUCACYL. **Plan de Atención al Alumnado Extranjero y de Minorías,** aprobado mediante Orden el 29 de diciembre de 2004, y publicado mediante Resolución de 10 de febrero de 2005, de la Dirección General de Formación Profesional e Innovación Educativa. 2005. 2005.

EDUCACYL. **II Plan de Atención a la Diversidad en la Educación de Castilla y León 2017-2022**. 2017.

ESPAÑA. **Constitución Española**. Boletín Oficial del Estado, 29 de diciembre de 1978, núm. 311.

ESPAÑA. **LOMLOE Ley Orgánica 3/2020**, de 29 de diciembre. 2020

ESPAÑA. **Ley Orgánica 2/2006**, de 3 de mayo, 2006.

ESPAÑA. **Ley 3/2013, de 28 de mayo**, de integración de los inmigrantes en la sociedad de Castilla y León. 2013.

ESPAÑA. **Ley Orgánica 14/2007**, de 30 de noviembre. 2007.

ESPAÑA. **Ley Orgánica 4/2000**, sobre derechos y libertades de los extranjeros en España y su integración social. 2000.

ESPAÑA. **Ley 3/2013, de 28 de mayo**, de integración de los inmigrantes en la sociedad de Castilla y León. 2013.

ESPAÑA. **La Ley 14/1970, de 4 de agosto**, General de Educación y de Financiamiento de la Reforma Educativa (LGE). 1970.

ESPAÑA. **Ley Orgánica 8/1985**, de 3 de julio, reguladora del Derecho a la Educación (LODE). 1985.

ESPAÑA. **Ley Orgánica 1/1990**, de 3 de octubre, de Ordenación General del Sistema Educativo (LOGSE). 1990.

Organización Internacional para las Migraciones (OIM), **OIM: La migración en la Agenda 2030 - Guía para profesionales**, 9 Octubre 2018, disponible en esta dirección: <https://www.refworld.org.es/docid/5bbf92c94.html> [Accesado el 10 Enero 2023].

ONU: Asamblea General, **Convención sobre los Derechos del Niño**, 20 Noviembre 1989, United Nations, Treaty Series, vol. 1577, p. 3, disponible en esta dirección: <https://www.refworld.org.es/docid/50ac92492.html> [Accesado el 15 Diciembre 2022].

UNESCO. **Declaración de Salamanca y Marco de Acción sobre necesidades educativas especiales**. 1994.

UNIÓN EUROPEA, **Convención Internacional sobre la Protección de los Derechos de Todos los Trabajadores Migratorios y de sus Familiares**, 18 Diciembre 1990, disponible en esta dirección: <https://www.refworld.org.es/docid/5d7fbcf55.html> [Accesado el 20 Diciembre 2022].

5

*Camilla Ortega Flores Gomes
Ângela Cristina Dias do Rego Catônio*

**Ensino do português como
língua de acolhimento
a migrantes internacionais:
reflexões sobre práticas pedagógicas
à luz do pensamento de Paulo Freire**

INTRODUÇÃO

O deslocamento migratório cresceu de forma robusta nas últimas duas décadas, antes da interrupção provocada pelo impacto da COVID-19. Entre 2000 e 2010, o número global de migrantes aumentou de 48 bilhões de pessoas, e, entre 2010 e 2020, foram mais 60 bilhões (UNDESA, 2020, p. 1). Estima-se que, em 2020, 281 milhões de pessoas eram migrantes internacionais. Essa quantia corresponde a 3,6% da população mundial (IOM, 2022, p. 21). É quase um Brasil e meio vivendo fora de seu país de origem (CABRAL, 2023).

Muito do acréscimo de migração observado nas décadas iniciais do século XXI foi devido à busca de melhores condições de trabalho e para reunião de famílias. Crises humanitárias ao redor do globo contribuíram para esse incremento. Em 2020, havia 34 milhões de pessoas deslocadas à força de suas origens, o dobro de refugiados computado em 2000 (UNDESA, 2020, p. 6).

Com o aumento dos fluxos migratórios, questionamos como os migrantes internacionais estão sendo acolhidos para viverem suas vidas de forma digna no Brasil.

O objetivo deste estudo é investigar como o trabalho didático-pedagógico influenciado pelos pensamentos freirianos pode facilitar o ensino e aprendizagem da língua portuguesa e a relevância do ensino do Português como Língua de Acolhimento na consequente socialização e empoderamento dos migrantes e refugiados, enquanto direito de todo e qualquer migrante que chega ao país.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram realizados estudos exploratórios a fim de proporcionar maior conhecimento sobre o tema, de modo a levantar dados fundamentais para a realização do estudo. "A pesquisa exploratória estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa, visa oferecer informações sobre o objeto desta e orientar a formulação das hipóteses" (CERVO, BERVIAN, SILVA, 2007, p. 60).

Além de ampla pesquisa bibliográfica sobre a temática do acolhimento ao migrante através do Português como Língua de Acolhimento, também se partiu da experiência adquirida no contato direto por meio de atendimentos realizados com migrantes que estavam de passagem pela Instituição CEDAMI – Centro de Apoio ao Migrante.

1. A LINGUAGEM E A SUPERAÇÃO DE BARREIRAS

A chegada da população migrante ao Brasil pode ser facilitada ou dificultada de diferentes maneiras. Cada pessoa que chega ao país tem uma experiência única de vida e motivos que a levaram a tomar a decisão de partir de sua nação de origem. Algumas pessoas realizam o processo migratório em vulnerabilidade financeira ou emocional. Há aqueles que emigram sozinhos na esperança de angariar condições para trazer sua família no futuro. Essa realidade é observada no Centro de Apoio ao Migrante (CEDAMI), onde realizamos atendimentos durante o ano de 2022 junto ao Projeto de Extensão “Cidadania sem Fronteiras”, vinculado à Universidade Católica Dom Bosco. São histórias e rostos de muitas pessoas sozinhas ou famílias que chegam carregando tristes lembranças de sofrimento e privação.

Os fluxos migratórios destinados ao Brasil têm mostrado um processo de feminização e rejuvenescimento, com a elevação do número de mulheres e de crianças e adolescentes. O Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, informa que, em 2011, foi registrado um total de 74.339 imigrantes, sendo 24.262 mulheres (32,6%), 4.363 crianças (5,9%) e 4.959 adolescentes (6,7%). Dez anos mais tarde, no ano de

2021, ingressou regularmente no país um total de 151.155 imigrantes, sendo 67.772 registros de mulheres (44,8%), 29.795 crianças (19,7%) e 14.555 adolescentes (9,6%). Portanto, em 2021 quase 30% dos imigrantes registrados no país contavam menos de 18 anos de idade (CAVALCANTI, OLIVEIRA e SILVA, 2022, p. 9-10).

Essas estatísticas permitem inferir a necessidade premente de educar e inserir, no idioma nacional, não apenas o público adulto, mas também uma quantidade ponderável de crianças e adolescentes.

A reflexão sobre o acolhimento dessas pessoas é chave para sua integração em nosso país, pois o Brasil ainda não possui uma política consolidada que ofereça uma recepção efetiva aos que nele ingressam para viver. O que vemos são algumas ações governamentais de recebimento, traslados e reencontro com famílias proporcionados pela “Operação Acolhida”, algumas ações dos governos municipais e estaduais para o recebimento de migrantes e ainda outras ações de orientação e encaminhamento, acolhida imediata realizada por Organizações não Governamentais e Instituições de Atendimento.

No processo de chegada ao país, o migrante enfrenta várias barreiras em razão de seu estado de vulnerabilidade. Entre estas, ressaltamos a barreira linguística, uma vez que a inviabilidade do migrante de comunicar-se plenamente com o novo ambiente naturaliza sua marginalização, contribuindo para sua invisibilização e para a criação de guetos. A necessidade de agir linguístico é essencial à garantia de direitos, bem-estar e empoderamento do migrante internacional. Neste sentido, Grosso (2010, p. 66) salienta que, “seja qual for a razão (política, econômica, familiar ou outra), quem chega precisa agir linguisticamente de forma autônoma, num contexto que não lhe é familiar”. Portanto, é absolutamente necessário o ensino da língua portuguesa de forma a acolhê-los.

Publicada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (1996), a Declaração

Universal dos Direitos Linguísticos é o documento-base que reconhece as diversidades de línguas e, cujo aspecto jurídico e relação com o desenvolvimento pessoal cidadão, insere-se no quadro de “respeito, convivência e benefício recíprocos” (UNESCO, 1996). Esse documento, em seu Artigo 44, amplia o leque dos direitos desses estrangeiros que, por um motivo ou outro se afastaram, de seus países, estabelecendo que “todas as comunidades linguísticas têm direito ao acesso às programações interculturais, mediante a difusão de uma informação suficiente, e ao apoio às atividades de ensino da língua a estrangeiros, ou de tradução, de dobragem, de pós-sincronização e de legendagem.” (UNESCO, 1996).

É urgente a validação e efetivo cumprimento de políticas inclusivas que ofereçam condições aos migrantes e refugiados para ingressar no mundo do trabalho, além de permitir-lhes acesso à educação regular em todos os seus âmbitos de ensino e demais direitos fundamentais. Nesse sentido, o acolhimento linguístico deve ser priorizado como parte das políticas de inserção do migrante internacional na sociedade brasileira, afastando-os de uma situação de vulnerabilidade para se estabelecerem na nova nação de forma digna e segura.

A Lei de Migração dispõe sobre os princípios e garantias do sujeito migrante, pautando-se na acolhida humanitária, inclusão social e igualdade de tratamento. Ela garante acesso igualitário aos programas e serviços oferecidos, tais como educação, saúde e trabalho sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória (BRASIL, 2017, Art. 3º e 4º). Apesar de a lei não abordar especificamente a aquisição da linguagem, está implícito, na menção à acolhida humanitária e garantia de direitos, que assegura o acesso à língua portuguesa aos migrantes que se deslocaram dos seus países de origem para viver no Brasil.

Nota-se, porém, uma falta de diálogo coletivo e construção de políticas públicas que viabilizem o ensino da língua portuguesa

para os migrantes. Miranda e Lopes (2019, p. 18) esclarecem que no Brasil a acolhida humanitária aos migrantes internacionais é majoritariamente feita pela sociedade civil, por meio de organizações não-governamentais e religiosas. Este dado é problemático, considerando que não há órgãos reguladores para garantir que o acolhimento de fato supra as necessidades dos migrantes e assegurem que esta assistência seja continuada, não apenas executada por atos isolados. Considera-se também que a conjuntura de ensino da língua para os migrantes exige um profissional com consciência pedagógica, que tenha no ensino já a intenção de acolher e empoderar, nunca apagando a história do migrante, nem impondo outra cultura ou realidade sobre a dele.

2. A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE LIBERTAÇÃO

Paulo Freire é Patrono da Educação Brasileira. Autor de diversos livros e reconhecido pelo seu compromisso com a educação popular e com a educação de jovens adultos, Freire defende a educação como prática da liberdade. Por meio da educação, os grupos populares poderiam se reconhecer no mundo, intervir nele e romper com as barreiras pré-estabelecidas que os oprimem.

Freire também discute a necessidade de valorizar o saber prévio do estudante, o seu conhecimento e experiência de mundo e a forma como ele utiliza a linguagem para se expressar. Para ele, o processo de ensino-aprendizagem deve ser coerente com o contexto local.

O ensino da língua portuguesa a grupos migrantes é mais do que uma ideia simplificada de alfabetização. Requer reflexões críticas sobre materiais, metodologias e intenções da prática. O domínio

do idioma está relacionado ao exercício da cidadania. Freire (2021, p. 67) reflete sobre essa relação na educação a grupos populares:

Que a alfabetização tem que ver com a identidade individual e de classe, que ela tem que ver com a formação da cidadania, tem. É preciso, porém, sabermos, primeiro, que ela não é alavanca para tal formação – ler e escrever não são suficientes para perfilar a plenitude da cidadania – segundo, é necessário que a tomemos e façamos como um ato político. (FREIRE, 2021, p. 67).

O autor aponta que as ações de ler e escrever por si não são suficientes para uma construção cidadã relacionada à educação. Antes disso, é necessário conhecer os educandos, suas jornadas, histórias e saberes. Ao conectar a “realidade concreta a que se deva associar com a disciplina” (FREIRE, 2020, p. 31), alcança-se uma educação crítica e de repercussão social, uma educação que reconhece as experiências dos que querem aprender e intenciona o acolhimento e integração.

Sobre a dimensão cotidiana da integração entre comunicação e cidadania, as autoras Ortiz e Elias (2021, p. 338) discorrem:

Nos diversos campos de atuação humana, são muitas e variadas as possibilidades de comunicação nas quais precisamos nos posicionar, compreender argumentações, informar-nos, debater. Em relação ao que vivemos em nosso cotidiano como ir ao trabalho, à escola, ao supermercado, ao banco, aos correios; pesquisar sobre determinado candidato para escolher em quem votar; acompanhar o noticiário ou uma reportagem de determinado jornal, as práticas sociais permeadas e possibilitadas pela escrita que vivenciamos diariamente são inúmeras e diversas (ORTIZ e ELIAS, 2021, p. 333).

Neste contexto, encontramos como alternativa o Português como Língua de Acolhimento (PLAc), uma forma de ensinar a língua pensando em todas as peculiaridades e cuidados necessários para que a experiência de adquirir o novo idioma seja libertadora e

positiva para o migrante. O termo Língua de Acolhimento, foi criado na Europa, em Portugal, introduzido em 2003 quando Maria Helena Ançã aludiu sobre o ensino do português para migrantes nas escolas portuguesas (ANÇÃ, 2003, p. 119).

3. INTERVENÇÕES PRÁTICAS EM CAMPO GRANDE

A partir do projeto de extensão universitária “Cidadania sem Fronteiras” e do projeto de pesquisa Fluxos Migratórios Contemporâneos, ambos elaborados pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e desenvolvidos a partir do segundo semestre de 2021, foi possível observar e intervir na realidade de muitos migrantes e refugiados no momento de chegada a Campo Grande, MS, colaborando com orientações iniciais sobre a cidade, ensino introdutório de língua portuguesa, costumes e cultura sul-mato-grossenses.

Para o desenvolvimento dos projetos, acadêmicos, pós-graduandos e professores se voluntariaram a auxiliar no Centro de Apoio aos Migrantes (CEDAMI), em diferentes áreas de atuação, quais sejam: informação sobre os direitos e garantias do migrante no Brasil, assistência na elaboração de currículos na procura de empregos, atividades de recreação para as crianças presentes e aulas de língua portuguesa na metodologia PLAc. As ações aconteceram duas vezes por semana.

O regimento do CEDAMI estabelece que os migrantes que buscam alojamento podem se hospedar por até 3 dias, tempo considerado insuficiente para o atendimento e apoio necessário para o acolhimento humanitário que necessitam. Esse vem a ser um dificultador para o tipo de atendimento proposto. Em se tratando de

uma casa de passagem e não de permanência, é impossibilitado o trabalho contínuo com um mesmo grupo.

Todavia, observamos a necessidade das pessoas que lá chegavam de adquirir conhecimento da língua e da cultura brasileira, considerando que estavam chegando ao país e tentando encontrar formas de se incluir na sociedade. Atuamos de forma a propiciar-lhes o primeiro contato e amparo através da língua portuguesa, como meio de interação e acolhimento.

Os migrantes e refugiados que lá chegaram no segundo semestre de 2021 e durante o ano de 2022 eram diversos em idade, gênero, etnia, formação escolar e nacionalidade. No entanto, os unia a vontade e a necessidade de aprender a língua portuguesa para a integração.

Durante os dias que participamos das atividades no CEDAMI, havia apenas migrantes internacionais falantes hispânicos. As aulas de língua portuguesa lecionadas tinham duração média de 20 a 30 minutos e foram desenvolvidas em 4 momentos diferentes, nos quais pudemos interagir diretamente com essas pessoas.

O planejamento das aulas PLAc e produções dos materiais foram organizados perante diálogo com os migrantes presentes. Após propor os encontros, perguntamos se havia interesse em aprender o idioma pátrio. A resposta foi afirmativa e já passamos a explorar quais conteúdos eles tinham mais interesse em aprender.

Como material didático de apoio, foram utilizados os livros de educação de jovens e adultos Alfabetização (OLIVEIRA, 2005) e Alfabetização de Jovens e Adultos (NASSUR, 2003). No entanto, utilizamos, principalmente, as apresentações em Power Point elaboradas com o intuito de englobar a realidade atual que os migrantes estavam vivenciando. Em nosso primeiro encontro, abordamos os cumprimentos, períodos do dia, conversas cotidianas, países de origem e nacionalidade e, por fim, verbos variados. Durante toda a

aula, estimulamos a participação ativa dos migrantes, de modo a compartilharem suas experiências de vida. Na segunda aula falamos sobre tempo cronológico, dias da semana, períodos do dia, ordem de acontecimentos, e continuamos sempre incentivando a participação ativa das pessoas.

Cada detalhe do material elaborado foi pensado a partir das conversas e escuta dentro e fora do ambiente das aulas, a própria lista de verbos foi pensada a partir das ações que os migrantes praticavam no cotidiano no CEDAMI, que contavam em suas histórias e que gostavam de fazer. Verbos como “desenhar”, “pintar”, “jogar bola”, “jogar vídeo game”, “descansar”, “passear no shopping”, “comer”, “escutar música” e “dançar” foram apresentados a partir da pergunta “O que você gosta de fazer?”, trazendo as histórias dos migrantes e afeto para a aprendizagem, seguindo o dizer freiriano de que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2020, p. 47).

Quando alguns alunos manifestaram o interesse em permanecer após a finalização das aulas, utilizamos como recurso pedagógico os gibis da Turma da Mônica, do quadrinista Maurício de Sousa, uma vez que essas histórias em quadrinho contêm muito da identidade brasileira e são conhecidas como incentivadoras de leitura. Esses gibis são publicados em diferentes línguas e, nas nossas aulas, trabalhamos com gibis iguais na língua portuguesa e na espanhola, para que por meio da comparação entre os textos pudesse expandir-se o vocabulário e o interesse pela língua portuguesa, encarando o aprendizado como um momento também prazeroso e interativo.

Os textos são representações de realidades do mundo e envolvem diferentes processos de letramento, ao manusear e discutir textos os estudantes aplicam a ele sua própria ótica, questionamentos e implicações. É importante ressaltar que há diferentes tipos de textos. Para aulas introdutórias, textos orais e visuais são uma oportunidade de trazer à sala diferentes assuntos e contextos

que auxiliem na aprendizagem. Além disso, é possível proporcionar a criação de textos orais (como histórias). As autoras Ortiz e Elias (2021, p. 338) consideram que a aprendizagem da língua a partir da produção textual movimentada:

Os saberes de mundo, as inferências, as leituras do mundo e as leituras das palavras, tudo isso compõe um movimento autônomo, criativo e crítico que permite com que os sujeitos aprendizes digam sua palavra e desenvolvam-se intelectual, afetiva, cultural, social e politicamente. (ORTIZ e ELIAS, 2021, p. 338).

Os momentos da aula são espaços de diálogo que buscam propiciar aos estudantes refletir sobre o meio em que eles estão inseridos, suas possibilidades e formas de romper com a realidade muitas vezes ruim, rumo a um futuro melhor. O acolhimento é uma forma de romper com a desesperança e ampliar a autonomia.

Nas aulas de Língua Portuguesa, a média de participantes foi de dez (10) migrantes por encontro. Houve muita interação entre todos, inclusive o acordo de que, ao mesmo tempo que eles aprenderiam a língua portuguesa, quem lecionava a aula também aprenderia o espanhol. Esse acontecimento é um exemplo concreto da importância da troca de saberes e construção de uma relação de confiança e afeto entre professores e educandos. A educação é algo intrinsecamente humano. Dentro do contexto do PLAc, o acolhimento na educação assume um peso ainda maior, como é abordado por Freire sobre o ato de escuta em *Pedagogia da Autonomia*: “é escutando que aprendemos a falar com eles” (FREIRE, 2020, p. 111).

Também foram realizados encontros e atividades didáticas específicas com as crianças que chegavam ao CEDAMI, seguindo os mesmos princípios de dialogismo e interculturalidade. Foram trabalhadas brincadeiras e histórias com crianças de 2 a 12 anos. No último encontro, fizemos a pintura das entidades folclóricas brasileiras e com o próprio papel e desenho fabricamos dedoches para que

as crianças pudessem continuar a brincar após nossa partida. Com esse público não houve abordagem direta da língua portuguesa e as conversas e interações ocorreram majoritariamente em espanhol, mas a apresentação de referências culturais brasileiras e o próprio brincar são importantes elementos na construção de uma afetividade com o país e com a língua local.

Entre os desafios encontrados nas aulas, podemos pontuar a falta de continuidade da presença dos alunos, já que os migrantes não ficavam por muito tempo no CEDAMI. Nenhum deles participou de mais de duas aulas. No entanto, observamos que este primeiro contato e recepção lhes propiciava um sentimento de acolhimento e simpatia, despertando muita curiosidade pelo conteúdo apresentado e principalmente um sentimento de segurança e acolhida no primeiro contato com o país e a cidade.

Um aspecto a destacar é que no local não havia um espaço adequado e nem recursos apropriados para as aulas. Utilizamos a sala de espera, o projetor e o computador de nossa propriedade. Projetávamos na parede o conteúdo da aula enquanto os alunos se sentavam em cadeiras e bancos para assistir. Não havia carteiras, lápis, folhas, cadernos ou apostilas. Utilizamos o que tínhamos disponível, a fim de ter um impacto positivo no acolhimento e aprendizagem da língua.

4. O ACOLHIMENTO

Enxergamos a aplicação do Português como Língua de Acolhimento muito além de uma simples metodologia de ensino, mas como o primeiro passo para o acolhimento e construção de uma rede de apoio em que o migrante se sinta seguro e integrado, não um estranho. Como é dito no livro “Pedagogia da Autonomia”:

“Se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode” (FREIRE, 2020, p. 105).

O PLAc tem como objetivo acolher e inserir os novos falantes, empoderá-los para que possam escolher o rumo de suas vidas com mais segurança no novo ambiente. Logo, o profissional linguista que guiará os migrantes para o aprendizado deve valorizar o conhecimento já obtido deles e não os subjugar devido à sua situação de vulnerabilidade. Deve potencializar suas vozes para que possam ser protagonistas no rumo de suas vidas. Portanto, o ensino do Português como Língua de Acolhimento transcende o significado usual que a aquisição de uma segunda língua tem. Ultrapassando os aspectos linguísticos e culturais, ele alcança um prisma emocional. O ensino da língua para o migrante representa a possibilidade de agir linguisticamente com autonomia, o que apresenta a passagem para um futuro melhor.

Entendemos que os ambientes educativos do PLAc divergem em muitos aspectos: idade dos educandos, nível de formação, conhecimento cultural e conhecimento da língua. Posto isso, é importante que o educador analise os desafios e recursos que ele encontra no seu contexto de ensino de PLAc para decidir o que é aplicável a sua realidade. Não há uma única forma de abordar esse ensino. As variações impõem adaptações devido às necessidades específicas que os educandos possam requerer, porém, a pedagogia do ensino do Português como Língua de Acolhimento não muda. Há um esforço contínuo dos profissionais para fazer com que o ensino ocorra da melhor e mais acolhedora maneira possível.

Embora compreendamos que o trabalho com o PLAc deva ser realizado num período mais prolongado, nossa experiência de primeiro contato com os migrantes internacionais e refugiados que estavam chegando na cidade de Campo Grande pode ser considerada bastante significativa para esses indivíduos, já que nestes encontros buscavam orientação, informação sobre o país de aco-

lhimento, o Brasil. Os alicerces adquiridos com esta pedagogia de ensino colaboraram para uma melhor compreensão do significado língua portuguesa para os migrantes/refugiados e, mais do que isso, nos preparou para atuar na realidade do acolhimento com todas as questões que a permeiam.

Grosso (2010, p. 63) aborda os conceitos e diferenças entre a língua materna, que tem geralmente a família como principal transmissor, sendo a língua primeira, da socialização, e a língua estrangeira, como “língua não nativa do sujeito, por ele aprendida com maior ou menor grau de eficiência”. Dessa forma, percebe-se que há uma distância cultural entre a língua materna e a estrangeira. A língua estrangeira representa outra sociedade, outra cultura, um mundo diferente. Portanto, os materiais usados nos contatos iniciais de ensino da língua adicional devem partir de elementos culturais de referência do aluno e de gêneros, mídias e linguagens já conhecidos para que, a partir desse contato inicial, o professor do Português como Língua de Acolhimento possa mediar e diminuir a distância cultural entre a língua-mãe e a língua-alvo, tornando possível a coexistência das identidades e culturas.

Não é difícil encontrar situações em que o ensino de línguas estrangeiras faz com que os estudantes se sintam envergonhados ou desconfortáveis pela falta de domínio sobre o idioma que buscam aprender. É necessário tato na apresentação da língua local para evitar o sentimento preocupante de inferioridade sobre a língua materna em comparação à língua-alvo. Sobre isso, Rajagopalan comenta que:

Se torna cada vez mais urgente entender o processo de ‘ensino-aprendizagem’ de uma língua “estrangeira” como parte integrante de um amplo processo de redefinição de identidades. Pois as línguas não são meros instrumentos de comunicação, como costumam alardear os livros introdutórios. As línguas são a própria expressão de identidades de quem delas se apropria. (RAJAGOPALAN, 2003, p. 69).

Essa inferiorização da língua materna em relação à língua-alvo é uma tendência no ensino de línguas estrangeiras que deve ser combatida. Por vezes, ela pode não se apresentar tão claramente, mas é percebida de maneira sutil, como no ato de quase devoção à ideia de “falante nativo” em relação à pessoa que está adquirindo a língua no presente, frequentemente já na fase adulta de sua vida. Ao entender a língua como identidade, o objetivo deixa de ser “falar como nativo” e a primeira intenção no ensino da língua passa a ser “formar indivíduos capazes de interagir com pessoas de outras culturas e modos de pensar e agir” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 70), baseando-se então na construção de um conhecimento linguístico plural e variável em que o falante tenha espaço para desenvolver sua identidade no novo idioma. Atinge-se assim o que Rajagopalan (2003, p. 70) indica ao abordar a identidade linguística: “É preciso dominar a língua estrangeira, fazer com que ela se torne parte da nossa própria personalidade; e jamais permitir que ela nos domine”.

O PLAc é uma maneira diferente de lecionar a língua e até mesmo de pensar a aquisição dela, desviando-se da dimensão fortemente colonialista do ensino de línguas estrangeiras (RAJAGOPALAN *apud* PHILLIPSON, 2003, p. 66) e rumando para uma prática humanitária, que busca somar e nunca substituir. Essa forma inovadora de perceber a aprendizagem da língua influencia também a questão da falsa produtividade sobre o conhecimento. Não é necessário um estudo maçante e mecânico para memorizar verbos e expressões na aquisição linguística, mas é mais agradável, possível e consideravelmente produtivo, no contexto PLAc, compartilhar os conhecimentos linguísticos por diálogos e situações cotidianas que, além de auxiliar no avanço do aprendizado na língua, também acolhe e conforta, ao reconhecer os migrantes-estudantes e suas trajetórias.

Entre os desafios comuns na prática do ensino do Português como Língua de Acolhimento para migrantes internacionais e refugiados está a falta de materiais didáticos específicos para a modalidade, a baixa frequência do aluno nas salas de aula e, por vezes,

a falta de uma língua comum para se comunicar com os discentes. Logo, as práticas pedagógicas que envolvem o ensino de PLAc devem ser voltadas para um ambiente mais prático e acolhedor, que valorize a bagagem cultural e linguística dos alunos, dando destaque a eles e ampliando suas respectivas vozes. Dessa forma, o papel do professor é promover uma prática de aprendizado dialógica, estando presente na aula não só a língua-alvo de aprendizado (português), mas também a língua falada pelos migrantes, sendo possível compará-las para identificar a estrutura sintática de ambas (sujeito, verbo, objeto) e onde elas diferem, para maior compreensão.

Outro ponto a ser explorado é a programação das aulas. Sabemos que a aprendizagem do português no contexto abordado é algo imprescindível e de caráter urgente. Contudo, fatores como a dificuldade de deslocamento até o local da aula e o tempo disponível para a aprendizagem resultam na inconstância da presença dos alunos. Portanto, o planejamento das aulas deve priorizar um tema completo por período, com alguns incentivos para o retorno no próximo encontro. Também é fundamental que os conteúdos abordados na sala dialoguem diretamente com o cotidiano e realidade do migrante-estudante, assim aumentando o interesse dele em frequentar as aulas e incentivando o treino do vocabulário no seu dia a dia, fora da sala de aula.

O educador durante sua capacitação para o ensino de PLAc deve refletir e discutir sobre os aspectos sociais que o ensino da língua carrega para que, ao ensinar, tenha ampla consciência do compromisso social dessa ação e seja capaz de aplicar uma forma de educação colaborativa e crítica.

A compreensão de que o PLAc é um tema desafiador e necessário para a integração social do migrante/refugiado conduz à necessidade de discutir sobre práticas pedagógicas eficientes em prol da melhoria da qualidade do ensino da língua adicional ao indivíduo que chega de outras nações, fugindo de fórmulas prontas de

ensino de língua estrangeira e partindo para uma construção acolhedora. O método de ensino deve sempre ser voltado à interação, reflexão e fala, também reconhecendo as experiências dos alunos como “uma fonte de conhecimento e um ponto a partir para teorizar a prática” (CAMPANO, 2007, p. 18).

Dessa forma, é a partir dos relatos e anseios dos migrantes que teorizamos nossa prática no PLAc, uma prática humanitária que reconhece e acolhe, considerando a história e identidade dos sujeitos.

O PLAc desempenha mais do que a importante função da aprendizagem de uma nova língua. Ele constrói um espaço em que todos os migrantes-estudantes têm autonomia para se expressar, serem ouvidos, acolhidos e respeitados. Os fatores emocionais e materiais da prática do Português como Língua de Acolhimento estão profundamente ligados. A aprendizagem é intrínseca ao ato de acolher. Assim, os migrantes alcançam a sua autonomia, integração e garantia dos seus direitos, amparados pela rede de apoio advinda do PLAc.

A aprendizagem da língua é passagem para o futuro desejado no ato migratório, no qual o migrante encontra seu espaço na sociedade brasileira e consegue viver a vida em segurança, sendo respeitado e tendo sua voz garantida.

Durante as visitas ao CEDAMI, foi possível observar desafios além do aspecto linguístico como, por exemplo, o trabalho instável e sub-remunerado que é oferecido aos migrantes, a hostilidade com que muitos foram tratados antes de chegar ao CEDAMI, a incerteza de como conseguir viver bem no Brasil, a necessidade de regulamentação dos documentos para poder ter a carteira de trabalho assinada, fazer matrículas para os filhos em escolas e creches, etc. Todos esses aspectos influenciam na própria aprendizagem da língua, uma vez que uma pessoa preocupada com o asseguramento de direitos essenciais como moradia, saúde, alimentação, educação e

trabalho, provavelmente não conseguirá dedicar-se à aprendizagem da língua. Por esse motivo é tão essencial que as aulas de PLAc sejam dinâmicas e não cansativas, que sejam momentos em que o migrante se sinta acolhido e benquisto, como prenúncio de melhora da situação atual para uma mais segura.

Diante disso tudo, constata-se que os estudos sobre o ensino do Português como Língua de Acolhimento são fundamentais para a proteção e garantia dos direitos universais da pessoa humana que, neste caso, configura-se na viabilidade de assegurar dignidade a refugiados e migrantes internacionais em situação de vulnerabilidade, garantindo sua voz na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessas considerações, ressalta-se que o PLAc representa um caminho a ser explorado pelos profissionais de linguagem. Foram traçadas aqui as principais características dessa metodologia, algumas práticas e sua função social como elemento de acolhimento e integração. O campo está aberto para estudos sobre a formação de educadores para habilitação de lecionar nessa modalidade e a produção e compartilhamento de materiais didáticos para esse ensino. O ambiente educativo é principalmente um lugar de interação e crescimento. O PLAc não começa e acaba na teoria e pesquisa, mas se desdobra dentro de cada sala de aula ao cumprir sua função social.

O momento inicial da chegada do migrante/refugiado ao país da migração denota uma situação de angústias e dificuldades provenientes sejam de suas últimas vivências no país de origem, sejam de suas experiências, muitas vezes marcadas por situações de extrema vulnerabilidade, risco social e violência vivenciadas durante o trajeto migratório. Em razão disso, faz-se importante considerar o momento

da acolhida como significativo para a valorização da sua condição de sujeito social, de pertencimento, de afetividade. A acolhida é um momento em que o migrante/refugiado está chegando ao país, carregado de incertezas quanto ao seu futuro e dificuldades iniciais quanto às suas possibilidades no país. Assim, faz-se importante que encontrem momentos de acolhida, de possibilidades de uma recepção humanitária carregada de afetividade, orientações e informações, munindo-os de condições para os enfrentamentos na construção de uma nova fase de vida no país de acolhida, no caso, o Brasil.

Neste sentido, compreendemos que o aprendizado da língua é fundamental e, se este não pode atingir, como deveria, o mínimo, deve permitir ao menos que os migrantes possam ter momentos que lhes transmitam segurança e ajuda humanitária para sua chegada, procurando principalmente colaborar na potencialização de acesso aos direitos sociais. Por conseguinte, é necessário que o Brasil implemente políticas de acolhimento no país, que possam atender ao ensino da língua portuguesa e propiciem a inclusão de migrantes e refugiados.

O entendimento da realidade imediata vivida pelo migrante internacional, considerando as circunstâncias que moldam sua existência, perspectiva e sonhos, é característica marcante da metodologia PLAc. Logo, o papel do educador nesse contexto é aceitar e considerar essa realidade para a realização da atividade pedagógica no intuito de empoderamento dessas pessoas. À vista disso, objetivamos práticas reflexivas, vinculando cada detalhe da aula a uma finalidade, conjugando sempre o ensinar e aprender.

A associação da metodologia PLAc com as teorias freirianas possibilitaram maior compreensão sobre a amplitude da prática educadora no contexto migratório e a reflexão crítica sobre como suprir as necessidades dos migrantes que chegam até o Brasil, estas necessidades não sendo relativas apenas ao âmbito material, mas também ao campo emocional.

REFERÊNCIAS

ANÇÃ, Maria Helena. **Português Língua de Acolhimento:** Entre contornos e aproximações. CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE HISTÓRIA E SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM ÁFRICA E TIMOR. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: [s.n.], 2003. p. 1-6.

BRASIL. **Governo Federal fecha 2021 com mais de 287 mil refugiados venezuelanos regularizados pela Operação Acolhida.** Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/12/governo-federal-fecha-2021-com-mais-de-287-mil-refugiados-venezuelanos-regularizados-pela-operacao-acolhida>. Acesso em: 21 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui a lei de migração.** [S. l.], 24 maio 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 21 mar. 2021.

CABRAL, Umberlândia. **Censo 2022: de 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 28 jun.2023, atual. em 4 jul.2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CAMPANO, Gerald. **Immigrant Students and Literacy:** Reading, Writing and Remembering. Nova York: Teachers College Press, 2007.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu.; SILVA, Bianca G. **Relatório Anual OBMigra 2022. Série Migrações.** Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. . Brasília, DF: OBMigra, 2022.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Rio de Janeiro / São Paulo: Paz & Terra, 2020.

FREIRE. **Política e Educação.** Rio de Janeiro / São Paulo: Paz & Terra, 2021.

GROSSO, M. J. R. **Língua de acolhimento, língua de integração.** Horizontes de Linguística Aplicada, v. 9, n. 2, p. 61-77, 2010.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). **World migration: report 2022**. Switzerland: International Organization for Migrations, 2022.

NASSUR, Regina Iára Moreira. **Alfabetização de Jovens e Adultos**. São Paulo: Ática, 2003.

OLIVEIRA, Lidia Laguna de. **Alfabetização**. São Paulo: Ática, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO), 1996. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf>. Acesso em: 14 set. 2022.

ORTIZ, Júlia Mergen; ELIAS, Vanda Maria da Silva. Paulo Freire e o Ensino de Língua Portuguesa em Perspectiva. Guarulhos: **Revista OLHARES**, v. 9, n. 3, p. 327 – 343, 2021.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, POPULATION DIVISION (UNDESA). **International Migration Highlights 2020**. United Nations, 2020.

6

Luara Ferreira de Souza Quadros

**Aspectos psicossociais
e o sofrimento psíquico
enfrentados por acadêmicos
em migração pendular**

INTRODUÇÃO

O novo milênio trouxe significativas lutas e reivindicações da população referentes ao acesso à educação superior no Brasil, condicionadas à implementação de políticas públicas, como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, o FIES e o PROUNI.

Essas políticas possibilitaram a democratização do ensino e promoveram a modificação progressiva no perfil de estudantes universitários no Brasil, principalmente daqueles que migram para estudar, e fizeram aumentar o fluxo migratório estudantil, que, apesar de não ser um fenômeno recente, tem ganhado notoriedade nas pesquisas sociais e conduzido a diversas reflexões sobre a relação indivíduo e sociedade, notadamente sobre o aspecto subjetivo dos estudantes em relação à academia.

Desse modo, este estudo tem o objetivo de analisar o contexto das desigualdades sociais e o sofrimento psíquico de estudantes do ensino superior em situação de migração pendular para a cidade de Campo Grande/MS. Entendemos que no campo da formação para o trabalho essas discussões tornam-se significativas, visto que a instituição universitária, além de ser produtora e disseminadora do conhecimento, também é um espaço desafiador a todos os profissionais que nela atuam.

Nessa perspectiva, questiona-se: **de que forma o processo da migração pendular pode afetar na formação dos sujeitos universitários que se deslocam diariamente de seus locais de origem para a Universidade localizada em cidades circunvizinhas?** Considera-se que esse fenômeno da mobilidade pendular é uma condição social e material que altera as relações entre os indivíduos e a sociedade na qual os sujeitos estão inseridos.

Como espaço institucional, o meio acadêmico pode ocasionar sofrimento psíquico e este pode se manifestar de diferentes formas, como absenteísmo, depressão, dependência química, ansiedade, fobias, isolamento. Esse quadro se amplia a partir de um olhar mais apurado sobre o cotidiano dos alunos, em sala de aula, nos corredores, no percurso migratório para chegar à universidade, na formação acadêmica, no processo de permanência escolar e ainda na subjetividade do estudante.

Graner e Ramos (2019) relatam que o sofrimento psíquico em estudantes universitários está associado, muitas vezes, a mudanças psicológicas, biológicas e sociais às quais eles estão sujeitos no período de academia. Sahão e Kienen (2021) explicitam que, ao ingressar na universidade, os acadêmicos se veem diante de uma nova etapa da sua vida que trará diversas situações rotineiras e de adaptação ao novo contexto, as quais terão de ser enfrentadas: relacionamentos interpessoais, professores com nível de exigência maior, sobrecarga de atividades didáticas, tudo bastante diferente em relação ao que estavam habituados nos níveis de ensino médio e fundamental.

Estudos atuais têm mostrado que a percepção dos estudantes sobre o ambiente educacional e a associação com o sofrimento psíquico vem sendo objeto de investigação através de instrumentos padronizados. Essas pesquisas possibilitam a realização de políticas de acolhimento que culminam no exercício de autonomia e de tomada de decisões conscientes e críticas, além de possibilitarem, também, que os acadêmicos enfrentem momentos de crises causadas por situações estressoras.

Frente a esses fatores, para que se entendam as implicações que a migração pendular adquire no âmbito dos aspectos psicológicos, como o sofrimento psíquico e/ou psicossocial diante as desigualdades sociais, propõe-se apresentar, a seguir, dados da revisão bibliográfica e da pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas estruturadas com os estudantes nesta condição na Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

A opção de se investigar sobre os movimentos migratórios diários desses acadêmicos surgiu durante a realização do estágio obrigatório em psicologia, no programa de Atenção à Saúde Acadêmica (ASA). Causou inquietação a realidade vivenciada por centenas de alunos que se deslocam de cidades circunvizinhas, comunidades, assentamentos e aldeias, diariamente, com o destino à cidade de Campo Grande. Esses indivíduos enfrentam duas a três horas de viagens para ir e vir, cansaço, desmotivação, medo, e mesmo assim não desistem de seus projetos de vida, em busca do conhecimento e de uma formação superior.

Discorre-se, primeiramente, acerca do campo da migração estudantil em contexto e acerca das políticas públicas de acesso à educação superior. Em seguida, discute-se sobre a migração pendular, descreve-se o perfil do sujeito migrante objeto desse estudo, suas forças e fraquezas, fatores dificultadores e facilitadores do percurso formativo.

1. METODOLOGIA

O método de pesquisa compreendeu o materialismo histórico e dialético marxista e a sua contribuição ao estudo da subjetividade. A filosofia do materialismo concebe a matéria como substância e fenômeno universal que abrange a complexidade do “ser” em suas emoções e consciência. Na concepção marxista, o método materialista tem o objetivo de pensar nas transformações econômicas e sociais que são determinadas pela evolução dos meios de produção (QUADROS; ALMEIDA, 2022).

Segundo Alves (2010), Marx construiu a dialética materialista como corpo teórico que considera a ciência da história. Seus princípios fundamentais se subdividem em quatro vertentes, as quais compreendem:

(1) A história da filosofia, que aparece como uma sucessão de doutrinas filosóficas contraditórias, dissimula um processo em que se enfrentam o princípio idealista e o princípio materialista; (2) o ser determina a consciência e não inversamente; (3) toda a matéria é essencialmente dialética, e o contrário da dialética é a metafísica, que entende a matéria como estática e anistórica; (4) a dialética é o estudo da contradição na essência mesma das coisas (ALVES, 2010 p. 1).

Destarte, a dialética materialista dá início a uma filosofia que não apenas pensa no desenvolvimento do mundo, como procura transformá-lo. Seu método propõe a análise da crise na base produtiva da sociedade; desse modo, não há transformações se não houver mudanças nas relações sociais.

Na psicologia, o método materialista histórico e dialético foi construído baseado no princípio da atividade; a maneira de pesquisá-lo, para Vigotski (1996), segue a proposta sobre a relação da psicologia com a sociedade, em que, de acordo com o autor, “Ser donos da verdade sobre a pessoa e da própria pessoa é impossível enquanto a humanidade não for dona da verdade sobre a sociedade e da própria sociedade”. O autor faz referência ao estudo da subjetividade, ao propor a análise através do signo, como mediador da atividade humana e da linguagem como sendo o sistema principal de sinais (QUADROS; ALMEIDA, 2022, p. 126).

Assim, a partir de uma dimensão concreta da existência, a base materialista na psicologia confia que as dimensões subjetivas no sujeito introduzem uma lógica humanista e existencial centrada no compromisso ético da superação das condições de exploração, discriminação e dominação a que se submetem as relações sociais no modo de produção capitalista (QUADROS; ALMEIDA, 2022, p. 127).

Este estudo tem também uma abordagem qualitativa. De acordo com Silva *et al.* (2018), na área da saúde essa abordagem de pesquisa apareceu depois de receber destaque no meio social, visto

que seus resultados contemplavam um maior grau de assertividade. A literatura reforça que, ao ouvir as vozes dos envolvidos no processo de entrevistas, trazerem-se contribuições para o entendimento do fenômeno da migração pendular estudado.

Dentro da abordagem qualitativa, os elementos em estudo foram os discursos dos sujeitos, a análise e a interpretação das falas identificadas nas entrevistas realizadas. Nesse sentido, considerou-se a singularidade dos sujeitos em questão, pois a subjetividade deles é uma manifestação da plenitude de sua vida (SILVA *et al.*, 2018).

A coleta de dados iniciou-se através de entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e transcritas; entretanto, para obter uma amostra mais expressiva, foi necessário alterar o método para um questionário estruturado aplicado através do *google forms*, distribuído por meio da plataforma de comunicação *WhatsApp*. Posteriormente, esses documentos foram analisados e discutidos à luz dos teóricos elencados. A coleta dos depoimentos foi realizada no município de Campo Grande - Mato Grosso do Sul, e os entrevistados foram estudantes do ensino superior de diferentes áreas de estudo da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB oriundos de cidades circunvizinhas.

2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DA MIGRAÇÃO ESTUDANTIL

A mobilidade constitui-se parte do processo vital dos seres vivos, especialmente entre os humanos, e está relacionada à subjetividade dos sujeitos como: necessidades, motivações, limitações ou imposições. Para Cavalcante, Ferreira e Mourão (2018), o conceito de mobilidade é polissêmico, pode ser compreendido e apresentado de diversas formas, dependendo do contexto em que se aplica. Para as autoras,

A mobilidade é parte integrante da vida. O homem é um ser móvel. Movimenta-se sem sair do lugar, assim como faz movimentos que o deslocam. Move-se, seja com uma intenção em direção a um objetivo, seja aparentemente ao acaso, sem que haja uma determinação necessária de seus movimentos. Nos dois casos, a pessoa descobre, explora, partilha, constrói, nomeia o espaço vivido (CAVALCANTE; FERREIRA; MOURÃO, 2018, p. 142).

Em um contexto social, as mobilidades constituem um meio de transição da sociedade tradicional para a moderna; de acordo com Brito (2009), “esse processo de mobilização social dos migrantes, em direção à sociedade moderna, é o que define a migração e faz dela um processo que se estende desde o lugar de origem até a integração do migrante no lugar de destino”. Essa integração é vista geograficamente como uma força de transformação espacial que envolve o cenário territorial e organiza fluxos de origem e são, posteriormente, absorvidos por seus lugares de destino; por assim dizer, destacam a importância da origem geográfica no processo de escolarização (MARANDOLA, 2011).

Na vertente da Sociologia da Educação, a migração estudantil foi impulsionada por um forte processo de desenvolvimento desencadeado nos anos que sucederam o final da Segunda Guerra Mundial, entre final dos anos 1950 e início dos anos 1960 (LOPES, 2008). Ao reconstituir a história social da Sociologia da Educação, Lopes (2008, p. 23) explicita:

As décadas de 50 e 60 presenciaram a constituição da Sociologia da Educação como campo de pesquisa e sua afirmação como um dos principais ramos da Sociologia nos países industrializados desenvolvidos. As razões mais gerais desse fenômeno são comuns aos países ocidentais que se tornaram os centros produtores de pesquisa: França, Inglaterra e Estados Unidos.

O pós-guerra marcou os principais países produtores da pesquisa sociológica. As décadas de 50 e 60 se caracterizaram como um período de grande desenvolvimento

econômico e social nesses países. Nessa conjuntura, seus governos implementaram políticas públicas voltadas ao bem-estar social e programas de combate às desigualdades sociais, além de consolidarem um amplo sistema público de educação (LOPES, 2008).

Nesse período, processos de desenvolvimento econômico e modernização tecnológica geraram uma crescente necessidade de mão de obra qualificada, provocando aumento considerável da demanda de população escolarizada. Isto fez com que se tornasse necessárias a modernização e a ampliação dos sistemas de ensino para favorecer a satisfação das demandas da sociedade tecnológica. Esses dois fatores, aliados ao grande aumento da população em idade escolar (decorrente do baby-boom do pós-guerra), explicam as mudanças ocorridas nos sistemas de ensino, principalmente com a entrada e ampliação do tempo de permanência de uma população até então excluída desse bem cultural. Tratava-se do processo de “democratização” do acesso à educação (LOPES, 2008).

Os estudos sociológicos vêm demonstrando, desde os anos 50, as disparidades em relação às oportunidades educacionais entre os diferentes grupos sociais. Forquin (1995) aponta que existe uma desigualdade de acesso à educação, uma vez que a “origem geográfica” é um fator que tem impacto a trajetória escolar dos estudantes; ela constitui, portanto, um referencial para a análise do “processo migratório” de estudantes no Ensino Superior.

Segundo Lopes (2008), em um estudo realizado pelo Institut National d'Études Démographiques, na França, no período de 1962 a 1972 - o qual constitui-se uma das fontes mais relevantes para se estudar sociologicamente os processos de migração escolar -, “o meio geográfico desempenha um forte papel no que se refere ao prosseguimento dos estudos[...]. Fica, assim, evidenciado que os jovens que moram nos grandes centros urbanos são beneficiados, ao menos em relação à continuidade dos estudos”.

A mesma autora descreve ainda uma pesquisa de Bourdieu sobre o sistema de ensino francês, descrita no texto “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura”, no qual o autor afirma que

(...) o local da residência é um indicador que possibilita situar o nível cultural familiar, portanto, está também associado às vantagens e desvantagens culturais. Os efeitos dessas vantagens e desvantagens são observados em várias instâncias, seja nos resultados acadêmicos, nas práticas e conhecimentos culturais em matéria de música, cinema, teatro ou, ainda, no domínio linguístico. Confirma-se, assim, que a origem geográfica é uma variável que interfere no sucesso escolar, mesmo quando nos situamos no interior de um mesmo grupo social (BOURDIEU *apud* LOPES, 2008, p. 25).

Esses estudos mostram que a origem geográfica constitui um fator de influência relevante na trajetória acadêmica dos estudantes, tanto no que se refere à probabilidade de permanência, quanto ao êxito escolar, como também nas mudanças de comportamento, amadurecimento do sujeito e na tradução dos modos de vida em padrões culturais e/ou perspectivas de futuro diferenciadas.

Nesse sentido, ao tratar do processo migratório estudantil, tem-se como objeto de estudo o sujeito migrante jovem, haja vista que estes, em comparação com os adultos, têm maior facilidade para migrar. Esse fato decorre, principalmente, das políticas públicas para o acesso à educação no país, que têm sido implementadas, nos últimos anos, a exemplo do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que possibilitou a adoção de cotas étnicas e raciais, como também as cotas a jovens egressos do ensino médio público.

O programa possibilitou, ainda, a implementação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, como forma de admissão em um número crescente de instituições públicas de ensino superior;

expandiu, assim, em nível nacional, o Sistema de Seleção Unificada – SISU; multiplicou, no interior do país, e não apenas nas grandes capitais regionais, o número de instituições que oferecem formação superior, seja mediante a criação de novas universidades, seja pela criação de novos campi de instituições já existentes.

No setor privado, a democratização do ensino propiciou também a multiplicação de ofertas de vagas, e o acesso passou a contar com programas como o Financiamento Estudantil – FIES e o Programa Universidade Para Todos – PROUNI. A junção dessas políticas produziu modificação progressiva no perfil dos estudantes universitários no Brasil, sobretudo daqueles que migram para estudar, e propiciou o surgimento do fluxo migratório estudantil diante a popularização das vagas em todo o território.

3. MIGRAÇÃO PENDULAR, CARACTERÍSTICAS E DEFINIÇÕES

O movimento pendular é um fenômeno da mobilidade espacial da população e recebe essa designação por ser um deslocamento de ida e retorno com determinada frequência, assimilando-se a um pêndulo. Esse movimento ocorre devido à necessidade dos sujeitos de buscarem bens e serviços fora de sua cidade, tendo como maior fator a demanda por trabalho e/ou estudo, ou seja, caracteriza-se pelo deslocamento dos indivíduos do local em que se encontra o seu domicílio ao local em que estudam ou trabalham (LOBO; CARVALHO, 2016, p. 4).

De acordo com Golgher (2004), a migração é um dos três componentes da dinâmica populacional, além da fecundidade e da mortalidade. Dos três, a migração é a mais difícil de se definir, pois, por mais que seja aparentemente simples, seu estudo é complexo,

e seus termos afins abrem espaços para grandes discussões, inclusive com as noções de espaço e tempo que são considerados centrais em sua definição (FRANCELLINO, 2020, p. 140).

Para essa autora, o movimento pendular é um conceito antigo na geografia e se ressignifica no contexto atual, em função das necessidades alternativas de busca por postos de trabalho, de formação e das interfaces regionais decorrentes dos rearranjos intrarregionais consequentes da dinâmica econômica e populacional (FRANCELLINO, 2020, p. 140).

Levando em conta que a migração pendular é de grande relevância para se compreenderem as transformações socioeconômicas, deve-se considerar a diversidade de uso do termo que aparece, nos trabalhos acadêmicos, como mobilidade pendular, movimento pendular ou deslocamento pendular.

Considera-se, neste artigo, o termo migração pendular, pelo fato de se entender que tal processo é apresentado em forma de deslocamento diário, no qual o migrante (estudante) alterna seu cotidiano entre sua residência e o local onde busca formação acadêmica; portanto, não obriga à transferência definitiva do migrante para outro lugar.

Compreende-se que discorrer sobre esses fluxos migratórios voltados para a educação permite entender os condicionantes de influência, positivos ou negativos, nas condições de vida de sujeitos que se deslocam diariamente pela necessidade do estudo. Entende-se que migrar todos os dias das cidades circunvizinhas à universidade pressupõe investimentos de diversas ordens, por parte de todos os envolvidos (familiares/jovem migrante).

A preponderância dos custos afetivos, devido à distância, manutenção dos custos do curso, trabalho, preocupações com acidentes na estrada, transporte são os principais descritores discutidos tanto na literatura abordada sobre a migração pendular estudantil

até o momento, quanto na análise dos dados obtidos nas entrevistas com os estudantes migrantes que se deslocam diariamente para estudar em um curso de graduação na Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Esses fatores podem ser desencadeadores de sofrimento psíquico, como se pode ver a seguir.

3.1 O SOFRIMENTO PSÍQUICO NA FORMAÇÃO DO SUJEITO MIGRANTE NA UNIVERSIDADE

Graner e Ramos (2019) relatam que o sofrimento psíquico entre estudantes universitários tem sido foco da literatura em saúde. Aproximadamente, 30% dos adultos brasileiros apresentaram transtornos mentais comuns (TMC), como encontrado em pesquisa com adolescentes. De acordo com as autoras, a prevalência desse sofrimento varia segundo a população estudada e os métodos utilizados nas pesquisas.

Nesse mesmo estudo, as autoras apontam que pesquisas realizadas com universitários brasileiros, especialmente os da área da saúde, indicam variação de TMC de 18,5% a 44,9%. Os Transtornos Mentais Comuns, nesse sentido, são estados mistos de depressão e ansiedade, caracterizados pela presença de sintomas como insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas e podem ser investigados por instrumentos de *screening*. Apesar de esses sintomas não atingirem as exigências para serem considerados como transtornos psiquiátricos (DSM-V; CID-10), eles afetam negativamente a vida dos sujeitos (GRANER; RAMOS, 2019, p. 1328).

Conforme já se considerou, neste estudo, o meio acadêmico pode promover situações de sofrimento psíquico que podem se manifestar de diferentes formas. Também já se fez referência, com base no estudo de Sahão e Kienen (2021), que o acadêmico, ao ingressar na universidade, deverá enfrentar novos desafios, diversas

situações que provocarão mudanças em sua vida, e que poderão dificultá-la, como a saída de casa, novas responsabilidades, sobrecarga de atividades, organização de estudos, manejo de emoções, relacionamentos interpessoais e características singulares de personalidade e nível cognitivo.

Os fatores que podem agir como facilitadores são o fornecimento de informação, rede de apoio, integração social, características da instituição, contato com a profissão, expectativas em relação a transição, atividades extracurriculares e atividades físicas e lazer (SAHÃO; KIENEN, 2021).

Alguns sintomas podem denotar falta de adaptação a essa nova realidade e condição: estresse, dificuldade de concentração e sono ou alimentação desregulada, ideação suicida, ansiedade e quadros depressivos. Esses sintomas resultam em baixo desempenho acadêmico, saúde mental, baixo desenvolvimento intelectual, profissional e pessoal, frustrações e baixo comprometimento. Nesse sentido, o acadêmico precisará investir na sua autonomia, disciplina nos estudos, ajustamento, resiliência, flexibilidade psicológica e comportamento exploratório vocacional (SAHÃO; KIENEN, 2021).

Com base no levantamento de dados bibliográficos para a realização desta pesquisa, percebeu-se que a universidade aparece como um espaço de prática social e se constitui como facilitadora para que o fenômeno da migração estudantil aconteça diariamente, pois possibilita sentimentos, relações entre estudantes, professores e funcionários, formação de laços e permite que os sujeitos se sintam pertencentes deste espaço que é a Universidade.

Ademais, à medida que os estudantes convivem e estreitam laços, os mesmos identificam-se e constituem uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura, o que permite que permaneçam na universidade e consigam se graduar de forma integral, diminuindo o absenteísmo e desistência.

Frente a esses fatores, são muitos os motivos que favorecem o aumento da migração pendular de pessoas que desejam fazer um curso universitário. Esse fator é responsável pelo fluxo considerável de jovens e adultos que se deslocam diariamente rumo à universidade, enfrentando desde simples empecilhos a grandes desafios, que são associados a outros fatores da mobilidade diária, e podem causar grandes prejuízos a sua vida pessoal e educacional.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), em todo o Brasil, 7,4 milhões de pessoas se deslocam para cidades vizinhas de onde moram para trabalhar ou estudar, correspondendo a 6,7% da população que estuda e/ou trabalha. Essas informações são baseadas no Censo de 2010, sobre concentrações urbanas e arranjos populacionais. Esse percentual sobe para 10,6% quando se consideram as regiões metropolitanas, pois, de um modo geral, os fluxos associados a esse tipo de deslocamentos se concentram nas principais aglomerações urbanas do país.

3.2 A MIGRAÇÃO PENDULAR – RUMO À UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO/UCDB

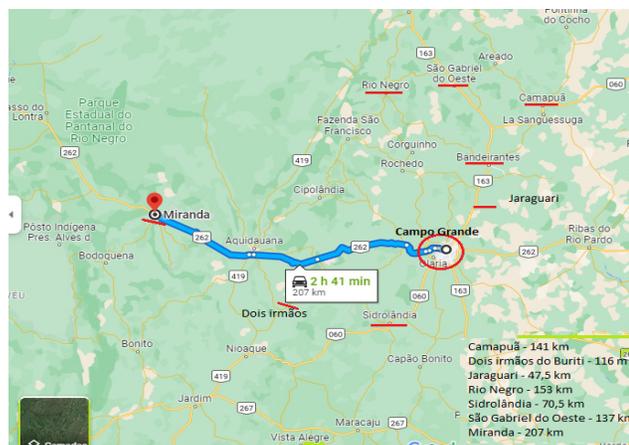
Para a análise dos dados obtidos nas entrevistas, os fatores associados à migração estudantil pendular foram agrupados em quatro dimensões: familiar/social (acolhimento familiar, apoio financeiro, trabalho e estudo, incentivo ao transporte), acadêmica/educação (motivo de escolha da universidade, rendimento com os estudos, facilitadores e dificultadores de aprendizagem, impactos e pertencimento a universidade), mobilidade e sofrimento psíquico (dificuldades enfrentadas até o momento, pontos positivos sentidos nesse período, melhorias que poderiam ser feitas).

O perfil sociodemográfico dos entrevistados correspondeu a um percentual de 57% de público feminino a 42% masculino. As idades variam entre 17 e 50 anos. Com relação ao estado civil,

majoritariamente, é de sujeitos solteiros e sem filhos, que residem com familiares; 96% destes realizam atividade laborais durante o dia e estudam à noite. No que diz respeito à oferta e incentivo ao transporte para a universidade, nove acadêmicos relataram que não possuem nenhum tipo de auxílio transporte, e 10 relataram receber auxílio da prefeitura de seus municípios.

O mapeamento das cidades de origem demonstrou que esses estudantes provêm das cidades de Camapuã (141km), Dois Irmãos do Buriti (116km), Jaraguari (47,5km), Rio Negro (153km), Sidrolândia (70,5km), São Gabriel do Oeste (137km) e Miranda (207km), cujo roteiro vem definido no mapa da Figura 1 a seguir:

Figura 1 - Cidades de origem dos estudantes que participaram da pesquisa



Fonte: Google Maps, 2022.

Com relação ao modo como os alunos se deslocam para a universidade, a maioria utiliza ônibus disponibilizado pela prefeitura ou transporte particular. O tempo médio gasto pelos alunos é de duas horas e trinta minutos a três horas, para a ida e para a volta (cidade de origem – UCDB/Campo Grande/MS). Esse é um fator

apontado como dificultador, no processo de aprendizagem, também de sofrimento psíquico.

A seguir, registram-se depoimentos dos estudantes entrevistados, que evidenciam as dificuldades enfrentadas por eles no deslocamento diário de suas residências até a universidade.

"A rotina exaustiva com certeza foi a maior dificuldade, eu começo a me organizar para sair de casa as 14, pego o ônibus as 15:20 e chego em casa somente 00:30. Nos primeiros dias meu corpo sentiu a mudança brusca de rotina. Por conta de alguns probleminhas comecei a ter insônia, e meu relógio biológico me obriga a acordar todos os dias as 6 ou 7 da manhã, sendo assim eu tenho normalmente 4 ou 5 horas de sono por noite". (A.1)

"A maior dificuldade foi mesmo o tempo na estrada, que não tem como ser diferente pois moro há 70km da UCDB". (A.2)

"Uma das principais dificuldades é de eu ter que sair da minha cidade para Campo Grande, e durante esse trajeto eu perco duas horas do meu dia, que eu poderia estar utilizando para fazer os meus trabalhos da faculdade e estudar para alguma prova". (A.3)

No percurso diário, esses estudantes enfrentam dificuldades frequentes tais como: cansaço, atrasos dos ônibus, como pode-se perceber no discurso anterior, principalmente quando chove, pois, as estradas são ruins, cheias de buracos, há problemas mecânicos dos ônibus ocasionando perda de aulas, prova, seminários, levando muitos acadêmicos a reprovação caso os docentes não relevem tais imprevistos. Além dessas dificuldades existem os perigos nos trajetos, pelo fato de trafegarem em rodovias nas quais podem se deparar com a presença de animais na pista, trechos sem acostamentos, tráfego de caminhões de carga e carros particulares em alta velocidade.

No que concerne à motivação da escolha da universidade (UCDB), em diálogo com os acadêmicos verificou-se, como fatores,

o renome e o *status* da universidade aliados ao fator locomoção, conforme atestam as falas a seguir:

"Pela excelência da Universidade, pelo currículo humanitário e profissional que a mesma possui"; "a escolha pela UCDB se deu devido a boa popularidade que a universidade possui de proporcionar um bom ensino."

"Passei em outras universidades, porém por motivo de distância precisei escolher a UCDB"; "ser a única cidade onde o transporte aqui da cidade leva os acadêmicos"; "É a cidade mais próxima da onde eu vivo, e escolhi a UCDB como faculdade pelo o seu renome e sua qualificação."

Com relação ao rendimento acadêmico, foi considerado, pela maior parte dos alunos entrevistados, como *"bom, relativamente bom, poderia melhorar e mediano"*. Também foi mencionada, como variante que interfere em seus desempenhos, 1) **a rotina de trabalho:** *"ultimamente me sinto esgotado completamente, o cansaço, o trabalho no outro dia."; "Fraco, muito corrido minha rotina de trabalho"; "às vezes por conta do cansaço não rende muito"; "era mediano quando no período matutino, por razão do intenso sono, decorrente do fato de ter que acordar 4h pra pegar transporte 5h[...]";* 2) **a migração:** *"por conta da viagem de todos os dias";* 3) **os sintomas de ansiedade:** *"por conta da ansiedade eu acabo tendo crises e mal estar e meu desempenho diminui consideravelmente. Eu atualmente estou em tratamento e gradativamente estou me recuperando";* 4) **falta de tempo para estudar e participar de atividades extracurriculares:** *"não tenho tempo pra pesquisar outras coisas e aprofundar conhecimentos, além de não ter a possibilidade de participar de eventos e projetos proporcionados pela universidade."*

Nesse sentido, é importante, para o acadêmico, ter contato com a teoria e prática profissional por meio de atividades extracurriculares, conforme consideram Sahão e Kienen (2021), explorar o mercado de trabalho e alternativas profissionais existentes para o estudante na sua área de conhecimento. Essa articulação é importante

para não frustrar as expectativas que o estudante possui relacionada à área e, também, em relação aos impactos na saúde mental desse estudante trazidos pela adaptação ao cenário acadêmico.

Em relação aos processos de aprendizagem, os acadêmicos apontam a necessidade de **dedicar total atenção à fala do professor em sala de aula**: *“Meu método de aprendizagem é baseado em prestar o máximo de atenção na aula, sem fazer nenhuma anotação, e posteriormente estudar slides e livros em casa”*; **ser comunicativo**: *“Sou bom comunicador e lido bem com as pessoas e falar em público”*.

Sahão e Kienen (2021) afirmam que a integração social do acadêmico com os pares e rede de apoio permite a troca de experiências e dificuldades. Possibilita entender e buscar ajuda quando sentir necessidade e saber onde buscá-la; assim, ele se sente acolhido diante das situações desafiadoras. Buscar ajuda aumenta a probabilidade de enfrentamento e resolução de problemas, sendo assim o acadêmico deve se relacionar com diferentes pares, colegas, líderes, professores e coordenadores, por exemplo. Esses fatores são considerados facilitadores e impactam na saúde mental do acadêmico, assim como a sua adaptação (SAHÃO; KIENEN, 2021).

Os dificultadores e ocasionadores de sofrimento psíquico apareceram, novamente, em relação ao tempo disponível para estudar e lidar com o cansaço da rotina do movimento, o que demanda planejamento diário a fim de acompanhar os conteúdos. Vejam-se estes relatos:

“Minha maior dificuldade é ter que enfrentar o cansaço de trabalhar o dia todo e ter que ir para Campo Grande todos os dias”; “A maior dificuldade é planejar um momento de estudo, que só tenho aos finais de semana”;

“Dificuldade, a distância entra minha cidade e a faculdade (chego atrasado todos os dias por conta disso)”;

“Minhas dificuldades são estar em dia com conteúdo e principalmente com as leituras”;

"Tenho dificuldade de fazer ponderações durante as aulas"

Diante dessas falas, entende-se que os resultados obtidos neste estudo corroboram o estudo de Francellino (2020), pois os acadêmicos em migração pendular apresentam prejuízos significativos na área de aprendizagem, tendem a não participar de atividades extracurriculares diante ao cansaço, apresentam baixo rendimento acadêmico devido ao tempo limitado e à falta de recursos financeiros. A mobilidade, conforme aponta Francellino (2020), pode acrescentar mudanças, de acordo com as interações com diferentes culturas, costumes; as experiências podem ser satisfatórias ou, também, acarretar prejuízos significativos tanto na esfera educacional quanto na vida pessoal e na qualidade de vida de quem passa por esse processo.

Ao se manifestarem a respeito do sentimento de pertencimento à universidade, todos os respondentes mencionaram sentimentos positivos - orgulho de sua jornada, gratidão pela oportunidade, conforme se vê nestes relatos:

"Apesar de tudo me sinto orgulhoso de ter chegado até aqui. Sinto que estou a um passo do meu sonho de me formar em psicólogo";

"Sempre sonhei em fazer faculdade, me sinto realizada apesar dos pesares";

"Sentimento bom, impacta muito na formação do meu caráter profissional e pessoal";

"Pertencer a uma universidade me causa um impacto positivo porque já tenho 50 anos e isso para mim é motivo de muito orgulho! Afinal, estou realizando um sonho antigo e que só pude realizar agora. Gratidão.";

"Fico feliz e grata por ter esse privilégio. Impacta bastante no âmbito social, principalmente.";

"Eu acho incrível ter a oportunidade de conseguir buscar o meu melhor, de poder realizar um sonho meu e de possi-

velmente ter uma vida melhor, condições estáveis, possibilitando a retribuição de tudo que minha mãe fez por mim.”;

“Sentimento de, principalmente, gratidão, pois estou ciente de que inúmeras pessoas dariam de tudo para estar no meu lugar. Impacta diretamente na questão de levar as coisas mais à sério, de ter que firmar um compromisso para comigo mesmo e meus amados.”

Pode-se observar, nos discursos dos estudantes, o sentimento de pertencimento a um grupo. Nesse sentido, e conforme os autores referenciados, entende-se, como aspecto positivo, que a migração pendular tende a permitir que os sujeitos compartilhem sentimentos, experiências e dificuldades em trânsito. Os discursos desses acadêmicos apontam, ainda, como fator motivador a construção de vínculos entre os mesmos, fazendo com que se sintam parte de um todo, tendo em vista que se sentem comprometidos, identificam-se com alguns docentes e valorizam a instituição.

Ademais, notou-se, com base no cruzamento do referencial teórico com os depoimentos dos jovens acadêmicos, que a motivação que os leva à migração pendular é diferente e varia de região, de local para local, e, no caso específico deste estudo, está relacionada à realização de uma formação profissional, em busca, sobretudo, de melhoria das condições de vida. Entende-se que diante de tantos desafios é necessário, ainda, para a instituição, a implementação de programas e projetos de extensão direcionados para esses acadêmicos, de forma a minimizar as dificuldades enfrentadas no percurso formativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorrer sobre os fluxos migratórios pendulares na educação permitiu entender os condicionantes de influência, positivos ou

negativos, nas condições de vida de sujeitos que se deslocam pela necessidade do estudo. Entende-se que a vinda para a universidade pressupõe investimentos de diversas ordens por parte de todos os envolvidos (familiares/ jovem migrante). Vários fatores mostram-se relevantes para que o estudante consiga se desenvolver academicamente de forma típica, em especial para aqueles alunos que migram diariamente e estão inseridos no rol das desigualdades sociais com prejuízo para a sua formação integral, uma vez que é levado ao absenteísmo e, muitas vezes, à desistência da graduação.

É possível identificar que diversos fatores da migração pendular interferem na integração do acadêmico ao mercado de trabalho relacionado à área de estudo e rendimento. Além disso, a migração pendular ocupa a maior parte do tempo diário, e se caracteriza como um processo que envolve diversas dimensões como estudar, organizar-se, estagiar, realizar atividades extracurriculares, participar de oficinas e cursos de capacitação, entre outros. Essas atividades são importantes para a adaptação do acadêmico nessa nova etapa de sua vida, contudo, podem provocar impactos à saúde mental e à permanência no campo de aprendizado.

Houve dificuldade para acessar as informações na instituição de ensino, a respeito da quantidade e localização dos acadêmicos migrantes, bem como de que forma estes chegam à universidade, visto que não existe nenhum programa que faça o controle desses dados, na UCDB.

Considera-se que, ao adentrar em um curso de ensino superior, é necessário que o aluno apresente um repertório de habilidades que vão desde habilidades sociais, adaptativas, de autorregulação, resiliência, autonomia e comprometimento com os estudos.

Com base nos depoimentos colhidos nas entrevistas realizadas com os acadêmicos, identificou-se um alto nível de ansie-

dade, baixa autoestima e sentimentos rebaixados, que ficaram evidenciados, como a dificuldade em se adaptar ao novo, distância da rede de apoio, expectativas elevadas e auto cobrança, fatores estes que indicam uma necessidade de treino de habilidades como autonomia, resiliência, solução de problemas, identificação de pensamentos disfuncionais assim também como um acolhimento e uma escuta empática.

Evidencia-se que as migrações pendulares são muito mais que o ato de ir e vir das pessoas, mas envolvem acesso ao direito à educação, o convívio e a vivência com outros indivíduos e, com estes, o compartilhamento de sentimentos, de expectativas, de interesses e de necessidades, de modo a construir uma história própria.

Espera-se que este estudo possa agregar conhecimento e importância dos fenômenos psíquicos subjetivos que acometem os sujeitos em movimento de ir e vir, principalmente daqueles alunos que vivenciam o momento de formação para o mundo do trabalho, haja vista que formar sujeitos críticos e autônomos, donos de suas próprias histórias, é um dos principais papéis de uma instituição de ensino superior.

Entende-se, por fim, atrelado a tudo quanto foi considerado neste estudo, que o papel da psicologia dentro das instituições de ensino vai além do planejamento institucional. Precisa permear o cotidiano, prever o dia a dia das aulas, o questionamento e a escuta do sofrimento, promover e cuidar da saúde, considerando-se que a psicologia promove a capacidade de autonomia e subjetividade dos sujeitos. Sem profissionais dessa área dentro dos estabelecimentos de ensino, as políticas, inclusive as revolucionárias, tornam-se mera abstração e instrumentalização.

REFERÊNCIAS

ALVES, Álvaro. Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, vol 9, n. 1, São Paulo. 2010. Disponível em: < <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/422>>.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6227031.pdf>.

CAVALCANTE, Sylvia.; FERREIRA, Karla Patrícia M.; MOURÃO, Ada Raquel Teixeira. "Mobilidade". In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Orgs). **Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 2018.

FORQUIN, Jean Claude. **Sociologia da Educação - dez anos de pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FRANCELLINO, Sandra Maria Rebello Lima. **Migração pendular de estudantes universitários na região de Aquidauana - Mato Grosso do Sul- Brasil**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) Campo Grande, MS, Brasil. 2020.

GOLGHER, André Braz. **"Fundamentos da Migração"**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20231.pdf>.

GOOGLE. (s.f) **Trajetos para dirigir de Campo Grande, MS à Miranda, MS**. Google Maps, 2022. Disponível em: <https://www.google.com/maps/dir/Campo+Grande,+MS/Miranda,+MS/@-20.5251638,55.8748255,9z/data=!4m13!4m12!1m5!1m1!1s0x9486e6726b2b9f27:0xf5a8469ebc84d2c1!2m2!1d54.6218477!2d20.4648517!1m5!1m1!1s0x947e8e280e75019b:0x36bd8d83d57685ce!2m2!1d56.3841872!2d-20.2390646?entry=ttu>.

GRANER, Karen Mendes; CERQUEIRA, Ana Teresa de Abreu Ramos. Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. **Ciência & Saúde Coletiva**, 24, 1327-1346, 2019.

LOBO, Carlos; MATOS, Ralfo; CARVALHO, André Simplício. Mobilidade pendular e infraestrutura rodoviária nas microrregiões de Minas Gerais. **Revista Espinhaço**, Minas Gerais, 2016, 5 (1): 3-10.

LOPES, Solange Aparecida da Fonseca. **Origem geográfica e estratégias de escolarização – um estudo sobre estudantes migrantes do interior de Minas Gerais para a Capital.** Dissertação de Mestrado. 2008. Disponível em: de: www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-8MLMXV. Acesso em 10 de novembro de 2022.

MARANDOLA JR., Eduardo. “Migração e Geografia”. **Rev. bras. estud. popul.** Vol. 28 no. 28. São Paulo, 2011. Disponível em: de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01023098201100010001. Acesso em 30 de outubro de 2022.

QUADROS, Luara Ferreira de Souza; ALMEIDA, Luciane Pinho. Afetos do cotidiano e a construção social do estudante migrante do ensino superior. SOUZA, F. B; ALMEIDA, L. P. (Orgs.). *In: Expressões acadêmicas e diálogos sobre migração, refúgio e políticas sociais* – vol 2. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

SAHÃO, Fernanda Torres.; KIENEN, Nádia. Adaptação e saúde mental do estudante universitário: revisão sistemática da literatura. **Psicologia Escolar e Educacional.** 2021, v. 25. Universidade Estadual de Londrina – Londrina – PR – Brasil. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392021224238>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

SILVA, Raimunda Magalhães *et al.* **Estudos qualitativos:** enfoques teóricos e técnicas de coletas de informações. Sobral: Edições UVA, 2018. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/medicina-pa/pesquisa/producao-cientifica/experiencias-qualitativas-ebook>. Acesso em 20 de setembro de 2022.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Teoria e Método em Psicologia.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

7

*Victoria Hikari Honma
Roseli Fernandes Lins Caldas*

Migração e políticas linguísticas no contexto educacional brasileiro: uma revisão bibliográfica

INTRODUÇÃO

Na última década, de acordo com o ACNUR (2018), as solicitações de refúgio de haitianos, bengaleses, venezuelanos, chineses e cubanos têm se intensificado no Brasil. No grupo de imigrantes, dentro das principais nacionalidades, encontram-se também os bolivianos, colombianos e uruguaios. Nas escolas de São Paulo, Rodrigues *et al.* (2017) apontam os bolivianos como o maior grupo de migrantes.

Miyahira (2017, p. 135) considera essa informação importante, visto que, em muitas outras instâncias, há o problema de não ser possível contabilizar os emigrantes-imigrantes que não estão documentados. A autora pontua que os dados obtidos das secretarias de educação “sofrem menos impacto com a imprecisão dos números porque também atendem os alunos que ainda não conseguiram visto no país” (2017, p. 136). Esse cenário lança desafios a serem problematizados para que seja possível desenvolver políticas que contemplem eficazmente os direitos humanos dessas populações, que constituem o foco deste capítulo, qual seja o de se atentar, especificamente, às políticas e implicações em torno da língua, no contexto educacional, considerando a chegada dos imigrantes e refugiados nesse meio.

Spolsky (2016) aborda sobre as implicações linguísticas e se propõe a não as reduzir apenas às leis e portarias ou considerar apenas aquelas destituídas de órgãos formais e governamentais. O autor busca retratá-las como uma faceta mais corriqueira ao cotidiano, declarando que “as políticas linguísticas se tratam de crenças e valores que circulam em volta das práticas de linguagem” (SPOLSKY, 2016, p.1).

Desse modo, a relação da imigração e refúgio com a língua se apresenta como tema importante para o campo da psicologia, educação e políticas públicas. Além do aspecto social de inserção do

indivíduo na circulação e participação ativa da sociedade, há que se considerar, também, a questão de como a população migrante vem se desenvolvendo nos âmbitos de identidade, subjetividade e aprendizagem frente às condições de maior vulnerabilidade. Nesse sentido, de acordo com Houston,

Todo ser humano é capaz de abstrair, categorizar, fazer inferências, argumentar e utilizar representações mentais. Todavia, expressam-se de formas diversas, dependendo dos contextos, das demandas sociais e das relações de poder em jogo, onde há interesses e necessidades diversas (HOUSTON 1997, *apud* SAWAYA, 2017, p. 83).

O referencial teórico que serviu de base a este estudo parte dos autores da Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Lev Vygotsky e Henri Wallon, e do sociólogo Pierre Bourdieu. De acordo com Mahoney e Almeida, Vygotsky apresenta o desenvolvimento humano a partir das inúmeras e constantes interações do indivíduo com o meio, abrangendo as dimensões interpessoal e cultural. Assim, o autor apresenta o sujeito como sócio-histórico-cultural. Wallon, por sua vez, também apresenta o processo de desenvolvimento psíquico dos indivíduos a partir de correlações biológicas e ambientais.

Nesse sentido, Leite (2013) alerta sobre a importância de se superar o modelo dualista, segundo o qual razão e emoção são entendidas como dimensões humanas independentes. Tal dualismo - que dá destaque e maior valorização à racionalidade - ainda é bastante presente nas concepções e práticas educacionais. Porém, o melhor caminho para que os alunos obtenham sucesso acadêmico nos processos educacionais é o de se apropriarem dos conteúdos e, concomitantemente, dos vínculos marcados por impactos afetivos.

Além dos autores da psicologia do desenvolvimento, os estudos de Pierre Bourdieu também possibilitam importantes reflexões, considerando a discussão aqui proposta. Esse teórico se dedicou a desvelar os mecanismos de manutenção das desigualdades

presentes na sociedade e suas instituições, dentre elas, o sistema educacional. Ferrari (2008) aponta que houve diversos autores que estudaram a escola a partir de uma visão crítica, porém, Bourdieu foi o primeiro a identificar uma contradição na relação das práticas educacionais como “mais ou menos à parte das tensões sociais”

Para Saviani (2006), a educação pode ser reprodutora das desigualdades, uma vez que a violência material, fruto da dominação econômica, muitas vezes, corresponde à violência simbólica, fruto da dominação cultural.

Desse modo, compreende-se que a teoria de Vygotsky, Wallon, Bourdieu e tantos outros expandem uma visão limitada sobre as implicações que podem atravessar a vida de um indivíduo que se encontra em situação de vulnerabilidade. Esses autores apresentam uma abordagem de desenvolvimento que impulsiona ao pensamento e discussão de uma educação mais justa e em conformidade com a realidade das pessoas e de sua história.

1. MÉTODO DE PESQUISA

Este capítulo apresenta a síntese de um estudo que se propôs realizar uma revisão bibliográfica de pesquisas de campo que levantaram implicações linguísticas frente ao contexto de migração no ambiente educacional brasileiro, identificando os seus principais resultados e correlacionando-os ao processo de desenvolvimento e aprendizagem de alunos migrantes. De abordagem qualitativa, a pesquisa pretendeu descrever uma perspectiva dessa realidade, desenvolver uma compreensão do problema a partir dos dados coletados e interpretar os aspectos e implicações verificados nos estudos que serviram de base.

Procedeu-se, portanto, a uma revisão da literatura já tornada pública e de referência ao tema, como teses e dissertações. Esse tipo de pesquisa se caracteriza por colocar o pesquisador em contato direto com os conteúdos que já foram escritos, ditos ou filmados sobre determinado tema, “oferecendo caminhos para compreensão de assuntos que já estão em debate e, explorando novas áreas em que ainda os problemas não foram identificados suficientemente” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 185).

Coletaram-se os dados a partir de buscas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD²², delimitando-se a periodicidade de trabalhos realizados entre 2009-2019. Nessa etapa, realizou-se a leitura dos resumos dos trabalhos pesquisados, a fim de se identificarem aqueles que cabiam nos critérios de inclusão delimitados.

Além da periodicidade e do método de pesquisa de campo, incluíram-se as produções que tinham por objetivo uma relação com políticas linguísticas educacionais, em contexto de alunos migrantes, e que ocorressem em escolas públicas. Realizaram-se seis combinações, para a busca, por meio da qual identificaram-se 92 trabalhos. Entretanto, os que atendiam aos critérios estabelecidos reduziram-se a nove. As seis combinações utilizadas e os resultados referentes a elas foram os seguintes: 1) políticas linguísticas, escola, migrantes - 4 produções e 1 selecionada; 2) políticas linguísticas, escola, imigrantes - 18 produções e 3 selecionadas; 3) políticas linguísticas, escola, refugiados - 3 produções e 1 selecionada; 4) multilíngue, contexto educacional - 6 produções e 1 selecionada; 5) escola, imigrantes, língua - 59 produções e 4 selecionadas; 6) escola, refugiados, língua - 2 produções e 1 selecionada. Ao todo, portanto, selecionaram-se 11 trabalhos, contudo, dois deles estavam repetidos em duas das combinações, razão por que foram consideradas 9 produções selecionadas, que podem ser conferidas no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Pesquisas selecionadas

SANTOS, Alessandra de Souza. Multilinguismo em Bonfim/RR: o ensino de Língua Portuguesa no contexto da diversidade linguística. Tese de Doutorado. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília – UnB, 2012.
MANDALÁ, Paola de Souza. Aspectos fonético-fonológicos e culturais da produção textual de alunos brasileiros e bolivianos de uma escola pública paulistana. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
MOLINARI, Simone Garbi Santana. Imigração e alfabetização: alunos bolivianos no município de Guarulhos. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
SILVA, Nunes Xavier da. Políticas linguísticas e planejamento educacional em Aruanã. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
NEVES, Amélia de Oliveira. Política Linguística de acolhimento a crianças imigrantes no ensino fundamental brasileiro: Um estudo de caso. Dissertação (Mestrado, Faculdade de Letras) - UFMG, 2018.
GREUEL, Izabel Cristina. “[...] Falar é bom, mas entender, endentes o que a professora tá falando (.) daí é outra coisa”: um estudo etnográfico sobre práticas de linguagem dos imigrantes haitianos em uma escola pública no município de Blumenau – SC. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós- Graduação em Linguística, Florianópolis, 2018.
GOUVEIA, Angelly Alani Marques de. A produção escrita de alunos imigrantes: percepções acerca do português brasileiro reveladas em textos de estudantes com ascendência boliviana. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019.
SANTOS, Rosane Aparecida Biterlini dos. A inserção do invisibilizado: um estudo sobre o ensino de língua portuguesa à criança haitiana e a gestão de línguas na educação básica em Medianeira – Paraná. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2019.
SUYEVASSU, Sueidy Python. Currículo e imigrantes multicultural em uma escola na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2019.

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa.

Verifica-se que dessas 9 pesquisas, 1 foi realizada em 2012; 1 em 2015; 1 em 2016; 1 em 2017; 2 em 2018; e 3 em 2019.

A análise dos dados seguiu o método de Análise de Conteúdo de Bardin. Nesse método, busca-se “a compreensão das características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tornados em consideração” (CÂMARA, 2013, p. 182). Bardin (2011) indica que esse tipo de análise pressupõe três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação).

A primeira fase consiste na leitura e organização dos dados coletados, um primeiro contato com o material composto dos resultados para análise, atentando-se “às escolhas, à formulação das hipóteses e objetivos, à elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação e à preparação formal do material” (CÂMARA, 2013, p. 183).

A segunda fase, exploração do material, consiste em trabalhar a unidade de registro e a unidade de contexto, ou seja, identificar o tema e em quais contextos ele é desenvolvido nas produções selecionadas. Para fins de análise, neste trabalho, os resultados sobre as políticas linguísticas educacionais (unidade de registro) foram contextualizados a partir das ingerências como principais formuladores de políticas linguísticas, das práticas escolares cotidianas referentes à língua e dos efeitos diversos no processo de ensino-aprendizagem de alunos migrantes em torno das diferenças linguísticas. Após essa leitura atenta e flutuante, de acordo com Câmara (2013, p. 185), “definem-se as categorizações, que se constituem a partir das questões norteadoras ou das hipóteses do trabalho”.

A esse respeito, a autora aponta, referindo-se a Bardin (2011), que “os temas que se repetem com muita frequência, são recortados “do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidades de codificação para o registro dos dados” (CÂMARA, 2013, p. 185). Dessa forma, as categorizações formuladas neste trabalho foram: 1) Políticas Linguísticas adotadas nas escolas frente à presença de aluno(s) migrante(s); 2) Contexto Plurilíngue x Mito do Monolinguismo; 3) Efeitos na aprendizagem e identidade

do(s) aluno(s) migrante(s) frente às práticas de valorização e reconhecimento da língua materna *versus* práticas de assimilação homogênea e silenciamento da língua materna.

A terceira fase da análise é aquela em que o pesquisador torna significativos os resultados brutos, ou seja, a partir dos dados, o pesquisador deve comparar os enunciados e ações referentes ao tema, identificando um conceito que os embasa. Câmara (2013, p. 188) ressalta que:

...durante a interpretação dos dados, é preciso voltar atentamente aos marcos teóricos, pertinentes à investigação, pois eles dão o embasamento e as perspectivas significativas para o estudo. A relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica, é que dará sentido à interpretação.

Essa interpretação, em relação à pesquisa, partiu do referencial teórico de Lev Vygotsky, Henri Wallon e Pierre Bourdieu.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a leitura sobre os resultados encontrados nos trabalhos revisados, foram propostas três categorias para discussão e análise, pensadas com o intuito de explorar o problema da pesquisa e também alcançar os objetivos específicos do trabalho. Apresentam-se a seguir.

CATEGORIA 1: MEDIDAS LINGUÍSTICAS ADOTADAS NAS ESCOLAS FRENTE À PRESENÇA DE ALUNO(S) MIGRANTE(S)

Entre os resultados encontrados, apenas duas pesquisas evidenciaram um planejamento linguístico que partisse da gestão

(NEVES, 2018; SANTOS, 2019). Duas pesquisas indicaram ações voltadas à integração do aluno migrante, contudo, não são especificamente sobre o fator linguístico dos alunos (MANDALÁ, 2015; GREUEL, 2018). Uma dessas ações constou apenas como item do Projeto Político Pedagógico, no qual considerou a necessidade de a escola se valer como instituição que preserve a herança cultural dos alunos.

Dos resultados das pesquisas em que não se identificou nenhum tipo de planejamento que partisse da gestão escolar, observou-se, como principal medida dos educadores, a improvisação nas suas ações frente às barreiras linguísticas na relação ensino-aprendizagem dos alunos não falantes da língua portuguesa (SANTOS, 2012; MANDALÁ, 2015; SILVA, 2017; SUYEYASSU, 2019). Uma pesquisa que não se encaixou em nenhuma análise dessa categoria (GOUVEIA, 2019), já de antemão indicou a falta de políticas linguísticas de nível estrutural do território pesquisado, em seu referencial teórico. Com relação a esse resultado, referente à improvisação dos professores frente às barreiras linguísticas, denota-se a solidão do docente em sala de aula.

A despeito de, com base nesse resultado, perceber-se que esses docentes buscam alternativas e têm consciência acerca dessa interferência no processo de escolarização do aluno migrante (MANDALÁ, 2015; MOLINARI, 2016; SILVA, 2017; SUYEYASSU, 2019), os mesmos possuem dificuldades em avaliar os resultados de suas ações, seja por falta de orientação e referência, ou, ainda, por estarem no processo de narração de suas dificuldades, para que se construam medidas sólidas – como mostrado na pesquisa de Molinari (2016) – que valorizem a bagagem cultural do aluno no seu processo de aprendizagem. Glaz (2019) menciona, na pesquisa desenvolvida, que uma das causas, combinada a outros motivos complementares, do sentimento de solidão e frustração dos educadores brasileiros é a sensação de que a formação não contempla a realidade do cotidiano da profissão:

[...] desde a formação inicial, que não dialoga com a prática, até os desafios que surgem no ensino do conteúdo, na didática e a partir de questões socioemocionais. Vale lembrar que a sala de aula agrega toda a complexidade da sociedade ali nos 30, 40 alunos que estão reunidos com o professor (GLAZ, 2019, p. 1).

Articula-se, também, que essa ausência de planejamento por parte de gestão decorre, por sua vez, da falta de respaldo da parte das Secretarias Municipais e/ou Estaduais de Educação, a fim de que os professores estabeleçam suas ações em sala de aula. Ressalte-se que, na revisão das pesquisas, apenas um município sinalizou apresentar um programa de formação continuada para os professores (MOLINARI, 2016).

Compreende-se que é a partir da realidade e das demandas de cada território que se estabelecem as políticas, para que estas sejam formuladas por aqueles que, de fato, serão os implantadores delas na escola, ou seja, os educadores. Nesse sentido, Farah (2014) aponta:

[...] para a importância de se integrar a abordagem “de baixo para cima” na implementação de programas governamentais, pois os atores “da ponta” podem contribuir para uma maior adequação da política ao perfil dos beneficiários.

Apesar disso, é possível afirmar que a questão do mito do monolingüismo, estabelecido e planejado no país desde a chegada dos portugueses, foi fator imprescindível para a quase nula discussão sobre o tema nas escolas.

Uma pesquisa mostrou que ainda que uma escola não contenha alunos migrantes, ela será passível de receber, em seu território, populações que não possuem o português como língua materna, e, desse modo, ser um local de possível fluxo de migrantes e/ou de população indígena (SANTOS, 2012). Esse fator pode indicar que o mito do monolingüismo tem se constituído instrumento de interferência ainda maior para a dificuldade de formulação de políticas linguísticas, como será abordado, na categoria a seguir.

CATEGORIA 2: “CONTEXTO PLURILÍNGUE VERSUS MITO DO MONOLINGUISMO”

Esta categoria foi desenvolvida a partir da compreensão de que o não reconhecimento de um contexto escolar plurilíngue é um dos principais fatores que decorrem da falta de políticas linguísticas para os alunos migrantes, indicando uma contradição entre contexto e prática.

O mito do monolingüismo tem a função de que espaços homogêneos sejam mantidos, apagando qualquer diversidade étnica e linguística existentes em questão. Fritzen e Ristau (2013) se propuseram a pesquisar acerca do posicionamento de professores que lecionam na Educação Básica, no contexto bi/multilíngue na região do Vale de Itajaí-SC. Nessa pesquisa, as autoras articulam sobre o mito do monolingüismo no país. Na revisão inicial para este estudo, a construção do mito do monolingüismo pôde se expressar na ausência de políticas linguísticas, como mostrado em todas as pesquisas, de modo mais incisivo em algumas delas como as de Santos (2012), Molinari (2016), Silva (2017) e Santos (2019). Com relação à ausência de um reconhecimento mínimo dos aspectos culturais do aluno não falante da língua portuguesa, não se encontraram referências, em documentos oficiais da escola, como o Projeto Político Pedagógico e currículos escolares, que contemplem a especificidade desse grupo de estudantes: Silva (2017) e Suyeyassu (2019).

Referente, ainda, ao baixo investimento sobre abordagem cultural e práticas plurilíngues na formação de professores encontraram-se os estudos de Mandalá (2015), Neves (2018) e Gouveia (2019); no que diz respeito ao discurso ideológico monolingüístico dos educadores, tanto dos gestores quanto dos professores, identificou-se a pesquisa de Greuel (2018).

No capítulo “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura”, do livro “Escritos de Educação” (1999), que agrupa os escritos de Pierre Bourdieu, o autor pontua que seria ingênuo esperar que do próprio sistema que implementou o seu funcionamento surgissem os questionamentos que direcionassem a uma transformação profunda do *status quo*. Esse autor afirma que não é possível impedir “a instituição encarregada da conservação e da transmissão da cultura legítima de exercer suas funções de conservação social” (BOURDIEU, 1999, p. 65). Dessa forma, pôde-se compreender que o projeto de Estado que desejou incorporar uma unidade linguística no país se reflete, até os dias atuais, em práticas de apagamento e silenciamento das minorias, atingindo todos os agentes envolvidos no processo educacional, mesmo aqueles que ocupam um lugar próprio de interesse para a preservação da língua, como vestígios da ideologia monolíngue na fala de cuidador de um aluno imigrante (GREUEL, 2018).

Identificou-se, também, nas produções analisadas, uma aceitação de práticas bilíngues de línguas que possuem maior prestígio no país (SANTOS, 2012; GREUEL, 2018), como é o caso do inglês e do alemão. Bourdieu (1975), no capítulo “Método científico e hierarquia social dos objetos” do mesmo livro já mencionado, aborda a ideia de que a classe dominante decide o que vale a pena ser estudado, valorizado e reconhecido. Há, portanto, a censura daquilo que se apresenta como “mal afirmada com relação às demandas da classe dominante” (BOURDIEU, 1975, p. 37). Para esse autor,

A definição dominante das coisas boas de se dizer e dos temas dignos de interesse é um dos mecanismos ideológicos que fazem com que coisas também muito boas de se dizer não sejam ditas e com que temas não menos dignos de interesse não interessem a ninguém, ou só possam ser tratados de modo envergonhado ou vicioso (BOURDIEU, 1975, p. 37).

Essa questão se torna nítida nos resultados encontrados na pesquisa de Greuel (2018), que, por sua vez, questiona os motivos da preservação da língua alemã em maior grau do que as línguas da nova onda migratória, como o caso da língua do aluno haitiano - o crioulo-francês.

CATEGORIA 3: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA APRENDIZAGEM E IDENTIDADE DO(S) ALUNO(S) MIGRANTE(S) FRENTE ÀS PRÁTICAS DE RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA LÍNGUA MATERNA X PRÁTICAS DE ASSIMILAÇÃO HOMOGÊNEAS E SILENCIAMENTO

Nesta categoria, procurou-se levantar as considerações encontradas no processo de aprendizagem do aluno, bem como questões relacionadas à sua identidade, entre as práticas de valorização e as práticas de silenciamento da língua materna, e relacioná-las com os teóricos Henri Wallon e Lev Vygotsky.

Identificou-se que, através da sensibilização e do conhecimento acerca da cultura de um indivíduo, o processo de aprendizagem do aluno migrante torna-se mais significativo, em detrimento do movimento de silenciar as suas manifestações culturais com a justificativa de acelerar o aprendizado do aluno sob as perspectivas de sua nova realidade objetiva, ou seja, o movimento migratório e a inserção numa cultura distinta à de sua origem (MANDALÁ, 2015; MOLINARI, 2016; DE OLIVEIRA NEVES, 2018; GREUEL, 2018; GOUVEIA, 2019; SANTOS, 2019; SUYEYASSU, 2019).

A cultura se mostra indissociável à identidade e subjetividade de um indivíduo, como Mahoney e Almeida (2005) apontam, e de acordo com a perspectiva de aprendizagem de Wallon. Ao se referir ao processo de ensino-aprendizagem, esses autores identificam o professor e aluno como “concretos, históricos, trazendo a

bagagem que o meio lhes ofereceu até então; estão em desenvolvimento, processo que é aberto e permanente” (p. 12). Dentro dessa compreensão geral encontrada nas pesquisas, identificaram-se variações, no que concerne às práticas de valorização e às práticas de silenciamento da língua materna e dos aspectos próprios da cultura do aluno migrante. A análise indicou que o uso do repertório linguístico materno do aluno migrante contribui para o aprendizado e apreensão dos conteúdos, e também oferece dados para uma melhor relação de ensino-aprendizagem (GREUEL, 2018; GOUVEIA, 2019; SANTOS, 2019).

Esses resultados apontaram que a consciência do aluno migrante já alfabetizado, mesmo que em língua diferente da língua portuguesa, auxilia a que ele seja crítico em relação ao seu processo de aprendizagem em nova língua; práticas de translíngua contribuem para a aquisição de uma outra língua e a relação feita entre a língua nativa e a nova também favorece sua aprendizagem. Greuel (2018, p. 51) define, em sua pesquisa, com base em Garcia (2014), como o “uso de todo repertório linguístico feito por indivíduos bilíngues, em que suas línguas são acessadas e utilizadas em um mesmo ato performático, propositalmente ou não”.

Outro dado que foi observado, este referente à linguagem como signo, importante como elemento psíquico-emocional, foi o de uma aluna imigrante relatou que ao utilizar a língua portuguesa ela fica “nervosa”, e justificou que, para ela, a “língua calma” – como ela mesma se referiu – é a sua língua materna.

Identificou-se, também, que a aproximação afetiva auxilia no processo de escolarização de alunos migrantes (SILVA, 2017; NEVES, 2018). Mencione-se, como exemplo, que, com o intuito de se aproximar da família de um aluno imigrante, a gestão de uma escola começou a enviar bilhetes na língua da família do aluno, com o auxílio de um aplicativo de tradução. A família, por sua vez, mostrou-se mais à vontade para participar da escolarização de seu filho.

Essa participação, o diálogo constante e a parceria entre escola e família são elementos essenciais para promover uma educação integral do aluno. Sabe-se de escolas, em São Paulo, com muitos estudantes latino-americanos, que têm buscado desenvolver recursos de inclusão, como providenciar a tradução dos documentos de matrícula para o espanhol, favorecendo a compreensão dos pais imigrantes.

Outra medida de afetividade que se mostrou valorosa foi o de direcionar uma professora que tivesse afinidade com a questão migratória, para ocupar a sala regular de uma aluna imigrante. Essa professora era de origem libanesa e conseguiu estreitar a relação com a aluna, no decorrer do ano, indicando ter sido positivo para o seu aprendizado. Nessa mesma pesquisa, identificou-se que uma professora, nas férias escolares de julho, iniciou aulas de língua portuguesa com a família da aluna. Na volta às aulas, notou que o processo de aprendizagem foi favorecido, observando uma abertura maior da aluna com a professora.

Segundo Mahoney e Almeida (2005), Wallon apresenta a sala de aula como “uma oficina de relações”, em que este pode ser ou não um espaço de acolhimento. Também sob a perspectiva da afetividade o autor aponta que na relação dual professor-aluno “o papel do professor é de mediador do conhecimento. A forma como o professor se relaciona com o aluno reflete nas relações do aluno com o conhecimento e nas relações aluno-aluno” (MAHONEY; ALMEIDA, 2005, p. 25-26).

Entre os resultados encontrados pôde-se, também, identificar um contraponto acerca da qualidade de relacionamento entre os pares, a partir do desconhecimento da cultura do aluno migrante ou da valorização da mesma (MANDALÁ, 2015; SUYEYASSU, 2019). Em uma das pesquisas analisadas, um aluno brasileiro que possuía familiares bolivianos se pronunciou, em entrevista, dizendo sentir-se constrangido ao falar com esses parentes, pelo motivo de falarem em espanhol. Esse aluno relatou dificuldade de aproximação com alunos bolivianos de sua escola.

Em contrapartida, em outra pesquisa, uma aluna relatou acerca da Bolívia e de como os seus preconceitos foram desfeitos, depois que sua escola realizou uma expedição para conhecerem a cidade La Paz. Dessa forma, entrar em contato com a cultura do outro propicia uma oportunidade de mediação na aquisição de conhecimento. Nesse caso, os preconceitos concebidos no imaginário social da população acerca da imigração, por meio do atravessamento deste, pode promover um processo de escolarização de mais qualidade para o aluno migrante e para com os seus pares. Para Vygotsky (1978), a internalização do conhecimento ocorre quando existe uma mediação. Monroe (2018, p. 61) faz referência à essa ideia do autor: “O aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerou-se, ao final da pesquisa, que o processo de escolarização do aluno migrante torna-se prejudicado e cerceado, quando predomina uma prática de silenciamento, em relação à bagagem cultural desse aluno, em específico à sua linguagem – signo de mediação fundamental de todo indivíduo, como formulado por Vygotsky –, em contrapartida às práticas que buscam a valorização e o reconhecimento de sua cultura.

A partir dos resultados encontrados, identificou-se que os docentes e educadores, sendo os agentes que convivem com esses alunos, cotidianamente, precisam de mais visibilidade e espaço na formulação e implementação de políticas públicas e referências que sejam eficazes, de modo a garantir que o aluno migrante tenha seus direitos de desenvolvimento integral.

Neste capítulo apresentou-se uma síntese da pesquisa que se debruçou, cuidadosamente, sobre efeitos de políticas linguísticas em práticas educacionais cotidianas e corriqueiras. Observou-se que, pela quantidade de pesquisas encontradas, há uma grande inquietação e preocupação sob a questão linguística e a qualidade dessa relação no processo de aprendizagem do aluno que possui a língua materna diferente da língua portuguesa, não apenas no contexto de migração, mas, também, em territórios que abrangem a língua de imigrantes, população indígena e surdos.

O mito do monolingüismo foi bastante expresso nos resultados, identificando que o tema circula fortemente no imaginário social das pessoas. Essa ideologia culmina no processo de práticas de assimilação e homogeneização da diversidade, indicando que um projeto de Estado que teve como objetivo apagar a diversidade linguística do Brasil revela os seus efeitos até os dias atuais. Dessa forma, é necessário que novos discursos tomem o lugar desse imaginário, para que se desconstruam ideologias pertencentes, ainda, às origens coloniais de dominação.

Compreende-se que, de forma geral, houve um objetivo específico do trabalho que não foi alcançado, no sentido de aplicá-lo nas discussões e articulá-lo com os referenciais teóricos. Trata-se da articulação de políticas linguísticas em nível governamental. Uma coleta de dados desse porte demandaria um trabalho minucioso acerca das leis educacionais relacionadas à questão linguística - fica como sugestão para novas pesquisas. Ressalta-se, porém, que alguns trabalhos que foram revisados realizaram essa investigação como base para suas discussões, a exemplo de Molinari (2016), Neves (2018), Greuel (2018), Gouveia (2019) e Suyeyassu (2019).

Por fim, indica-se, também, a leitura de outros trabalhos acadêmicos que abordem o contexto educacional na recepção e integração de alunos migrantes, não somente na sua perspectiva linguística, tendo em vista que as esferas da vida de um sujeito são afetadas de

forma simultânea, atribuindo qualidade e efeito umas às outras, na medida em que cada uma é trabalhada, cuidada e desenvolvida.

Há, sem dúvida, um longo caminho a ser percorrido, na educação, para que o multilinguismo seja considerado relevante nas práticas escolares. A psicologia escolar pode trazer grande contribuição para reflexões e práticas inclusivas, nesse sentido.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (ACNUR) Estatísticas. Brasília, 2018 Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A. Método científico e hierarquia social dos objetos. 1975. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 67, 1998.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais, **Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-191, jul. 2013.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Redesenho de uma política pública "de baixo para cima"**. Pesquisa EAESP-FGV. 2014. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/publicacoes/gvp/redesenho-de-uma-politica-publica-de-baixo-para-cima>. Acesso em: 15 fev. 2020.

FERRARI, Márcio. **Pierre Bourdieu, o investigador da desigualdade**. 2008. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1826/pierre-bourdieu-o-investigador-da-desigualdade>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

FRITZEN, Maristela Pereira; RISTAU, Jaqueline. "Muitas coisas eles falam errado porque tem essa mistura da língua alemã": vozes de professores sobre a educação em contextos de línguas de imigração. **Fórum Linguístico, Florianópolis**, v. 10, v. 4, p. 259-270, 2013.

GARCÍA, Ofélia; WEI, Li. **Translanguaging, Language, Bilingualism and Education**. London: Palgrave Macmillan, UK, 2014.

GLAZ, Lia. **Solidão é o sentimento mais comum entre os professores.** 2019. Disponível em: < <https://educacaointegral.org.br/reportagens/solidao-e-o-sentimento-mais-comum-entre-professores/>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

GREUEL, Izabel Cristina. “[...] **Falar é bom, mas entender, entender o que a professora tá falando (.) daí é outra coisa**”: um estudo etnográfico sobre práticas de linguagem dos imigrantes haitianos em uma escola pública no município de Blumenau – SC. 2018. 178f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2018.

GOUVEIA, Angelly Alani Marques de. **A produção escrita de alunos imigrantes: percepções acerca do português brasileiro reveladas em textos de estudantes com ascendência boliviana.** 2019. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. (org). **Afetividade e letramento na educação de jovens e adultos.** São Paulo: Cortez, 2013.

MAHONEY, Abigail Alvarenga; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. Afetividade e processo ensino-aprendizagem: contribuições de Henri Wallon. **Psicologia da educação**, São Paulo, n. 20, p. 11-30, jun. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752005000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MANDALÁ, Paola de Souza. **Aspectos fonético-fonológicos e culturais da produção textual de alunos brasileiros e bolivianos de uma escola pública paulistana.** 2015. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MIYAHIRA, Elbio. Migrantes nordestinos e imigrantes bolivianos na escola pública. In: RODRIGUES, L. M. O. (Org.). **Imigração atual: dilemas, inserção social e escolarização: Brasil, Argentina, EUA.** São Paulo: Escuta, 2017. p. 127-145.

MOLINARI, Simone Garbi Santana. **Imigração e alfabetização: alunos bolivianos no município de Guarulhos.** 2016. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MONROE, Camila. **Vygotsky e o conceito de aprendizagem mediada**. 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/274/vygotsky-e-o-conceito-de-aprendizagem-mediada>. Acesso em: 08 fev. 2020.

NEVES, Amélia de Oliveira. **Política Linguística de acolhimento a crianças imigrantes no ensino fundamental brasileiro: um estudo de caso**. 2018. 185f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Faculdade de Letras, 2018.

RODRIGUES Leda Maria de Oliveira. et.al. Migrantes nordestinos e imigrantes bolivianos na escola pública. *In*: RODRIGUES, L. M. O. (Org.). **Imigração atual: dilemas, inserção social e escolarização: Brasil, Argentina, EUA**. São Paulo: Escuta, 2017. p. 127-145.

SANTOS, Alessandra de Souza. **Multilinguismo em Bonfim/RR: o ensino de Língua Portuguesa no contexto da diversidade linguística**. 2012. Tese de Doutorado. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília – UnB, 2012.

SANTOS, Rosana Aparecida Biterlini. **A inserção do invisibilizado: um estudo sobre o ensino de língua portuguesa à criança haitiana e a gestão de línguas na educação básica em Medianeira - Paraná**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2019.

SAVIANI, Demerval. As teorias da Educação e o Problema da Marginalidade. *In*: SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 38a ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SAWAYA, Sandra Maria. Movimentos migratórios e a educação: as diferenças e a psicologia. *In*: RODRIGUES, L. M. O. (Org.). **Imigração atual: dilemas, inserção social e escolarização: Brasil, Argentina, EUA**. São Paulo: Escuta, 2017. p. 77-88.

SILVA, Nunes Xavier da. **Políticas linguísticas e planejamento educacional em Aruanã**. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

SPOLSKY, Bernard. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Bernard Spolsky. **ReVEL**, vol. 14, n. 26, 2016. Tradução de Ana Carolina Spinelli e Gabriel de Ávila Othero [www.revel.inf.br].

SUYEYASSU, Sueidy Pitho. **Currículo e imigrantes multiculturais em uma escola na cidade de São Paulo**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2019.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

8

Zuleika da Silva Gonçalves

**Migrantes haitianos:
breve reflexão sobre
o contexto migratório
em Mato Grosso do Sul - Brasil**

INTRODUÇÃO

“O Brasil voltou a ser um país de imigração!”. Essa mensagem permeou os pronunciamentos de autoridades na solene abertura da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio²³ (2014). O evento constituiu a primeira e única conferência até agora, em 2023, há quase uma década, uma iniciativa do Governo Federal nesse período, para marcar o momento em que o Estado recebia um número crescente de migrantes internacionais, no país. De imediato, tal mensagem levou o público presente a se perguntar sobre o momento em que a migração teria deixado de existir no Brasil, se é que houvera esse momento.

Nesse sentido, acredita-se que o Brasil nunca deixou de ser um país que recebeu migrantes²⁴. Recorda-se, ao leitor, que a sociedade brasileira é formada e misturada por diversas raças como indígenas, negros, portugueses e, ainda, de outros países europeus que vieram com a imigração europeia no início do século XX, além de paraguaios, bolivianos e outros latino-americanos que migraram invisivelmente para o Brasil. Além disso, sabe-se que essa significativa miscigenação sempre existiu como uma característica brasileira.

Este capítulo constitui parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado, na qual investigou-se sobre migrantes haitianos residentes em Três Lagoas/MS. Surgiu a partir de estudos realizados no período de 2016 a 2018, pelo Grupo de Estudos em Teoria

23 1ª Conferência Nacional sobre Migração e Refúgio foi realizado em junho de 2014, na cidade de São Paulo- SP, promovida pelos Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e Ministério das Relações Exteriores, com apoio de organizações internacionais (ONU, OIM, ACNUR e PNUD, UNODC) e da Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes1/conferencia-nacional-sobre-migracoes-e-refugio>. Acesso em 04 abr. 2023.

24 Embora existam diversas formas de designar àqueles que migram de seu país para outro, utilizar-se-á apenas o termo migrante para designar o imigrante, pois, de acordo com a Lei da Migração nº 13.445, de 01 de maio de 2023, esse termo designa todo aquele que se desloca de seu país de origem. Neste capítulo de livro, também não se considerarão especificidades referentes a refugiado, migrante e outros, ainda que se mencionem quais sejam essas nomenclaturas específicas.

Sócio Histórica, Migrações e Políticas Sociais - GEPEMPS e do Laboratório de Estudos Psicossociais em Saúde Frente a Contexto de Desigualdade Social -LEPDS, ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Universidade Católica Bom Bosco – UCDB. Desse modo, tivemos os primeiros contatos com a questão migratória na atualidade.

1. O DIREITO DE IR E VIR - O DIREITO DE MIGRAR É UM DIREITO HUMANO!

Entende-se que o migrar, como direito de ir e vir, é um direito humano e, por conseguinte, caracteriza-se como uma questão mundial. Entende-se por migrante aquele que se desloca, aquele que chega e aquele que sai de seu território de origem.

Para melhor entendimento acerca desse direito de ir e vir, destaca-se o documento mais importante, no que se refere aos Direitos Humanos, que é a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (1948), “como ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações” (ONU, 1948, p. 2). Nesse documento, esse direito de ir e vir aparece assegurado no Art. 13, que dispõe: “I) - Toda a pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. II) - Toda a pessoa tem direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar” (ONU, 1948, p. 4).

Marcam-se no documento, portanto, as sucintas aspirações humanas manifestadas em tantas lutas e movimentos libertários que se desenvolveram, com maior ou menor êxito, durante o longo período que percorreram mais de dois milênios.

O movimento de ir e vir, próprio do ser humano, materializa-se nos fluxos migratórios caracterizados por sujeitos assim definidos:

a) **Migrante** – caracteriza-se toda a pessoa em movimento com a intenção ou não de residir em outro local. O migrante pode apresentar-se documentado; pode ficar sem documento (entra no país com a documentação em dia, mas deixa vencer o prazo sem renovação, ficando em situação irregular) e pode ser clandestino (ou seja, entra sem a documentação exigida pelo país que o acolhe e nele permanece sem regularizar os documentos). A mídia e muitos governos o tipificam pejorativamente (criminaliza – como migrante “ilegal”, que não merece direito à cidadania), pode-se neste sentido falar sobre indocumentado, em situação irregular, mas este não pode nunca ser considerado um “ilegal”.

b) **Refugiado** – pessoa que por via de fato ou temor de perseguição (raça, religião, política) ou, ainda, devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e é obrigada a deixar o seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

c) **Apátrida** – pessoa que não é considerada como nacional por nenhum Estado.

d) **Vítima de tráfico de pessoas (tráfico humano)** – pessoa, submetida à ação criminosa; recrutada, transferida, por fraude, engano, força, rapto, abuso de autoridade com a finalidade de exploração sexual, trabalho escravo ou serviços forçados, remoção de órgãos, adoção ilegal. (BAUMAN; BORDONI, 2016, p. 47).

Independentemente da nomenclatura utilizada para designar o migrante, Theije (2006) afirma que uma característica em todas as migrações é a insegurança manifestada, entre outros motivos, pelo fato de muitos terem deixado suas famílias em seu país de origem, pelas dificuldades com o idioma, pelas situações irregulares vivenciadas ou, ainda, pela instabilidade de se manter no país de destino, haja vista que na maioria das vezes não se tem acesso a um emprego

estável, tampouco a uma renda segura, o que os leva a viverem em circunstâncias precárias e vulneráveis.

Portanto, pode-se considerar a migração, ou seja, os fluxos migratórios como uma questão multifacetada e complexa, que afeta migrantes, população nativa e atinge os países de origem, de trânsito e de destino, de formas diferenciadas e particulares, como também modifica as configurações mundiais atuais. É possível observarem-se alguns efeitos, que são sentidos diretamente no reduto familiar e comunitário, na economia local de origem e também nas economias nacionais. As contribuições das comunidades migrantes e da diáspora são cada vez mais reconhecidas nos países de destino e de origem, na forma de remessas, inovação, comércio e investimento, e através da transferência de tecnologia, habilidades e conhecimentos.

De acordo com Alencar (2010), o fenômeno da migração constitui uma estratégia de sobrevivência da existência humana no mundo. Brzozowski (2012) aponta que a migração é um fenômeno presente na história da humanidade e as primeiras relações sobre movimentos populacionais podem ser encontradas na Bíblia e em outras fontes históricas da antiguidade.

O êxodo dos judeus do antigo Egito e a migração de gregos na região mediterrânea são apenas alguns dos exemplos de processos migratórios importantes que aconteceram na história da humanidade (BRZOWSKI, 2012). Desde os primórdios da história da civilização, pessoas deslocam-se em razão dos mais diversos motivos; portanto, a prática migratória constituiu e ainda representa parte importante do processo de construção de comunidades humanas ao longo da história.

Mendes (2013) afirma que todo processo migratório se trata de um fenômeno demográfico e sua percepção pode ocorrer com a análise de momentos históricos, mesmo que de formas e níveis distintos. No sentido mais literal, a migração se define como mudança

de habitação diante do afastamento de uma unidade geográfica para outra, seja em relação ao país, federação, município ou estado.

Assim, os seres humanos podem ou não ter a migração como experiência de vida. Independentemente de como tenha sido o processo migratório, esse movimento vem acompanhado de experiências e mudanças vivenciadas pelos migrantes a partir de relações sociais travadas, repletas de subjetividades. Normalmente essas migrações acontecem de forma planejada, em decorrência de algum fato desencadeador em que o deslocamento espacial pode ser parte das estratégias de sobrevivência.

Além da definição do termo migração, há estudos que apontam diferentes modos de compreender o processo de migração e passam a defini-la como migração interna ou externa, ou seja, dentro ou fora do país de origem, respectivamente.

Tendo como locus a Inglaterra, a abordagem de Ravenstein (1885) é sobre os fluxos internos e internacionais na perspectiva da Europa e da América do Norte no final da segunda metade do século XIX. Para ele, as leis de migração são sete, a saber, a) majoritariamente os migrantes percorrem curtas distâncias e os fluxos migratórios buscam centros comerciais; b) o processo atrativo para lugares em rápida expansão se inicia pelas áreas de entorno e se estendem para lugares mais distantes; c) na migração, o processo de dispersão ocorre inversamente ao de atração; d) cada corrente mais representativa no fluxo migratório gera uma contracorrente, o que sai é compensado com o que entra; e) quem migra de lugares longínquos tem preferência pelos centros comerciais; f) o fluxo migratório é preponderante nas populações rurais em relação aos citadinos e g) as mulheres migram mais que os homens (PEIXOTO, 2004, p. 6).

Alencar (2010) aponta que as migrações internacionais se caracterizam pelo notável e variável efeito demográfico mundial que causam; encontram-se em uma etapa importante, cujas fronteiras

de todo o mundo são atravessadas por um contingente migratório sem precedentes. Para este autor a migração internacional, em síntese, ocorre por diversos motivos de natureza econômica, cultural e social. Na maior parte das vezes, são processos que ocorrem por meio de dimensões e direções previsíveis, ou seja, todos os anos, movimentando-se mais no sentido sul-norte, cujos cidadãos advindos de terras menos privilegiadas migram em busca de novas oportunidades que, geralmente, encontram-se em países desenvolvidos economicamente.

Para Patarra (2006), as teorias da migração internacional podem ser classificadas em dois grupos. No primeiro estão os modelos que determinam o surgimento do movimento internacional contemporâneo; no segundo, encontram-se as teorias que explicam a perseverança dos fluxos migratórios e sua continuidade no tempo. A análise é iniciada a partir dos modelos e conceitos teóricos que explicam a migração de brasileiros, abordando como o movimento foi iniciado. Para a autora, esta perspectiva neoclássica é a mais conhecida no grupo de trabalhadores, destacando a desigualdade na distribuição internacional do capital e a mão de obra como principal fator de movimentos populacionais de nível macroeconômico. Existem, portanto, países que são mais densos e rarefeitos de capital, ao passo em que existem áreas abundantes de capital que são polos atrativos para os migrantes, uma vez que ofertam remunerações relativamente elevadas.

Por outro lado, Faria (2015) destaca que é inegável a dimensão global das migrações internacionais, pois não há país ou região do planeta que seja imune ao fenômeno migratório, bem como não há povo que não tenha sido influenciado por diversos fluxos de migrantes, ao longo de sua concepção. Ainda que sempre tenham presença na história humana, as migrações assumem uma dimensão ainda maior na contemporaneidade, estimuladas por avanços tecnológicos nos campos de transporte, comunicações, devido à internacionalização acelerada da economia e pelo agravamento de disparidades

sociais e econômicas entre regiões e países. As migrações internacionais passam, portanto, a impactar muitos países, tanto de origem quanto de destino, um fato que ocasionou a definição utilizada por alguns estudiosos de que essa é a “era das migrações”.

Patarra (2006) ainda faz referência à crescente importância das migrações internacionais no contexto da globalização, tendo em vista que se tornam objeto de volume expressivo, com contribuições importantes de natureza teórica e empírica, atestando a sua diversidade, seus significados e implicações. Uma parcela significativa desse arsenal de contribuições é voltada à reflexão das grandes transformações econômicas, sociais, políticas, demográficas e culturais que ocorrem no campo internacional, iniciadas, especialmente, a partir da década de 1980.

É imprescindível que se considerem, hoje, o contexto de luta e os compromissos internacionais assumidos em prol da ampliação e da efetivação dos direitos humanos dos migrantes, mas é também necessário que se discutam quais os grupos sociais contemplados nas políticas oficiais ancoradas em direitos humanos; é preciso reconhecer, nesse contexto, que os movimentos migratórios internacionais representam a contradição entre os interesses de grupos dominantes na globalização e os Estados nacionais, com a tradicional óptica de sua soberania; há que tomar em conta as tensões entre os níveis de ação internacional, nacional e local. Enfim, há que considerar que os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global (PATARRA, 2006, p. 7).

Bauman e Bordoni (2016) consideram que as migrações em massa constituem um fenômeno gerado pelo impacto de forças globais, mas que é lançado para um nível local, isto é, o local de destino precisa dar conta de impasses que foram criados no local de origem. Assim, esses processos de globalização e as diversas problemáticas que acontecem no mundo refletem pontos de origem e pontos de destino.

2. FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA O BRASIL

A migração, no Brasil, tem suas raízes históricas no período imperial, no qual, inicialmente, vieram os portugueses, principalmente os degradados e, posteriormente, os africanos trazidos pelos portugueses como forma de mão de obra escrava - que ainda hoje temos - e se caracteriza como tráfico de pessoas, pois vieram forçadamente. Como estrangeiros, entravam no Brasil e traziam consigo toda uma cultura, identidade e vivências. Esse foi um deslocamento migratório marcante e vergonhoso, na história do Brasil, e, de certo modo, colaborou para atrelar a migração como forma estigmatizada de compreender o trabalho migrante como de menor valor, enraizado no preconceito e associado às pessoas sem direitos garantidos, sem poderes político-econômicos. Tal situação arrasta-se até os dias atuais, nas representações do senso comum, sob formas veladas de entendimento do trabalho do migrante e do refugiado com menor poder econômico. Pode-se destacar essa questão na atualidade, principalmente na população migrante negra advinda do Haiti e de países africanos, que é estigmatizada e convive, no Brasil, com o racismo estrutural de nossa sociedade.

A migração do branco europeu, a qual teve incentivo para sua entrada no Brasil com o slogan da substituição da mão de obra rural escrava que fora liberta, ocorreu entre 1884 e 1959, com ideário de branqueamento da população brasileira - até então de predominância negra e indígena - considerado o "migrante vetor do desenvolvimento", pelo Estado, que definia quem poderia entrar e permanecer no país. Esses migrantes europeus, ao contrário da população negra, receberam incentivo do governo brasileiro para iniciarem seu trabalho em áreas rurais do país.

De acordo com Faria (2015), entre 1836 e 1980 houve uma diversidade de raças, povos e nacionalidades que migraram para o Brasil. Os principais contingentes, nesse período, foram de portugueses, italianos,

espanhóis, alemães, japoneses, russos, austríacos, sírio-libaneses, poloneses e franceses. Até a década de 1980, as questões migratórias interessavam ao Brasil, como perspectiva de país de destino.

No caso brasileiro, Faria (2015) explica que o país foi, ao longo de sua história, uma nação altamente receptora de migrantes, cujos movimentos migratórios se tornaram grandes contribuintes para a formação da nacionalidade, bem como da significativa diversidade e riqueza cultural hoje vista no Brasil, que são o legado de diversas ondas migratórias, de continentes e países diversos que, durante os séculos, por diferentes formas e razões, ocuparam e colonizaram o território nacional.

A partir desse período, o aumento das facilidades de informação e o transporte transcontinental, atrelados ao processo de globalização, conjugaram-se ao quadro doméstico de estagnação econômica e desemprego. Tais fatores desencadearam o início das correntes migratórias que se prolongaram até a contemporaneidade, de forma que o Brasil se deu conta, de forma paulatina, inclusive na formulação da política nacional de migração, de que se tornou um país também de emigração. Desde os anos 2000, devido à retomada econômica, entre outros fatores, o Brasil segue progressivamente na condição de país de destino. O número crescente de haitianos, bolivianos, venezuelanos e outros que adentram o país diariamente é sinal da natureza dual do Brasil no sentido migratório (FARIA, 2015).

Brzozowski (2012) explicita que a transformação do padrão migratório ocorreu, no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, fazendo parte de um processo mais universal. A inversão migratória, ou seja, brasileiros migrando para outros países, começou na década de 1980, quando o país experimentou uma perda líquida de, aproximadamente 1,8 milhão de pessoas por meio de fluxos migratórios internacionais, que ocorreram entre as décadas de 1980 e 1990. Esse volume de emigração²⁵ foi significativo e correspondente a 1,6% da

população residente no Brasil, na década de 1990. Ainda segundo Brzozowski (2012), o processo de conversão para uma nação de emigração foi continuado na década seguinte.

O saldo migratório internacional entre 1991 e 2000, foi também negativo, estimado em 550 mil pessoas, um número correspondente a 0,4% da população brasileira em 2000. Houve então uma redução do fluxo migratório internacional na década de 1990, mas a maior parte dos emigrantes que deixou o país na década de 1980, não retornou mais para o Brasil. Nesse caso, surge um significativo grupo de brasileiros no exterior, denominado por alguns pesquisadores de "diáspora brasileira", na década de 2000, o número de emigrantes brasileiros alcançou quase dois milhões (BRZOZOWSKI, 2012, p.56).

Nos últimos anos, esse número quase dobrou, pois, em 2008, havia 3,7 milhões de brasileiros residindo no exterior. As principais áreas de residência foram: América do Norte – especialmente Estados Unidos da América, que recebeu 1,5 milhão; Europa – Espanha, Portugal, Itália e Grã-Bretanha, que receberam um milhão; América do Sul – especialmente o Paraguai, que recebeu 766 mil; e Ásia – sobretudo o Japão, que recebeu 320 mil (BRZOZOWSKI, 2012).

No que tange à entrada de migrantes no Brasil, Patarra (2005) argui que os dados censitários apresentam uma maior dificuldade estimativa, pois, ao longo do século XX, observa-se um intenso declínio em sua participação no total da população, considerando-se o total de migrantes residentes no Brasil nos levantamentos. Nas últimas décadas, esse número alcançou um total de 912 mil, em 1980, decaindo para pouco mais de 767 mil, em 1991, e mais ainda em 2000, quando foi para pouco mais de 651 mil (PATARRA, 2005, p 48).

A autora explica que grande parcela desse contingente é formada por sobreviventes de grandes fluxos migratórios das etapas anteriores, sendo que os dados de estudos censitários possibilitam observar a entrada de novos imigrantes, em seus respectivos

períodos. Nas últimas duas décadas do século XX, notou-se a entrada de mais de 89 mil pessoas, entre 1981 e 1991, e mais de 98 mil pessoas, entre 1990 e 2000 (PATARRA, 2005, p 48).

De acordo com essa mesma autora, a entrada de novos contingentes de migrantes, ainda que em volumes bem menores do que no passado, conforme o Censo Demográfico (1991), demonstra que, em 1991, havia no Brasil uma população estimada de 606 mil migrantes, o que representa 0,41% da população residente no país (PATARRA, 2005). Em 2000, houve um pequeno aumento, para pouco mais de 683 mil, correspondendo a 0,40% da população – devido ao aumento populacional durante esse período.

Silva (2012) argumenta que no ano de 2012 o número de migrantes no Brasil aumentou para 939 mil, uma tendência de aumento que refletia não apenas o desempenho econômico positivo daquele período, mas também a política de maior integração e regularização migratória no plano regional. Em relação aos imigrantes irregulares, as estimativas variam significativamente; conforme a Pastoral dos Migrantes, existiam por volta de 600 mil migrantes irregulares no Brasil, em 2008, ao passo que para o Ministério do Trabalho esse volume seria de 180 mil, equivalente a 20% do número de estrangeiros registrados no país (FARIA, 2015).

Alves Filho e Villen (2018) comentam que pesquisas recentes possibilitam visualizar não somente o país de origem e o local de entrada do migrante no Brasil, como o local onde este fixa residência. Essa questão é importante e considerada nova, no contexto brasileiro, pois anteriormente essa mobilidade interna da migração internacional não era visível devido à falta de documentos para a permanência dos migrantes internacionais no país.

Entre 2010 a 2019 os números apresentaram um aumento de migrantes empregados com carteira de trabalho assinada, que passaram de 55,1 mil, em 2010, para 147,7 mil, em 2019, um aumento de 168%.

Os relatórios do Ministério da Justiça e Segurança Pública também mostram que, entre 2018 e 2019, o número de migrantes no mercado formal de trabalho brasileiro cresceu cerca de 8,3%, sendo a migração haitiana a principal responsável por esse incremento. Desde 2016, os imigrantes venezuelanos também contribuíram, de forma significativa, para o aumento do volume de trabalhadores no mercado formal de trabalho²⁶. Entre 2010 e 2021, as principais nacionalidades solicitantes de reconhecimento da condição de migração foram os venezuelanos (59%), haitianos (13,3%), cubanos (4,1%) e senegaleses (3%).

Hoje observa-se que essa questão assume uma roupagem pretensamente mais neutra, mas, contraditoriamente, sem o ser, denotando um lugar para o migrante. Os fluxos migratórios contemporâneos para o Brasil apresentam-se de locais e países em condições economicamente difíceis, provenientes da África devido a conflitos enfrentados, dos países que se encontram em guerra, da Venezuela, que enfrenta uma crise econômica e política, e do Haiti, país assolado, em 2010, por um terremoto de grandes proporções, alargando situações de intensa pobreza; hoje, esse país enfrenta uma grande instabilidade e grave conflito político. Há, portanto, marcadamente, uma migração estigmatizada pela cor, raça e classe social.

Assim, destaca-se que os critérios seletivos de migrantes bem-vindos seguem padrões definidos pelo Estado; porém, essas mesmas políticas migratórias deixam a parte mais significativa do fenômeno invisível, como se realmente não existisse no país, a não ser, é claro, como um acaso emergencial.

Por outro lado, destaca-se que, atualmente, existe uma movimentação do Ministério da Justiça e Segurança Pública o qual criou a Portaria MJSP nº 290, de 23 de janeiro de 2023, que institui um Grupo de Trabalho - GT com o objetivo de regulamentar o Art. 120 da Lei de

26

Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-justica-e-seguranca-publica-apresenta-dados-ineditos-sobre-imigracao-e-refugio-no-brasil> - Acesso em 02 de Jul. 2023.

Migrações Brasileira, que trata da Política Nacional de Migrações Refúgio e Apátridas. Esse grupo conta com o Poder Executivo federal em regime de cooperação com os estados, o Distrito Federal e os municípios, com participação de organizações da sociedade civil, organismos internacionais e entidades privadas, conforme regulamento, um avanço, portanto, para o estudo e a prática de uma política pública mais humanizada. Possuir uma política pública nacional voltada para migrantes representará, por certo, um grande avanço no campo do reconhecimento e dos direitos mais igualitários entre nacionais e migrantes, procurando diminuir as desigualdades sociais existentes nesse campo.

Para Patarra (2005), os processos migratórios imprimem, como contrapartida dessa dinâmica, o aumento da pobreza, da desigualdade e da exclusão, distanciando-os ainda mais dos países de primeiro mundo. A fim de superar a distância que separa os países desenvolvidos²⁷ dos outros, a América do Sul²⁸ desenvolve estratégias – muitas vezes oscilando entre obediência aos cânones neoliberais e tentativas de incrementar o resgate social acumulado.

27 A expressão país desenvolvida é utilizada para descrever os países que têm alto nível de desenvolvimento econômico e social, tomando como base alguns critérios. Quais critérios devem ser utilizados e quais países podem ser classificados como "desenvolvidos" são questões controversas e há um debate feroz sobre isso. Critérios econômicos têm vindo a dominar as discussões. Um dos critérios utilizados é a renda per capita e o valor do produto interno bruto per capita de cada país. Outro critério econômico é a industrialização. Os países onde os setores terciário e quaternário da indústria predominam na economia são considerados desenvolvidos. Mais recentemente, uma outra medida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), começou a ser utilizado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede três dimensões: riqueza, educação e esperança média de vida e é uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma determinada população. Os países desenvolvidos geralmente são os que apresentam IDH elevado. Países que não entram em tais definições são classificados como países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Disponível em: https://mds.gov.br_desenvolvido. Acesso em: 15 jul. 2019.

28 A construção do termo "América do Sul", separada em alguma medida de "América Latina", teve sua base no entendimento do lugar que as elites governantes do Brasil esperavam que o país ocupasse na região, fora da órbita dos Estados Unidos da América e do seu aliado: o México (que pelo peso da sua economia representava na região o único país capaz de competir verdadeiramente com o Brasil, já que cada vez ficava mais claro que a Argentina, outrora rival e que agora optava pela cooperação, não representava ameaça em termos competitivos reais). Somado ao fator do Brasil dispor, pelas suas características geográficas, de produção, população, e história diplomática; de condições para uma suposta liderança. Disponível em https://economia.gov.br_acervohistorica. Acesso 15 jul. 2019.

Para Alves Filho e Villen (2018), as migrações internacionais contemporâneas apresentam características diferentes dos fluxos registrados nos séculos XIX e XX. Uma das novidades relacionadas ao fenômeno paira sobre a intensificação da migração sul-sul, configurada pelo movimento cada vez mais intenso de pessoas em direção aos países da América Latina e Caribe, assim como movimentos migratórios advindos da África e países como Síria, Líbano, Paquistão, Bangladesh e Nepal.

3. A MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL

O Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2016) aponta uma grande migração haitiana a partir de 2010, período em que o país foi atingido pelo maior terremoto da história do continente, o qual matou mais de 200 mil pessoas e deixou 1,5 milhão de pessoas desabrigadas (MEDEIROS, 2012). No cenário caótico que se instalou no Haiti, o Brasil mostrou-se uma opção atrativa para aqueles que queriam reconstruir suas vidas.

Segundo as Nações Unidas no Brasil – ONUBR (2017), o Haiti é o país mais pobre do hemisfério ocidental, com 80% de sua população vivendo na pobreza, sobrevivendo com menos de US\$ 2 (dois dólares) por dia. Dois terços da população haitiana dependem do setor agrícola, todavia, com o terremoto de 2010, a produção agrícola teve inúmeras perdas, gerando grande vulnerabilidade, resultando na falta de postos de trabalho para a população haitiana, fato que contribuiu para impulsionar o primeiro movimento migratório desse país caribenho para o Brasil.

Segundo Silva (2012), esses migrantes entraram no Brasil pela região norte, pelos estados do Acre e Amazonas, mas a busca pelo trabalho e moradia aconteceu com maior ênfase nas cidades de

Porto Velho, capital de Rondônia, e Manaus, capital do Amazonas. Estes locais foram o destino de milhares de haitianos que estavam à procura de permanecer por tempo indefinido ou também como rota de passagem para outras cidades do país. Essa realidade fez com que os migrantes haitianos buscassem lugares onde pudessem minimamente sobreviver e que lhes possibilitassem emprego, renda e moradia.

Nesse sentido, para que o migrante possa estabelecer-se é necessário que se integre no mercado de trabalho do país de destino, a fim de assegurar a sua sobrevivência e de sua família; a vontade de quem chega é encontrar um emprego, trabalhar e assim poder ajudar os familiares que ficaram no Haiti com o envio de dinheiro.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2017)²⁹, a comunidade haitiana que migrou para o Brasil e que está inserida no mercado de trabalho formal corresponde ao número de 14 mil pessoas, o que representa o maior volume de migrantes estrangeiros³⁰ no ano de 2016.

Os migrantes haitianos trabalham em diversas áreas da atividade econômica e de empregos, em todas as regiões brasileiras, tendo em vista que o trabalho dos migrantes é mais utilizado e reconhecido como de “baixo prestígio”, no Brasil. Desse modo, pode-se destacar principalmente, subempregos, em muitos momentos, em situações análogas, ao trabalho escravo. Parte dos migrantes não conseguem trabalho, ainda que tenham estudo e experiência profissional, pois, em áreas específicas de mais *status* social, percebe-se certa resistência, na contratação ao trabalho. Além da relutância/preconceito, há as barreiras burocráticas que impedem o exercício profissional dos migrantes, razão por que parte desses migrantes trabalham na

29 Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/88/migracao_deslocamento. Acesso em: 21 mai. 2018.

30 Termo utilizado no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de sua divulgação.

informalidade, principalmente os que residem em grandes centros urbanos brasileiros, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Esses trabalhadores migrantes se alternam em atividades disponíveis nas áreas periféricas, uma vez que um migrante não existe sem um trabalho; segundo Silva (2012), o trabalho faz parte de sua razão de ser como residente no país de acolhimento. Na Figura 1 é possível conferir as rotas principais percorridas por haitianos até chegarem e entrarem no Brasil.

Figura 1 - Rota migratória dos haitianos até entrarem em solo brasileiro

PRINCIPAIS ROTAS DO FLUXO MIGRATÓRIO DE HAITIANOS
PARA O BRASIL



Fonte: <http://ponto.outraspalavras.net/2012/01/20/brasil-os-desafios-da-lei-de-migracoes/>.

A presença dos primeiros migrantes haitianos no Brasil foi registrada, inicialmente, no estado de Mato Grosso do Sul, na divisa com a Bolívia. Iniciou-se, assim, um fluxo migratório que se intensificou, em 2011, em outros locais de entrada, principalmente na fronteira do Brasil com a Bolívia e o Peru, pelas cidades de Brasiléia e Assis, no estado do Acre, e no Amazonas, pela cidade de Tabatinga.

Os primeiros registros de grupos de haitianos que entraram em Mato Grosso do Sul aconteceram logo após o terremoto ocorrido no Haiti, em janeiro de 2010, e que chegaram ao Brasil no dia 17 de março de 2010 (BEJARANO, 2010); o segundo grupo chegou no dia seguinte (FABRETTI, 2010). De acordo com as notícias da mídia eletrônica (janeiro e fevereiro/2019), o primeiro grupo era composto por oito pessoas e o segundo por sete, ambos tendo como destino a Guiana Francesa. De táxi, seguiram da cidade de Corumbá com destino à capital do estado, Campo Grande.

O primeiro grupo foi detido pela Polícia Federal e o segundo pela Polícia Militar Ambiental. Desse modo, a entrada dos primeiros haitianos coincide com o momento pós-terremoto e o destino não era o Brasil, mas sim a Guiana Francesa. Além desses dois casos, não há relatos de outros anteriores ao final do ano de 2010, quando Brasileia, no estado do Acre, tornou-se um local intenso da migração haitiana, conseqüentemente, dos noticiários brasileiros.

Após esses acontecimentos, ainda em 2010, o então presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou uma visita ao Haiti, declarou apoio humanitário e disposição para prestar acolhimento aos cidadãos haitianos que desejassem migrar para o Brasil (SILVA, 2012). Naquele mesmo ano, iniciou-se um fluxo migratório do Haiti para o Brasil.

Hoje a migração haitiana ainda acontece, pois os migrantes que vieram em 2010 estão trazendo suas famílias, a fim de reuni-las; este é um fenômeno que tem despertado a atenção de diversos

países e organizações internacionais. Por outro lado, também foram muitos os haitianos que residiram por um tempo no Brasil e se deslocaram para outros países, como o Chile, e/ou mesmo para a América do Norte, principalmente Estados Unidos.

O Brasil, como um país receptor, ainda tem criando alternativas para lidar com o desafio de integrar esses migrantes na sociedade, garantindo acesso a serviços básicos como saúde e educação, e promovendo a inclusão social. Além disso, a migração haitiana, atualmente, também coloca em evidência a necessidade de uma cooperação internacional mais efetiva para lidar com os desafios migratórios, incluindo a proteção dos direitos humanos dos migrantes e a promoção de políticas migratórias mais justas e inclusivas. Nesse sentido, é fundamental que os países e organizações internacionais trabalhem em conjunto para encontrar soluções sustentáveis e humanitárias para a migração haitiana e para os desafios migratórios em geral.

4. HAITIANOS EM MATO GROSSO DO SUL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A migração haitiana, hoje, em Mato Grosso do Sul, continua sendo um fenômeno cada vez mais presente e significativo. Com a crise política e econômica que assola vários países do mundo, o Haiti ainda não recuperou sua economia, ao contrário, atualmente está sendo palco de disputas internas pautadas na violência e na pobreza absoluta. Muitos haitianos ainda buscam melhores condições de vida em outros países, e o Brasil tem se tornado um destino atrativo para muitos deles, embora durante os anos do último governo apon- te-se uma certa diminuição desse fluxo migratório.

Mato Grosso do Sul, em especial, tem recebido migrantes haitianos; essa migração tem impactado tanto a economia quanto a cultura local. Destacam-se comunidades haitianas como a que se instalou na cidade de Sidrolândia, atraídas pela oportunidade de trabalho nos frigoríficos brasileiros, e a que se acomodou em Três Lagoas, cidade em plena expansão no estado, na qual esses migrantes assumem diversos postos de trabalho.

Desse modo, os haitianos têm buscado oportunidades de trabalho em diversos setores, como construção civil, agricultura, frigoríficos e serviços, contribuindo para o desenvolvimento econômico da região. Além disso, a presença desses imigrantes tem enriquecido a diversidade cultural do estado, com novas tradições, costumes e sabores para a população local. No entanto, é importante destacar que a migração haitiana também apresenta desafios e demanda ações, por parte das autoridades locais, para garantir a integração e o acolhimento adequado dos migrantes, bem como para assegurar seus direitos e o respeito à dignidade.

Observa-se que a migração haitiana em Três Lagoas é algo real; a integração dos migrantes ainda está sendo feita como uma “nova sociedade”, por exemplo. Pode ser um processo difícil e demorado, que exige a superação de barreiras linguísticas, culturais e sociais. Além disso, a migração também pode gerar tensões e conflitos, especialmente quando há uma percepção de competição por recursos escassos ou quando os migrantes são estigmatizados e marginalizados.

Considera-se, no entanto, e é importante ressaltar, que a migração haitiana em Três Lagoas é apenas um reflexo de um fenômeno global, mas que se particulariza nas singularidades que constituem o município, pelo qual a migração haitiana, portanto, evidencia-se na busca por melhores condições de vida e o desejo de construir um futuro mais promissor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a complexidade da temática que envolve a migração, é preciso avançar nas discussões das políticas que garantam o acolhimento, atendimento e encaminhamento a todos os migrantes, no sentido de garantir a efetivação dos direitos e de incorporar uma rotina de oportunidades, de trabalho e sobrevivência. O fluxo migratório não irá cessar, com base no fato incontestável de que a migração sempre aconteceu, conforme evidenciam os estudos.

Nesse sentido, ressalta-se a importância de se promoverem debates e reflexões acerca dessa realidade, de se pensarem formas de garantir a preservação dos Direitos Humanos e de toda a dignidade do ser humanos, de se atentar para a responsabilidade da sociedade em geral, como também do Estado, que deve promover a igualdade de todos.

Resta interrogar se os haitianos se organizarão e seguirão o lema de sua bandeira nacional - L'union fait la force (A união faz a força) -, e conseguirão, dessa forma, inserir-se socialmente em campos de trabalho. Com relação ao Estado brasileiro questiona-se sobre a mudança de atuação, na perspectiva do estabelecimento de uma política clara de diálogo, a fim de ouvir as reivindicações de um grupo que tem voz própria e romper, desse modo, com a concepção apenas da lei.

Não se teve, em momento algum, a pretensão de esgotar os aspectos inerentes à migração haitiana para o Brasil, pelo contrário, tem-se a convicção de que o esforço abre uma senda por um caminho novo para as discussões sobre esse tema, no país. Hoje os haitianos no Brasil somam mais de trinta mil e, pela dinâmica dessa migração, estima-se que esse número terá uma variável, no espaço de tempo de alguns anos.

Assim, a tarefa de refletir sobre o fluxo migratório de haitianos para o Brasil se mostra um desafio triplo para que os respectivos agentes – a academia, o Estado e a sociedade – aceitem e pensem-no mais detidamente não como um fato, mas como uma realidade de múltiplas facetas. Em relação aos haitianos e, em certa medida, aos brasileiros, essa realidade convida-nos a pensar sobre o passado para entender o presente e refletir sobre o futuro, sobre o que poderá vir a acontecer em relação ao tema migrações. Percebe-se que a história se repete, ela convoca às claras e cobra a construção do presente e do devir.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Aline Cristina Amaro de. Migração internacional: um olhar sobre Brasil e Portugal. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, 6, 1-41, 2010. Disponível em: http://centrodireitointernacional.com.br/static/revistaeletronica/volume6/arquivos_pdf/sumario/aline_alencar.pdf.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados**. ACNUR, 2016. Disponível em: <https://www.unhcr.org/global-compact-refugees-indicator-report/>. Acesso em: 01 fev. 2018.

ALVES FILHO, Manuel; VILLEN, Gabriela As novas faces das migrações internacionais: atlas e livro produzidos por pesquisadores do Nepo-Unicamp revelam as mudanças ocorridas nos fluxos migratórios contemporâneos. **Jornal da Unicamp**, 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/02/22/novas-faces-das-migracoes-internacionais>. Acesso em 18 de maio de 2022.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Trad. R. Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BEJARANO, Celso. **Sem dinheiro, malas ou visto, 8 haitianos são detidos em MS**. 2010. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/sem-dinheiro-malas-ou-visto-8-haitianos-sao-detidos-em-ms,77491054a250b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de migração. Presidência da República. Brasília, 2017.**

_____. **Portaria MJSP nº 290, de 23 de janeiro de 2023.** Institui Grupo de Trabalho voltado para o estabelecimento da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, bem como revisão do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

BRZOWSKI, Jan. Migração internacional e desenvolvimento econômico. **Estudos Avançados**, 26(75), 137-156, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n75/09.pdf>.

FABRETTI, M. **Haitianos ilegais são detidos em MS.** 2010. Disponível em: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2010/03/18/haitianos-ilegais-sao-detidos-no-ms/>. Acesso em: 28 jan. 2019.

FARIA, Maria Rita Fontes. **Migrações internacionais no plano multilateral:** reflexões para a política externa brasileira. Brasília, DF: FUNAG, 2015.

MEDEIROS, R. Brasil é a bola da vez, para a imigração. **Jornal o ESTADÃO.** 2012. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120812-43398-nac-9-pol-a9-not>. Acesso em: 17 mar. 2018.

MENDES, George Alves. Migração internacional: uma relação histórica com implicações sociais e econômicas entre México e Estados Unidos. **C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA**, (2), 46-54, 2013. Disponível em: http://www.uesc.br/revistas/calea/edicoes/rev2_4.pdf.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** ONU, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/19601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 5 dez. 2023.

ONUBR – Nações Unidas no Brasil. **Relatório de progresso.** Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável Brasil I. 2017-2021. Nações Unidas no Brasil, 2017. Disponível: https://brasil.un.org/sites/default/files/2021-02/Brasil_Relatorio_Progresso_2017.pdf. Acesso em: 10 fev. 2018.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, 19(3), 23-33, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a02.pdf>.

_____. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, 20(57), 7-24, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a02v2057.pdf>.

PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. **SOCIUS Working Papers**, (11), 2-36, 2004. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2037/1/wp200411.pdf>.

SILVA, Sidnei Antônio. Aqui começa o Brasil: haitianos na Tríplice Fronteira e Manaus. *In*: SILVA, S. A. (Org.). **Migrações na Pan-Amazônia**: fluxos, fronteiras e processos socioculturais. São Paulo: Hucitec, 2012. p. 300-322.

THEIJE, Marjo. Transnationalism in Suriname: Brazilian migrants in Paramaribo. *In*: _____. GOWRICHARN, R. (Ed.), **Caribbean transnationalism**: Migration, socialization and social cohesion. Oxford: Lexington Books, 2006. p. 117-135.

9

Eridiana Pauli

**Direito e condições
de trabalho:
a exploração da mão de obra
migrante nos frigoríficos
brasileiros**

INTRODUÇÃO

Em razão da necessidade de manter sua subsistência e de sua família, muitos daqueles que migram em busca de melhores condições de vida acabam por aceitar subempregos, alguns destes trabalhos apresentam condições de precariedade, da informalidade e do não direito trabalhista. As consequências da falta de garantias sistematizadas e efetivas são drásticas, sendo que muitas vezes o trabalhador acaba por degradar a sua saúde física e mental em razão das péssimas condições de trabalho que lhe são impostas.

Dessa forma, compreender a exploração do trabalhador a partir da visão do materialismo histórico-dialético nos remete a entender em quais pontos a exploração do trabalho assalariado humano é realizada numa dada realidade.

O trabalho assalariado para o migrante/refugiado é essencial, porque ao buscar reconstruir sua vida e dos seus em um novo país, se vê numa condição de necessidade de recursos para que ao menos tenha acesso aos mínimos sociais. Nesse sentido, muitas vezes o migrante/refugiado acaba por aceitar trabalhos de todo o tipo e "sorte", e não tem sido rara às vezes em que estes acabam sendo sujeitados à trabalhos em condições análogas à escravidão, como em oficinas têxteis em São Paulo ou ainda em fazendas na região norte, nordeste e centro-oeste brasileira, em outros trabalhos.

Portanto, discutir sobre o direito à trabalho digno e respeito às leis trabalhistas brasileiras aos migrantes/refugiados trata-se de uma questão de direito fundamental.

Sob esse viés, é possível questionarmos a constituição do trabalho firmada em uma sociedade capitalista que afasta o ser humano das suas condições naturais, de identificação com o objeto

que é fruto do seu trabalho e que produz a alienação³¹ e a exploração do trabalho de forma desumana, fazendo com que haja a objetificação³² do trabalhador e a sua redução a um instrumento produtor de riqueza capitalista.

Neste capítulo³³, procura-se analisar a exploração da mão de obra migrante a partir da realidade vivenciada por trabalhadores nos frigoríficos brasileiros e analisar as violações de direitos. Compreende-se que se trata de um tema relevante, em razão dos fluxos migratórios existentes hoje e da necessidade de resguardar os direitos sociais e a dignidade da pessoa humana da população migrante.

Para o desenvolvimento desse artigo, foi realizada uma análise a partir do método do materialismo histórico-dialético, pertinente a dinâmica existente entre o capital e o homem, a fim de se compreender a complexidade da questão, bem como se utilizou da pesquisa documental, para a qual foram selecionados dois processos trabalhistas, nos quais de um lado estavam os migrantes que trabalharam em indústrias frigoríficas e de outro estavam as indústrias respondendo por esses processos, em razão das violações de direitos alegadas por esses trabalhadores.

SUMÁRIO

31 No sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados [1] aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou [2] à natureza na qual vivem, e/ou [3] a outros seres humanos, e – além de, e através de, [1], [2] e [3] – também [4] a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou autoalienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica." (BOTTOMORE, 2013, p. 19-20).

32 Ato de tratar a pessoa humana como objeto.

33 Esse capítulo de livro trata de parte da discussão realizada na dissertação de mestrado intitulada: A Exploração da Mão de Obra Migrante nos Frigoríficos Brasileiros: Suor, Mãos e Trabalho (PAULI, 2022).

1. TRABALHO ASSALARIADO E MIGRAÇÃO

Pode-se citar que existe hoje no mundo um intenso fluxo de deslocamento humano que ocorre por diversos objetivos que vão desde os deslocamentos forçados, provenientes de conflitos armados, perseguições políticas, étnicas, religiosas e/ou ainda àqueles que são realizados por situações emergenciais provenientes de desastres ambientais, como terremotos, rompimentos de barragens, maremotos, erupções vulcânicas entre outros, até situações resultantes de escolhas individuais decorrentes do processo global do mundo atual, como casamentos, mudanças decorrentes do trabalho, opções de escolha de moradia, deslocamentos favorecidos pelas facilidades dos processos de mobilidade humana, entre outros.

Entretanto, os deslocamentos dos quais estamos tratando neste trabalho retratam processos migratórios de uma determinada classe social, que, por falta de condições de sobrevivência, opta por buscar em outro país a perspectiva de encontrarem melhores condições e dignidade de vida.

Após a Segunda Guerra Mundial e à medida em que a globalização avançou, foi possível notar que os migrantes deixaram de ser vistos apenas como contribuintes para o desenvolvimento dos Estados, como eram primordialmente reconhecidos, bem como os fluxos migratórios compostos por migrantes miseráveis passaram a causar certa desconfiança, tornando-se verdadeiros emblemas, por tratar-se do diferente, de indivíduos com culturas distintas, que são muitas vezes reconhecidos pelo senso comum como uma ameaça à garantia de trabalhos aos ocupantes de determinada região.

Fato é que as mudanças das relações socioeconômicas, geopolíticas, as importantes mudanças trazidas pela globalização e os avanços tecnológicos sedimentaram as características para

migração contemporânea, principalmente após a década de 1980, momento no qual a crise, que se propagou pelo mundo, desempregou e fez com que mais de 1,2 bilhão de trabalhadores estivessem submetidos a trabalhos precários. (PATARRA, 2003).

Assim, optou-se nesse trabalho pela discussão de uma migração que busca a sobrevivência e a dignidade de vida, e se tornou, em todo mundo, uma forma de exploração de mão de obra barata, tendo em vista que esses trabalhadores agregam valor aos países que os recebem, pois contribuem diretamente para o aumento do lucro, tendo em vista que o salário pago ao migrante muitas vezes é inferior ao dos trabalhadores nacionais (MARINUCCI; MILESI, 2005). Dada as circunstâncias de chegada, adaptação e inserção no mundo laboral e social, esses trabalhadores são muitas vezes expostos a condições e oportunidades desiguais. Outro fator que também acentua as diferenças salariais são os determinantes sociais pelas quais esses migrantes se deslocam, pois nos casos em que não possuem a documentação necessária para estar regular no país de destino, acabam por aceitar trabalhos informais, trabalhos subalternos, trabalho análogo a escravidão, dentre outras formas de precarização do mundo do trabalho.

A abundância de mão de obra cria, segundo Marx, a existência dos chamados exércitos de reserva, que também são essenciais ao sistema capitalista. Com excesso de pessoas pleiteando trabalho, as corporações tendem a não se preocuparem em adequar as condições de trabalho dessas pessoas, bem como não melhoram seus salários em razão da desproporção entre demanda de mão de obra e vagas de trabalho ofertados. Os migrantes, por sua vez, em razão da necessidade, sujeitam-se a trabalhos precários, com extensas jornadas de trabalho e com salários insuficientes para a sua manutenção. Assim, o sistema capitalista mantém esses trabalhadores que acabam sendo considerados descartáveis e se beneficia dessa dinâmica para manter o constante acúmulo de capital.

A mobilidade humana é vista sobre duas formas, o conceito com enfoque na migração, que seria o movimento de pessoas ou grupos por diversos motivos, permanente ou temporário e a segunda vertente seria a migração em decorrência da desigualdade social, ocasião em que indivíduos que migram em condições desiguais podem ter seus direitos básicos suprimidos pelas condições decorrentes do deslocamento, muitas vezes forçado devido às condições nas quais se encontram.

O fenômeno da mobilidade humana é visto como um acontecimento do conjunto das realidades visíveis produzidas pela mobilidade humana ou mobilidade do estamento social e captado em diversas manifestações como migrações internas³⁴, imigrações³⁵, emigrações³⁶, fluxos migratórios³⁷, refugiados³⁸, exilados³⁹, fruto da desigualdade social nos países e indicativo de um processo de degradação propriamente dito. (ZAMBERLAM, 2004, p.13).

Esse contexto foi propício para que a necessidade de sociabilidade dos trabalhadores migrantes se adequasse às necessidades do capital, reproduzindo o trabalho como valor de troca, a precarização do trabalho assalariado e a potencialização da mais-valia, bem como o aperfeiçoamento do fetiche da mercadoria e do processo de alienação dentro desta ordem social implementada pelo capitalismo. Ou seja, cada vez mais se torna evidente que a abertura gradual dos mercados nacionais em razão de acordos bilaterais tornou-se um problema para os países periféricos, pois se de um lado temos grandes potências que são receptoras de migrantes para a produção de

34 Feitas no interior de um país.

35 Processo de entrada de um indivíduo em determinado território

36 Processo de saída de um indivíduo em determinado território.

37 Movimento de entrada e saída de pessoas

38 Pessoas que deixam seu país de origem em razões de perseguições pela raça, religião, opinião política, violações de direitos e etc.

39 Pessoas obrigadas a deixar seu país, geralmente em razão de contextos políticos.

produtos e serviços com maior agregação tecnológica e compram os produtos de menor valor, de outro temos tais países periféricos que sofrem com a migração forçada, como muitas vezes o fornecimento de matéria-prima para a produção desses produtos tecnológicos e posteriormente com a necessidade de comprar produtos por preços elevados. (FORTUNATO, 2020).

Essa dinâmica potencializa a chamada luta de classes, uma vez que a migração não é mais um movimento de emancipação e tornou-se a base do trabalho assalariado e da produção global de mercadorias, no qual há a produção de um enorme exército de reserva. Assim surgiram as políticas de abertura dos mercados para diversos tipos de investimentos e outras destinadas a enfraquecer a classe trabalhadora, por meio da precarização do trabalho e com o enfraquecimento da sindicalização. (FORTUNATO, 2020).

Percebe-se que, em razão da globalização e da interiorização do capitalismo para além dos centros urbanos, os fluxos migratórios passaram a ser pulverizados nos territórios, como ocorreu com o fluxo migratório venezuelano e haitiano no Brasil, diante do qual o governo criou políticas para redirecionar os migrantes que estavam concentrados nas regiões fronteiriças e realocá-los em locais com oferta de empregos oferecidas por grandes indústrias, principalmente em cidades do interior.

Portanto, é importante denotar que a migração se trata de “um sistema circular, interdependente, progressivamente complexo e se auto modifica” (MOTA, DURANS e LUSSI, 2020), ou seja, a migração não é um produto de indivíduos ou de famílias que optam por se deslocar, mas trata-se da consequência da expansão dos mercados na hierarquia da política global, sendo expressa pela expansão do capitalismo na sociedade. Nesse sentido, a migração de pessoas em situação de vulnerabilidade social se expressa na dinâmica da sociedade capitalista que impulsiona ou retrai populações a se deslocarem em condições adversas em busca de melhores condições

de vida e segurança. Desse modo, refletir sobre as condições sociais, materiais e concretas da migração contemporânea é ponto de partida fundamental para compreensão das singularidades expressas em contextos migratórios.

2. TRABALHO MIGRANTE NOS FRIGORÍFICOS BRASILEIROS

Em razão do desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil, como descrito anteriormente, foi possível o desenvolvimento da agricultura brasileira, de forma que esta passou a se tornar cada vez mais industrializada, fato este que possibilitou o desenvolvimento econômico do Brasil no último século, assim como forneceu visibilidade para o comércio de carne brasileira, fazendo com que o país se tornasse um dos maiores e mais importantes produtores de carne bovina do mundo.

Portanto, a produção de carne possui início ainda no campo, no qual pequenos, médios e grandes pecuaristas utilizam diversos insumos como semente de pastagem, complementação da alimentação do gado com suplementos minerais que possibilitam a manutenção do peso do rebanho durante os períodos de seca em diversas regiões do país, bem como maquinários que promovem a realização de diversas atividades no meio rural de forma prática e eficaz, favorecendo o impulsionamento da produção e o desenvolvimento capitalista.

Ao visualizar a dinâmica da linha de produção dos frigoríficos, é possível perceber que se trata de uma atividade muito ingrata e desenvolvida em ritmos frenéticos e repetitivos para ser possível atender ao número de abates realizados, em que pese existir maquinários que auxiliam no desenvolvimento, a predominância do trabalho realizado é mecânico e exige esforços repetitivos.

É perceptível que os riscos de acidentes das atividades desenvolvidas nos frigoríficos expõem os trabalhadores a situações de vulnerabilidade e acabam por afetar a sua integridade física e psicológica. Somada a essa situação, existem os riscos ergonômicos que derivam dos movimentos repetitivos, do excesso de trabalho para acompanhar o ritmo das esteiras⁴⁰, do trabalho desenvolvido em pé e que compromete a postura dos trabalhadores. Para além do esforço físico, é possível perceber a cobrança por metas que, por consequência, acaba gerando o esgotamento mental, comprometendo a saúde do trabalhador nesse aspecto também. Outro importante ponto é a insalubridade do ambiente, atribuída ao frio ou calor excessivo, ao ruído, pressão, umidade, diferentes tipos de radiação e vibrações.

Em uma das visitas técnicas realizadas, foi possível conhecer uma sala de armazenagem que era mantida em temperatura média de -30 graus. Existe um protocolo específico para adentrar nessa sala, tanto em razão do risco eminente em ficar preso na sala e morrer congelado, bem como em decorrência da permanência dentro da sala, que, se extrapolar um certo limite, pode ocasionar problemas nas vias aéreas do trabalhador.

Por outro lado, também é possível observar locais de calor excessivo que na maioria das vezes são acompanhados por fortes odores. Como nas salas de equipamentos de apoio ao processamento da indústria, por exemplo, nas salas dos compressores do ciclo de refrigeração e na casa das caldeiras, onde há um enorme aporte de energia elétrica e por conseguinte liberação de calor para o ambiente (NETTO; JOHNSON *apud* MARRA, 2013) também a área de bucharia, onde existem equipamentos com água à alta temperatura, para o cozimento do estômago; ou ainda, no setor de embutidos, onde se processam alimentos pré-cozidos; são ambientes onde os trabalhadores estão sujeitos ao calor intenso.

Outro ambiente que também merece destaque é a graxaria. Neste local o calor e a irradiação são intensos, devido ao processo de produção da farinha para ração. Sub-produtos, como ossos e partes inaproveitáveis das carcaças, são transportados até os digestores, onde ocorre a adição de vapor vivo para poderem ser diluídos e transformados em farinha. Além do desconforto térmico, há o risco de contato com as superfícies aquecidas, causando queimaduras e o inconveniente odor exalado nas emissões atmosféricas (JOZI; FIROUZEI, *apud* MARRA, 2019).

Portanto, é possível verificar as inúmeras dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores, que decorrem das condições de trabalho que são degradantes e que interferem diretamente na saúde dessas pessoas, tanto de forma física, como psicológica.

Os primeiros registros acerca de doenças ocupacionais desencadeadas em abatedouros e frigoríficos foram registrados em 1906 (OLIVEIRA; MENDES, 2014 *apud* MARRA, 2019). A forma pela qual é organizada a produção não teve evoluções significativas, sendo que a única mudança notória é em termos sanitários. O modelo de produção é bastante arcaico e inspirou outros setores para a concepção de uma linha de montagem, como no caso da indústria automobilística, sendo que o modelo Fordista foi criado a partir de uma visita na qual Ford visitou um abatedouro de carnes em Chicago, nos EUA. A forma pela qual o trabalho é organizado na indústria frigorífica, ainda segue o modelo do taylorista-fordista, cujo foco é a meta de produção e sem considerar as características psicofisiológicas do empregado ou outros meios de produção que visem a redução do risco de acidentes e doenças laborais. O modelo de produção, que é utilizado até hoje, contribui diretamente para os fatores agravantes que adoecem os trabalhadores e são decorrentes do ritmo exaustivo de trabalho (OLIVEIRA; MENDES, 2014 *apud* MARRA, 2019).

Um dos principais fatores que determina que a atividade desenvolvida nos frigoríficos seja de risco, é a fragmentação das atividades, sujeitas a velocidade do maquinário, fazendo com que o trabalhador esteja constantemente sob pressão e sem a possibilidade de trabalhar dentro do seu tempo. A maioria das atividades são de movimentos repetitivos, sem haver alternância do movimento desempenhado. Os trabalhadores acabam por desenvolver as atividades em posturas inadequadas, prejudicando os membros inferiores, o tronco e a cabeça. Em razão do trabalho estático dos membros, muitos estudos apontam relação causal entre a postura e a lesão osteomuscular. Ainda, há muita exigência de força física e uso de ferramentas cortantes, trabalhos feitos continuamente em pé e com espaços mínimos. Também há grande exaustão visual, pois inúmeras atividades desenvolvidas exigem atenção visual permanente, trabalho permanente em ambientes frios, exposição a ruídos acima do limite legal, exposição a insalubridade, caracterizada pela umidade e agentes biológicos.

Há ainda dados averiguados pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS)⁴¹ que demonstram que nos frigoríficos que foram objetos de estudos há uma alta incidência de doenças relacionadas a distúrbios osteomusculares e transtornos mentais. Esses dados foram obtidos em razão do número de afastamentos superiores a 15 dias, os quais garantem ao trabalhador o benefício previdenciário. O crescimento desses distúrbios demonstra que o ambiente de trabalho é inadequado e evidentemente as condições de trabalho violam as normas que impõem a melhoria do desenvolvimento das atividades e visam proteger a saúde psicofisiológica do trabalhador.

Existem diretrizes que estabelecem programas de gerenciamento ergonômico para empresas de abate e processamento de carnes, os quais recomendam adoção de medidas para a redução de

41

<https://reporterbrasil.org.br/2022/07/dados-do-inss-apontam-possivel-relacao-entre-problemas-na-gravidez-e-trabalho-em-frigorificos/>

doenças ocupacionais, tais como alternância da velocidade do processo produtivo, limitação do trabalho e dos movimentos repetitivos que são realizados e, por consequência, a redução de horas extras. Ainda: pausas que permitam o trabalhador se recuperar da fadiga ocasionada e aumento do número de funcionários designados para realizar as atividades que requerem mais esforços físicos; rodízio, tarefas e, principalmente, que as empresas contratem número suficiente de pessoas para a regular produção e para evitar sobrecarga de outros no caso da ausência de funcionários.

Em que pese tais diretrizes, as empresas frigoríficas acabam por burlar as fiscalizações e não implementam as medidas prescritas pelo ordenamento jurídico que visam a proteção da saúde dos trabalhadores, sendo que existem autos de infração que constataam as violações relatadas:

Não têm sido implementadas pela empresa medidas suficiente e adequadas para garantir um meio ambiente de trabalho adequado as características psicofisiológicas dos trabalhadores e para a redução/minimização dos riscos existentes, tais como a redução do tempo de exposição através da redução de jornadas, controle de horas extras e da introdução de pausas no trabalho, diminuição da alta repetitividade, da monotonia e da pressão de tempo. (SARDA, RUIZ, KISTSCHING, 2009 *apud* MARRA, 2019, p. 4).

Cumpra ainda esclarecer, que ao responder um processo judicial, a empresa é compelida a apresentar documentos técnicos que instruem a sua defesa, como os chamados Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o documento de Análise Ergonômica do Trabalho (AET) ou qualquer outro laudo com informações de ergonomia. Esses laudos teriam por objetivo fornecer informações acerca da proteção da saúde dos trabalhadores, contudo, a empresa apenas fornece esse tipo de documentação atualizada para fins de fiscalização judicial ou governamental, mas tais documentos não comprovam nenhum efeito prático acerca da saúde

dos trabalhadores, isso torna-se evidente em razão da quantidade de processos trabalhistas nos quais são discutidas as doenças ocupacionais que acometem os trabalhadores.

Ressalta-se aqui o cerne da questão vai para muito além das questões que podem ser discutidas judicialmente, ou seja, para além da indenização material, não há preço que pague o que esses trabalhadores estão pagando com a saúde física e mental, pois ao serem submetidos a esse tipo de situação, acabam por degradarem o bem mais precioso que é a vida e por muitos anos, inúmeras instituições estão invisibilizando essa questão em prol do capitalismo.

3. VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS VIVENCIADAS POR TRABALHADORES MIGRANTES

O trabalho em frigoríficos brasileiros é uma das atividades industriais que mais geram acidentes de trabalho e doenças ocupacionais no Brasil. Nesse sentido, conforme a já citada Análise de Impacto Regulatório da Norma Regulamentadora 36, documento publicado pelo Ministério do Trabalho e Previdência, somente em 2019 ocorreram 23.320 mil acidentes de trabalho, ou seja, aproximadamente noventa acidentes de trabalho ao dia. Além dos muitos brasileiros sequelados e incapacitados para o trabalho, o abate de frangos, suínos e bovinos gerou, entre 2016 e 2020, 85.123 acidentes típicos e adoecimentos ocupacionais, com 64 óbitos (ALIAGA, 2021)⁴².

Dessa forma, é possível compreender que poucas atividades são tão degradantes para os trabalhadores quanto essas

42

<https://diplomatie.org.br/por-que-tantos-acidentes-de-trabalho-adoecimentos-e-mortes-em-frigorificos>.

desempenhadas nos frigoríficos e, mesmo com tantos dados a respeito, a questão continua sendo invisibilizada e a produção de carne ainda é realizada às custas do sofrimento humano.

Estudos desenvolvidos demonstram que muitos dos casos em que não há o reconhecimento donexo causal entre as doenças alegadas pelo trabalhador e as atividades desenvolvidas. Ademais, em decorrência dos números apresentados anteriormente serem tão altos, verifica-se que tal temática passou a ser uma questão de saúde pública. Há, ainda, estudiosos que discordam que a doença física seja decorrente de problemas emocionais, sendo que o adoecimento psíquico, na verdade é desencadeado em razão do sofrimento pelo qual o trabalhador é exposto ao ser desacreditado pela empresa, pelos profissionais de saúde, pelos colegas de trabalho e pelo judiciário, o que gera o desgaste psicológico e o conseqüente adoecimento. (ANDRADE, *apud* MACHADO, 2016).

O Ministério Público do Trabalho vem realizando forças-tarefas rotineiras para modificar o sistema de trabalho no setor, além de gestões políticas para mudança das normas que o regem. Diante do aspecto degradante, é comum haver falta de trabalhadores nacionais dispostos a encarar as condições do setor, que abre suas portas para trabalhadores estrangeiros. (RIBEIRO, 2016)⁴³.

Diante das precárias condições desse segmento, nacionais, migrantes e refugiados estão realizando seus trabalhos em condições insalubres e tornando-se vítimas de doenças ocupacionais, com especial destaque para a peculiaridade do abate Halal⁴⁴, quase sempre efetivado por um migrante/refugiado.

43 <https://www.prt23.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-mt/555-artigo-trabalho-escravo-de-que-lado-voce-esta>.

44 Conforme descrito neste trabalho, trata-se de uma forma de abate de animais com destino à exportação para países de costume muçulmano, que exigem que o abate do animal seja realizado exclusivamente por muçulmanos e realizem o ato manualmente, em constrictão, pronunciando determinadas palavras.

Essa exigência justifica a preferência de contratação de trabalhadores muçulmanos, e provenientes de países com mais presença muçulmana, como Bangladesh, Senegal, Iraque, entre outros. O MPT tem combatido as más condições de trabalho no setor, independentemente da qualidade de imigrante ou refugiado das vítimas, porém, com especial atenção para a situação de vulnerabilidade vivenciada pelos imigrantes ou refugiados encaminhados para trabalhar nesse setor. (PRADO e COELHO, 2015). Veja-se que as constatações realizadas pelo Ministério Público do Trabalho são de 2015, o levantamento dos dados levantados pelo TRT 24ª Região são de 2023, ou seja, mesmo oito anos depois, nenhuma medida efetiva foi tomada para mitigar os aspectos degradantes do trabalho desempenhado no setor frigorífico do Brasil.

Antunes (2020) pontua que no caso dos migrantes, ainda que possuam alguma qualificação técnica ou profissional, acabam por serem engessados em empregos que não exige qualificação, isso ocorre em razão dos migrantes comporem esse numeroso exército de reserva, no qual a mão de obra é abundante. Em razão da quantidade de mão de obra disponível, muitos Estados da Federação possuem Centros de Apoio ao Trabalho, com o objetivo de fazer a ligação entre essas pessoas e as empresas frigoríficas que contratam a mão de obra migrante, para facilitar a seletiva e o recrutamento desses trabalhadores.

Como é de conhecimento, é difícil ao trabalhador demonstrar o nexo de causalidade entre as doenças ocupacionais alegadas e o trabalho desenvolvido nos frigoríficos, essa questão torna-se ainda mais difícil aos migrantes em razão do contexto vivenciado, diante de suas condições e circunstâncias enquanto não nacional. Assim, há um impacto na saúde mental dessas pessoas, principalmente em ter que vivenciar os desgastes emocionais decorrentes do ajuizamento de uma ação trabalhistas.

Estudos sobre os nexos entre trabalho e saúde mental afirmam que há predomínio da negação da existência deste (GLINA *et al.*, 2001; SATO; 40 BERNARDO, 2005). O que se identifica é uma persistente dificuldade do trabalhador em obter o reconhecimento da existência do agravo vivido e sua origem ocupacional, seja por parte da empresa, seja pelos profissionais da saúde. Segundo Nardi (2004, p. 46) a visibilidade ou invisibilidade das formas de adoecimento no trabalho, os critérios impostos pela legislação e pela ciência no estabelecimento das relações 'causais' entre o trabalho e as formas de sofrimento, bem como a valorização de algumas formas e a desvalorização de outras dependem das relações de poder que configuram os usos dos saberes disciplinares e da lógica epistemológica que lhes dá sentido, coesão e coerência e os sustenta no campo institucional/legal (MACHADO, 2016, p. 41).

Conforme demonstrado, a culpa da degradação física em mental é automaticamente transferida à vítima, sendo que as justificativas expostas são de que se tratam de doenças degenerativas ou que foram ocasionadas por fatores externos, como o modo de vida levado pelos empregados, cuja finalidade é de fazer com que esses trabalhadores acreditem que o acometimento das doenças apontadas e que sugiram após o trabalho desempenhado nos frigoríficos são causadas pelo hábito de vida que esses trabalhadores tiveram durante a sua existência e não em razão das atividades penosas e degradantes desenvolvidas nas indústrias frigoríficas.

Estas diferentes abordagens impactam diretamente na saúde e vida dos trabalhadores. Não apenas quanto ao diagnóstico, mas também quanto à garantia de direitos, nas condutas de tratamento e principalmente no estabelecimento de ações preventivas desses agravos. Ao serem negadas as evidências de que existe relação entre o trabalho e o adoecimento, alegando uma causalidade individual e intrínseca ao sujeito, desconsidera-se todo contexto histórico e social no qual o trabalho é central na vida das pessoas e logo na determinação do processo saúde-doença.

Neste momento, transparece o quanto o valor das indústrias frigoríficas, que fomentam a produção de carne no Brasil, serve de apoio ao sustento da pecuária, principal ramo do agronegócio no país e super valorizado em comparação à vida humana. De nada valerá as leis, enquanto o sistema for negacionista e continuar culpabilizando os trabalhadores em razão das moléstias dos quais são acometidos durante o desempenho do seu trabalho nesses locais. Da mesma forma, em nada adiantará a Lei de Proteção ao Migrante, que o equipara ao nacional, se o judiciário não atender as especificidades dessa população ao julgar uma ação trabalhista, cujo polo passivo normalmente é composto por um migrante. Fato é que, a psicologia considera que o indivíduo é parte indissolúvel do meio (LE GUILLANT, *apud* MACHADO, 2016), portanto, não há uma fórmula capaz de separar o psicológico e o fisiológico, com isso, podemos verificar que os trabalhadores migrantes adoecem tanto em razão do trabalho, como do contexto vivenciado, marcado pela exclusão e pela vulnerabilidade.

Inclusão e integração de migrantes em um país são um processo de longo prazo que requer uma abordagem mais humana, bem como compromisso do Estado com essa população, além de disponibilização de recursos.

O ACNUR (2021) estimula o Governo do Brasil a continuar implementando políticas públicas que respondam às dificuldades que refugiados e migrantes enfrentam, como facilitar o processo de validação de diplomas, treinamentos, capacitações e a verificação de potencialidades às capacidades profissionais de cada um, além de ampliar o treinamento em idiomas para profissionais e professores do sistema de educação, assim como também ampliar as escolas de atendimento à essas populações, especialmente na região norte do país, onde os fluxos migratórios encontram-se mais intensos atualmente.

Conforme demonstrado pela ACNUR (2021)⁴⁵, em que pese os esforços para implementar políticas públicas que sejam inclusivas aos migrantes e que buscam fazer com que eles tenham acesso aos serviços sociais, educação e trabalho, percebe-se que as ações governamentais ainda são parcas e alcançam poucas pessoas, sendo que a maioria desses migrantes ainda sofre com a segregação étnica, econômica, cultural, social e judicial.

Sob a perspectiva de Zamberlam (2004), se verifica o problema social e político da inclusão, pois a inclusão desses indivíduos demanda tempo, e tendem a ter que conviver constantemente com a “inclusão excludente”, que seria essas tentativas precarizadas e pouco eficazes de incluir migrantes e refugiados.

Nesse sentido, o problema não está na exclusão, mas no grave problema social e político da inclusão, pois, cada vez mais, para as pessoas que “migram”, a sua reinclusão passou de curto espaço de tempo, para médio e longo espaço de tempo. Assim, as pessoas desenraizadas, são compelidas a aceitar formas precárias e até aviltantes de sobrevivência: a inclusão excludente. Significa dizer que na inclusão excludente o migrante passa a conseguir a sobrevivência envolvendo-se em atividades que a sociedade exclui por considerá-las “ilícitas” e “degradantes”. Exemplos disso é o avanço de práticas da prostituição, do tráfico, do trabalho escravo, da mendicância, da receptação, do contrabando, de vendedores ambulantes, “serviços” ligados ao narcotráfico e do jogo do azar. Por isso, sociólogos como Boaventura Santos, Michael Hardt e Antônio Negri, entendem que a mobilidade humana crescente é sintoma de profundas transições, sinalizadora de uma crise sem retorno do paradigma da modernidade (ZAMBERLAN, 2004, p. 19).

45 Políticas públicas do Brasil impulsionam inclusão de refugiados e migrantes da Venezuela, mas desafios permanecem. (2021, maio 17). ACNUR Brasil. <https://www.acnur.org/portugues/2021/05/17/politicas-publicas-do-brasil-impulsionam-inclusao-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-mas-desafios-permanecem/>

Dessa forma, em razão dessa dicotomia entre inclusão/exclusão (SAWAIA, 2017), o migrante é forçado a sobreviver sob condições laborais precárias, sofrendo diversas violações de seus direitos sociais e nos piores dos casos, acabam até mesmo por sucumbir as atividades degradantes.

Para além de uma análise processualista, percebe-se que a todo momento o trabalhador migrante encontra-se em desvantagem em relação a uma empresa multinacional, isso torna-se o reflexo real do capitalismo, no qual a exploração do trabalho assalariado é feita de forma desproporcional, materializando-se por meio da exploração da força de trabalho de migrantes por multinacionais, de tal forma que essas empresas empregam esses trabalhadores por um salário irrisório, em troca da força de trabalho, representada por excessivas horas extras, trabalhos repetitivos e desgastantes, ambientes insalubres e que a longo prazo acabam fazendo que esses trabalhadores adoçam, tanto de forma física como psicológica.

Para o materialismo histórico-dialético a força de trabalho demarca processos intensos da mais-valia, nos quais a mão de obra, é praticamente equiparada às mercadorias em grau de importância, já que não se diferem de tantas outras. O trabalho assalariado recebido pelos trabalhadores em razão da sua força de trabalho e no caso do trabalhador migrante, revela-se custar R\$ 1.450,00⁴⁶ ao mês para desempenhar uma jornada de oito horas diárias, em condições degradantes, este acaba por adquirir esse valor com uma mercadoria cujo valor só existe no sangue e na carne do homem (MARX, 2017).

A constituição socioeconômica da nossa atual sociedade nos demonstra que é somente a classe trabalhadora que produz todos os valores. Pois o valor é apenas outra expressão para trabalho, aquela expressão pela qual se designa, na sociedade capitalista dos nossos dias, a quantidade de trabalho socialmente necessária incor-

porada a uma determinada mercadoria. Estes valores produzidos pelos operários não pertencem, porém, aos operários. Pertencem aos proprietários das matérias-primas, das máquinas e ferramentas e dos meios financeiros que permitem a estes proprietários comprar a força de trabalho da classe operária. De toda a massa de produtos criados pela classe trabalhadora, ela só recebe, portanto, uma parte. E, como acabamos de ver, a outra parte, que a classe capitalista conserva para si e que divide, quando muito, ainda com a classe dos proprietários fundiários, torna-se com cada nova descoberta ou invenção maior ainda, enquanto a parte que reverte para a classe operária (parte calculada por cabeça) ora aumenta, mas muito lentamente e de maneira insignificante, ora não sobe e, em certas circunstâncias, pode mesmo diminuir (MARX, 2017, p. 142-177).

Logo, é possível compreender a dimensão da exploração da força de trabalho migrante, principalmente em razão das suas poucas opções de adequação às circunstâncias e ao mercado de trabalho do país no qual se encontra. Ricardo Antunes (2020) vai tratar dessa questão, no momento em que observa que a desvalorização da mão de obra migrante é representada por um expressivo segmento do trabalho proletariado global que, ao mesmo tempo, em que é tão descartável também se faz imprescindível para a manutenção do sistema capitalista.

Em decorrência das péssimas condições de trabalho oferecidas pelos setores frigoríficos, muitos nacionais ainda conseguem optar por escolherem empregos menos degradantes, contudo, esse não é o cenário de tantos trabalhadores migrantes. Pesquisas apontam que o setor frigorífico é o que mais emprega migrantes/refugiados no Brasil, conforme menciona o relatório anual da OBMigra: “O setor com mais admissões de imigrantes em 2020 é o de frigoríficos que atuam com abate de suínos, atividade que admitiu 57% mais e demitiu 5,7% menos imigrantes no primeiro semestre de 2020 em comparação com 2019” (OBMIGRA, 2020, p. 36).

Esses dados demonstram que em que pese as condições de trabalho nos setores frigoríficos serem perversas, muitos migrantes ainda se submetem a esses empregos por falta de escolhas, de oportunidades, de escolarização e de um sistema que contribui para a manutenção dessas situações, para que a base dessa produção sempre tenha mão de obra barata disponível, é o que Marx (2017) classifica como exército de reserva.

Situações como essas, vão ao encontro do contexto político vivenciado, no qual existe a mitigação da legislação trabalhista, com a consequente banalização das violações de direitos existentes e contribuem para a exploração de trabalhadores, em ambientes insalubres e recebendo salários extremamente baixos, cuja exploração ocorre por parte de grandes empresas que não se preocupam em melhorar as condições de trabalho, pois estão familiarizadas com a impunibilidade, bem como preferem arcar com os custos dos processos trabalhistas, pois sabem que na grande maioria das vezes as condenações são irrisórias perto do seu poder aquisitivo.

Ao realizar essa análise, foi possível averiguar as violações de direitos vivenciadas pelos trabalhadores migrantes/refugiados no Brasil, assim como, foi possível verificar a invisibilidade desses trabalhadores nos processos judiciais reafirmando a exploração da mão de obra migrante em razão do capital e o desamparo desses trabalhadores que são desconsiderados frente aos nacionais, além de enfrentarem situações de vulnerabilidade constantes desde a jornada de chegada até sua permanente adaptação ao país.

Ao constatar e apontar essas violações de direitos existentes, é possível verificar que a interpretação e regulamentação da Lei de Migração deve ser feita de forma extensiva⁴⁷, com base nos direitos humanos consolidados na Constituição Federal de 1988 e nos

47 Aplica-se para os casos em que a letra da lei não é completa, dessa forma, caberá ao juiz que interpreta a norma, ampliar o alcance da lei, para além do que está expresso na letra da lei.

tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, possibilitando que essas violações sejam denunciadas a fim de que o decreto regulamentador que sobrevenha ao atual, seja o mais adequado possível à realidade social desses trabalhadores migrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas vezes a migração exprime a busca pela sobrevivência e a dignidade de vida, contudo, em que pese o anseio pela melhoria da qualidade de vida, muitas vezes o trabalho migrante acaba por tornar-se alvo de exploração de mão de obra barata, já que ao adentrar ao país de acolhimento se tornam mais vulneráveis na seleção por emprego em detrimento aos nacionais e, portanto, situam-se em subempregos, no mercado informal e/ou em trabalhos braçais com baixa remuneração.

Em razão das necessidades socioeconômicas, a busca por empregos e por consequência, melhores condições de vida, se torna essencial para a sobrevivência este migrante e, ainda importante para a reconstrução de sua vida no país que o acolheu. E, portanto, é necessário lembrar que esses trabalhadores agregam valor aos países que os recebem, pois contribuem diretamente para o aumento do lucro, diante dos baixos salários ofertados pelos empregadores.

A partir da instituição da Lei Migratória a regularização dos documentos dos trabalhadores migrantes tem se dado de forma mais rápida e eficaz, já que esses podem acessar os documentos de permanência provisória e, estes já lhe garantem a possibilidade de acessar um trabalho regular com carteira assinada dando direito a todos os benefícios trabalhistas que a legislação brasileira preconiza.

Verifica-se, portanto, uma dialética de inclusão e exclusão pelo trabalho, pois na medida em que estes são contratados

formalmente por essas empresas e são inclusos no trabalho formal, com acesso aos direitos trabalhistas, esperando que este trabalho possa suprir suas necessidades e demandas na construção de sua vida no país de acolhimento, no caso, o Brasil. Contraditoriamente, a mesma inclusão se mostra excludente em diferentes níveis, pelas condições de trabalho e saúde. Primeiro com o direcionamento da mão de obra para esse tipo de emprego precarizado, pois conforme foi exposto, existe uma viabilização promovida pelo governo e por grandes corporações, para a facilitação de contratação da mão de obra migrante para empregos em grandes indústrias. Esse movimento evidencia uma forma de inclusão, contudo, é extremamente excludente à medida que não existe nenhuma política pública capaz de verificar as condições de trabalho que envolvem esses trabalhadores migrantes ou fornecer informações acerca de direitos trabalhistas e sociais, aumentando o abismo da desigualdade entre migrantes e nacionais à medida que não possuem o mesmo acesso às garantias sociais de forma efetiva.

Portanto, refletir sobre a vivência desses trabalhadores se faz fundamental, pois evidenciar a degradação da saúde e dos direitos sociais dessas pessoas, demonstra a urgente necessidade em pensar políticas públicas que busquem fazer com que essas pessoas tenham acesso à informação acerca dos seus direitos sociais e que implementem melhorias nas condições de trabalho existentes nos frigoríficos brasileiros, a fim de minimizar o impacto causado na saúde desses trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ALIAGA, Márcia Kamei Lopez; LEIVAS, Luciano Lima; DARONCHO, Leomar; SARDÁ, Sandro Eduardo; CORDEIRO, Lincoln Roberto Nóbrega. Por que tantos acidentes de trabalho, adoecimentos e mortes em frigoríficos? **Le monde diplomatique**, 2021. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/por-que-tantos-acidentes-de-trabalho-adoecimentos-e-mortes-em-frigorificos/>. Acesso em: 06 dez. 2022.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Políticas públicas do Brasil impulsionam inclusão de refugiados e migrantes da Venezuela, mas desafios permanecem**. 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/05/17/politicas-publicas-do-brasil-impulsionam-inclusao-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-mas-desafios-permanecem/>. Acesso em: 15 out. 2022.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. 2 ed. BOD GmbH DE, 2020.

BARROS, Carlos Juliano. **Dados do INSS apontam possível relação entre problemas na gravidez e trabalho em frigoríficos**. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/07/dados-do-inss-apontam-possivel-relacao-entre-problemas-na-gravidez-e-trabalho-em-frigorificos/>. Acesso em: 07 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de migração**. <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13445&ano=2017&ato=fadMTRU5EeZpWTbd4>. Acesso em: 15 out. 2022.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2013.

FORTUNATO, Maicon José. Trabalho e gênese do ser social: uma análise a partir da ontologia de Lukács. **Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 12, n. 32, p. 72-89, 2020.

MACHADO, Leila de Fátima. **O adoecimento mental dos trabalhadores da agroindústria avícola e a relação com a organização do trabalho**. Dissertação. Cascavel, 2016.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. Migrações internacionais contemporâneas. **Instituto Migrações e Direitos Humanos**, 2005.

MARRA, Gabriela Chaves. **Saúde e processo de trabalho em frigoríficos:** da necessidade ao adoecimento. 2019. 144 fl. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Fiocruz: Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP. Rio de Janeiro, 2019.

MARRA, Gabriela Chaves; SOUZA, Luciana Hugue de; CARDOSO, Telma Abdalla de Oliveira. Biossegurança no trabalho em frigoríficos: da margem do lucro à margem da segurança. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 3259-3271, 2013.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1:** Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2017.

MOTA, Francisco Lima. DURANS, Jorge; CARMEM, Lussi. **Metodologia e teorias no estudo das migrações.** Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020.

OBMIGRA, **Relatórios anuais. Série Migrações.** Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em: 22 out. 2020.

PATARRA, Neide Lopes. **Movimentos migratórios no Brasil:** tempos e espaços. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, p. 1-50, 2003.

PAULI, Eridiana. **A exploração da mão de obra migrante nos frigoríficos brasileiros:** suor, mãos e trabalho. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande/MS, 2022.

PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata (Orgs.). **Migrações e trabalho.** Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

RIBEIRO, Thiago Gurjão Alves. **Trabalho escravo: de que lado você está?** Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso, 2016. Disponível em: <https://www.prt23.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-mt/555-artigo-trabalho-escravo-de-que-lado-voce-esta>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Editora Vozes Limitada, 2017.

ZAMBERLAM, Jurandir. **O Processo Migratório no Brasil e os Desafios da Mobilidade Humana na Globalização.** 2004.

10

Ádani Lopes Brito

**Trajetórias
migrantes venezuelanas
em Sidrolândia/MS**

DOI 10.31560/pimentacultural/2024.99260.10

INTRODUÇÃO

Este capítulo compõe-se de fragmentos da pesquisa realizada pela autora para a escrita de sua Dissertação de Mestrado⁴⁸. Nessa investigação, foram entrevistados 10 venezuelanos, metade escolhidos de maneira aleatória e a outra metade através de indicação dos próprios migrantes. O método empregado foi o "snowball", que consiste em uma técnica de amostragem em que são utilizadas redes de referência, o qual se mostra mais apropriado para pesquisas com assuntos mais privados e com grupos de difícil acesso (BOCKORNI; GOMES, 2021); à medida que as entrevistas se realizavam, os próprios participantes indicavam um novo integrante, dando formato, assim, à rede de contatos para a realização da pesquisa.

Essa pesquisa foi desenvolvida no município de Sidrolândia, interior de Mato Grosso do Sul; desse modo, considera-se pertinente fazer uma abordagem a respeito do município, da história referente à migração, além de esclarecer sobre os fluxos migratórios na cidade, nos últimos anos, principalmente da população venezuelana, que tem se tornado a maior população migrante presente no município⁴⁹.

O texto foi organizado em três subitens que dialogam entre si e apresentam uma discussão da temática, para melhor compreensão do leitor.

48 BRITO, Ádani Lopes. Resiliência e Consciência: um estudo sobre a língua como processo mediador para a inclusão/exclusão de migrantes e refugiados (Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, linha de pesquisa: Políticas Públicas, Cultura e Produções Sociais), 162 fls. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2022.

49 BRITO, 2022.

1. FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS PARA SIDROLÂNDIA/MS

A cidade de Sidrolândia fica localizada na parte central do estado de Mato Grosso do Sul, a 64 km da capital do estado, Campo Grande. Com uma população de 47.118, segundo o Censo 2022, a cidade foi inicialmente descoberta pelos bandeirantes, em meados do século XVII. A região do município passou a ser povoada somente após a chegada do sertanista mineiro Gabriel Francisco Lopes, que trouxe, posteriormente, sua família, para povoar a localidade que deu origem ao município, em 1942, após a chegada do senhor Vicente de Brito (IBGE, n. d.). O município, assim como outros espalhados pelo Brasil e o próprio estado, cresceu por meio da imigração, principalmente de estados do Sul do país, do Paraguai e da Bolívia.

A emancipação do local como município foi realizada por Sidrônio Antunes de Andrade⁵⁰, em 1953; a riqueza de Sidrolândia passa pelo agronegócio, que é responsável por um terço do PIB de R\$1,5 milhão de reais do município e pela indústria, destacando-se o abate e a fabricação de produtos de carne, as lojas de materiais de construção e o transporte rodoviário (CARAVELA, 2022).

As maiores indústrias presentes em Sidrolândia abrangem o ramo têxtil, com a Tip Top; o ramo alimentício, com o abate de animais como frango e boi, na JBS Seara e o Frigorífico Balbinos Agroindustrial, respectivamente, e o ramo do agronegócio, com três cooperativas: a Cooperativa Agroindustrial Lar, a Coamo Agroindustrial Cooperativa e a Cooperativa Agroindustrial Alfa - CooperAlfa.

50 Natural de Lages, Santa Catarina, Sidrônio casou-se com Catarina de Abreu, neta de Vicente de Brito. Como herança deixada pelo pai de sua esposa, o casal viveu na Fazenda São Bento até a morte dela, em 1926, quando decidiu por lotear parte da fazenda. O projeto somente se concretizou em 1942, quando vendeu os lotes, levando o povoado a se chamar Sidrolândia (IBGE, s.d.).

Na última década, o município foi o que mais se desenvolveu em todo o estado, com um crescimento populacional de 39,55%; desse crescimento, 2,67% ocorreu em 2020 e 2021. O acentuado desenvolvimento do município, nos últimos anos, é fruto da vinda de indústrias ligadas ao ramo do agronegócio, o que, segundo a atual secretária de governo do município gestão 2020-2024, gera uma grande expansão da construção civil e da geração de empregos. Em matéria do jornal JD1 notícias.com, essa secretária de governo expõe:

As empresas vêm se instalando aqui, a exemplo da Sertão que está chegando aqui esse ano, a Cooperativa Alfa virá para reforçar a área da suinocultura com unidade de processamento de leitão onde será feito os criadores. A JBS vai dobrar a produção de aviários e todo esse conjunto é algo que tem gerado expansão econômica (CHAVES 2021, p. 6).

O índice de recebimento de migrantes em Sidrolândia passou a crescer, em 2020, com a crescente vinda de Venezuelanos. A maioria desses migrantes chegou na cidade já com empregos garantidos em um dos frigoríficos; eram provenientes da fronteira norte do Brasil e interiorizados pela Operação Acolhida do Governo Federal⁵¹.

Em novembro do ano de 2020, um total de 23 famílias venezuelanas foram alocadas no município através da Operação Acolhida, ocasião em que houve uma grande mobilização da sociedade civil e de ONGs para levar auxílio a esses migrantes. Essa acolhida envolveu a doação de roupas, colchões, camas e alimentos, uma vez que a própria JBS, onde os migrantes iriam trabalhar, forneceu alojamento para 70 dias, no centro de exposições do município.

51

A Operação Acolhida é uma ação realizada pelo Governo Brasileiro, com apoio de organizações como a ACNUR, em prol da população venezuelana que adentra o território brasileiro. Desde 2018 eles operam por meio de vários tipos de ações como: Ordenamento de fronteira e documentação; Acolhimento e assistência humanitária; e a Interiorização, a qual é a principal ação realizada, e consiste em uma "estratégia que facilita, de forma gratuita e ordenada, a realocação voluntária de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas para outros municípios, com objetivo de inclusão socioeconômica e integração local" (UNHCR ACNUR, 2022, p. 6).

Famílias inteiras vieram para Sidrolândia atraídas por uma oportunidade de emprego com salário suficiente para se manterem aqui e ainda ter um saldo que pretendem enviar para Venezuela, onde alguns parentes mais idosos ainda estão (PAES, 2020, p. 3-4).

Em parte, a crescente vinda de migrantes para o município é motivada, exatamente, pelo significativo desenvolvimento da cidade, impulsionado pela vinda de novas indústrias, grande parte no setor frigorífico, o que aumenta a oferta de empregos na cidade, juntamente com o crescimento populacional de Sidrolândia.

No município, a recepção dos migrantes foi marcada pela solidariedade dos moradores da cidade, que se mobilizaram para auxiliar os migrantes com o que fosse preciso e o que a população se dispusesse a oferecer. Esse acolhimento se deu, tanto por parte das empresas que ofereceram empregos como pela sociedade civil de Sidrolândia⁵². Cabe destacar que foi, principalmente, realizado pelas ONGs da cidade, que se organizaram no processo de recepção aos migrantes. A ONG que mais expressividade tem, na cidade, com relação ao atendimento aos migrantes, é a da Instituição Musical e Cultural Leão de Judá⁵³, que atendeu, até o ano de 2022, 294 pessoas de 108 famílias e 9 nacionalidades, presentes no município (Tabela 1).

De acordo com um depoimento dessa instituição, fornecido à autora durante sua pesquisa de mestrado, a parceria com a sociedade civil vai muito além da oferta de empregos e acolhimento (BRITO, 2022). Com o auxílio da população eles conseguiram

52 Com relação ao acolhimento oferecido pela prefeitura de Sidrolândia, da mesma forma que em muitas outras cidades do Brasil, a assistência deveria ser ofertada por órgãos públicos ligados à governança municipal, por meio das Secretarias de Assistência Social, é escassa.

53 A Instituição Musical e Cultural Leão de Judá, foi criada inicialmente para o fomento da arte e cultura em Sidrolândia, porém, com o crescente fluxo de migrantes e refugiados que chegam ao município, suas atividades foram alocadas ao atendimento desta população, com a oferta de auxílio com empregos, moradia, alimentos, móveis, documentação, e quaisquer outras ações e necessidades as quais a população de migrantes e refugiados precise. Tais atuações são realizadas com o apoio de empresários e da sociedade, em todos os setores da economia.

mobiliário mais de 80 casas, com doações de móveis, colchões e alimentos através de parceria com mercados da cidade. A instituição transformou o salão da igreja em um grande ambiente acolhedor, onde os refugiados e migrantes podem pegar roupas, alimentos, verduras, legumes e outras doações.

Tabela 1 - Número de migrantes em Sidrolândia

Nacionalidade	Nº de Famílias	Nº de pessoas	%
Venezuelanos	65	142	48%
Paraguaios	19	84	28,5%
Japoneses	6	24	8,1%
Haitianos	7	22	7,4%
Bolivianos	3	7	2,3%
Peruanos	2	6	2%
Colombianos	3	4	1,3%
Egípcios	2	2	1%
Chineses	1	3	0,6%
TOTAL	108	294	100%

Fonte: Dados fornecidos pela Instituição Musical e Cultural Leão de Judá/2022.

Outro setor para o qual a Instituição presta auxílio aos migrantes é referente à documentação destes, já que são organizadas caravanas para Campo Grande para regularização de documentos, além de assessoramento nos trâmites de protocolos de pedidos de residência, de carteira de trabalho e até mesmo do “Revalida”.⁵⁴

Um pequeno auxílio financeiro da prefeitura, de R\$ 2.500,00, é ofertado à Instituição Musical Leão de Judá para que cubram alguns gastos, porém esse montante é insuficiente para a manutenção das

54 O Revalida subsidia o processo de revalidação dos diplomas de médicos que se formaram no exterior e querem atuar no Brasil. O exame é direcionado tanto aos estrangeiros formados em medicina fora do Brasil quanto aos brasileiros que se graduaram em outro país e querem exercer a profissão em sua terra natal (INEP, s.d., p. 1).

atividades, fazendo com que a instituição e seus parceiros necessitem buscar outras fontes de renda, trabalhando em outros lugares além da Instituição, para que consigam obter a receita necessária para dar apoio aos migrantes.

Em relação à assistência prestada pela prefeitura de Sidrolândia, são realizadas algumas ações, pelo governo municipal, em conjunto com os migrantes, na intenção de os apoiar, porém, por ser bastante burocrático para conseguir acesso aos serviços oferecidos, os migrantes acabam por buscar ajuda na sociedade civil. Assim, eles acabam por ter acesso somente àquilo que é prestado à população sidrolandense, sem que seja um auxílio específico à população migrante.

Atualmente a Gestão oferece os serviços dos CRAS, onde são disponibilizadas cesta básica alimentar, cesta verde, inclusão em projetos de geração de rendas. Para esse atendimento acontecer, os refugiados devem procurar a unidade onde será realizada uma avaliação técnica (SOUZA, 2021).

Em Sidrolândia, da mesma forma que em muitas outras cidades do Brasil, a assistência que deveria ser ofertada por órgãos públicos ligados à prefeitura, por meio das Secretarias de Assistência Social, é escassa. Portanto, para o desenvolvimento desta pesquisa recorreu-se à ONG Instituição Musical Leão de Judá, que realiza, como já mencionado, o trabalho voltado para os migrantes, com o objetivo de averiguar a quantidade de migrantes no município e observar como são realizados esses atendimentos.

Através do apoio de um abrigo em Pacaraima, Roraima, os membros da instituição presentes em Sidrolândia buscam realizar reuniões familiares. Os migrantes que vêm para o município já têm emprego; então, a ONG realiza outras ações que deem suporte, pelo menos por um ano, a cada família recebida, não apenas alocando

os indivíduos no mercado de trabalho, mas mantendo-os empregados, a fim de lutarem por sua própria autonomia como cidadãos na sociedade brasileira.

Ressalta-se que os poucos dias que as casas de passagem presentes nas cidades oferecem não são o suficiente para que o migrante organize toda a sua vida, alugue uma casa e consiga mobiliá-la para estabelecer-se com dignidade. Em Sidrolândia, a casa de passagem da Prefeitura recebe os migrantes somente por três dias, de forma que muitos buscam apoio na ONG para conseguirem um suporte que os ajude na integração e estabelecimento na cidade.

Aponte-se, também, que para essa problemática da residência temporária ocorre o apoio entre os próprios migrantes, que, em suas redes, isto é, com famílias que já são residentes na cidade e já têm suas casas, abrigam famílias que acabaram de chegar. A grande maioria precisa, em média, de um mês para conseguir alugar uma casa, recomeçar a vida e, assim, seguir rumo a novas conquistas.

A situação dos migrantes e refugiados em Sidrolândia, em relação a emprego e acolhimento, é diferente de outros lugares em que esses indivíduos vivem à margem, sem empregos, casa e não conseguem se manter com o dinheiro que recebem. Em Sidrolândia o cenário é outro, ainda que os órgãos governamentais não prestem o auxílio necessário à população migrante, a sociedade civil, em parceria com a iniciativa privada de empresários do município, presta esse tipo de assistência, que é de grande valia a essa população. Além do mais, a população sidrolandense viu, na recepção desses indivíduos, uma maneira de exercer a solidariedade e a parceria, e considera os migrantes que chegam em Sidrolândia aliados ao desenvolvimento da cidade.

2. MIGRANTES VENEZUELANOS EM SIDROLÂNDIA: PARTICIPANTES DA PESQUISA

Como já exposto na introdução deste capítulo de livro, a pesquisa foi realizada com migrantes residentes em Sidrolândia. A identidade dos participantes foi preservada conforme as diretrizes de éticas necessárias; assim, adotou-se, para referência a eles, nomes de praias venezuelanas (Tabela 2), uma vez que o país possui praias deslumbrantes com areias dos mares caribenhos e que a Venezuela dispõe de um litoral voltado para a América Central, com o Mar das Caraíbas banhando seu território.

A escolha dos participantes foi determinada pelo método "snowball"⁵⁵, por meio da rede de contatos fornecida por eles mesmos. Assim, os participantes Guacuco, Faro e Zaragoza foram escolhidos de maneira aleatória, encontrados em seus ambientes de trabalho pela pesquisadora. Tuja e Cuyagua são, respectivamente, tia de Faro e esposo de Zaragoza. Os participantes Parguito, Uricao foram indicados por Zaragoza, juntamente com Yaque, sua prima, Corralles, o marido dela e Monzanello, o filho.

Tabela 2 - Nomes adotados, sexo e idade

Nome do Migrante	Sexo	Idade
Corralles	Masc.	25 anos
Cuyagua	Masc.	37 anos
Faro	Masc.	22 anos
Guacuco	Fem.	21 anos
Monzanello	Masc.	17 anos

Nome do Migrante	Sexo	Idade
Parguito	Masc.	39 anos
Tuja	Fem.	39 anos
Uricao	Masc.	19 anos
Yaque	Fem.	35 anos
Zaragoza	Fem.	42 anos

Fonte: Tabela construída a partir de informações fornecidas pelos próprios participantes, com nomes estipulados pela pesquisadora. As informações de idade são referentes ao ano de 2022.

Pode-se observar, por meio da tabela, que tanto homens quanto mulheres participaram da pesquisa, mostrando as perspectivas de ambos os lados da migração, além de terem idades variadas, o que demonstra que a migração não tem distinção de sexo ou idade, sendo fatores externos que em sua maioria levam estes indivíduos a deixarem seus países de origem em busca de uma nova perspectiva de vida em outra nação⁵⁶.

Feita esta apresentação dos dados dos participantes desta pesquisa, prossegue-se com a exposição de alguns resultados obtidos durante a investigação e as falas dos próprios entrevistados venezuelanos.

2.1 TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS VENEZUELANAS PARA SIDROLÂNDIA - MATO GROSSO DO SUL

A trajetória de cada venezuelano é singular, na medida em que suas vivências expressam particularidades de si, mas plural, na medida em que representa um grupo de pessoas que perpassam os mesmos contextos de deslocamentos em busca da sobrevivência de si.

56 Para mais informações a respeito dos participantes desta pesquisa, consulte Brito (2022), constante nas referências.

A partir do momento em que se cruza a fronteira entre Brasil e Venezuela, por Pacaraima, no estado de Roraima, de onde alguns deles vão para outros estados, uns ficam por algum tempo, enquanto outros se deslocam para Boa Vista, capital do estado. Porém, para a maioria, o primeiro lugar para o qual são deslocados não é o seu destino final.

As mudanças, já dentro do Brasil, conforme observado durante as entrevistas e na pesquisa, ocorrem por motivos de trabalho, quando conseguem um serviço melhor, em outras localidades, por meio das organizações que auxiliam os migrantes que estão em Pacaraima ou em Boa Vista.

*Então, aí vim pro Brasil, aí eu **fiquei uma semana lá em Pacaraima, tentando tirar o meu documentação**, depois que fiquei lá uma semana e **fui dormir na rua**, para poder no outro dia tirar as, a minha documentação, aí depois saí de lá e fui pra Boa Vista, aí de Boa Vista, fiquei lá mais uns três meses... aí depois de três meses, é... tem um refúgio que ele se chama "Refúgio 343", não sei se você já escutou falar isso, mas ele tá aqui no Brasil, aí eles acharam uma vaga pra mim, pra mim sair de lá pra um abrigo para uma república lá em São Paulo. (Faro)*

Situação idêntica à do participante Faro foi evidenciada nos discursos de muitos refugiados, uma vez que eles necessitam iniciar a vida do zero, com documentações novas, enfrentam dificuldade para conseguir um emprego, entre outros entraves que surgem no caminho do migrante, os quais provocam insegurança e medo do que lhes espera no novo país. No entanto, com a ajuda de ONGs e Instituições que auxiliam pessoas migrantes, essas dificuldades são sobremaneira amenizadas, já que eles encontram apoio para a realização de atividades necessárias para o completo acolhimento e adaptação à nova vida em território brasileiro.

Contudo, nem todas as trajetórias são cercadas de aspectos bons e promissores; muitas vezes o caminho até chegar no destino final é muito mais longo. Este foi o caso de Guacuco, que passou por

muitos lugares até chegar em Sidrolândia. Essa mulher chegou ao país com apenas dezesseis anos e relata que passou por outras seis cidades, antes de chegar a Sidrolândia.

*Eu vim direto para Roraima, **fiquei um tempo, tudo “os lugar”** que eu tive foi rodando, rodando, várias cidades, mas a primeira cidade que eu “estive” foi Roraima, num abrigo até fazer minha maior idade. (Guacuco)*

Tais mudanças constantes de cidade expõe o migrante a muitos perigos, como o preconceito, a violência, além de lhes trazer mais incerteza da escolha feita por eles, de deixarem suas casas e famílias para trás e irem em busca de uma nova vida. Esse medo expresso nas falas de alguns dos entrevistados, presentes na dissertação, levam-nos a pensarem em voltar para a Venezuela, desistindo de tudo.

Outro fator que provoca essas constantes mudanças são melhores oportunidades de empregos em outras localidades, como é o caso de Tuja, que se mudou para Sidrolândia por causa de uma vaga em um frigorífico da cidade que fora oferecido ao seu marido.

***Yo havia pego uma vaga pela OIM para um frigorífico, em Lageado, esto acho que é para Rio Grande do Sul.** Pero la vaga calho, porque entrou el COVID, e no puedo viajar. Después fiquei todos os meses del COVID, después, quando saiu mais vaga, mi esposo chegou aqui. Tem um ano aqui já. (Tuja)*

Vale ressaltar que o Estado tem como característica o agonegocio, portanto, frigorificos e aviarios tem buscado mão de obra na população migrante, por se tratar de mão de obra barata que demanda inicio imediato de trabalho assalariado. Tais constatações evidenciam que ao migrante/refugiado é oferecido os subempregos. Os processos trabalhistas em frigorificos tem-se apresentado como um dos mais frequentes, na justiça do trabalho (GOMES, 2020). Portanto, salienta-se que, embora a população migrante no município de Sidrolândia tenha conseguido trabalho, é lhes ofertado um determinado lugar do subemprego, do trabalho mais

pesado, do trabalho mais insalubre, que, muitas vezes, não respeita seus direitos básicos.

A interiorização⁵⁷ é uma das formas bastante utilizadas pelos migrantes venezuelanos que chegam por Pacaraima. Essa foi a forma por meio da qual Monzanello encontrou sua mãe, Zaragoza. Ele, ainda menor de idade, na época da entrevista, bem como quando chegou ao Brasil, veio acompanhado por Yaque e Corralles.

*Mas depois eu **faço de todo o possível para trazer mio filho**, e graças a Deus meu filho já tá aqui comigo. (Zaragoza)*

***Saudade demais, três anos sem olhar a minha mãe** [Zaragoza], ruim, cara (Monzanello).*

O processo de interiorização promove muitos reencontros de familiares, mesmo sendo também bastante utilizado com outras finalidades⁵⁸. A reunião familiar tem grande valor, entre os refugiados, uma vez que as relações interpessoais são importantes para a retomada de suas vidas diante do processo de migração.

Essa relação interpessoal e o desejo de ficar próximo aos seus fez com que Parguito e Uricao, pai e filho, decidissem se reencontrar após nove meses afastados. Com o reencontro deles, as forças de ambos são retomadas para juntos construírem uma nova vida, em um novo país.

***Porque ele tava lá, aí eu falei para ele “filho, já tem muito tempo que a gente não se vê”** porque eu me vim de a lá, fazia um ano e pouco que gente não se via, só se comunicava por telefone.... E assim, graças a Deus pude trazer ele, e aqui tá com a gente, tamo junto. (Parguito)*

57 "Interiorização: estratégia que facilita, de forma gratuita e ordenada, a realocação voluntária de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas para outros municípios, com objetivo de inclusão socioeconômica e integração local... A interiorização está dividida em quatro modalidades, sendo elas (I) institucional; (II) reunificação familiar; (III) reunião social; e (IV) vaga de emprego sinalizada. O ACNUR apoia todas as modalidades e atua em todas as suas fases, seja antes da partida, durante a viagem e mesmo no destino final." (ACNUR, 2022, pp. 05, 09)

58 Ibidem.

Percebe-se, no depoimento de Parguito, a importância das relações interpessoais travadas entre os migrantes que aqui chegam, já que, como já citado, é nessas relações que muitos deles encontram forças para seguir em frente e não desistirem de ter uma vida digna, com a sua autonomia e independência recuperadas.

3. SIDROLÂNDIA COMO CIDADE DE ACOLHIDA E TRABALHO: POR QUE SIDROLÂNDIA?

A busca por um emprego que ofereça uma vida melhor leva milhares de migrantes a deixarem seus países para encontrarem uma nova vida; as cidades que estão em pleno desenvolvimento chamam mais a atenção deles, uma vez que esse progresso demanda pessoas para trabalharem nos mais diversos setores, não somente no ramo industrial, mas na iniciativa privada, com trabalhos autônomos, ou seja, em todos os setores da economia.

A empregabilidade em Sidrolândia vem crescendo a cada dia, trazida, principalmente, pelo amplo desenvolvimento do município, demonstrado pelo fato de ser a cidade do estado que mais cresceu nos últimos dez anos. A chegada de novas indústrias vem promovendo um progresso para o comércio e para o ramo imobiliário, já que, com mais emprego, é observável que mais pessoas estão mudando para a cidade, não somente migrantes internacionais, mas de outras cidades ou estados. Sendo assim, os migrantes que chegam em Sidrolândia conseguem facilmente empregos devido à grande necessidade de mão de obra para a demanda empregatícia nas indústrias existentes no município.

Dos entrevistados, somente um dos participantes estava desempregado, na época da realização das entrevistas; os demais

estavam todos empregados, nas mais diversas áreas em Sidrolândia, todos com seus salários, carteiras assinadas e direitos garantidos.

Muitos deles já chegaram ao município com empregos assegurados, como foi o caso de Parguito, que, por trabalhar de armador de ferro para a empresa a qual está construindo um abatedouro de suínos na cidade, veio com tudo garantido, inclusive moradia e transporte para o serviço.

A empresa veio fazer serviço aqui, então fica com la empresa alojado, porque quando a empresa faz... por exemplo a empresa faz um contrato à lá em Campo Grande, termina o serviço aqui, a gente vai com a empresa, acompanha a empresa até lá Campo Grande. (Parguito)

A segurança de chegar ao município com emprego e moradia garantidos traz tranquilidade para eles, ainda mais quando precisam enviar dinheiro para os familiares que ainda vivem na Venezuela, ou quando vêm para o país com filhos pequenos, em idade escolar. Assim, a garantia de que ao chegarem ao seu destino terão que se preocupar somente com a adaptação, já constitui uma grande ajuda aos migrantes.

A indicação para vagas de emprego é uma realidade, em Sidrolândia, até mesmo entre os munícipes. A recomendação para empregos se faz importante para aqueles que vêm de outros países, uma vez que terão maiores chances de dar certo em seus empregos. Cuyagua conseguiu sua vaga por meio da indicação de um pastor da cidade.

Porque eu meti currículo em muitos lugares, muitos lugares, que precisavam, só que não dava certo porque tudo era recomendado, tudo tem que ser encaminhado por outra pessoa. Aí ele deu ajuda para mim e eu fiz a entrevista com...com.. com el funcionario de C., e no outro dia, dia comecei trabalhar... non, perdão, no mesmo dia comecei a trabalhar, à tarde. (Cuyagua)

No entanto, essa prática acaba, muitas vezes, prejudicando aqueles que não possuem tais recomendações; foi o caso de Zaragoza, que ficou nove meses sem trabalhar, porque não conseguia arrumar

uma vaga, nem por meio das indicações. Desse modo, observa-se que, ainda que seja uma prática recorrente, esta não é a melhor maneira de se conseguir um emprego, já que é necessária a confiança de que o candidato à vaga não será um mal funcionário.

Eu segurei nove meses sem trabalhar, metia currículo em muitas partes e não dava trabalho para mim, porque aqui... é... dão conta que aqui você não entra em um trabalho se não tem recomendação de alguma pessoa, se você não é recomendada. (Zaragoza)

A problemática de não ter um emprego abarca outras dificuldades, haja vista que, somente com o salário de uma pessoa da família, fica difícil comprar comida, pagar o aluguel e as contas da casa, principalmente em uma família maior. Ainda que, na família, um dos adultos da casa esteja empregado, por vezes o salário deste não é suficiente para sustentar aquela que é mais numerosa.

Outro fator que atrai migrantes para Sidrolândia é o baixo custo de vida, além do fato de o município ser pequeno, o que o torna também um ambiente mais tranquilo e seguro para aqueles que acabam de chegar. Este foi o caso de Faro, que deixou São Paulo em busca de uma vida melhor, ao lado da tia. Trata-se de dois casos em que a indicação para o trabalho foi bem sucedida, já que ele fora indicado pelo vizinho, e sua tia, por ele mesmo, após uns meses de trabalho em um restaurante da cidade.

Agora pra quando vim para cá, para Sidrolândia, foi um pouco assim, fiquei mais ou menos uns dois meses, que eu cheguei em maio, e eu achei o emprego em julho, que foi em el B., por causa de um vizinho. (Faro)

Quando eu fui para a entrevista ele me disse, "Ah, tia, tenho uma entrevista para que você trabalhe", eu fui para lá pra comprar, porque ele havia recomendado, pero tinha medo, "ai yo no comprendo, no falo muito e assim, na cozinha?" e ele disse "ah, vá lá mi tia!". Aí quando cheguei lá me recebeu a Dona F., me fez a entrevista, e disse "Ah, mas aqui você vai aprender"; aí no outro dia, yo fui a trabalhar. (Tuja)

Essas relações que se consolidam tanto entre os migrantes quanto com os munícipes são de grande valia, principalmente quando se fala em empregos. Mesmo a prática da indicação para vagas de trabalho ser condenada por alguns e ter seus aspectos desfavoráveis, é uma forma que os migrantes encontram de conseguir um serviço e trazer mais confiança tanto para eles quanto para seus empregadores.

As relações consolidadas entre o migrante com outros indivíduos, na sociedade que o recebe, constituem um caminho de melhoria não somente de um indivíduo, mas dos que o rodeiam, uma vez que com essas conexões o migrante constrói uma rede de apoio para si e para outros migrantes, os quais podem se apoiar para começarem a reconstruir suas vidas na nova nação. Os depoimentos demonstram a importância dessas relações tanto sociais quanto de trabalho, para os migrantes, já que é no serviço onde eles mais passarão seu tempo.

*Pessoal del escritório da C., muito bem, gosta muito de... de... ficar com pessoa migrante, aí estão em dois africanos, dois paraguaio, dois venezuelano, gostam de muito de serviço de nós, e... **pessoal assim, parceiro, assim, de... de nossa turma de serviço, haviam uns que non gostavam.** (Cuyagua)*

Tal diversidade em seus trabalhos traz confiança ao migrante, uma vez que, tendo outros indivíduos de fora do país, a sua cultura se mantém viva, bem como o idioma, os quais são importantes para que esse indivíduo não deixe de ser quem era em seu país, mas que se torne um novo indivíduo; o processo de interiorização do mundo exterior o modifica, ou seja, ele é o mesmo, porém, com outras vivências.

*Bueno, minha experiência foi muito boa, porque lá a gente fazia, como meu irmão tava trabalhando nessa firma, hoje a gente chega lá, "oxi, Parguito, outro Parguito aqui de a la de Venezuela, e aí como a sua vida vai?" **muito bom, muito legal, um ambiente de trabalho muito, muito, muito bom.** (Parguito)*

Os depoimentos de Cuyagua e Parguito, demonstram a importância das relações de trabalho para a total integração do migrante na sociedade; é nesse ambiente que ele mais irá conviver com indivíduos nacionais e se aprofundar, na cultura, língua e ideologias da sociedade que o recebeu, e vice-versa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas trajetórias dos participantes da pesquisa até chegarem em Sidrolândia, foi possível perceber que as relações interpessoais mais íntimas e próximas estão presentes - Guacuco com seu marido, a mudança de Faro para perto de Tuja, sua tia, o reencontro de Monzanello com sua mãe, bem como o de Uricao e Parguito, pai e filho, que, depois de um tempo, sonham com uma vida nova juntos, em Sidrolândia. Entre populações migrantes/refugiados é comum que as redes de parentesco e/ou de amizade da mesma nacionalidade se formem: os que estão há mais tempo no país se colocam à disposição para ajudar os que estão chegando, fornecendo, assim, apoio e colaborando para a inserção do migrante recém chegado, repassando informações, singularidades culturais e colaborando para que estes encontrem emprego e local para morar.

Tais questões do mundo material influenciam no processo de interiorização que os envolve; nesse processo são exteriorizados os sentimentos, tais como o de frustração, angústia e alegria com as pessoas com as quais convivem, auxiliando, como mencionado, a compreender, ou seja, interiorizar a condição na qual o migrante se encontra, tendo em vista que por meio desse processo ele passa a viver aquela realidade apreendida e interiorizada.

Percebe-se que a força para seguirem em frente e lutarem por uma nova vida vem das relações que mantêm entre eles, com seus familiares, amigos e pessoas de seus caminhos diários, as

materialidades da vida cotidiana as quais influenciam, impactam a vida desses sujeitos e se tornam canal para essa nova vida no Brasil.

No que diz respeito ao trabalho, de maneira geral não é problema para os migrantes que chegam em Sidrolândia, já que, como referido, as oportunidades de emprego na cidade são grandes, devido ao amplo desenvolvimento e progresso do município. Essa significativa oferta de emprego atrai migrantes, porque eles sabem que ali eles terão oportunidades de alavancarem sua vida e obterem melhoria dela.

Uma característica importante em Sidrolândia, que constitui fator de atração das pessoas, é a proximidade com a capital do estado, Campo Grande; além disso, o contexto de cidade pequena, na qual tudo pode ser resolvido de bicicleta, caracteriza um lugar pacato, tranquilo e sem muito movimento nos bairros mais afastados do centro. Esse ambiente de grande prosperidade, desenvolvimento e tranquilidade torna-se extremamente propício para construir uma nova vida, levando em conta as dificuldades encontradas no caminho de migrantes e refugiados que chegam a cada dia no Brasil.

No caso dos migrantes venezuelanos participantes desta pesquisa e de migrantes advindos de países em crise, a migração não é única e exclusivamente para uma melhora na vida, mas constitui uma questão de sobrevivência, ainda mais quando advindos de locais que enfrentam crises socioeconômicas, como as vivenciadas na Venezuela. Esses migrantes fazem parte de um determinado grupo social já desfavorecido, em seu país de origem, e acabam por chegar ao Brasil e não verem grandes mudanças, a não ser a possibilidade de sobrevivência.

Mesmo que o acolhimento prestado a esses indivíduos, em Sidrolândia, ofertado pela sociedade civil tenha sido de grande valia, ao chegarem no Brasil se deparam com uma recepção, de alguma maneira já problematizada, uma vez que não existem políticas públicas de acolhimento efetivas e eficazes vindas do Estado em si, que deveria ser o primeiro a lhes prestar auxílio.

A falta dessas políticas de acolhimento ao migrante tem sido um dos maiores entraves para a eficácia da recepção dos indivíduos que chegam à cidade, que, por vezes, deparam-se com o despreparo da sociedade envolvente, que não compreende a situação que esses indivíduos enfrentam, não conhecem suas trajetórias e dificuldades, muito menos os motivos que os levaram a deixar seus países e virem ao encontro do desconhecido.

Os migrantes que chegam a Sidrolândia encontram uma rede de apoio mais estruturada, no entanto, em outras localidades não têm esse trabalho de acolhimento ao migrante, como é demonstrado em alguns depoimentos colhidos durante a pesquisa⁵⁹. Desse modo, nem sempre o migrante tem a sorte de chegar em uma cidade cuja população é mais acolhedora e disposta a prestar auxílio. Portanto, é de extrema urgência que haja mais atenção dos órgãos governamentais, não somente municipais, mas estaduais e nacional, com políticas de acolhimento a esse migrante, em sua totalidade; que através delas ele possa reconstruir sua vida, sem medo de sofrer novamente com a migração forçada que a cada dia aumenta em países como a Venezuela.

Assim, o que se necessita, acima de qualquer outra ação, é lutar por políticas públicas de qualidade, eficientes e eficazes, para que, desse modo, o migrante seja acolhido de maneira humana e correta, sem atravessamentos da exclusão, preconceito, xenofobia. É somente por meio desse tipo de luta pela classe migrante, e com ela, que se alcançará uma inclusão mais justa, uma inclusão na sociedade como um todo, não em um determinado espaço ao qual apenas determinadas pessoas têm acesso.

Por fim, considera-se que essa luta não é somente do migrante que aqui chega, mas de toda uma população que deve buscar a melhoria da sociedade como um todo, vivendo em harmonia com o próximo, com o diferente e com o igual, tendo em vista que ninguém tem plena noção do que poderá acontecer no futuro.

REFERÊNCIAS

BRITTO, Ádani Lopes. **Resiliência e Consciência**: um estudo sobre a língua como processo mediador para a inclusão/exclusão de migrantes e refugiados. 2022. 162fls. Dissertação (mestrado em Psicologia), Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. 2022.

CARAVELA. **Dados Estatísticos**. Sidrolândia, MS, 2022. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/sidrol%C3%A2ndia---ms>. Acesso em: 4 jul. 2022.

CHAVES, Sarah. **Sidrolândia é a cidade que mais cresce em MS**. JD1 Notícias.com, 2021. Disponível em: <https://www.jd1noticias.com/geral/sidrolandia-e-a-cidade-que-mais-cresce-em-ms/93080/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sidrolândia. História & Fotos**, s.d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/sidrolandia/historico>. Acesso em: 4 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sidrolândia. Panorama**, s.d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/sidrolandia/panorama>. Acesso em: 20 jul. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida)**, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/revalida>. Acesso em: 12 set. 2022.

PAES, Flávio. **Refugiados venezuelanos que chegaram há 10 dias, já estão trabalhando e alugam casas**. REGIÃO NEWS, 2020. Disponível em: <https://www.regiaonews.com.br/sidrolandia-15-08-2020/refugiados-venezuelanos-que-chegarem-ha-10-dias-ja-estao-trabalhando-e-alugam-casas>. Acesso em: 4 jul. 2022.

SOUZA, Karina. **Área Social da Prefeitura de Sidrolândia se reuniu com venezuelanas**. PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA, 2021. Disponível em: <https://www.sidrolandia.ms.gov.br/noticias/assistencia-social/area-social-da-prefeitura-de-sidrolandia-se-reuniu-com-venezuelanas>. Acesso em: 04 de julho de 2022.

UNHCR ACNUR, (2022). **Interiorização**. ACNUR Brasil. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/temas-especificos/interiorizacao/>. Acesso em: 21 jul. 2022.

11

Elis Moura Marques

Tatiana Machiavelli Carmo Souza

Mulheres migrantes venezuelanas no Brasil:

uma perspectiva interseccional
acerca das violências contra
mulheres e das políticas públicas
de enfrentamento

UMA BREVE INTRODUÇÃO

*"Te pido perdón em nombre del
ogro que olió tu carne
Del mentor que aspiro tu alegría
Del malhechor que
quebranto tus barrotes
Del inmoral que se aprovechó
Sin importar las veces, que dijiste NO".
Eileen Rada (Poetiza Venezuelana)*

O presente texto tem como objetivo discutir sobre as violências contra mulheres venezuelanas enfrentadas em seus processos migratórios para o Brasil, a partir de uma leitura de epistemologia feminista interseccional. Além disso, vislumbrou-se problematizar como o Estado Brasileiro vem respondendo ao fenômeno da violência contra mulheres venezuelanas, já intensamente discutido pelo movimento feminista no Brasil no que se refere às mulheres brasileiras, porém limitadamente aprofundado em relação às experiências das mulheres venezuelanas no país. Para tanto, utilizou-se como método de estudo um levantamento bibliográfico e documental exploratório, sendo consultado os materiais produzidos pelas principais organizações humanitárias e agências das Organizações das Nações Unidas (ONU) que trabalham atualmente com a temática da migração, bem como os dados produzidos pelo governo brasileiro.

A migração venezuelana consiste no maior deslocamento da América Latina recente. Até o final de 2022, já se somaram mais de 7 milhões de pessoas que migraram para fora do país. A Venezuela vivencia uma crise política, econômica e social, que produziu o enfraquecimento do Estado e repercutiu em suas possibilidades de prover as condições básicas para a população venezuelana. O país hoje enfrenta a insegurança alimentar e o acesso reduzido a serviços de saúde e medicamentos. O Brasil tornou-se o quinto destino migratório da América Latina e Caribe, apesar das barreiras linguística em

comparação a outros países como a Colômbia - principal destino migratório. O estado brasileiro conta com um sistema de seguridade social universal que permite o usufruto de pessoas de outros países aos serviços de saúde, educação e assistência social de forma gratuita (R4V, 2023).

As mulheres correspondem a aproximadamente 52% das pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas no mundo, segundo a Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V, 2023). O Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) aponta que a entrada de mulheres nas fronteiras brasileiras vem crescendo de forma exponencial e, conforme descrevem Tonhati e Pereda (2021), apesar de as haitianas serem responsáveis pelo início do processo de feminização das migrações, foram as venezuelanas que avolumaram e concretizaram o aumento de mulheres que migraram para o Brasil. As autoras reafirmam ainda que nos últimos anos houve um crescimento na migração de mulheres solteiras, o que abre espaço para novas percepções sobre o fenômeno migratório venezuelano e de como as mulheres organizam suas dinâmicas e estratégias de mobilidade.

As literaturas sobre migrações internacionais já vêm discutindo a importância de uma leitura situada sobre como as relações de gênero operam em contextos migratórios. As determinações acerca das pessoas que migrarão, como ocorrerão os deslocamentos para novos destinos e até quais serão as localidades de deslocamento almejadas relacionam-se especificamente com dinâmicas das relações de gênero. Questões relacionadas a proteção e seguranças das mulheres e dos membros familiares com condições especiais, como crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiências, são precisamente considerados nos movimentos migratórios tendo em conta que historicamente as mulheres são as responsáveis pelos cuidados dos membros familiares (Boyd, Grieco, 2003; Peres, Baeninger, 2013).

Compreende-se o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, operado a partir de condições sócio-históricas de cada tempo, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e utilizado como forma primária de dar significado às relações de poder através da oposição binária universal (SCOTT, 1995). Nessa oposição binária fixa, são construídas performances de gênero que reproduzem estruturas sociais hierárquicas de desigualdade, naturalizando as condições de opressão vivenciadas pelas mulheres (BUTLER, 2003). Apesar da importância de visibilizar as experiências de submissão enfrentadas pelas mulheres, o movimento feminista, em especial o movimento feminista negro, vem problematizando a homogeneização da categoria mulheres, que invisibiliza os processos de opressão e as violências praticadas contra as mulheres racializadas e empobrecidas (hooks, 2019).

As estruturas de opressão social são engendradas a partir do encontro entre diferentes marcadores sociais, que acabam por produzir condições de desigualdades específicas para alguns grupos sociais, como as mulheres. A interseccionalidade consiste em uma ferramenta de análise que permite compreender como diferentes categorias sociais interagem e operam, tais como gênero, classe, raça/etnia, sexualidade, nacionalidade/territorialidade etc. (Collings, Bilge, 2020). Conforme aponta Souza (2019), as mulheres venezuelanas vêm ocupando um lugar importante na pirâmide das desigualdades de gênero no Brasil, considerando que processos históricos de opressão, dominação e exclusão social imputados às mulheres são especificamente agudizados na experiência das mulheres venezuelanas. Portanto, o encontro entre diferentes marcadores sociais, como ser mulher, migrante, originária da Venezuela, racializada, empobrecida, acaba por vulnerabilizar essas mulheres, expondo-as a diferentes condições de subalternidade, como as situações de violência.

1. AS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES VENEZUELANAS NO BRASIL

As desigualdades produzidas nas relações de gênero fomentam a violência como estratégia de manutenção das relações de poder. Como destaca Saffioti (2015), “A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais” (p. 71). Sendo assim, as desigualdades de gênero não são dadas a priori nas relações entre homens e mulheres, mas construídas socialmente amparadas em premissas políticas, sociais e culturais de cada época, alicerçadas no patriarcado e historicamente naturalizadas.

Ainda como destaca a autora, “É óbvio que a sociedade considera normal e natural que homens maltratem suas mulheres, assim como que pais e mães maltratem seus filhos, ratificando, deste modo, a pedagogia da violência” (SAFFIOTI, 2015, p. 74). A violência como prática instituída em sociedades patriarcais corresponde a formas de concretização das relações de dominação, seja através da violência familiar contra crianças e adolescentes ou na violência perpetrada em relações amorosas, na qual os homens são majoritariamente os autores.

Essas relações violentas de dominação/submissão podem ser visualizadas nos dados produzidos em 2022 pela Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Segundo o relatório, no primeiro semestre de 2022 em média 4 mulheres foram vítimas de feminicídio por dia, sendo que mais de 80% dos autores foram os parceiros ou ex-parceiros. Destaca-se ainda que a região norte teve o maior crescimento no número de feminicídios no primeiro semestre do último quadriênio, chegando a uma elevação de 75% e que Roraima, em comparação ao primeiro semestre de 2021 e 2022, teve um aumento de mais de 50% no número de casos de estupro de mulheres e meninas (FBSP, 2022).

Roraima concentra o maior percentual de pessoas de nacionalidade venezuelana no Brasil, em virtude de sua localização geográfica fronteiriça, portanto, presume-se que parte das vítimas e sobreviventes de violência contra mulheres na região sejam venezuelanas, considerando que “As desigualdades se aprofundam em entrecruzamentos interseccionais e se convertem em exclusão, injustiça e violência” (MOREIRA, SOUZA, 2022, p. 370). Verifica-se que os dados atualmente produzidos pelo Estado Brasileiro sobre violência contra mulheres não destrincham as informações por nacionalidade, homogeneizando a categoria mulheres, como se todas as mulheres vítimas e sobreviventes no país fossem de nacionalidade brasileira, impossibilitando a compreensão do real cenário de violência contra mulheres venezuelanas no Brasil.

Para contribuir com dados sobre a situação da violência contra mulheres venezuelanas, o Fundo de Populações da Nações Unidas (UNFPA) conduziu uma pesquisa em 2020, a fim de produzir dados quantitativos sobre a violência baseada em gênero (VBG) que afeta as mulheres nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, capital e cidade fronteiriça com a Venezuela no estado de Roraima. Foram entrevistadas mulheres brasileiras e venezuelanas com o intuito de gerar resultados que pudessem complementar os dados oficiais no estado e, ainda, conhecer a situação das mulheres venezuelanas na fronteira, de modo a identificar sua vulnerabilidade ao tráfico e exploração sexual. O documento produzido destacou que as mulheres venezuelanas estão particularmente em risco.

É alta a prevalência geral de violência baseada em gênero entre as mulheres de Boa Vista e Pacaraima, mas a situação é mais complexa e mais grave entre as venezuelanas abrigadas e que vivem em situação de rua. Trata-se de resultado sugestivo de que a violência baseada em gênero compõe o conjunto de vulnerabilidades acumuladas por essas mulheres em suas trajetórias e que, inclusive no contexto migratório, as posiciona em desvantagem haja vista a maior precariedade de seu contexto à época

da entrevista. A violência de gênero vivida no contexto de múltiplas vulnerabilidades, como o vivido pelas venezuelanas em Roraima, pode ser agravada, afetando sua saúde física e emocional, interferindo no contexto em que vivem e na dinâmica familiar, e no limite, levando-a à morte. Além disso, funciona como obstáculo para o acesso a direitos e serviços (UNFPA, 2020, p. 33).

Evidencia-se que as mulheres venezuelanas também não consistem em uma categoria homogênea e que outros marcadores sociais presentes na experiência dessas mulheres podem expô-las ainda mais a situações de violência, além de dificultar o acesso a rede de proteção social. Nesse sentido, as mulheres indígenas venezuelanas enfrentam desafios adicionais para buscar assistência em caso de violência, que envolve desde a barreira linguística à organização social e cultural de seus grupos étnicos. A violência do deslocamento forçado e das condições de vida atuais dos povos originários de nacionalidade venezuelana no Brasil, como as/os Warao⁶⁰, vêm produzindo o adoecimento desses grupos, potencializando casos de violência contra mulheres. Como destacado em levantamento produzido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR),

60 Os Warao, Pemón, Eñepa, Kariña são os principais grupos migrantes e refugiados indígenas originários da Venezuela atualmente no Brasil. Os Warao, povo indígena venezuelano em maior concentração no país, realizavam tradicionalmente atividades de subsistência como a pesca e a coleta, e se localizavam principalmente em margens fluviais, marítimas e zonas úmidas (pântanos, manguezais, florestas inundáveis). É um povo com uma expressão étnica heterogênea, que varia conforme a localização geográfica originária de cada grupo, determinando a alimentação tradicional (por exemplo, pesca de rio ou do mar, a possibilidade do exercício da agricultura, os alimentos disponíveis na região etc.), e a expressão da linguagem como apenas oral, ou oral e escrita. Os Warao são considerados o grupo humano mais antigo da Venezuela, habitando o delta do rio Orinoco a pelo menos 8 mil anos, e que vivenciaram um processo migratório anterior a migração internacional. Em virtude da mineração e da expansão agrícola que atingiu o ecossistema da região habitada pelos Warao entre as décadas de 1960 e 1980, esse grupo foi progressivamente migrando para outras regiões da Venezuelana, em especial para os centros urbanos. Atualmente, realizam outro grande processo migratório, agora atravessando as fronteiras internacionais, enfrentando outros desafios como seu reconhecimento legal como povo originário indígena nos países de destino. Para saber mais, ler "Os Warao no Brasil: contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes" (ACNUR, 2021).

As mulheres relatam que a violência de gênero e a agressividade, bem como o uso problemático de álcool, não são comportamentos usuais entre os Warao, sendo pouco comuns na Venezuela, e dizem que eles estariam se acentuando no Brasil. Além disso, em algumas situações que envolvem o acolhimento institucional de mulheres vítimas de violência de gênero, permanece, entre os indígenas, o entendimento de que a mulher foi detida, como se ela estivesse sendo punida pela agressão sofrida, em lugar do agressor, resultando na criminalização da vítima (ACNUR, 2021, p. 50).

As mulheres indígenas venezuelanas, para além de enfrentarem a violência perpetrada pelos seus companheiros, ainda encaram os desafios de acessar serviços de saúde e assistência social que não dispõem das condições necessárias para acolhê-las respeitando os modos de organização social e cultural de seu povo. O uso de bebida alcoólica compõe a experiência tradicional das comunidades Warao, realizado especialmente em contextos ritualísticos e celebrativos. No entanto, as bebidas consumidas tradicionalmente possuem outras origens como a fermentação rudimentar de frutas e raízes, além de gradações alcoólicas diferenciadas em virtude do processo de produção. No contexto atual, o uso abusivo vem sendo levantado como uma questão de saúde pública, compreendendo que se configura como uma demanda de saúde mental. Conforme destaca OIM (2020),

Outro tema a ser enfrentado é o da violência, muitas vezes relacionado ao alcoolismo. O alcoolismo é registrado em vários relatos, sobretudo dos gestores dos abrigos, mas em geral tratado como motivo de exclusão ou expulsão destes espaços. É urgente que o uso abusivo de álcool e outras drogas seja visto como uma questão de saúde pública diretamente relacionada com características culturais e sociais, e não apenas algo a ser reprimido. É necessário incluir o tema tanto no trabalho feito com as mulheres como nas ações de prevenção e combate das equipes especializadas. Nesse sentido, o cuidado da saúde dos povos indígenas precisa integrar a saúde mental e o uso abusivo de substâncias (OIM, 2020, p. 97).

O uso abusivo de bebidas alcoólicas também foi destacado no levantamento produzido pelo UNFPA (2020) como motivação de atos de violência contra mulheres venezuelanas não indígenas. Porém, salienta-se que a cosmovisão do povo Warao na compreensão do processo de saúde e adoecimento se diferencia da percepção de pessoas não indígenas, e que os novos contextos de vida dificultam ainda mais o estabelecimento de estratégias tradicionais de produção de saúde⁶¹. Sendo assim, a partir dos dados relatados, reafirma-se a necessidade de se avançar em políticas públicas que respondam adequadamente as demandas atuais frente a diversidade de mulheres que vivem no Brasil.

Compreendendo as lacunas de informações ainda existentes sobre a situação das mulheres e meninas venezuelanas, e no intuito de produzir dados quantitativos e qualitativos sobre a situação da violência contra venezuelanas, a Queen's University, com o apoio da Organização Internacional para as Migrações (OIM) produziu um estudo que contou com o acolhimento de quase 10 mil relatos no Brasil, Equador e Peru, sendo 48% das entrevistas realizadas no Estado Brasileiro. Apesar dos dados do estudo já terem sido apresentados para a rede intersetorial em Roraima que atua na resposta a migração venezuelana no Brasil, ele ainda não se encontra disponível para o acesso da comunidade em geral (OIM, 2022)⁶². No entanto, a situação de vulnerabilidade em que se encontram as mulheres venezuelanas já foram reportadas em outros documentos produzidos pela Queen's University,

Durante a migração forçada, as mulheres/meninas venezuelanas também enfrentam vulnerabilidades adicionais de gênero como violências do parceiro íntimo, agressão sexual, e casamento/uniões precoces, bem como a exploração sexual, sexo por sobrevivência, sexo transacional e

61 Para mais informações sobre os processos de adoecimento e cura na cosmovisão do povo Warao, ler "Saúde: diálogo intercultural entre diferentes saberes médicos" (ACNUR, 2021).

62 A primeira autora teve acesso ao documento em um encontro da rede intersetorial que atua com migração e refúgio em Roraima.

tráfico de pessoas. Os relatos de violência baseada em gênero (VBG) na ALC [América Latina e Caribe], aumentaram monumentalmente durante a COVID-19, sendo 50 por cento de aumento no número de denúncias de VBG entre as refugiadas/migrantes na Colômbia e 65 por cento de aumento nos feminicídios na Venezuela (QUEEN'S UNIVERSITY, 2023, p. 12) [tradução livre]⁶³.

Ter um direito violado sendo uma pessoa migrante produz vulnerabilidades específicas, como por exemplo o receio em buscar assistência, motivado pelo medo de deportação em virtude de situações migratórias irregulares. Diversos casos de violência psicológica e patrimonial contra mulheres venezuelanas foram identificados pela primeira autora do texto, que atuou como trabalhadora humanitária entre 2020 e 2022 em Roraima. Nos referidos casos, os companheiros das mulheres venezuelanas retinham a documentação das parceiras ou dificultavam o processo de regularização migratória, impedindo-as de romper com as relações violentas. Em um dos casos acompanhados, uma adolescente de 15 anos, mãe de um bebê com menos de um ano, relatou as dificuldades enfrentadas em seu processo de regularização migratória, pois seu companheiro detinha sua documentação e a responsabilidade legal por sua guarda, e a impedia de regularizar sua situação no Brasil para mantê-la dependente de sua autorização.

É importante ressaltar que as condições socioeconômicas também se relacionam com as possibilidades de ruptura com situações de violência (CARRIJO, MARTINS, 2020). Ainda, processos migratórios são atravessados por dimensões de classe em suas diferentes fases, como por exemplo as condições materiais de acesso

63 During forced migration, Venezuelan women/girls also face additional gendered vulnerabilities such as intimate partner violence, sexual assault, and early marriage/unions, as well as sexual exploitation, survival sex, transactional sex, and human trafficking. Reports of gender-based violence (GBV) in LAC monumentally increased during COVID-19, with a 50 per cent increase in the number of GBV complaints among refugees/migrants in Colombia and a 65 per cent increase in femicides in Venezuela.

a determinado destino migratório e as possibilidades de acessar o mercado de trabalho a partir da escolaridade e formação profissional. Nesse sentido, as mulheres venezuelanas encontram-se majoritariamente em situações socioeconômica desprivilegiada no Brasil, sobretudo em relação ao acesso a moradia. Em Roraima, por exemplo, conforme levantamento produzido pela Cáritas Brasileira (2022)⁶⁴, pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas vivem em sua maioria em condições de abrigo temporário, ocupações espontâneas e em aluguéis precarizados. Sendo assim, a (in)disposição de acesso a moradia imputa às mulheres a manutenção de relações violentas e dificulta a ruptura com esse sistema de opressão.

Além disso, na tentativa de atenuar e naturalizar as violências contra mulheres, principalmente em condições de abrigo temporário e ocupações espontâneas, são reproduzidos discursos, sejam de moradoras/es ou trabalhadoras/es humanitárias/os, de compadecimento com a situação do autor de violência, considerando que a denúncia produziria uma possível expulsão, relegando-os a condição de rua. Há uma aliança historicamente e socialmente instituída de proteção dos homens, em que alguns contextos se sobrepõem à mobilização de proteção das mulheres, inclusive em condições de violência. Ainda, a ausência de rede de suporte familiar e comunitária também produz repercussões na gestão da situação de violência, que envolve desde o acesso ao apoio financeiro e material até o suporte emergencial como o acesso a moradia temporária em caso de risco eminente.

Conforme já destacado pela literatura, as violências de gênero que atravessam as experiências das mulheres no acesso ao mercado de trabalho, nas condições laborais e na remuneração justa do exercício profissional se agudizam nas vivências das mulheres venezuelanas no Brasil (MARQUES, SOUZA, 2022; LIRA, LAGO, LIRA, 2019; PEÇANHA, ROSABOLI, FERNANDES, 2018). O acesso

a condições de vida material, em especial quando há a presença de filhos/as, imputa às mulheres venezuelanas uma resignação compulsória aos atos de violência para sobreviverem a experiência migratória e garantir a sobrevivência de seus membros familiares. Portanto, a construção de políticas públicas necessita alcançar as experiências das mulheres venezuelanas no Brasil, tanto no que se refere a proteção adequada em casos de violência, mas sobretudo na promoção de condições e possibilidades de uma vida justa e digna para que seja possível romper com relações violentas.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E A RESPOSTA DO ESTADO BRASILEIRO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES VENEZUELANAS

A construção de políticas públicas perpassa a identificação e o reconhecimento da necessidade de se prover respostas a um fenômeno social. O conjunto de ações promovido pelo Estado surge, principalmente, através da mobilização da sociedade civil e têm como objetivo responder as demandas da população de forma estruturada e contextualizada. As desigualdades de gênero presentes nas experiências de vida das mulheres vêm sendo reconhecidas e denunciadas pelo movimento feminista há décadas, possibilitando o levantamento de importantes discussões e avanços. Essas desigualdades implicam em impactos específicos na vida das mulheres, produzindo limitações e impedimentos no livre exercício de suas cidadanias, sobretudo ao restringir suas experiências a vida privada, limitando-as em suas atuações na vida pública (BIROLI, 2014).

As violências de gênero circunscritas nos espaços da vida pública surgem a partir desses eixos de desigualdades estruturais, atravessados por outros marcadores sociais, e expressos nas

violências políticas, no assédio no espaço de trabalho, nas assimetrias salariais pautadas no gênero etc. Ainda, essas desigualdades operam especialmente na dimensão da vida privada das mulheres, através da naturalização dos papéis sociais de gênero, imputando a elas o exercício exclusivo das atividades domésticas e dos cuidados com os filhos. Ademais, produzem impedimentos no acesso das mulheres ao exercício da vida pública ou determinando o seu acesso a espaços restritos.

Considerando essas condições socialmente imposta às mulheres, as políticas públicas surgem como estratégias de enfrentamento das desigualdades produzidas na vida social, como apontam Viganò e Laffin (2019), “Tais relações de subalternidade, discriminação, opressão e violências, fundamentaram a criação de políticas de ações afirmativas para as mulheres” (p. 09). Sendo assim, a partir dessas configurações das relações sociais, faz-se imprescindível a implementação de políticas que vislumbrem o enfrentamento das desigualdades estruturais impostas a todos os grupos sociais oprimidos, excluídos e marginalizados, como as mulheres em suas heterogeneidades. Nesse sentido, Rodrigues (2005) relembra a importância dos movimentos sociais na defesa dos direitos das mulheres, em especial os movimentos feministas,

Com o processo de democratização no país, os movimentos feministas e de mulheres conquistaram uma interlocução com o Governo dando início outra fase, a de reconhecimento do Estado de que as discriminações e desigualdades nas relações de gênero constituem umas questões para ser enfrentada por meio da legislação e de políticas públicas (RODRIGUES, 2005, p. 30).

Reconhece-se os importantes avanços das políticas públicas mobilizadas a partir do tensionamento produzido pelos movimentos feministas frente ao Estado no que compete ao respeito do livre exercício da cidadania das mulheres. A Lei do Divórcio (nº. 6.515/1977), por exemplo, repercutiu positivamente em relação aos casos de violência doméstica.

A promulgação da Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) e da Lei do Feminicídio (nº 13.104/2015) são importantes marcos históricos de avanços das políticas públicas para atender às necessidades específicas das mulheres, ao assegurar maior proteção as mulheres vítimas e sobreviventes de violência. E, ainda, o recente sancionamento na Lei da Laqueadura (nº 14.443/2022) conferiu maior autonomia das mulheres sobre seus direitos sexuais e reprodutivos.

Contudo, considerando as complexas configurações das relações sociais nas quais as desigualdades são agudizadas pelos movimentos produzidos a partir dos processos da globalização, conduzidos por regimes políticos e econômicos (ultra)neoliberais, as políticas públicas precisam acompanhar as novas condições de vida instituídas, tais como os movimentos migratórios internacionais. Conforme destaca Hirata (2010), "o gênero é um organizador chave da globalização neoliberal (p.5)", dessa forma, as relações de gênero são produzidas a partir dessas novas configurações sociais, alicerçadas nas estruturas de desigualdade das relações entre homens e mulheres provenientes da lógica patriarcal, no encontro com as condições de vida material fruto das disparidades econômicas, tecnológicas e sociais. As formas de violências são produzidas a partir desse cenário: se intensifica na intersecção dos marcadores sociais que orientam as relações de dominação, como já apontado anteriormente sobre as vulnerabilidades às violências às quais estão sujeitas as mulheres venezuelanas (UNFPA, 2020; QUEEN'S UNIVERSITY, 2023).

Estudo conduzido por Peçanha, Rosaboli e Fernandes (2018) discutiu os desafios de proteção enfrentados diante da necessidade de políticas públicas interseccionais para mulheres venezuelanas em Roraima. Nessa oportunidade, as autoras alertaram para como as estruturas hegemônicas enviesam a construção de políticas públicas, acabando por não alcançar as demandas específicas das mulheres venezuelanas no Brasil,

...compreende-se que, assim como as formulações hegemônicas, norteadas por concepções eurocêntricas, não são capazes de analisar as estruturas sociais multidimensionais e complexas, não as compreendendo históricas e culturais e constituída por experiências, os parâmetros utilizados para a elaboração de políticas públicas também ficam limitados a experiências universais e totalizantes (PEÇANHA, ROSABOLI, FERNANDES, 2018, p. 93).

No que compete aos avanços das políticas públicas para pessoas migrantes e refugiadas no Brasil, destaca-se a Lei de Migração nº 13.445/2017 (BRASIL, 2017). Essa política pública assegura direitos já previstos na própria Constituição Federal e em outras legislações como a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (nº 8.742/1993) e a Lei do Sistema Único de Saúde – SUS (nº 8.080/1990), e reitera o compromisso de combater a xenofobia e a discriminação. A Lei de Migração consiste em um marco no tocante as questões migratórias no Brasil, superando as premissas dispostas no Estatuto do Estrangeiro (nº 6.815/1980), herança do regime militar que compreendia os processos migratórios como questão de segurança nacional, portanto, provendo restrições de direitos. Com a promulgação da Lei de Migração, foram reconhecidas as diferentes formas, estratégias e motivações da migração, como o refúgio e a apatridia. Nesse sentido, foi flexibilizado o processo de regularização migratória, prevista a acolhida humanitária, assegurada a proteção de pessoas em situação de refúgio e apatridia e consolidada novas estratégias de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Além disso, um importante marco garantido pela lei foi o direito a manifestação política, ação essencial para a conquista de políticas públicas que verdadeiramente representem as necessidades das pessoas migrantes no Brasil.

Destaca-se ainda o momento histórico da instituição do Grupo de Trabalho, através da Portaria MJSP nº 290 publicada em 23 de janeiro de 2023, que conduzirá a construção da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (BRASIL, 2023). Com fins de regulamentação da política, os trabalhos contarão com a

participação popular e de diferentes atrizes e atores que atuam e se interessam pela pauta migratória, e serão divididos em eixos que contemplam a regularização migratória, integração local, promoção e proteção de direitos como o combate à xenofobia e ao racismo, a participação social e as relações internacionais e interculturais (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2023).

Apesar das diferentes políticas públicas para mulheres previstas em ações, programas e legislações específicas, e das leis que asseguram os direitos das pessoas migrantes e refugiadas no Brasil, as mulheres venezuelanas não estão sendo suficientemente alcançadas. Nesse sentido, para debater sobre as demandas específicas das mulheres migrantes e refugiadas venezuelanas no Brasil, o UNFPA promoveu em março de 2023 o II Encontro de Mulheres Refugiadas e Migrantes do Norte. O encontro aconteceu em Boa Vista e contou com a participação de 70 mulheres que apresentaram a representantes das esferas municipais, estaduais e federais suas principais demandas e propostas de políticas públicas (UNFPA, 2023).

As participantes deram destaque especial para a impossibilidade de acessar serviços públicos como direito a presença de intérpretes e tradutores, além da ausência de sinalizações bilíngues nos serviços públicos essenciais. A demanda também foi identificada na experiência profissional da primeira autora do texto ao acompanhar mulheres sobreviventes de violência a serviços de proteção social como a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher- DEAM, hospitais e serviços periciais como o Instituto Médico Legal - IML. Em 2020, apenas a DEAM visitada contava com uma pessoa que atuava de forma voluntária na tradução das oitivas em horários específicos do dia, nesse sentido dependendo do horário de acesso ao serviço, as pessoas de interesse ficavam desassistidas no que se refere a comunicação na língua materna.

Destaca-se ainda como demandas identificadas pelas mulheres venezuelanas a necessidade de se avançar em questões

relacionadas ao reconhecimento e validação de diplomas, e a implementação de sistemas de cotas para facilitar o processo de integração social. Conforme já destacado anteriormente, o acesso a condições socioeconômicas está intimamente relacionado com as possibilidades das mulheres de romper com relações violentas. Identificar o lugar de assujeitamento imputado às mulheres venezuelanas em seus processos migratórios é reconhecer que “[...] as diversas ordens de desigualdades atravessam-se, afetando-se mutuamente e agravando a despotencialização dos sujeitos, uma vez que deixam de sentirem-se ativos e capazes coletivamente de agir para a transformação social e subjetiva” (MOREIRA, SOUZA, 2022, p. 366).

A partir das demandas apresentadas pelas próprias mulheres venezuelanas, é possível visualizar as condições impostas durante o acolhimento delas em casos envolvendo situações de violência. Após enfrentarem as dificuldades que atravessam seus processos migratórios, como migrantes, mas especialmente como mulheres migrantes, ainda enfrentam novos desafios quando chegam ao Brasil. O país ainda não dispõe de condições adequadas para acolhê-las em situações que envolvem as diferentes formas de violência contra mulheres. E, ainda, a autonomia socioeconômica, imprescindível para o rompimento de ciclos de violência, especialmente de pessoas em processos migratórios por disporem de uma reduzida rede de apoio, mantém-se sendo um desafio adicional as mulheres venezuelanas no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de produzir reflexões sobre as violências contra mulheres venezuelanas no Brasil e sobre como o Estado Brasileiro vem se posicionando frente a essa demanda, identificam-se dificuldades no reconhecimento das condições específicas das mulheres venezuelanas no país, produzindo respostas insuficientes as demandas

emergentes no cenário social atual. A reduzida produção de dados quantitativos e qualitativos sobre a violência contra mulheres venezuelanas, no Brasil, dificulta que o governo reconheça esse fenômeno em suas especificidades.

A construção da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia necessita prever como dever e responsabilidade do Estado a produção de informações sobre as condições específicas das mulheres venezuelanas no país, bem como de outros grupos migrantes socialmente excluídos e vulnerabilizados. A construção de ações assertivas às necessidades da população requer desde a participação social que possibilita o reconhecimento das demandas à produção de documentos que assegurem respostas ao que for reclamado pelas pessoas interessadas.

Barreiras linguísticas, capacitações profissionais escassas para as pessoas que atuam nos espaços de proteção social, ausência de rede de apoio familiar local e presencial, além das condições socioeconômicas limitadas vulnerabilizam as mulheres venezuelanas e potencializam a manutenção de relações violentas. Reconhecer as necessidades específicas das mulheres indígenas venezuelanas no Brasil é comprometer-se com uma postura interseccional que não admite a categoria política “mulheres” como homogênea.

Adotar uma postura política, feminista e socialmente implicada frente ao movimento migratório venezuelano para o Brasil, sobretudo considerando a experiência específica das mulheres, é assegurar que processos de opressão/dominação/exclusão não sejam escamoteados e, ainda, que os processos de resistência e emancipação sejam visibilizados. O processo de transformação social pressupõe a identificação dos eixos de subordinação, mas também a construção de ferramentas que promovam a emancipação social de grupos historicamente e estrategicamente invisibilizados e excluídos socialmente.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Os Warao no Brasil:** Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes. Brasília, 2021.

BIROLI, Flávio. O público e o privado. *In:* Miguel, L. F.; Birolli, F. **Feminismo e política:** uma introdução. São Paulo: Editora Boitempo, 2014. p. 31-46.

BRASIL. **Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977.** Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980,** revogada pela Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de migração.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1999.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de Migração. Diário Oficial, Brasília, 25 maio 2017. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria MJSP nº 290, de 23 de janeiro de 2023**. Institui Grupo de Trabalho voltado para o estabelecimento da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, bem como revisão do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. Diário Oficial, Brasília, 23 de janeiro de 2023. Seção 1.

BRASIL. **Lei nº 14.443, de 2 de setembro de 2022**. Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para determinar prazo para oferecimento de métodos e técnicas contraceptivas e disciplinar condições para esterilização no âmbito do planejamento familiar.

BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. Women and Migration: Incorporating gender into international migration theory. **The online journal of the migration policy institute**, 2003.

BUTLER, Judith. **Problema de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRIJO, Christiane; MARTINS, Paloma Afonso. A violência doméstica e racismo contra mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 2, p. e60721, 2020.

CARITAS BRASILEIRA. **População em Situação de Rua e População Migrante no município de Boa Vista/RR: um diagnóstico para a formulação e implementação de políticas públicas**. Boa Vista, 2022.

COLLINGS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). **Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022**. Brasília, 2022.

FUNDO DE POPULAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). **Violência de gênero, nacionalidade e raça/etnia em duas cidades de Roraima**. Brasília, 2020.

FUNDO DE POPULAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). **Em Roraima, refugiadas e migrantes apresentam demandas de políticas públicas a governos**. Boa Vista, 29 de março de 2023. Disponível em: UNFPA Brasil | Em Roraima, refugiadas e migrantes apresentam demandas de políticas públicas a governos

HIRATA, Helena. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 6, n. 11, p. 1-7, 2010.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista - da margem ao centro**. Perspectiva, 2019.

LIRA, Rosângela Araújo Viana.; LAGO, Matheus Bezerra de Moura; LIRA, Fernanda Isabel Araújo Viana. Feminização das migrações: A dignidade da mulher venezuelana, migrante e refugiada, e o papel das políticas públicas. **Cadernos do CEAS**: Revista crítica de humanidades, [S.l.], n. 247, p. 322-340, 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Queen's University e OIM apresentam dados de pesquisa sobre violência baseada no gênero com venezuelanas**. Brasília, 04 de agosto de 2022. Disponível em: Queen's University e OIM apresentam dados de pesquisa sobre | OIM Brasil (iom.int)

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Soluções duradouras para indígenas migrantes e refugiados no contexto do fluxo venezuelano no Brasil**. Brasília, 2020.

PERES, Roberta G.; BAENINGER, Rosana. Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 Anais Eletrônicos**, 2013.

PEÇANHA, Carolina Becker; ROSABOLI, Karen Carvalho.; FERNANDES, Maria Eduarda De'Carli Santos Moury. Mulheres Venezuelanas no Estado de Roraima: Desafios de Proteção Diante da Necessidade de Políticas Públicas Interseccionais. **Publicatio UEPG Ciências Sociais Aplicadas**, v. 26, n.1, p. 89-96, 2018.

Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V). **Painel de Informações Sociais de Refugiados e Migrantes Venezuelanos**. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/brazil>. Acesso em: 01 mar. 2023.

Queen's University. **Horizons: forced migration**. Department of Family Medicine, Global Health Program Magazine, v. 1, 2023.

RODRIGUES, Almira. Lugar de mulher é na política: um desafio para o século XIX. *In*: SWAIN, T. N.; MUNIZ, D. C. G. (Org.). **Mulheres em ação**: práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOUZA, Martha Júlia Martins. Mulheres migrantes em região de fronteira: narrativas, opressão e sobrevivência. *In*: Ribeiro, M. D. A.; Silva, J. S.; Nascimento, G.; Santana, G. S. (Org.). **Diálogos Fronteiriços: linguagens em perspectivas**. (pp.48-60). Editora Itacaiúnas, 2019.

MARQUES, Elis Moura; SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo. Desigualdades socioeconômicas enfrentadas por mulheres migrantes e refugiadas venezuelanas no Brasil. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 6, n. 12, p. 52-67, 2022.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Portal da Imigração. Informações Gerais do Grupo de Trabalho: Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia. 07 de março de 2023. Disponível em: Informações Gerais do Grupo de Trabalho - Portal de Imigração (mj.gov.br).

MOREIRA, Maria Ignes. C.; SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo. Reflexões sobre as relações de gênero à luz da psicologia socio-histórica. *In*: MOREIRA, M. I. C.; SOUZA, S. M. G. (Org.). **Psicologia Socio-Histórica: bases epistemológicas, categorias fundamentais e intervenções psicossociais**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2022.

TONHATI, Tânia; PEREDA, Lorena. A feminização das migrações no Brasil: A inserção laboral das mulheres imigrantes (2011-2020). *In*: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. (Org.), **Relatório Anual 2021 - 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil** (pp. 155-183), 2021.

VIGANO, Samira de Moraes Maia; LAFFIN, Maria Hermínia Lajes Fernandes. Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero. **História (São Paulo)**, v. 38, p. e2019054, 2019.

12

Fátima Taha Sihame

**Questões identitárias
de mulheres muçulmanas:
breve reflexão**

INTRODUÇÃO

De acordo com o Centro de Divulgação do Islam para a América Latina⁶⁵, os migrantes muçulmanos residentes no Brasil já ultrapassam a marca de um milhão de pessoas. Osman (2019) afirma que havia, em 2010, no Brasil, cerca de 40 mil muçulmanos migrantes; todavia, atualmente, a Organización Islámica para América Latina y el Caribe estima em 1,5 milhões de muçulmanos migrantes no Brasil⁶⁶. Aponta-se que as maiores comunidades se concentram nas regiões do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás.

A religião islâmica ainda é pouco conhecida pela população brasileira, cuja predominância religiosa se concentra na vertente cristã. Entretanto, é importante destacar que o islamismo, ainda que com os mesmos pressupostos, possui diversas vertentes que respondem às formas culturais de cada região, que abrangem expressão de fé religiosa, concepção mais fundamentalista que imprime modos de vida e conduta condizentes com preceitos literalmente calcados no alcorão, e, ainda, decorrente da evolução do mundo contemporâneo.

Por sua vez, a condição das mulheres que professam o islamismo e residem em países do ocidente é um dos assuntos mais discutidos, pois, se por um lado essa condição implica bases culturais e religiosas construídas na sociedade muçulmana, por outro implica pensar a mulher muçulmana inserida em uma cultura ocidental, o que leva a refletir sobre as relações sociais dessas mulheres

65 O Centro de Divulgação do Islã para a América Latina é uma instituição, em São Bernardo do Campo-SP, que tem o objetivo de divulgar e condensar a comunidade muçulmana brasileira. Visite-se <https://cdial.org.br/conheca-o-centro-de-divulgacao-do-islam-para-america-latina/>. Islã é religião que se ergue sobre a base da fé islâmica, civilizações que têm o islamismo como religião dominante.

66 "Según estadísticas, el número de Musulmanes en América Latina supera los seis millones, existiendo como simple ejemplo, en la República Argentina alrededor de 700.000 y en el Brasil algo más de 1.500.000". (http://www.islamamerica.org.ar/organizacion/musulmanes_latinoamerica.html).

travadas em seu cotidiano e as questões subjetivas, que impactam diretamente na construção da sua identidade como sujeito social.

Desse modo, é importante destacar que os olhares sempre perpassam diversas vertentes que se cruzam de forma contraditória nas construções identitárias das sociedades ocidental e oriental, como formas culturais e religiosas diversas, mas que dialogam entre si, na sociedade contemporânea, por impulsionamento dos deslocamentos humanos da atualidade.

Este estudo apresenta resultados parciais da pesquisa⁶⁷ realizada com mulheres muçulmanas residentes no Brasil, cujo objetivo foi analisar relações sociais e as implicações no campo da subjetividade das mulheres que professam o islamismo e que moram no país. Desse modo, buscou-se compreender as construções identitárias e as diferenças culturais e religiosas de mulheres muçulmanas residentes em um país ocidental.

Para a consecução dessa pesquisa, tomou-se, como ponto de partida, a revisão bibliográfica sobre a temática, utilizando-se como descritores as palavras “mulheres muçulmanas”, “migrações muçulmanas”, “islamismo”, “cultura islâmica”, “cultura e identidade”. Em seguida, procedeu-se a uma pesquisa de campo⁶⁸ instrumentalizada por entrevistas semiestruturadas, das quais participaram cinco mulheres muçulmanas que possuíam idades entre 25 a 40 anos, residentes em diferentes estados brasileiros.

Apresentam-se, então, aqui, resultados parciais dessa pesquisa centrada nas temáticas cultura, religião e identidade de mulheres muçulmanas no Brasil. O estudo está organizado em três subitens que se entrelaçam e dizem respeito à cultura, aos modos de vida, à religião e à identidade das mulheres participantes da pesquisa.

67 SIHAME, F. **Entre faces e véus: afeto, cultura e identidade no cotidiano de mulheres muçulmanas no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande/MS, 2022.

68 A pesquisa obteve parecer positivo do Comitê de Ética.

1. CULTURA, RELIGIÃO E IDENTIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MULHERES MUÇUMANAS

Para se discutir acerca das questões que envolvem cultura e identidade muçulmana, é sempre importante, em primeiro lugar, partir da própria religião islâmica, já que esta delimita aspectos significativos na constituição dos sujeitos. Desse modo, pode-se evidenciar que a cultura e a religião islâmica possuem grande influência na construção da identidade da mulher muçulmana, ainda que o papel dela tenha mudado significativamente ao longo da história.

Compreende-se, como identidade, a construção dinâmica da consciência de si, através das relações subjetivas, das comunicações, da linguagem e das experiências sociais, e a cultura como um conjunto de significados que dão sentido a uma sociedade. A cultura, portanto, tem grande impacto na construção identitária de qualquer pessoa.

Ao se mencionar a religião muçumana, destaca-se a sua heterogeneidade, pois é uma religião professada por muitas comunidades e indivíduos que vivem em diferentes regiões, de origens socioeconômicas, linguísticas diversas, pertencentes a também diversas etnias, portanto, possuem entendimentos e práticas diferenciadas. Apesar dessas diferenças, os muçulmanos mantêm um compromisso com sua fé compartilhada como seguidores do Islã e se esforçam continuamente para manter sua identidade, cultura e costumes, conforme vivenciado por cada comunidade.

Há uma grande diversidade de interpretações em relação à mulher no Islã, questão que se tem tornado bastante controversa devido à sua complexidade. Para entendê-la, devem ser levados em consideração diversos pontos, desde a leitura que se faz da própria religião, ou seja, as diferentes interpretações do Alcorão, e das linhas religiosas que os diversos segmentos societários muçulmanos

adotam. Assim, não se pretende, nesta breve discussão, apresentar todas as suas vertentes, mas apenas discutir como a religião e a cultura são aspectos fundamentais para compreender a questão da mulher muçulmana que reside em um país ocidental como o Brasil.

Embora as mulheres muçulmanas sejam mencionadas diversas vezes, no Alcorão, em situação de igualdade social com os homens, sabe-se que, historicamente, elas não foram assim tratadas. A questão da desigualdade de gênero deve ser levada em conta, nessas discussões.

Durante muito tempo, e ainda hoje, em algumas regiões islâmicas, as mulheres foram consideradas “moedas de trocas”, sem direito, opinião e nem escolha de seu próprio destino. Atualmente o Islã trouxe leis que representam um avanço, todavia, de fato, ainda existem posturas fundamentalistas que acentuam normas e preceitos conservadores em relação às mulheres, denotando concepções arcaicas ou radicais, nas formas de expressão e práticas dos preceitos religiosos. De outro lado, existem correntes religiosas libertárias, que apresentam a religião de modo compatível com as mudanças societárias do mundo contemporâneo.

De fato, apesar dos ideais de igualdade contidos no Alcorão, algumas sociedades muçulmanas não os respeitam, interpretando o texto religioso à maneira dos tempos e costumes sociais em que se inserem, comprometendo, assim, os direitos femininos previstos no texto de referência. Dessa forma, as mulheres muçulmanas, por força das práticas sociais de cada época, acabaram sendo colocadas em uma posição inferiorizada, sendo muitas vezes lesadas no decorrer da história, a partir do momento em que os seus direitos foram negados (LIMA, 2016, p. 19).

Para o Islã, é importante considerar que a questão de gênero nas comunidades muçulmanas é um assunto bastante complexo e “[...] hoje encontra-se no meio de uma disputa política e ideológica fortíssima” (CASTRO, 2008, p. 3). Assim, a depender de como se

observam as questões religiosas, a mulher pode ser mais visível em relação ao homem, ou mais invisibilizada.

A família e a comunidade, na religião islâmica, são de fundamental importância e possuem grande influência nos modos de ser, agir e de se comportar de seus núcleos familiares, sejam homens ou mulheres.

De acordo com a conduta religiosa islâmica, as mulheres não podem orar, jejuar ou tocar o Alcorão durante o período de menstruação ou de pós-parto, por serem consideradas "impuras" nesses períodos. Também as mulheres grávidas ou em período de amamentação estão isentas do jejum durante o Ramadã. Devem estar separadas dos homens durante as orações realizadas na Mesquita.

O trabalho feminino fora de casa ainda pode ser visto com muito preconceito, tendo em vista que essa prática é relacionada ao estereótipo de que o lugar da mulher é no ambiente doméstico, e não na vida pública. Desse modo, é bastante comum, no Brasil, que às mulheres muçulmanas seja designado trabalhar em comércio familiar e empenhar-se nos negócios da família.

Procurar compreender a questão da mulher muçulmana significa, sobretudo, compreender sua cultura, sua religiosidade, e buscar desmitificar estereótipos pré-estabelecidos na constituição da sociedade atual.

2. O USO DO *HIYAB* E AS QUESTÕES IDENTITÁRIAS

Uma das questões mais ressaltadas, com relação à mulher, no islamismo, refere-se à forma como ela se veste. Sobre a questão do estilo das roupas, o Alcorão não é específico, mas sabe-se que em

alguns países islâmicos o *hiyab* (lenço utilizado na cabeça) é obrigatório, ainda que, a rigor, essa peça do vestuário seja opcional.

O *hijabe* ou *hijab* (*hiyab*) tem como significado, em árabe, “cobertura”, “esconder dos olhares”. A vestimenta feminina na cultura muçulmana torna-se importante, na medida em que, define o papel da mulher nessa sociedade. Para a cultura de fé islâmica, o vestuário permite a privacidade, a modéstia e a moralidade.

O véu, ou algum tipo de cobertura de cabeça para uma mulher, é anterior ao islamismo. Os antigos gregos, os judeus e os primeiros cristãos, inclusive, adotavam véus e lenços sobre a cabeça como parte do vestuário feminino. Em algumas sociedades antigas, ele é símbolo de status: apenas escravas e prostitutas tinham as cabeças desnudas (GEHRKE-WHITE, 2006, p. 35).

A vestimenta feminina é utilizada pela maioria das mulheres muçulmanas que vivem em países muçulmanos e pode ser de uso obrigatório para certas regiões ou não, a depender da escola de pensamento islâmico. O véu pode somente cobrir a cabeça ou, ainda, ser uma vestimenta que cobre o corpo inteiro da mulher.

Em países e regiões em que a obrigatoriedade da utilização da vestimenta feminina é rigorosa, as mulheres podem ser, de alguma forma, punidas pelo não uso ou uso de forma indevida, tendo em vista que se trata de situações vinculadas à questão da honra, com base na qual elas podem ser julgadas ou mesmo vítimas de “crimes de honra”, como o caso que aconteceu recentemente no Irã.⁶⁹

69

Mahsa Amini era uma mulher de 22 anos que foi presa pela polícia da moralidade na capital Teerã em 13 de setembro de 2022, por, supostamente, ter violado as regras rígidas do Irã, que exigem que as mulheres cubram os cabelos com um *hijab* (tipo de véu islâmico). Ela estava utilizando o véu, mas consideraram que o fazia de forma inadequada. Houve relatos de que os policiais bateram na cabeça dela com um cassetete, o que pode ter provocado a sua morte. A polícia iraniana afirma que ela sofreu um ataque cardíaco. Esse fato veio a desencadear uma onda de protestos das mulheres no Irã.

Atualmente, o *hijab* ou *hiyab* (*hiyab*) é obrigatório na Arábia Saudita e na República Islâmica do Irã, entre outros países e regiões muçulmanas. Contraditoriamente, no mundo ocidental alguns países discutem o uso ou não do *hijab*; alguns chegaram a proibir o seu uso, fazendo da vestimenta uma questão bastante controversa e importante, no que tange a qualquer discussão voltada para a mulher muçulmana.

Conforme Dutra, Pereira e Irschlinger (2019), existem diferentes interpretações sobre o uso do véu dentro da própria religião, razão por que há diferentes tipos de véus (*burca*, *niqab*, *chador* e *hiyab*) (cf. Figura 1), que possuem diferentes significados para as muçulmanas que os usam. Por exemplo, em contextos minoritários como no Brasil, ele pode significar resistência e orgulho. Em alguns contextos, o uso do véu está ligado à diferenciação entre espaço público e privado; como o primeiro é considerado restrito aos homens, as mulheres devem andar cobertas.

Por sua vez, o véu, para as convertidas⁷⁰, confere representatividade, pertencimento e identificação, visto que elas não nasceram muçulmanas. Um outro significado é a dignidade da mulher e a preservação da imagem da mulher muçulmana perante o público, pois, no islamismo, a mulher deve se mostrar somente para o marido; desse modo, o véu favorece a manutenção dessas crenças.

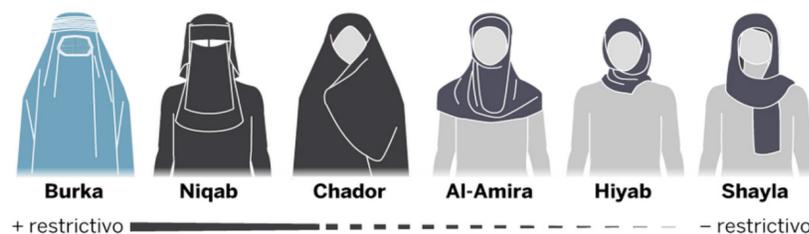
Para efeito de melhor compreensão, a Figura 1 ilustra os diferentes tipos de véu.

70

Pessoas de outros países e religiões que assumem o islamismo como religião.

Figura 1: Tipos de véus islâmicos

Tipos de velo islâmico



EL PAÍS

Fonte: *Burca árabe* - Bing, 2022.

A *burca* é feita em formato retangular, em preto ou azul, e cobre todo o corpo da mulher - os olhos ficam escondidos atrás de uma rede; foi tornada obrigatória no Afeganistão pelo governo talibã. O *niqab* é um tipo de burca cujo comprimento vai até a cintura, cobrindo todo o rosto, deixando apenas os olhos à vista, muito usado na Arábia Saudita. O *chador* é um véu que cobre todo o corpo, deixando apenas o rosto à mostra. Não possui fechamento, por isso pode ser segurado ou fechado com as mãos, com os dentes ou estar preso na cintura; é feito com tecido semicircular. *Al-Amira* é composto por duas peças - uma touca e um lenço - e é muito usado atualmente pelas mulheres muçulmanas de todo o mundo. O *hiyab* esconde o cabelo, orelhas e pescoço, podendo o rosto ficar exposto, usado com uma túnica ou um casaco impermeável. A *shayla* é como o *hiyab*, uma versão mais moderna e alternativa, para mulheres que não se sentem confortáveis sem o véu.

O uso do véu, nos países do ocidente que professam as religiões cristãs, agrega também os julgamentos baseados, na maioria das vezes, em pensamentos xenofóbicos, uma vez que, no senso comum, essa religião está ligada apenas aos migrantes. Ocorre, inclusive, a problemática em torno da proibição do uso do véu islâmico em certas instituições, ferindo, assim, a crença de algumas mulheres, bem como seu direito de escolha e de representação. Acrescente-se que

crianças, jovens e mulheres utilizam o *hijab*, o mais requisitado principalmente quando as mulheres entram na puberdade.

Contudo, o uso do *hijab* tem sido um assunto de discussão bastante complexo, pois, se por um lado as mulheres são impelidas a utilizá-lo por causa dos preceitos e normas assinalados pelo islamismo, impostos ou não, por outro há um estranhamento vindo de países de origem cristã, com relação à utilização das vestimentas islâmicas femininas, principalmente daquelas em que o corpo da mulher é coberto.

No Brasil não é diferente, pois é um país no qual o corpo da mulher sempre foi assunto muito discutido. Questões como a utilização do véu trazem à tona temas diversos os quais podem remeter a questões morais, éticas e de gênero, que viabilizaria um trabalho que abordasse estritamente essa questão, pois ela envolve singularidades importantes a serem discutidas.

As mulheres muçulmanas no Brasil utilizam, majoritariamente, os tipos de lenço *al-amira* e o *hijab*, que cobrem apenas a cabeça da mulher e/ou parte do ombro, mas não significa que elas não utilizem os outros tipos de vestimentas.

Montenegro (2000) apresenta alguns relatos de muçulmanas e brasileiras convertidas, coletados por diversos pesquisadores e apresentados por esse autor para discutir e explicitar essa reflexão. Os contextos vivenciados pelas mulheres relevam particularidades e o modo como são vistas, ao trajarem o véu, uma vez que no Brasil constituem uma minoria invisibilizada em sua cultura.

Há muito tempo atrás me lembro que estava passeando no centro de Lages com uma amiga muçulmana e uma mulher gritou do carro: 'freiras do diabo', creio que deve ter sido uma evangélica, muitos deles têm 'horror' dos muçulmanos (MARQUES, 2000, p. 136).

A colocação da autora revela que o uso do véu "*hiyab*" provoca um tipo de "repulsão"; pelo fato de não se tratar de uma vestimenta habitualmente utilizada no Brasil, instigam situações de discriminação e olhares preconceituosos. Montenegro (2000) considera que o véu pode ser fator discriminatório, quando visto por lentes enviesadas provocadas por concepções que denotam pouco conhecimento sobre a vestimenta e sobre a religião islâmica.

- a) o véu seria interpretado à luz dos costumes ou religiosidades locais, muitas vezes em detrimento de sua identificação com a religião islâmica;
- b) o véu seria percebido como símbolo da opressão feminina, com diferentes consequências para convertidas e muçulmanas "de nascimento";
- c) a vestimenta islâmica seria entendida como um traço cultural estrangeiro, isto é, não pertencente à "identidade cultural brasileira"; e
- d) por fim, o véu seria tido como símbolo de uma religião que apregoa o fanatismo e o terrorismo (Montenegro, 2000, p. 78).

Apesar da grande atenção que a religião islâmica vem recebendo da mídia (ainda que não da forma desejada pelos muçulmanos), alguns brasileiros desconhecem o *hijab* e o que ele representa, exatamente por não conhecerem e não terem proximidade com a religião islâmica.

O antropólogo francês Stéphane Malysse (2002) expõe acerca da visão brasileira sobre o corpo e a vestimenta feminina, e faz a seguinte comparação: "Enquanto na França, a produção da aparência pessoal continua centrada essencialmente na própria roupa, no Brasil é o corpo que parece estar no centro das estratégias do vestir" (Malysse, 2002, p. 110). Para esse autor,

No Brasil as formas femininas não são escondidas pelo efeito de camuflagem dos *tailleurs*, dos sobretudos ou dos cortes amplos, mas pelo contrário, são realçadas. As mulheres vestem saias e calças de cintura baixa, valorizando assim quadris e nádegas, colocando-os em relevo, em cena: [...]. No Rio, as roupas são usadas, sobretudo para valorizar as formas do corpo feminino, para exibi-las [...] (MALYSSE, 2002, p. 113).

Essas questões provenientes de uma perspectiva da sociedade ocidental podem gerar choques e conflitos culturais em relação, por exemplo, a uma mulher que se apresente com uma vestimenta islâmica; no Brasil, ela é pouco reconhecida, é invisibilizada, embora se saiba que a migração de povos provenientes das regiões que professam o islamismo remonta ao século XIX e XX.

Atualmente, contudo, percebe-se que a questão vem sendo mais notada. Espínola (2005), por exemplo, constatou que o discurso sobre o véu como símbolo de submissão e opressão não passa despercebido pelas muçulmanas migrantes residentes atualmente no Brasil. Essa autora cita que palestinas residentes em Florianópolis confirmam a necessidade do véu para evitar transgressões, mas não o interpretam como um símbolo da opressão masculina.

Segundo a antropóloga, “[...] invertem o sentido, apropriando-se do uso do véu que, ao esconder a mulher dos olhares dos outros, desvela a mulher para o olhar do seu marido, despertando o desejo e a sensualidade” (Espínola, 2005, p. 212).

Para Read (2002), o véu antecede a própria religião islâmica, mas, ainda assim, costuma ser visto como um símbolo universal da opressão feminina dentro dessa cultura religiosa patriarcal específica, e acrescenta: “[...] tal crença advém do *status* relativamente subordinado das mulheres no Oriente Médio, em termos de nível educacional e participação no mercado de trabalho” (READ, 2002, p. 232). A mesma autora considera que as relações de gênero entre minorias muçulmanas no Ocidente variam consideravelmente,

sendo possível observar casos em que mulheres chegam a trajar o véu, contra a vontade de seus pais e maridos.

Ferreira (2013, p. 190) expõe com bastante clareza sobre os sentidos - a que ele chama de dimensões - referentes ao véu:

[...] o hijab apresenta três dimensões: a primeira é visual, ocultar algo da visão. A origem do verbo árabe hajaba é a mesma que a do verbo to hide. A segunda dimensão é espacial, para separar, marcar a diferença, definir a entrada, o acesso. A terceira dimensão refere-se à ética, à moral, diz respeito ao campo do proibido, e completa sua análise dizendo que o véu determina uma fronteira de proteção. Podemos pensar o véu como fronteira simbólica que separa o que deve e o que não deve ser visto.

As mulheres muçulmanas que vivem no Brasil sofrem com a questão de optar pela utilização ou não do véu. Veem-se na encruzilhada de escolher de acordo com os preceitos religiosos e/ou, ainda, pelas contradições da imposição da utilização do véu pela família e pela representação na sociedade brasileira.

De acordo com Leneis e Agergaard (2018), dentro de muitas comunidades muçulmanas as mulheres têm responsabilidades religiosas e familiares, por exemplo, razão por que aderem aos comportamentos apropriados e requisitos de vestimenta, a fim de protegerem a honra da família. Por sua vez, a preferência de algumas mulheres muçulmanas em adotar o *hijab* ilustra uma manifestação pública de crença. Outras preferem não se cobrir, alegando ter uma fé internalizada que não precisa de reforço visível. Essa é uma distinção, das esferas do mundo público privado, importante para entender as diferentes concepções entre as mulheres muçulmanas.

Barbosa e Lima (2020, p. 64) fazem referência a um episódio ocorrido em março de 2015, que chama a atenção:

[...] uma estudante de Direito foi interrompida duas vezes por um fiscal de prova do exame unificado da ordem

dos advogados do Brasil (OAB), em São Paulo, por estar usando um hijab. A OAB alegou que o edital proíbe de modo explícito o uso de qualquer objeto que cubra a cabeça e ainda assim permitiu que a candidata realizasse a prova com o véu em uma sala reservada.

Essas formas discriminatórias podem também ser observadas no depoimento de uma das mulheres entrevistadas, participantes da pesquisa que aqui se apresenta; ela alega a pressão sofrida e o sentimento conflituoso em relação a usar ou não o véu, aceitar a pressão familiar ou a pressão vinda da sociedade ocidental, sentimentos ambíguos e divergentes de fazer escolhas que determinam seu lugar no mundo e sua posição:

Na época que eu coloquei eu era... Eu não era tão novinha já tinha quase 16 anos e eu tinha uma meia irmã, então essa pressão de pai com duas famílias e a outra esposa dele é árabe muçulmana, de origem e daí eu sofri preconceito. Eu sofri o preconceito dos muçulmanos pela minha mãe, brasileira católica, então eu senti uma pressão. Hoje em dia a gente já não se importa, mas eu já vejo que melhorou muito. Os muçulmanos que estão por aqui no Brasil estão melhores, mas naquela época eu senti uma pressão forte que se eu não colocasse o véu, eu ia ser sofrer represália. Então eu coloquei por isso, para ficar na paz com a família com meu pai.

Essa situação é vivenciada por muitas meninas muçulmanas que vivem em países não muçulmanos. Em seu livro "O rosto atrás do véu", Gehrke-White (2006, p. 37) reúne diversos depoimentos de mulheres que sofreram a mesma situação, como o caso de Zarinah, afro-americana residente em um estado americano predominantemente branco do Arizona – EUA, que relata sua experiência "[...] fui a única, desde o ensino fundamental até o colégio, a usar *hijab*. Usei a peça desde o primeiro ano. Sabia que minha aparência era diferente".

Para Zarinah também não foi fácil. Ela não queria ser a única usando o hijab. Ocasionalmente, era xingada e excluída por ser "diferente". Mas, por outro lado, não queria

se voltar contra sua fé. Não podia deixar de usar o lenço. Naturalmente extrovertida, e orgulhosa com a conversão dos pais ao islamismo, ela decidiu enfrentar tudo com coragem (GEHRKE-WHITE, 2006, p. 38).

Em relação ao uso do véu, as participantes da pesquisa relatam preconceitos e discriminações sofridas, razão por que preferem não o usar. Castro (2015) explicita que a adaptação à cultura brasileira pressiona as mulheres muçulmanas que deixam de usar o *hijab* porque são alvo de comentários jocosos; algumas, ainda que não gostem de usar, continuam a fazê-lo por sua representatividade cultural, como se confere neste depoimento de uma das entrevistadas na pesquisa: “Tinham outras muçulmanas, só que eu era a única muçulmana que usava véu. Mas tinha outras muçulmanas”.

Quando se discute sobre a questão da mulher muçulmana, o véu islâmico adquire significância no imaginário social das diversas sociedades. A escolha da utilização ou não do véu perpassa múltiplos imaginários e afetos, modos de vida, cotidiano e religião das mulheres muçulmanas, sendo este um fator de reforço identitário, de persistência na afirmação e defesa da fé islâmica. Reportar-se ao *hijab* e seus significados, torna-se fundamental em qualquer discussão entre religião e cultura de mulheres muçulmanas em um país ocidental.

Uma questão importante a ser mencionada é a associação que se faz da vestimenta da mulher com o terrorismo que ainda vigora, nos dias atuais; trata-se de um estereótipo difícil de ser superado, que provoca estranhamentos e preconceitos, no mundo ocidental contemporâneo. Ao mesmo tempo, o véu não pode e não deve ser considerado uma imposição para as mulheres que professam a fé islâmica.

Esses são aspectos importantes que devem ser compreendidos, na medida em que, aos olhos daqueles que não conhecem a religião islâmica, o fundamentalismo religioso pode favorecer a construção de estereótipos que não correspondem à realidade,

ou melhor, que correspondem à parte da realidade em algumas localidades, mais precisamente aquelas situações que imprimem condições de subalternização elevada da questão da mulher (SOUZA, 2006). Nesse sentido, refuta-se todo tipo de fundamentalismo e considera-se importante a discussão sobre questões que permeiam formas discriminatórias e “olhares” preconceituosos com relação à mulher muçulmana.

Ferreira (2013, p. 188) expõe o seguinte: “Fatema Mernissi apresenta o véu não como algo depreciador do sexo feminino, mas como algo diacriticamente contextualizado e vinculado ao reconhecimento da identidade cultural e feminina de determinado grupo social”. Desse modo, reafirmam-se contradições que indicam muito mais do que costumes e preceitos religiosos, mas, também, lugares de ocupação dentro da sociedade, espaços e sujeitos, desde denominações político-econômicas até questões como a de gênero. Veja-se, nesse sentido, este depoimento de uma participante pesquisa:

Hoje o que me impede mais de usar lenço no Brasil, ainda é difícil para o trabalho, sempre tem uma piada pronta, porque as pessoas mesmo com o acesso à informação viraram mais ignorantes. Esses dias eu ouvi uma piada de uma muçulmana. É difícil em alguns momentos sem o lenço, imagina com e ficar se explicando o tempo todo. O principal motivo é que as pessoas vão me julgar como muçulmana [...]. Tenho muito cuidado com isso, porque eu tenho que me apresentar para as pessoas quem realmente sou, você deixa de ter um nome e é a ‘mulher de lenço’, te apontam como ‘a mulher do lenço’.

Castro (2015) menciona que não são apenas os conflitos e forças intrínsecas à comunidade religiosa local e à sociedade como um todo que influenciam a decisão das muçulmanas no Brasil a usarem ou não o véu. O conservadorismo, que tem sido desenvolvido e mantido, influencia os adeptos por meio dos parentes e amigos no país de origem e pelo contato com centros de formação teológicas no Oriente Médio. A ideia do véu como um símbolo de

pertencimento, além de uma forma de resistência ao orientalismo em vigor no Ocidente, chama atenção, em relação às mulheres de fé islâmica, o fato de que, ainda que elas não queiram, a representatividade e o significado do véu as convencem de usá-lo, como bem evidenciado neste outro depoimento:

Na época eu usava um véu por ser muçulmana, pois a gente sem o véu não chega à posição de religião, a gente não quer sentir isso. É claro que muitas vezes é só pelo fato do meu nome, ser árabe, já sofri preconceito e de alguns comentários de pessoas. Mas é bem diferente, quando você chega com uma imposição da religião tipo, véu.

Essa participante, após um tempo de utilização, optou pela retirada do véu, o que a fez sentir-se como uma pessoa mais integrada na sociedade brasileira: “[...] então me sinto mais leve, uma sensação de leveza, parece que eu posso falar o que eu quiser com quem eu quiser, onde eu quiser e não estou sendo julgada, pelo que eu tô vestindo. Então me sinto mais em paz”, expõe a entrevistada.

O que se percebe é que as mulheres muçulmanas no Brasil se sentem mais acolhidas sem o véu, o que lhes traz o sentimento de liberdade, de igualdade e afeto por parte de outras pessoas. Desse modo, não se percebe discriminação nem preconceito, uma vez que elas não são vistas diferentes e se sentem mais livres para fazer parte da sociedade em que vivem.

Ferreira (2013) expõe sobre a necessidade de se considerar que o uso do véu constitui a forma de as mulheres externarem sua religiosidade e sua identidade como pertencentes a um determinado grupo étnico. Nesse sentido, é preciso considerar as questões relacionadas às desigualdades de gênero, mas é necessário, também, levar em conta questões identitárias, que permeiam as escolhas e opções ou, ainda, questões sobre relações sociais no cotidiano da sociedade ocidental. É necessário pensar sobre as implicações na constituição de afetos e vida, no modo de ser do mundo ocidental e

do mundo oriental, de seus históricos e raízes; desse modo, há que se pensar, também, nas questões que envolvem o mundo objetivo e a materialidade da vida social, assim como os impactos latentes na constituição das subjetividades femininas destas mulheres.

3. RELIGIÃO, IDENTIDADE E CULTURA: AS CONTRADIÇÕES SOCIETÁRIAS

Discutir formas culturais de determinada sociedade implica compreender seu tempo histórico, o tempo passado e o tempo presente, como é constituída e o conjunto de atividades que desenvolve e, mais que isso, como se constituem suas formas de pensar e agir diante da realidade social de seu tempo.

Para a compreensão da cultura muçulmana e as contradições com a cultura ocidental é necessário, inicialmente, compreender em que bases foram construídas essas sociedades. No caso da sociedade muçulmana, essa foi construída e originada na concepção religiosa do Islã, que traz conceitos de fé, atreladas às formas próprias de vida, organização societária e constituição de poder. Nesse sentido, compreender cultura e suas contradições no interior dessas sociedades é ponto importante para o entendimento das relações sociais travadas no cotidiano de vida societário, que se descortina na contradição entre ocidente e oriente.

A questão cultural atrelada à religião constrói a identidade muçulmana e a forma como a população vive e subsiste no mundo cotidiano. Essa relação identifica muitas contradições, que se constroem no âmbito da vida que vivem, e são mais sentidas pelas mulheres, em maior ou menor intensidade.

Cardozo (2013) explicita que, na medida em que são acolhidos nos países para onde migram, as dificuldades e a sensação de rejeição diminuem e os muçulmanos podem criar laços mais estáveis e, desse modo, sua identidade cultural é aceita e eles conseguem conviver com a cultura local.

Essa confluência de culturas provoca, muitas vezes, conflitos internos difíceis de serem resolvidos, pois a cultura e a formação recebida pela família chocam-se com a cultura e formação recebida por outros instrumentos socializadores, conforme desabafa uma das entrevistadas: “Sem dúvida, não é fácil, né? É um conflito interno muito difícil para nós que somos descendentes dos dois lados, né? Não é nada fácil.”

Castro (2008) afirma que o islã se modernizou, mas não o suficiente para aceitar a cultura ocidental, seguindo as leis estabelecidas pela religião. Em muitos países muçulmanos a mulher ainda é obrigada a se casar contra sua própria vontade e ficar sem a sua parte na herança, em prol do homem.

A autora ressalta que o grau de instrução, grupo étnico, faixa etária e classe social influenciam na construção da identidade, podendo aproximar ou afastar essas mulheres em relação a como devem pensar e agir no Brasil. Ainda na visão de Castro (2008), as noções islâmicas sobre a mulher e relações de gênero já eram discutidas nos dois lados, muçulmano e ocidental, adotando, porém, disposições particulares no conjunto das minorias muçulmanas que vivem no Ocidente. Os valores das sociedades acolhedoras ocidentais, como igualdade entre gêneros e liberdade individual, causam reações que vão desde a repressão sobre as mulheres até uma visão mais moderna, que busca semelhanças entre conceitos islâmicos e ocidentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, é importante destacar que as mulheres muçulmanas vêm trabalhando arduamente em prol do reconhecimento do lugar da mulher na sociedade, por meio de interpretações alternativas das leis islâmicas, da valorização cultural e também do respeito à mulher. Buscam, desse modo, um lugar na sociedade no qual elas possam assumir e professar a religião segundo os preceitos do Alcorão, e, também, garantir acesso aos seus direitos fundamentais, como o de estudar, trabalhar e conquistar sua própria autonomia, entre outros.

Refletir sobre as mulheres muçulmanas residentes no Brasil não se trata de uma questão fácil, pois o tema é complexo e exige um profundo conhecimento, primeiramente da religião muçulmana em seus aspectos culturais, que permeiam o imaginário dessa sociedade, e como eles se apresentam na sociedade ocidental de origem cristã. Também exige que se conheçam e compreendam os aspectos vinculados à questão cultural e como a vida cotidiana transcorre em seus processos adaptativos e de inclusão na sociedade brasileira.

Portanto, não se pretendeu aqui esgotar o assunto, mas buscar algumas questões que provoquem o leitor à reflexão sobre a religião e identidade islâmica de mulheres muçulmanas que residem no Brasil.

O diálogo intercultural é um desafio, ao mundo contemporâneo, que precisa ser considerado para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

CENTRO DE DIVULGAÇÃO DO ISLAM PARA A AMÉRICA LATINA. Disponível em: <https://cdial.org.br/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CARDOZO, Poliana Fabíula. Eu nasci no Brasil, mas o Líbano é o meu país—jovens descendentes de libaneses em Foz do Iguaçu: identidade plural. **História: Questões & Debates**, 58(1). 2013.

CASTRO, Cristina Maria. Muçulmanas no Brasil: reflexões sobre a relação entre religião e dominação de gênero. **Mandrágora**, Universidade Metodista de São Paulo, n. 14, p. 80-96, 2008.

CASTRO, Cristina Maria. Usar ou não o hijab no Brasil? Uma análise da religiosidade islâmica em um contexto minoritário. **Religião & Sociedade**, 35, 363-383. 2015.

DUTRA, Stefany; PEREIRA, Emily Steffen.; IRSCHLINGER, Fausto Alencar. Muçulmanos no Brasil: adaptações e especificidades nos séculos XX e XXI. **Akrópolis Umarama**, 27(1), p. 11-19, jan./jun/ 2019.

ESPINOLA, Claudia Voigt. **O véu que (des)cobre**: etnografia da comunidade árabe muçulmana em Florianópolis. Tese (Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2005.

FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa. Diálogos sobre o uso do véu (hijab): Empoderamento, identidade e religiosidade. **Revista Perspectivas**, 43, p.183-198, jan./jun/2013.

FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa; LIMA, Luana Baumann. Empoderamentos múltiplos de mulheres muçulmanas em espaços públicos na França e no Brasil. **Revista de Antropologia**, 63(1), 59-82. 2020.

GEHRKE-WHITE, Donna. **O rosto atrás do véu**: as várias faces das mulheres muçulmanas. Trad. Débora da Silva Guimarães Isidoro. São Paulo: Arx. 2006.

LENNEIS; VERENA; AGERGAARD, Sine. Enacting and resisting the politics of belonging through leisure. The debate about gender-segregated swimming sessions targeting Muslim women in Denmark. **Leisure studies**, 37(6), p. 706-720. 2018.

LIMA, Karla. **Descobrimo o Islã no Brasil**. São Paulo: Editora Hedra. 2016.

ORGANIZACIÓN ISLÁMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Los Musulmanes em Latinoamérica**. Disponível em: (http://www.islamerica.org.ar/organizacion/musulmanes_latinoamerica.html) Acesso em: 02 fev. 2022.

MALYSSE, Stephane. Em busca dos (H)alteres-ego: olhares franceses nos bastidores da corpolatria carioca. *In*: GOLDENBERG, M. (org.). **Nu & vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. Record, p. 79-137. 2002.

MARQUES, Vera Lúcia Maia. 2000. **Conversão ao Islam: o olhar brasileiro, a construção de novas identidades e o retorno à tradição**. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUCSP, São Paulo, 2000.181 f.

MONTENEGRO, Sílvia Maria. **Dilemas identitários do Islam no Brasil - A comunidade muçulmana sunita do Rio de Janeiro**. 2000. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, 2000.

OSMAN, Samira Adel. Presença muçulmana no Brasil: breve síntese histórica. *Hamsa. Journal of Judaic and Islamic Studies*, 5. 2019.

READ, Jen'nan G. Challenging myths of Muslim women: The influence of Islam on Arab-American women's labor force activity. *The Muslim World*, 92(1/2), 2002.

SIHAME, Fátima. **Entre faces e véus: afeto, cultura e identidade no cotidiano de mulheres muçulmanas no Brasil**. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, Campo Grande/MS, 2022.

SOUZA, Ana Gomes. Erros históricos permitem formação de conceitos errados sobre Islã e muçulmanos. **Instituto de Cultura Árabe - ICARABE—SP**, 2006 Disponível em: http://www.icarabe.org/CN02/entrevistas/entr_det.asp?id=31. Acesso em: 17 out. 2022.

13

Fabricia Santana de Oliveira Carissimi

Luciane Pinho de Almeida

**Migração e refúgio
como determinantes
sociais face aos direitos
humanos e de saúde**

INTRODUÇÃO

Migração e refúgio consistem em movimentos multifatorial e dinâmico, que compreendem qualquer deslocamento de pessoas, independentemente da duração, da composição, do status regulatório ou das causas e circunstâncias. A análise dessas categorias como determinantes sociais de saúde implica considerar os fatores econômicos, sociais, culturais, étnico/raciais, biológicos, ambientais, psicológicos e comportamentais, que podem influenciar na ocorrência de problemas de saúde, além de serem fatores de risco a esse segmento populacional pela condição em que vive e trabalha.

Este artigo resulta de uma pesquisa bibliográfica sobre migração e refúgio, como categorias de análises e determinantes sociais de saúde, decorrente de estudos e reflexões vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais (GEPEMPS) e ao Laboratório de Estudos Psicossociais em Saúde frente a contextos de Desigualdade Social (LEPDS), do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Esses dois grupos são cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – CNPq, e coordenados pela Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida, que tem se debruçado sobre temáticas das questões de fronteiras, migrações, refúgio e políticas públicas, no contexto contemporâneo.

O estudo se fundamenta na teoria sócio-histórica, a partir do método materialista histórico crítico dialético, que concebe a migração e o refúgio em suas múltiplas determinações, de ordem econômica, social, cultural, ecológica, territorial, sanitária e tantas outras, envoltas em processos dinâmicos, contraditórios e dialéticos. Segundo Martin (2022, p. 430), “a realidade deve ser entendida como processo histórico e social constituindo-se de relações dos homens entre si e dos homens com a natureza; é nesse movimento que se constituem os humanos e suas significações [...]”.

Trata-se da concepção teórica que melhor pode definir as maneiras e os instrumentos para obtenção e interpretação de aspectos da realidade, ou seja, que nos leva a entender o mundo, os fenômenos sociais, as instituições, os homens, o papel da ciência etc. (MARTIN, 2022).

Devido a essa dimensão complexa e totalizante, cujo movimento e transformação são constantes, e que incorpora questões de ordem subjetiva e objetiva, a migração e o refúgio passam a ser entendidos como determinantes sociais de saúde. Busca-se, portanto, nesta análise, compreender os processos migratórios que interferem na saúde da população envolvida nesse contexto.

O texto aborda dois aspectos referentes ao tema, que são expostos nos itens que se seguem a esta Introdução: As múltiplas determinações da migração e do refúgio: leitura sobre os direitos humanos e de saúde; Migração, refúgio e os determinantes sociais de saúde: iniquidades e desigualdades.

Este ensaio pretende contribuir para os estudos sobre migração, refúgio e saúde no cenário da psicologia social, com diálogos interdisciplinares aproximados com as demais ciências humanas e sociais, buscando revelar as iniquidades e desigualdades, e, assim, reconhecer a necessidade de afirmação dos direitos humanos e de saúde das pessoas migrantes e refugiadas.

1. AS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES DA MIGRAÇÃO E DO REFÚGIO: LEITURA SOBRE OS DIREITOS HUMANOS E DE SAÚDE

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) é uma organização intergovernamental, faz parte das Nações Unidas,

compõe-se por 173 estados-membros, dentre eles o Brasil, oito estados observadores e escritórios em mais de 100 países; define a migração como o “movimento de pessoas para longe de seu local de residência habitual, seja através de uma fronteira internacional ou dentro de um país.” (OIM, 2019).

Ressaltamos que a migração pode ser interna, internacional, permanente ou temporária; ter diferentes status como regular ou irregular, bem como ter causas e circunstâncias diversas ligadas à raça, religião, nacionalidade, perseguições, preconceitos, guerras, conflitos, expressos por diversas violações de direitos humanos e crises mundiais.

O fenômeno da mobilidade humana envolve diversas modalidades, como: migrações internas, imigrações, emigrações, fluxos migratórios e refugiados. Para uns, a circulação é acelerada e facilitada com os passaportes biométricos e modalidades de transporte eficientes em custo e tempo. Já, para outros, migrar é, se não impossível, extremamente arriscado: rotas subterrâneas, vidas e trajetórias invisíveis, recursos escassos, e, se acaso chega ao destino, uma quantidade imensa de incertezas e privações (GRANADA et.al, 2017, p. 289).

Trata-se, portanto, de um movimento multifatorial e dinâmico, que compreende qualquer deslocamento de pessoas, independentemente da duração, da composição, do status regulatório ou das causas e circunstâncias. Dessa maneira, adotaremos o termo “migração” como referência às diferentes modalidades de deslocamentos⁷¹.

Esclarecemos, ainda, que adotaremos o termo refúgio, associado à migração, como característico de deslocamento de pessoas, muito embora seu conceito esteja ligado a uma movimentação

71 Ao mesmo tempo, no texto, pode aparecer a palavra imigrante que, normalmente, é utilizada para caracterizar a pessoa que migra para outro país, e ainda está presente em alguns referenciais bibliográficos; atualmente, porém, utiliza-se migrante como termo que designa as diversas modalidades de migração.

involuntária ou forçada, na qual as pessoas saem de suas origens em busca de proteção, devido às perseguições referentes à raça, religião, nacionalidade, grupo social, opiniões políticas, ou devido à generalizada e grave questão da violação dos direitos humanos.

De acordo com o Relatório Mundial sobre Migração de 2022 das Nações Unidas, havia, em 2020, 281 milhões de migrantes internacionais, ou seja, o equivalente a 3,6% da população global. Além das mudanças e dos deslocamentos por diversos motivos que vêm ocorrendo ao longo dos séculos, intensificados no século XXI, o relatório aponta um crescimento dos fluxos migratórios, mesmo com o advento da pandemia por Covid-19 que, em tese, levou à restrição de mobilidade (ONU, 2022).

Sobre a realidade migratória do Brasil, há informações de migrantes residentes registrados nas bases de dados da Polícia Federal, mas também existe um número significativo deles em situação irregular (indocumentado), ou seja, que não estão registrados em nenhuma base de dados.

Os dados da Polícia Federal, registrados no Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) até novembro de 2019, apontam cerca de 1,5 milhões de migrantes com registro ativo (efetuado a partir de visto ou de autorização de residência), o que representa, aproximadamente, 0,7% da população do país.

O Relatório Anual OBMigra, de 2020, destaca as principais características dos imigrantes registrados no Brasil: pessoas solicitantes de refúgio e refugiados, na sua maioria, indivíduos do sexo masculino, em idade ativa e com nível de escolaridade médio e superior. No ano de 2019, em consonância com os números dos anos da atual década, predominaram pessoas provenientes da América Latina, com um perfil heterogêneo, em termos de origem nacional, inserção no mercado de trabalho e dinâmica do fluxo migratório. De 2011 a 2019 foram registrados, no Brasil, 1.085.673 imigrantes, considerando todos os amparos legais. Desse total, 399.372 eram mulheres.

Em 2019 predominaram os fluxos oriundos da América do Sul e do Caribe, com destaque para a nacionalidade venezuelana e haitiana (OBMIGRA, 2020).

Considerando a expressividade dessa população que vem se destacando ao longo das últimas décadas, após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), documento base na esfera dos direitos humanos, que, implicitamente, fundamenta também o tratamento que se deve dispensar a migrantes e a refugiados. A Declaração elenca definições mais gerais sobre os direitos de todas as pessoas, sem distinção de origens, cultura, nacionalidade ou condição política, tais como, direito à vida, à liberdade, à saúde e bem-estar, à segurança pessoal, à habitação, a não violência, a não crueldade etc.

Diante dessa iniciativa, foi adotada a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, que entrou em vigor em abril de 1954 e se tornou referência para o tratamento de pessoas refugiadas, no segundo pós-guerra. Posteriormente, registrou-se o Protocolo de 1967, que removeu as restrições de temporalidade e geográficas estabelecidas pela Convenção de 1951, também avançando nessa seara.

Na realidade, há uma série de tratados e instrumentos jurídicos internacionais elaborados e promulgados, desde 1945, ampliando o campo de ação do direito e dos direitos humanos, incluindo a população migrante e refugiada.

No Brasil, entre as principais normativas que tratam do tema das migrações e refúgio, temos: Constituição Federal de 1988; Acordo de Residência do Mercosul (Decretos 6964 de 29 de setembro de 2009, e 6975 de 07 de outubro de 2009); Lei de Refúgio (Lei nº 9.474 de 1997); Lei de Migração (Lei n.º 13.445 de 2017); Decreto nº 9.199 de 2017, que regulamenta a Lei de Migração; Portarias ministeriais e interministeriais; e Resoluções do Conselho Nacional de Imigração e do Comitê Nacional para os Refugiados. Destaca-se, então, o contido

no artigo 5º da Constituinte brasileira, que é a Lei maior do país: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1990, p. 15).

A Constituição Federal garante o acesso aos principais direitos sociais e aos serviços públicos, em igualdade entre brasileiros/as, migrantes e refugiados, como, saúde, educação e assistência social, conforme disposto nos artigos 196, 203 e 205.

Convém frisar, ainda, que a Lei de Migração nº 13.445, de 24 de maio de 2017, regulamentada pelo Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, trabalha com o paradigma do migrante como sujeito de direitos (garantia e proteção), de acordo com a Declaração Universal de Direitos Humanos e a própria Constituição Federal do Brasil, e reafirma a garantia dos direitos sociais, sobretudo mediante políticas públicas, pois, anteriormente, o Estatuto do Estrangeiro, da década de 1980, estava mais ligado ao controle dos migrantes e à defesa da segurança nacional.

O prescrito no Artigo 3º da Lei de Migração, traz 22 princípios e diretrizes que a regem; destaca, no primeiro inciso: “I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos”. Assim, como elucida no artigo seguinte (o 4º), a garantia para migrantes e refugiados no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, conforme prescrito no oitavo inciso: “VIII – acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória”, dentre outros.

É importante pontuar que o destaque, dentro do tema, parte do próprio conceito cunhado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) - o valioso ator da saúde no cenário internacional -, que a

define como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas como ausência de doença ou enfermidade, desse modo, inerente aos direitos humanos.

A constituição da OMS, que ocorreu em 1948, ano da Declaração Universal dos Direitos Humanos, organizou, em conjunto com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde e teve, como produto, a Declaração de Alma-Ata, como primeiro instrumento que trouxe os princípios dos sistemas de saúde, na ótica dos direitos humanos, com a atenção primária como porta de entrada e princípio norteador de todo o sistema de saúde integral. A Declaração de Alma-Ata também consolidou a importância de se considerarem os determinantes sociais da saúde, ampliando e reforçando o conceito para além da simples ausência de doença.

Em 2018, a Declaração de Astana reafirmou a Declaração de Alma-Ata de 1978. Conformada por 194 países signatários, dentre eles o Brasil, reforça o reconhecimento de sistemas de atenção primária de saúde, fortalecidos para o alcance da cobertura universal de saúde.

No Brasil, ao abordarmos o tema saúde, reportamo-nos, consequentemente, à Constituição Federal, que a reconhece, em seu artigo 6º, como um direito social. O Artigo 196 da Constituinte preconiza, especificamente, que a saúde é direito de todos e dever do Estado, ou seja, assegura esse direito fundamental a todas as pessoas que estão em território brasileiro, incluindo migrantes, independentemente de seu status migratório, e de refugiados.

Ressaltamos que o sistema de saúde brasileiro é organizado por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), fundamentalmente pela Lei nº 8.142/1990, que regulamenta o controle e a participação social, no SUS, e a de nº 8.080/1990, conhecida como Lei Orgânica do SUS. Essas leis estruturam os princípios doutrinários do SUS: universalidade, integralidade e equidade; e princípios organizativos:

a descentralização, a hierarquização e a participação social, e que, por conseguinte, regem o direito à saúde de todas as bases em território nacional, ou seja, brasileiros, migrantes e refugiados.

Ao conceber a saúde e seu conceito ampliado, passamos a incorporar também uma leitura sobre os determinantes sociais que afetam ou influenciam as pessoas; estes já constavam nas discussões da década de 1970, na já mencionada Conferência e Declaração de Alma-Ata, e convergem para a construção dos direitos sociais dos migrantes e refugiados.

Os determinantes sociais de saúde (DSS) são entendidos como os fatores não médicos que influenciam os resultados de saúde. Representam as condições nas quais as pessoas nascem, crescem, trabalham, vivem e envelhecem, e o conjunto mais amplo de forças e de sistemas que moldam as condições da vida diária, que incluem políticas e grupos econômicos, agendas de desenvolvimento, normas sociais, políticas sociais e sistemas políticos, e que, para migrantes e refugiados, dispõe de especificidades.

[...] Assim, saúde se relaciona articuladamente com os diferentes determinantes dela, com evidência às circunstâncias estruturais que envolvem os fatores externos do entorno social, que envolve os contextos das situações e condições migratórias do ser humano, das condições de vida e de trabalho, as condições culturais, ambientais, entre outras. Portanto, na maioria das vezes, a saúde não depende somente do indivíduo, mas de medidas sociais destinadas à toda a coletividade (FONTOURA, 2018, p. 93).

Devido às vulnerabilidades das pessoas migrantes e refugiada em seus contextos de vida, é fundamental discutir a categoria migração sob a perspectiva dos determinantes sociais de saúde, à luz da teoria sócio-histórica, capaz de elucidar questões mais amplas, constitutivas de premissas basilares, de modo a contribuir para assegurar os direitos humanos e sociais no contexto migratório do país.

2. MIGRAÇÃO, REFÚGIO E OS DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE: INIQUIDADES E DESIGUALDADES

Ao longo do processo migratório, diversos fatores podem influenciar, de diferentes maneiras, a vida das pessoas migrantes e refugiadas, incidindo sobre suas condições de saúde. Os próprios determinantes sociais de saúde (DSS) revelam as iniquidades em saúde, ou seja, as diferenças injustas e evitáveis no estado de saúde local, regional, nacional ou internacional.

Muitos fatores podem ser exemplificados, como DSS, de modo a influenciar favorável ou desfavoravelmente a equidade na saúde. Entre elas, destacamos a educação, renda e proteção social, condição de trabalho, desemprego e precariedade das relações de trabalho, alimentação, habitação, acesso a serviços e direitos sociais, e outros. Nessa vertente, Fontoura (2018) pontua como as migrações e as condições em que elas se processam podem aumentar exponencialmente a vulnerabilidade dos migrantes às doenças físicas e psicológicas, correlacionadas ao contexto local e global, de cunho histórico, social, político e econômico.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) criou, em 2005, a Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde (Commission on Social Determinants of Health - CSDH), com o objetivo de ressaltar a importância desses determinantes para os indivíduos e populações, além de dar destaque à necessidade de combate às iniquidades em saúde. No ano seguinte, o Brasil instituiu, no âmbito do Ministério da Saúde, uma Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), por meio do Decreto de 13 de março de 2006.

O fato de o Brasil ser o primeiro país a criar sua própria Comissão, integrando-se precoce e decisivamente ao movimento global em torno dos determinantes sociais da saúde (DSS) desencadeado pela OMS, responde a uma tradição do sanitarismo brasileiro. De fato, desde o início do século passado, os sanitaristas brasileiros vêm se dedicando a aprofundar o conhecimento das relações entre os determinantes socioeconômicos e a situação de saúde e a desenvolver ações concretas, baseadas nesse conhecimento [...] (CNDSS, 2008, p. 10).

Mencionamos a existência de uma literatura significativa sobre aspectos conceituais e modelos de referência relacionados aos determinantes sociais e iniquidades em saúde que, dadas as limitações deste artigo, não assinalaremos, aqui, mas adotamos o modelo utilizado pela Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde da OMS e do Brasil, que é o de Dahlgren e Whitehead (1991). A justificativa para a escolha desse modelo é a que consta no Relatório Final da CNDSS (2008): a simplicidade e sua fácil compreensão para vários tipos de público e pela clara visualização gráfica dos diversos DSS.

Como mencionado no relatório, o modelo de Dahlgren e Whitehead inclui os DSS “dispostos em diferentes camadas, segundo seu nível de abrangência, desde uma camada mais próxima aos determinantes individuais até uma camada distal onde se situam os macrodeterminantes [...]” (CNDSS, 2008, p. 13).

Figura 1 - Modelo de Determinação social proposto por Dahlgren e Whitehead



Fonte: Dahlgren e Whitehead (1991).

A título de exemplo, pensemos nesse modelo de Dahlgren e Whitehead, em cada uma das camadas - do micro (individual) ao macrodeterminante - aplicado a um determinado contexto migratório:

- a. Determinante idade, sexo e fatores hereditários - uma mulher refugiada de 45 anos com uma doença hereditária e autoimune, que precisará ser acolhida em local com os filhos, mas poderá ter dificuldade de inserção no mercado de trabalho devido à sua idade e às manifestações da doença, que está com tratamento interrompido.
- b. Estilo de vida dos indivíduos - essa refugiada não tem condições de ter uma alimentação adequada que, inclusive, pode influenciar no modo ativo de sua doença, contribuindo para que esteja mais tempo em condições inaptas para o trabalho e para as ações da vida diária.

- c. Redes sociais e comunitárias - ela foi uma das pioneiras a buscar ajuda em outro país e, portanto, ainda não participa de redes sociais e comunitárias sólidas para o suporte que necessita, que vai além das reponsabilidades e garantias da rede de serviços públicos que a acolheu.
- d. Condições de vida e de trabalho - a refugiada tem dificuldades de conseguir um trabalho, pois possui pouco estudo e qualificação profissional, portanto, está desempregada, e em local com condições de saneamento básico, habitação e infraestrutura inadequados, além de não saber como pode ter acesso aos serviços sociais públicos, sobretudo os de saúde. Necessita de suporte governamental de maneira prioritária, sob o risco de agravar ainda mais sua situação e a dos filhos.
- e. Condições socioeconômicas, culturais e ambientais gerais - não possui condições de suprir suas necessidades básicas como alimentação, e nem a de seus filhos; tem dificuldade de suporte da sociedade civil e estatal, devido às barreiras linguísticas e culturais decorrentes do seu ingresso recente no país na condição de refugiada, também decorrente do medo e insegurança; o local de acolhida é pouco sensível às suas especificidades, não tem conseguido compreender, inclusive, que ela tem um problema de saúde.

A partir de uma única situação hipotética, mas que poderia ser a história de muitas pessoas, em menor ou, talvez até maior intensidade, observamos que esses fatores determinantes, em nível micro e macro, advêm da própria condição das pessoas migrantes e refugiadas, ao mesmo tempo que podem ser influenciados por outros. Entende-se, diante disso, que migração e refúgio constituem determinantes sociais determinados por outros condicionantes.

Seguindo essa perspectiva, Soares e Soares (2020) destacam que a maioria dos deslocamentos provoca situações de estresse,

pela falta de descanso, má alimentação, incertezas, qualidade do sono inadequada, insegurança e lembranças das situações vividas no país de origem, que pode afetar a saúde física, social e psicológica de migrantes e refugiados, somado ao medo constante, ameaças, situações de violência, entre outros riscos sociais.

Fontoura (2018), em seu estudo sobre migrações internacionais e o acesso às políticas públicas de saúde no Brasil sob o viés das Organizações Não Governamentais, aponta que a efetividade do direito à saúde para os migrantes, no país, esbarra em algumas questões importantes. Alguns participantes dessa pesquisa mencionaram, em seus discursos, pontos positivos e negativos referentes ao acesso do migrante aos serviços públicos de saúde no Brasil, dentre os quais, a autora destaca: “[...] idioma, conscientização dos agentes públicos quanto ao direito do migrante ao SUS, documentação (cartão SUS), orientação aos migrantes sobre o direito e funcionamento do SUS e questões relacionadas à discriminação e xenofobia.” (FONTOURA, 2018, p. 100).

A autora menciona, ainda, que diversos exemplos são capazes de explicar a questão: barreiras linguística e cultural que podem dificultar a inclusão social e no mercado de trabalho; a chegada em outros países que nem sempre ocorre em condições seguras, com moradia garantida, condições adequadas de estrutura, saneamento básico etc.; pessoas migrantes e refugiadas que acabam ficando em situação de rua; o status irregular ou em vias de regularização de documentação que pode dificultar, senão excluir, a população migrante e refugiada do acesso a serviços e direitos sociais básicos.

Além desses fatores que refletem na saúde de migrantes e refugiados, destacamos o acesso aos serviços de saúde, desde a atenção primária até a especializada, de média e de alta complexidade, que demandam profissionais especializados e utilização de recursos mais tecnológicos para o apoio, diagnóstico e tratamento, ou seja, que representam a organização e a integralidade do sistema

público de saúde brasileiro. Embora estejam sob garantias legais, os migrantes e os refugiados enfrentam as dificuldades de um sistema precarizado e sucateado, acrescido das mencionadas barreiras linguísticas, cultural e burocrática-administrativa.

Nos serviços de urgência e de emergência, devido ao risco iminente de morte, os acessos até são garantidos, ainda que sem documentação, seja por irregularidade ou em vias de regularização; porém, a continuidade de tratamento e do acompanhamento, de cunho eletivo e ambulatorial, para procedimentos e serviços que exigem CPF ou comprovante de residência, por exemplo, ficam prejudicados. Esse fato evidencia que não há prioridade para a atenção básica ou primária de saúde, que é o que norteia o sistema de saúde brasileiro de maneira integral, já previsto Declaração de Alma-Ata, e que assegura a concepção dos direitos humanos e de saúde.

O acesso à saúde de qualidade ao refugiado através do SUS é de extrema importância, uma vez que, estes se encontram com a saúde fragilizada devido aos traumas e dificuldades enfrentadas em seu país de origem até a sua chegada e instalação no país de destino, sendo assim, o SUS precisa estar preparado para atender a essas pessoas de acordo com as suas reais necessidades, buscando obter uma melhora em seu estado de saúde, tanto na prevenção e diminuição de doenças, quanto no acolhimento e atendimento adequado a essas pessoas, tratando-os com respeito e em sua integralidade e equidade (SOARES; SOARES, 2020, p. 33).

Desse modo, algumas dificuldades são reiteradas, como as barreiras burocrática-administrativa para acesso aos serviços de saúde de migrantes e refugiados, as políticas sociais da atualidade, incluídas as de saúde, que, contraditoriamente, caminham na direção do desmonte dos direitos. Nessa linha, Boschetti (2019) discute algumas tendências mundiais das contrarreformas das políticas sociais, em âmbito mundial, ou seja, processos que reduzem ou destroem as conquistas sociais históricas resultantes das reformas

sociais alcançadas em períodos anteriores e que contribuíram para a desigualdade social, sendo, uma delas, o “endurecimento dos critérios de elegibilidade”.

Outra tendência mundial é o endurecimento dos critérios de elegibilidade. Aquilo que permanece como direito, que não é vendido, que não é mercantilizado, tem seus critérios de acesso endurecidos. Se multiplicam normas e regras que complexificam e dificultam o acesso. Os critérios se tornam cada vez mais “subjetivados” e condicionados a cumprimentos de regras e condicionalidades que são acompanhados ou fiscalizados pelos profissionais que atuam diretamente nessas políticas [...] (BOSCHETTI, 2019, p. 49).

Percebe-se que, na prática, há uma lógica contraditória, que fere os princípios da universalidade, da integridade e da equidade do SUS e dos direitos humanos e sociais garantidos legalmente aos migrantes e aos refugiados. Para Fontoura (2018, p. 116-117), muito embora “as conquistas históricas representadas pela Constituição Federal de 1988 sejam relevantes, o universalismo que implodiria as diferenças sociais em nome de um igualitarismo jurídico que não corresponde à realidade vivenciada pelos migrantes no Brasil. [...]”

Além disso, os serviços de atenção primária, que são portas de entrada do sistema e trabalham prevenção e promoção de saúde, não estão preparados para atender as especificidades da população migrante, sobrecarregando os serviços especializados, secundários e terciários, numa lógica pontual e curativa.

Outra questão é a qualificação dos profissionais e dos serviços, não só a sensibilidade e a flexibilização envolvidas no acesso que tem garantias na lei, mas o acolhimento e as orientações adequadas a partir da comunicação. Muito além da educação permanente e continuada dos profissionais, há alternativas, no âmbito do território local, de uma rede de atores e atrizes como pessoas da mesma nacionalidade ou entidades que trabalham com esse segmento que podem

auxiliar nesse processo. Nesse sentido, Soares e Soares (2020, p. 36) observam: “Dessa forma, vê-se que essas pessoas precisam de acolhimento e de profissionais capacitados para operarem programas que as auxiliam a superar o abalo na sua saúde, respeitando seus direitos, traumas e diversidade cultural.

Se há limitações dos serviços de saúde em si, o campo interseccional e transversal de outras políticas públicas para pessoas migrantes e refugiadas acaba sendo ainda mais restrito, senão inexistente, sobretudo em um país como o Brasil, que manifesta pouco interesse político e comprometimento social com essa população, aumentando a invisibilidade e a desproteção a esse grupo populacional.

Com relação à migração e saúde no Brasil, Granada *et al.* (2017) destacam os desafios das políticas sociais de acolhimento e integração dos imigrantes no mundo globalizado. Para esses autores, as desigualdades socioeconômicas marcam parte dos imigrantes e os expõem a uma maior vulnerabilidade, adoecimento e menor qualidade de vida, ou seja, a determinantes sociais de saúde decorrentes de sua condição, acrescidos de outros condicionantes que podem interferir na saúde deles.

Tal realidade reflete que a saúde, como política pública e social, ainda não se acha acessível para a população, seja do ponto de vista de oferta de serviços, de cobertura, de recursos, seja decorrente de poucas práticas que considerem especificidades de populações vulneráveis, como a dos migrantes, o que pode aumentar as iniquidades e as desigualdades sociais.

Para Fontoura (2018), é essencial um posicionamento efetivo do Estado no tratamento das contradições da legitimação das políticas públicas de saúde e da política migratória, para que os migrantes sejam inseridos nos sistemas legais do país, assegurando, assim, direitos mínimos à existência, conforme observado no sistema internacional dos direitos humanos. Por meio da adoção de estratégias

e de ações que venham a dirimir as graves barreiras enfrentadas no campo da saúde, que, atualmente, são desenvolvidas e orientadas pela sociedade civil, será possível alcançar avanços.

A constituição de caminhos que levem à resolução dos problemas de saúde dos migrantes, necessariamente, incluir uma visão de sociedade e de política social fundamentada na universalização dos direitos. Dessa forma, a organização do setor de saúde permitirá reconhecer os problemas dos migrantes no acesso universal dos serviços e, para complementar, assegurar a oferta de cuidados à saúde dos imigrantes, em serviços estruturados com base em ações competentes, que viabilizem a acessibilidade e o acolhimento desses grupos com concepções e práticas de saúde específicas no contexto sociocultural do destino. Essa visão de processo permitirá a formulação de políticas de saúde que contemplem as fases da ação migratória e suas especificidades (FONTOURA, 2018, p. 155).

Com base nas considerações de Granada *et al.* (2017), enfatizamos a necessidade de se promover a equidade de acesso à saúde, prevenção contra a discriminação, ampliação das políticas públicas, formação dos profissionais e a oferta de serviços eficazes, visando à efetivação de direitos.

Trata-se, na verdade, de instituir novas práticas no âmbito da saúde pública, na interface com outras políticas públicas garantidoras de saúde em seu conceito ampliado, que possam responder aos desafios existentes e decorrentes de processos e de fluxos migratórios, cada vez mais presentes e intensos no cenário nacional e internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto cada vez mais plural e global, os processos migratórios vêm aumentando com tendência a serem acentuados sobretudo pelas crises e mudanças impostas no mundo contemporâneo, fundamentado no sistema de produção e de reprodução sociometabólico do capital, que marca as práticas e as políticas na lógica de desmonte dos direitos humanos e de saúde.

Nesse sentido, a migração e o refúgio, como categorias de análise e fenômenos sociais, podem ser considerados determinantes sociais de saúde pela própria condição em que se encontram, e podem sofrer influência de outros condicionantes, marcados por esse contexto complexo e contraditório. Os direitos humanos e de saúde, que atingem transversalmente os demais direitos sociais, ainda não encontram um lugar sólido, contrastando-se entre a realidade e o arcabouço jurídico-legal.

Algumas práticas que trabalham com os recursos e as potencialidades já existentes podem legitimar a perspectiva dos direitos, como: a elaboração de materiais de comunicação em idiomas diferentes sobre direitos dos migrantes e refugiados; a qualificação de profissionais na interface com o trabalho em rede de pessoas e instituições que atendem esse segmento; adoção de uma postura aberta ao reconhecimento da importância da interculturalidade e do direito de vida e saúde, entre outros.

Além disso, há iniciativas que podem ser enaltecidas, em âmbito nacional, de ações e de políticas, inclusive as de saúde, como as desenvolvidas no estado de São Paulo, sobretudo, na capital, que são reconhecidas por vários estudiosos que se debruçam na temática da migração e do refúgio. Isso auxilia na formulação de políticas públicas mais amplas e que possam contribuir para a salvaguarda do direito à saúde dos migrantes e refugiados.

Fato é que a migração e o refúgio, assim como a relação destes com a saúde, constituem um grande desafio para o campo da saúde pública, a partir do próprio conhecimento dos determinantes sociais de saúde e das especificidades dos fluxos e dos processos migratórios. Há caminhos a serem trilhados, no campo das políticas e das estratégias de saúde intersetoriais e transversais, tendo em vista que, com base no próprio conceito, saúde é mais do que ausência de doenças. Esses caminhos podem produzir efeitos reais de redução de riscos e vulnerabilidades dessa população, podem diminuir ou, pelo menos, minimizar as desigualdades e as iniquidades em saúde, e, desse modo, contribuir para a construção de um novo sistema de metabolismo humano e social do capital, emancipação societal e afirmação dos direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 05 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1999.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.** Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

BRASIL. **Decreto de 13 de março de 2006.** Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, a Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde - CNDSS.

BRASIL. **Decreto nº 6.964, de 29 de setembro de 2009.** Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

BRASIL. Decreto nº 6.975, de 7 de outubro de 2009. Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de migração.**

BRASIL. **Decreto nº 9.199**, de 20 de novembro de 2017. Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. Crise do capital o agravamento da desigualdade social no Brasil. *In*: TOASSA, Gisele; SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; RODRIGUES, Divino de Jesus da Silva (Orgs.) **Psicologia sócio-histórica e desigualdade social: do pensamento à práxis.** [Ebook]. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019. p. 42-57.

CNDSS – Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil. **Relatório Final da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS)**, 2008.

DAHLGREN, Göran; WHITEHEAD, Margaret. **Policies and Strategies to promote social equity in health. Stockholm.** Institute for Future Studies, 1991.

FONTOURA, Flavianny Aparecida Piccoli. **Migrações internacionais e o acesso às políticas públicas de saúde no Brasil: o olhar das Ongs.** Tese de doutorado em Psicologia. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2018.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A Declaração de Alma-Ata.** Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-declaracao-de-alma-ata-se-revestiu-de-uma-grande-relevancia-em-varios>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Declaração sobre atenção primária à saúde. Declaração de Astana, 2018.** Disponível em <https://www.rets.epsjv.fiocruz.br/noticias/declaracao-sobre-atencao-primaria-saude-astana-2018>. Acesso em: 8 jan. 2023.

GRANADA, Daniel; CARRENO, Ioná; RAMOS, Natália; PEREIRA RAMOS, Maria da Conceição. Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana. **Revista Interface**, Botucatu. 2017; 21(61): 285-96. Disponível em <https://www.scielo.br/j/icse/a/YFR5qB3Hxs9ZdYfVkbhrbGC/?lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2023.

MARTIN, Sueli Terezinha Ferreira. Psicologia sócio-histórica e saúde pública: práticas e desafios na atenção básica. *In*: SOUSA, Sonia M. Gomes; MOREIRA, Maria Ignez Costa (org.). **Psicologia sócio-histórica**: bases epistemológicas, categorias fundamentais e intervenções psicossociais. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2022. 488 p.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (OBMIGRA). **Relatório anual 2020**. OBMigra, 2020. Disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/Resumo%20Executivo%20_Relat%C3%B3rio%20Anual.pdf. Acesso em: 11 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Términos fundamentales sobre migración**. OIM, 2019. Disponível em: <https://www.iom.int/es/terminos-fundamentales-sobre-migracion>. Acesso em: 9 dez. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Determinantes sociais da saúde**. Disponível em <https://www.who.int/health-topics/social-determinants-of-health>. Acesso em: 17 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. ONU, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 6 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório mundial sobre migração**. ONU, 2022. Disponível em <https://news.un.org/pt/tags/relatorio-mundial-sobre-migracao-2022>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SOARES, Karen Giuliano; SOARES, Karine Giuliano. Direitos humanos e o refúgio: direito fundamental à saúde sob a ótica do sistema único de saúde do Brasil. **TraHs Números especiais**, n.6, 2020. Disponível em <https://www.unilim.fr/trahs/2253&file=1>. Acesso em: 13 mar. 2023.

14

*Tayla Queiroz Bernardes Correa Ferreira
Fabricia Santana de Oliveira Carissimi*

**Saúde de mulheres
migrantes/refugiadas:
vulnerabilidades
e potencialidades femininas**

INTRODUÇÃO

Os deslocamentos humanos constituem movimentos dinâmicos e complexos muito frequentes na contemporaneidade, motivo pelo qual refletir sobre os processos migratórios se mostra uma necessidade premente. Nesse contexto, discutimos migração e refúgio como movimentos multifatorial e dinâmico, compreendidos como qualquer deslocamento de pessoas, independentemente da duração, da composição, do status regulatório ou das causas e circunstâncias.

A migração consiste no “movimento de pessoas para longe de seu local de residência habitual, seja através de uma fronteira internacional ou dentro de um país” (OIM, 2019), ao passo em que refúgio, também característico de deslocamento de pessoas, está mais ligado a uma movimentação involuntária ou forçada, as pessoas saem de suas origens em busca de proteção devido às perseguições por motivos de raça, religião, de nacionalidade, grupo social, opiniões políticas, ou devido à generalizada e grave violação de direitos humanos.

As migrações femininas têm adquirido expressividade, nos últimos anos, tanto em termos quantitativos, com registro do aumento do número de mulheres migrantes e refugiadas, quanto qualitativos, agora visibilizadas, assumindo ou reconhecidas por seus papéis ativos e de protagonismo.

Assim, este capítulo aborda os primeiros resultados da pesquisa intitulada “Saúde de mulheres migrantes/refugiadas: vulnerabilidades e potencialidades femininas”, realizada no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), ciclo 2022-2023, vinculado ao Projeto “Entre Flores, Espelhos e Faces Desiguais: a dialética da força feminina nos deslocamentos humanos” e ao Grupo de Estudos e Pesquisas em

Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais (GEPEMPS), cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – CNPq⁷².

Destacamos a importância de estudar e compreender os processos de saúde/doença que são envolvidos na população feminina migrante e refugiada, suas vulnerabilidades, ao tempo em que procuramos analisar o potencial que esses fluxos têm de interferir na saúde dessas mulheres, o que constituiu o objetivo desta pesquisa.

A pesquisa, de abordagem qualitativa, esteve pautada na Psicologia Sócio-histórica que imprime uma característica de possibilidade crítica e está fundamentada no marxismo, com adoção do materialismo histórico e dialético, como filosofia, teoria e método. Trata-se de conceber o homem como ser social, ativo e histórico, inserido numa sociedade capitalista que se produz e se reproduz pelo trabalho, e que reflete sobre as condições subjetivas e objetivas da realidade social (BOCK; GONÇALVES; FURTADO; 2015).

Desse modo, é importante compreender as contradições que estão implicadas nessas questões, que caracterizam as múltiplas vulnerabilidades das mulheres migrantes/refugiadas.

A pesquisa se desenvolveu em dois momentos principais; primeiramente, o da pesquisa bibliográfica e exploratória, com consulta à literatura científica da área, sobretudo da psicologia, na qual se utilizaram os seguintes descritores: mulheres, migrantes, refugiadas, deslocamentos e saúde. Em seguida, realizou-se a pesquisa de campo, com visitas institucionais e rodas de conversa com mulheres migrantes/refugiadas em uma Instituição de acolhimento à migrantes e refugiados de Campo Grande/MS, cujo desenvolvimento foi acompanhado pela coordenadora do PIBIC.

72

Pesquisa e grupo de pesquisa sob a coordenação da Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (PPGPSI-UCDB).

Este capítulo está estruturado em três partes sucedentes a esta introdução: 1. Mulheres migrantes e refugiadas e a saúde; 2. Vulnerabilidades femininas nos fluxos migratórios; 3. Potencialidades de mulheres migrantes e refugiadas para promoção da saúde.

1. MULHERES MIGRANTES E REFUGIADAS E A SAÚDE

Segundo o Relatório Mundial de 2022, das Nações Unidas, sobre Migração, no ano de 2020 havia 281 milhões de migrantes internacionais, o equivalente a 3,6 % da população global, apontando crescimento dos fluxos migratórios (ONU, 2022). Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2021) revelam que as estatísticas nos apontam que, em 2021, atingimos 89,3 milhões de pessoas que foram deslocadas à força em todo o mundo. Desses, quase a metade se compõe de mulheres, demonstrando que elas vêm adquirindo um status de protagonistas nos movimentos humanos, principalmente naqueles que dizem respeito aos deslocamentos forçados.

Segundo Marinucci (2007), em décadas anteriores o protagonismo dos processos migratórios era muito ligado ao trabalho e, conseqüentemente, aos homens; a mulher era apenas um agente passivo no processo de migração. As mudanças que ocorreram na sociedade, relacionadas às transformações do papel das mulheres ao longo do tempo, acarretaram um aumento no número das migrações femininas e apontam as mulheres como agente ativo nesse processo. Desse modo, são notáveis, de maneira cada vez mais explícita, as particularidades implicadas no processo migratório feminino.

Dados divulgados e analisados pelo OBMigra, em 2020 e 2021, revelam que o número de mulheres imigrantes no Brasil tem

aumentado, ao lado de crianças e de adolescentes, o que retrata a feminização das migrações no país como um fenômeno social que se iniciou a partir de 2015 e vem se consolidando nos últimos anos, com um crescente número de mulheres adentrando as fronteiras nacionais e se estabelecendo no mercado de trabalho. O relatório observa, ainda, que, junto ao aumento no número de mulheres, ocorre um novo processo nas migrações internacionais para o país com a chegada de mais crianças e adolescentes. (OBMIGRA, 2020).

Portanto, o Brasil já apresenta grandes estatísticas de recebimento de pessoas e o número de mulheres migrantes e refugiadas já se faz bastante expressivo. São mulheres que migram sozinhas e/ou acompanhadas de seus filhos ou, ainda, famílias inteiras. Nesse sentido, podemos apontar que as vulnerabilidades são grandes, já que as mulheres, no que diz respeito aos riscos sociais no processo de deslocamento, são sempre mais vulneráveis do que as pessoas do sexo masculino, decorrentes da sua condição feminina e de serem responsáveis, ao se deslocarem com os filhos, que em sua maioria são menores de idade.

Além disso, destacamos a questão das duplas jornadas de trabalho, quando conseguem trabalho no país de destino; este, geralmente, são mais precarizados, como os domésticos. Esses, entre outros, são fatores que interferem diretamente na saúde delas. Saúde, aqui, é entendida como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não apenas a ausência de doença ou de enfermidade.

Convém observar que essa relação se dá nas experiências de migração das mulheres em diferentes âmbitos, desde as motivações para migração até todas as adversidades enfrentadas durante o processo. Como motivação para a deslocamento, no caso das mulheres, estas, muitas vezes sofrem em seus países de origem violências e opressão, o que se torna um fator crucial (ROSA *et al.*, 2019).

Nesse sentido, para compreender a temática das mulheres migrantes/refugiadas e suas questões de saúde, mencionamos alguns marcos legais e conquistas que as defendem no campo migratório e dos direitos sociais. Partimos da Lei de Migração nº 13.445, de 24 de maio de 2017, regulamentada pelo Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, que trabalha com o paradigma do migrante como sujeito de direitos, em consonância com a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) e a Constituição Federal do Brasil (1988), que afirmam a garantia dos direitos sociais, sobretudo por meio de políticas públicas.

No aspecto da saúde, como um direito fundamental, destacamos o conceito cunhado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que define a saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou de enfermidade. Trata-se, portanto, de uma condição inerente aos direitos humanos.

No Brasil, reportamo-nos à Constituição Federal, que reconhece, em seu artigo 6º, a saúde como um direito social. O Artigo 196 elucida, especificamente, a saúde como direito de todos e dever do Estado, ou seja, assegura esse direito fundamental a todas as pessoas que estão em território brasileiro, incluindo migrantes, independentemente de seu status migratório.

Embora haja um aparato legal para a defesa dos direitos das mulheres migrante e refugiadas, que dialogam com a premissa do direito à saúde, este ainda se trata de um campo frágil para a sua efetiva garantia.

Fontoura (2018), embora em seu estudo não mencione somente as mulheres, tratou dos agravos na saúde dos migrantes internacionais; aponta a saúde, no contexto das migrações, como um dos aspectos mais importantes da vida humana, justamente devido à visão ampliada do conceito:

No contexto das migrações, pode-se apontar que a saúde é um dos aspectos mais importantes da vida humana. Contudo, há que se considerar que as expressões da saúde, em suas dimensões, estão imbricadas em relações de práticas dominantes, representando formas marcadamente ideológicas vigentes. Nesse sentido, é importante apreender os diversos elementos que influenciam a vida saúde/doença dos migrantes que chegam no Brasil, independentemente de sua categorização jurídico legal. Compreender e pensar o acesso às políticas públicas de saúde do migrante, envolver os aspectos que vão desde as próprias condições de vida desse indivíduo, até a exploração do trabalho dele, as condições de acesso e adaptação no local de destino, o traslado migratório, que podem implicar riscos, vulnerabilidades e violência, a sua história de vida no país de origem e ainda os desafios para a vida encontrados no território brasileiro (FONTOURA, 2018, p. 132).

Ao mencionar a saúde dessas mulheres, referimo-nos a direitos de migrantes e refugiadas, bem como à promoção de políticas públicas capazes de atender às demandas e especificidades desse grupo no âmbito do trabalho, segurança alimentar, habitação, e tantos outros determinantes que expressam o significado da saúde.

Destacamos, ainda, que a temática das mulheres migrantes/refugiadas e a saúde é de grande importância, e tem relação direta com o Pacto Global, que instituiu os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), para o período de 2015 a 2030, com destaque para dois deles: Saúde e bem-estar; e Igualdade de gênero⁷³.

As dimensões constitutivas desta discussão se situam no paradoxo das vulnerabilidades, das desigualdades, da violação e das violências, como também no aspecto dos direitos que podem impulsionar ainda mais as potencialidades dessas mulheres.

73 Sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ver: <https://www.pactoglobal.org.br/ods> e <https://odsbrasil.gov.br/>

2. VULNERABILIDADES FEMININAS NOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

No decorrer da pesquisa, dois aspectos chamaram a atenção, em relação aos fluxos migratórios femininos que responderam ao problema de pesquisa, quais sejam, as vulnerabilidades e as potencialidades de mulheres migrantes/refugiadas correlacionados à saúde.

Quando pensamos essa ambiguidade, apoiamo-nos nas reflexões sobre mulheres e o materialismo histórico crítico e dialético. Cisne (2018), ao discutir feminismo e marxismo, afirma que o feminismo marxista permite o entendimento crítico e o enfrentamento das desigualdades sociais determinadas pela imbricação e contradição das relações sociais de sexo, raça e classe, que configuram as múltiplas expressões da questão social, com o intuito de uma ação política de luta pela emancipação humana.

Estão relacionadas tanto às questões de ordem objetivas e materiais quanto às subjetivas. Segundo Bock (2004), o processo de relação do sujeito com o mundo constrói a subjetividade dos indivíduos. Sendo assim, as experiências são sentidas de modos diversos, pelas mulheres migrantes, mas, de maneira geral, o processo que afeta essas mulheres carrega vulnerabilidades e potencialidades semelhantes, individualmente.

Ao incluir as especificidades das mulheres migrantes e refugiadas, reconhecemos as diferenças e as particularidades identitárias dentro da categoria classe social, permeada e constituída pelas relações de sexo e de raça. Em essência, o pano de fundo é a sociedade burguesa que emerge das explorações e opressões, e se desenvolve através do modo de produção patriarcal-racista-capitalista. Todas essas características interferem nos fluxos migratórios, por vezes forçados, não desejáveis e envoltos por tantas vulnerabilidades e violações. Significa vulnerabilidade acentuada para mulheres migrantes e refugiadas.

No âmbito das vulnerabilidades, além dos problemas relacionados às motivações das migrações ou refúgio, há problemas existentes no processo, como o tráfico de pessoas para trabalho forçado, a violência sexual, entre outros. Desse modo, percebemos que todas as questões e problemas enfrentados pelas mulheres, ligados às questões de gênero na sociedade, em geral refletem no processo de migração e de suas dificuldades (ROSA *et al.*, 2019).

Em uma série de vídeos produzida pela Missão Paz, em parceria com o Feitos de Coragem – Produção 'Vozes e Olhares da Missão Paz' –, foram registrados a vida e as histórias de mulheres migrantes e refugiadas congoleesas, filipinas e venezuelanas que vieram em busca de uma vida melhor, no Brasil. A série retrata que as mulheres estão mais expostas a várias situações de violência baseada no gênero, como abuso sexual, abuso psíquico, violência física, esterilização forçada e uso de contraceptivos, xenofobia, racismo, deportação, exploração e tráfico humano; nem sempre, o deslocamento delas para outro país garante proteção estatal, porque há possibilidade de políticas do país de acolhimento seguirem uma lógica patriarcal e militarista (MISSÃO PAZ, 2021).

Na realidade, muitos governos e cidadãos não toleram a entrada de migrantes em seus territórios, e manifestam um discurso rígido e políticas contrárias à entrada e à permanência dessas pessoas. Esses fatores contribuem para que trágicos acontecimentos sejam enfrentados por migrantes em seus percursos e trajetos árduos, na tentativa de sair de seus países de origem.

Soares e Soares (2020) destacam que a maioria dos deslocamentos apresenta grandes situações de estresse, pela falta de descanso, má alimentação, incertezas, falta de qualidade do sono, insegurança e lembranças das situações vividas no país de origem; todos esses fatores podem afetar a saúde física, social e psicológica de migrantes e de refugiados, acrescidos de situações de medo constante, ameaças, situações de violência entre outros riscos sociais aos quais as mulheres estão mais expostas, conforme reafirmado aqui.

Essa vulnerabilidade característica das mulheres migrantes e refugiadas se estende à família, tendo em vista que, muitas vezes, elas não se preocupam apenas consigo, mas também com filhos, sobrinhos e outras crianças e adolescentes pelas quais são responsáveis.

Em estudo feito por Fontoura (2018), ainda que a autora não relate especificamente as mulheres, ela pontua que as migrações e as condições em que essas se processam podem aumentar exponencialmente a vulnerabilidade dos migrantes às doenças físicas e psicológicas, correlacionado ao contexto local e global, de cunho histórico, social, político e econômico. Tal posicionamento da autora permite inferir que, se o próprio processo migratório interfere no processo saúde/doença, para as mulheres, ele se torna ainda mais acentuado, devido a todos os condicionantes elencados.

Mediante a pesquisa de campo realizada por meio das visitas institucional e as rodas de conversa no Centro de Apoio aos Migrantes (CEDAMI) em Campo Grande/MS, verificamos o quanto as trajetórias dessas mulheres estão marcadas por essas vulnerabilidades. Foram realizadas duas rodas de conversas, sendo uma no mês de maio e a outra no mês de junho do ano de 2023. Tratou-se de uma metodologia de viés qualitativo, em que as mulheres migrantes e refugiadas foram convidadas a participar voluntariamente, com a mediação de uma profissional de referência da Instituição, com a condução de discentes da Graduação e da Pós-Graduação Stricto Senso de Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

Segundo Afonso e Abade (2008), as rodas de conversa são utilizadas nas metodologias participativas, cuja constituição possibilita aos participantes a reflexão, a comunicação e a interação em um dado contexto social. Assim, foi pontuado pelas mulheres migrantes e refugiadas suas experiências e vivências.

No âmbito das vulnerabilidades, mencionaram as dificuldades relacionadas ao processo de iniciar uma nova vida em um país desconhecido, pelo fato de terem que deixar seu “lar”, família e

amigos, dificuldades referentes ao processo do deslocamento em si; testemunharam sobre situações de risco enfrentadas, como o trajeto e os meios pelos quais chegaram no país.

Também foram pontuadas as fragilidades em relação ao conhecimento de seus direitos e as dificuldades enfrentadas para garantia destes. Houve relatos de problemas referentes à comunicação e linguagem; uma das mulheres descreveu que, por ter que estar sempre cuidando de netos, e sempre em casa, não consegue ter contato com outras pessoas e aprender a língua local, mesmo morando há quase dois anos no Brasil, demonstrando, assim, os obstáculos relacionados a responsabilidades das mulheres de cuidado à família em tempo integral.

Emoções foram expressadas a partir das materialidades vivenciadas durante o trajeto, como também as dificuldades para dar início à nova vida no país de destino, no caso o Brasil, mais especificamente o estado de Mato Grosso do Sul. As mulheres participantes da pesquisa mencionaram sentimentos como sofrimento, tristeza, traumas, depressão, choro, emoções, perdas, além de expressarem vivências de xenofobia, dificuldades econômicas e de adaptação, idioma, necessidades materiais, negligência estatal, violações e violências; destacaram e demonstraram aspectos objetivos e subjetivos que estão imbricados e expressos nas vulnerabilidades dos fluxos migratórios femininos, e implicam na saúde delas.

Do ponto de vista objetivo e material, notamos que esses aspectos estão relacionados ao contexto de vidas dessas mulheres na sociedade capitalista que produz e reproduz desigualdades, violências e violações, na medida que interfere nas subjetividades e saúde dessas mulheres. Ainda assim, concebendo a realidade como histórica e social, construída e resultante da ação do ser social, encontramos outros aspectos nos fluxos migratórios de mulheres migrantes e refugiadas, que não apenas as vulnerabilidades.

3. POTENCIALIDADES DE MULHERES MIGRANTES E REFUGIADAS PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE

A pesquisa bibliográfica e de campo também evidenciou outros aspectos envolvidos no contexto de vida de mulheres migrantes e refugiadas, tidos como fundamentais para promoção de saúde das mesmas, uma vez que indicam bem-estar físico, mental e social.

Na série mencionada “Série mulheres migrantes, mulheres refugiadas: a desafiadora realidade para a mulher que migra”, embora seja evidenciado que as mulheres migrantes e refugiadas estão em maiores condições de vulnerabilidades no seu país de origem, no país de trânsito ou de destino, e que muitas ainda continuam silenciadas, desprotegidas e impossibilitadas de lutar e exigir seus direitos, revela, por outro lado, que quando se deslocam, decididas a buscar novos contextos de vida para si e para seus familiares, essa ação caracteriza um potencial de mudança para a sociedade. O fato de estarem encorajadas e decidirem migrar demonstra uma das potencialidades femininas, o que contribui para a quebra de estereótipos e suposições sobre o gênero feminino (MISSÃO PAZ, 2021).

Em um minidocumentário da Organização das Nações Unidas Mulheres (ONU Mulheres, 2020), observamos como muitas mulheres venezuelanas em situação de migração, solicitação de asilo e de refúgio, que se deslocaram para o Brasil, tiveram apoio com a “operação acolhida” realizada no município de Pacaraima, estado de Roraima, fronteira com a Venezuela. Por meio desse programa, aquelas mulheres foram capazes de iniciar a reconstrução de suas vidas, com apoio psicológico, auxílio monetário, realização de cursos de qualificação para geração de emprego e renda, além de ser um ambiente que proporciona a formação de uma rede de apoio, e que, por conseguinte, contribuíram para melhorar suas condições

de alimentação, moradia, trabalho e outros, ou seja, sua qualidade de vida e saúde e de seus familiares.

Embora a literatura científica ainda não esteja tão amparada por referências que destaquem as potencialidades das mulheres migrantes e refugiadas em contraposição às vulnerabilidades e violações, elas também precisam ser destacadas, conforme evidenciamos na pesquisa de campo.

No decorrer das visitas à instituição e das rodas de conversa realizadas, observamos que a força dessas mulheres anda ao lado de suas dificuldades e vulnerabilidades; paralelamente a falas que carregam muita dor, podemos ouvir depoimentos reveladores de superação das mais diversas dificuldades enfrentadas. Essas mulheres destacam a importância da oferta de oportunidades para garantia da construção de melhores condições de vida, como oportunidades de estudo, trabalho, conhecimento de seus direitos e ambientes de apoio.

Nesses períodos de interação nas rodas de conversa, constatamos, também, a importância desses momentos para o apoio mútuo que ocorre entre essas mulheres durante o compartilhamento de experiências que, diversas vezes, se assemelham em alguns aspectos e as fortalecem.

Nesse aspecto, damos ênfase a algumas palavras que resumem e demonstram os mecanismos de motivação e de potencialidades, quais sejam: superação, força, referência nos filhos, netos e maternagem, maternidade, família, lutas, oportunidades, vida melhor, casa de acolhimento, união e direitos. Elas também configuram aspectos subjetivos que, embora singulares, são extensivos ao coletivo, como objetivos, oportunidades e casa de passagem, que podem denotar a presença de parceria com a sociedade civil ou organizações governamentais e - sendo otimista - do Estado, e a efetivação de direitos, promovendo, por conseguinte, melhores condições de vida e saúde para mulheres migrantes e refugiadas.

Desse modo, essas mulheres buscam estratégias que ensejam promoção de saúde, ou seja, que minimizam os riscos de adoecimento, que atuam sobre seus problemas e suas necessidades de vida e saúde, que as fortaleçam enquanto sujeitos e coletividades, nos territórios onde vivem e trabalham.

Retomando as discussões de Cisne (2018) sobre as mulheres e o materialismo histórico crítico e dialético, ressaltamos que, nessa seara, o materialismo, além de permitir essa leitura da realidade social face à promoção da saúde, leva-nos a acreditar nas potencialidades de mulheres migrantes e refugiadas, em um projeto societário de emancipação e de transformação social.

[...] Nesse sentido, entendemos que a relação entre feminismo e marxismo é fundamental para o enfrentamento das desigualdades sociais, ao apontar para a construção de um sistema no qual a exploração e todos os tipos de opressão sejam marcas que nos sirvam apenas de referências para não reproduzirmos qualquer relação que nos remeta ao sistema patriarcal-racista-capitalista (CISNE, 2018, p. 228).

As potencialidades dessas mulheres, portanto, precisam ser enaltecidas para a efetivação de direitos de vida e saúde, contribuindo para um novo projeto societal que venha representar, de fato, a emancipação e a transformação na realidade dessas mulheres, possível no movimento da história e da sociabilidade do ser social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória da pesquisa, observamos que os fluxos migratórios femininos demonstram a ambiguidade do fenômeno: vulnerabilidades e potencialidades. A própria literatura da área, sobretudo da psicologia, tem destacado as vulnerabilidades femininas nos

processos migratórios, embora ainda careça de referenciais que destaquem suas potencialidades. Essa contradição também esteve expressa durante o trabalho de campo, mediante as visitas institucional e as rodas de conversa com mulheres migrantes e refugiadas.

Os resultados produzidos até agora demonstraram a existência de vulnerabilidades importantes que necessitam de publicização no meio acadêmico e de vozes que subsidiem para a produção de políticas públicas capazes de responder a tantas questões e demandas que as mulheres migrantes e refugiadas têm enfrentado, que são questões societárias, acentuadas pelo Estado do capital que contextualiza os processos migratórios. São questões que afetam diretamente a saúde dessas mulheres, de maneira subjetiva e objetiva.

Por outro lado, observamos iniciativas e potencialidades da própria condição feminina, capazes de fortalecer a luta por equidade de gênero, o combate às desigualdades e à violência, além da afirmação de direitos a todos os seres humanos, em especial às mulheres migrantes e refugiadas, capazes de produzir saúde e qualidade de vida, emancipação e transformação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de migração.

BRASIL. **Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.** Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Dados sobre refúgio.** ACNUR, 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>. Acesso em: 02 fev. 2023.

AFONSO, Maria Lúcia; ABADE, Flávia Lemos. L. **Para reinventar as rodas**: rodas de conversa em direitos humanos. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça.; FURTADO, Oair. (Orgs). **Psicologia Sócio-Histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para la psicologia atual. **Psicologia para América Latina**, México, n. 1, fev. 2004.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago, 2018.

FONTOURA, Flaviany Aparecida Piccoli. **Migrações internacionais e o acesso às políticas públicas de saúde no Brasil**: o olhar das Ongs. 2018. Tese (doutorado em Psicologia). Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, Campo Grande-MS, 2018.

MISSÃO PAZ. **Série mulheres migrantes, mulheres refugiadas: a desafiadora realidade para a mulher que migra**. 2021. Disponível em: <https://missaospaz.org/vozes-e-olhares/serie-mulheres-migrantes-mulheres-refugiadas-a-desafiadora-realidade-para-a-mulher-que-migra/>. Acesso em: 08 mar. 2023

MARINUCCI, Roberto. Feminização das migrações. **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XV, n. 29, p. 5-22, 2007.

OBMIGRA. OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **Relatório anual 2020**. OBMigra, 2020. Disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/Resumo%20Executivo%20_Relat%C3%B3rio%20Anual.pdf. Acesso em: 11 nov. 2022.

OIM. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Términos fundamentales sobre migración**, 2019. Disponível em: <https://www.iom.int/es/terminos-fundamentales-sobre-migracion>. Acesso em: 9 dez. 2022.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 6 jan. 2023.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório mundial sobre migração**. 2022. Disponível em <https://news.un.org/pt/tags/relatorio-mundial-sobre-migracao-2022>. Acesso em: 15 dez. 2022.

ONU MULHERES. **Minidocumentário ONU Mulheres**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YtnWUsPjwmQ>. Acesso em: 27 mar. 2023.

ROSA, Rita de Cássia Quadros da; HILLESHEIM, Bettina; WEBER, Douglas Luís; HOLDERBAUN, Letícia Silva. Gênero, migração e vulnerabilidade: corpos de mulheres em deslocamento. **Revista Eletrônica Científica da UERGS** (2019) v. 5, n. especial, p. 138-146.

SOARES, Karen Giulliano; SOARES, Karine Giulliano. Direitos humanos e o refúgio: direito fundamental à saúde sob à ótica do sistema único de saúde do Brasil. **TraHs Números especiais** n. 6, 2020. Disponível em <https://www.unilim.fr/trahs/2253&file=1>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS



Ádani Lopes Brito

Mestre em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Graduada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa, pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Participou do Grupo de Estudos em Teoria Sócio Histórica, Migração e Políticas Sociais (GPEMPS) e do Laboratório de Estudos Psicossociais em Saúde Frente a Contextos da Desigualdade Social (LEPDS), ambos vinculados ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) sob a coordenação da Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida. Foi aluna do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/UCDB/CNPq, onde desenvolveu o plano de trabalho: "Fluxos migratórios contemporâneos: O português como língua de acolhimento para imigrantes no Mato Grosso do Sul", sob a orientação da Profa. Ângela Cristina Dias do Rego Catonio no ciclo de 2019 - 2020. Tem atuado com interesse em pesquisa em Sociolinguística nos seguintes temas: Migrações Contemporâneas, Políticas Públicas, Ensino-Aprendizagem, Português como Língua de Acolhimento (PLAc).

E-mail: adanibrito2013@gmail.com



Aldenor Batista da Silva Junior

Doutor em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Realizou Estágio Científico Avançado de Doutorado em Políticas Públicas Educacionais no Programa Perspectivas Histórica, Comparada y política de la Educación da Faculdade de Educação (Doutorado Sanduíche - Universidade de Salamanca/ Salamanca, ES). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) - (bolsista Capes). Graduado em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) com formação complementada pelo programa de bolsas iberoamericanas do Santander em 2015 na Pontifícia Universidad Católica de Chile, Santiago - Chile, desenvolvendo trabalhos em saúde intercultural. Graduado em Pedagogia. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais e do Laboratório de Estudos Psicossociais em saúde frente a contextos de desigualdade social.

E-mail: aldenorbsjpsi@gmail.com



Ângela Cristina Dias do Rego Catônio

Graduada em Letras - Português/Inglês pela Universidade Católica Dom Bosco (1996), mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (2000). Doutora em Letras, área de Literatura e Vida Social pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (2018). Atualmente é professora titular da Universidade Católica Dom Bosco. Tem experiência nas áreas das Literaturas, Educação e Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, literatura, literatura em português, escrita e leitura. É professora pesquisadora do Grupo de Estudos em Teoria Sócio Histórica, Migração e Políticas Sociais (GPEMPS) da UCDB.

E-mail: angelacatonio@uol.com.br



Camilla Ortega Flores Gomes

Graduanda do 8º semestre de Letras – Português e Inglês na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), pós-graduanda Lato Sensu em Metodologias Ativas e Bilinguismo (Língua Inglesa) pela faculdade de ensino superior Referencial (FAREFF). Envolvida desde o início da graduação com atividades extracurriculares na universidade, participou do Projeto Labinter (Laboratório Interdisciplinar das Licenciaturas), participante de três ciclos de Iniciação Científica (PIBIC) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-histórica, Migrações e Políticas Sociais (GPEMPS).

E-mail: camilla_ortega@hotmail.com



Clara de Oliveira Cunha

Mestranda em planejamento e análise de políticas públicas na Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca). É pós-graduanda em metodologia de pesquisa pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). É bacharela e licenciada em História pela Universidade de Brasília (UnB) e licenciada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Atuou como Pesquisadora no Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília (ProIC/UnB/CNPq), do grupo de pesquisa Cortes Constitucionais e Democracia do UniCeub e como pesquisadora e extensionista do projeto de extensão Promotoras Legais Populares do Distrito Federal e Entorno vinculado ao Direito Achado na Rua da Faculdade de Direito da UnB. Atua nas áreas de política públicas, direitos humanos, igualdade de gênero e raça, proteção social na área de migração e refúgio e educação popular.

E-mail: clara.cunha@unesp.br



Elis Moura Marques

Psicóloga graduada pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Especialista em Saúde Mental pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Gestalt-terapeuta pelo Instituto de Gestalt-Terapia de Roraima (IGTRR) e especialista em Neurociência Clínica. Já atuou como coordenadora nacional de projeto social de resposta a migração venezuelana para o Brasil (2021-2022), como assistente de proteção desenvolvendo atividades de campo com a comunidade venezuelana em Boa Vista (2020-2021), como docente em instituição pública de ensino superior (2018-2020), e como pesquisadora no contexto de resposta humanitária em Roraima (2018).

E-mail: elismarquespsicologa@gmail.com



Eridiana Pauli

Advogada. Mestra em psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco. Graduada em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco de Campo Grande - Mato Grosso do Sul. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Gênero do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco sob a coordenação da Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida. Aluna PIBIC - UCDB, voluntária no ciclo 2015-2016, bolsista de iniciação científica CNPq no ciclo 2016-2017, 2018-2019. Tem atuado com interesse em pesquisa nos seguintes temas: Direitos Humanos, Migrações Contemporâneas e Políticas Públicas.

Email: eridiana_pauli@hotmail.com



Fabricia Santina de Oliveira Carissimi

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Católica Dom Bosco (2006), graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2010), especialização em Políticas Sociais com Ênfase no Território e na Família pela Universidade Católica Dom Bosco (2008), mestrado pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (2014) e é doutoranda pelo Programa em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (em andamento). Atua como Assistente Social no Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Humap-UFMS/Ebserh). É participante do Laboratório de Estudos Psicossociais em saúde frente à contextos da desigualdade social - LEPDS e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais - GEPEMPS, cadastrados no CNPq.

E-mail: fabricisoc@yahoo.com.br



Fátima Taha Sihame

Mestre em Psicologia com área de concentração em Psicologia da Saúde pela Universidade Católica Dom Bosco. Graduada em Psicologia pela Universidade Anhanguera Uniderp, Graduanda em Terapia Cognitivo Comportamental, Especialista em Avaliação Psicológica, Pós-Graduada em Docência Em Ciências Da Saúde, especialização em Psicologia Do Trânsito, Pós-Graduada em Psicopedagogia Institucional, Clínica E Hospitalar e Pós-Graduada em Psicologia Da Saúde. Participa do Grupo de Pesquisa em Teoria Sócio Histórica, Migrações e Políticas Sociais: GEPEMPS e do Laboratório de Estudos Psicossociais em Saúde frente à contextos de desigualdade social - LEPDS do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da UCDB, cadastrado pelo CNPq, sob a coordenação da Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida e atuei como coordenadora de PIBIC Junior.

E-mail: fa_taha17@hotmail.com



Francisco José Rebordinos Hernando

Licenciado en Pedagogía (2005), Diploma de Estudios Avanzados (DEA) en el Programa de Doctorado "Perspectivas Históricas, Comparada y Política de la Educación" (2009) y Doctor en Ciencias de la Educación (2015) por la Universidad de Salamanca. Contrato de formación de personal investigador en concurrencia competitiva y financiado por la Junta de Castilla y León y el Fondo Social Europeo adscrito al Departamento de Teoría e Historia de la Educación de la Facultad de Educación de la Universidad de Salamanca (2007-2011), Profesor Asociado adscrito al Departamento de Pedagogía de la Facultad de Educación y Trabajo Social de la Universidad de Valladolid (2020/2021). Desde el curso académico 2021/2022 está vinculado a la Universidad de Salamanca como Profesor Ayudante Doctor en el Departamento de Teoría e Historia de la Educación de la Facultad de Educación. Es miembro del grupo de investigación Helmantica Paideia. Ha participado en varios proyectos de investigación de concurrencia competitiva, tanto nacionales como internacionales, así como diferentes proyectos de innovación docente. Sus principales líneas de investigación se centran en las temáticas relacionadas con la Historia de la Educación y, más concretamente, con la Historia de la Escuela, Prensa pedagógica, modelos educativos en España en la Edad Moderna, Historia de la Educación Infantil e Historia de la Educación Social. En relación a la producción científica cuenta con varios artículos en revistas especializadas, libros, capítulos de libros y colaboraciones en diferentes obras colectivas.

E-mail: frh@usal.es



Luara Ferreira de Souza Quadros

Tem graduação em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco – UCDB (2023) e Turismo pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS (2014) é atualmente Mestranda em Psicologia da Saúde pela Universidade Católica Dom Bosco (2023). Foi aluna voluntária do Programa de Iniciação Científica da Universidade Católica Dom Bosco nos ciclos 2017, 2018, 2019 e 2020. Participa do Grupo de Pesquisa em Teoria Sócio Histórica, Migrações e Políticas Sociais - GEPEMPS e do Laboratório de Estudos Psicossociais em Saúde frente à contextos de desigualdade social - LEPDS do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da UCDB. Tem interesse pelas temáticas que envolvem a área da Psicologia Social, com ênfase nas discussões a partir dos afetos na vertente espinosana e ainda nas discussões sobre a mulher migrante na atualidade.

E-mail: luaraferreira.s@gmail.com



Luciane Pinho de Almeida

Graduada em Serviço Social (1989), Pedagogia (1996), Filosofia (2021), Mestrado (2000) e Doutorado (2004) em Serviço Social pela Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – SP) e Pós-Doutorado em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca/Espanha. Docente da Universidade Católica Dom Bosco desde 1990. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais (GEPEMPS) e do Laboratório de Estudos Psicossociais em saúde frente à contextos de desigualdade social (LEPDS), cadastrados no CNPq. É membro dos seguintes grupos de pesquisa nacional: GT ANPEPP – A Psicologia Sócio-Histórica e o Contexto Brasileiro de Desigualdade Social, Red ALEC – Reséau Internacional América Latina, Europa e Caraíbes - Territórios, Populações Vulneráveis, Políticas Públicas, com sede em Limoges/França. Membro da Rede de Acolhimento ao Migrante e Refugiado de Campo Grande/MS.

E-mail: lpinhoa@hotmail.com



Maria Madalena Gracioli

Graduada em Geografia e Pedagogia, mestra em Ciências e Práticas Educativas, doutora em Sociologia pela UNESP/Araraquara. Realizou pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais – CES, da Universidade de Coimbra, onde desenvolveu o projeto: (Re)inventando o futuro: o processo de integração de jovens brasileiros em Portugal e a reconstrução da identidade juvenil em contexto migratório, sob a orientação da Dra. Elsa Lechner. Docente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas – UNESP/Franca; docente e coordenadora do curso de Pedagogia – EAD da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ituverava – FFCL/Ituverava. Desenvolve pesquisas e orientações com abordagem interdisciplinar nos campos da Educação e da Sociologia, com destaque para ensino médio, formação de professores e estudos de juventude.

E-mail: madalena.gracioli@unesp.br



Oduvaldo Cavaleiro Faro Júnior

Bacharel em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Especialista na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde pela UFMS e Hospital São Julião. Especialista em Neuropsicologia pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Experiência profissional nos setores públicos de Saúde e de Assistência Social. Atualmente, psicólogo estatutário da Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS, atuando na área das políticas de assistência social e, também, doutorando em Psicologia pela UCDB - bolsista CNPq. Participa do Laboratório de Estudos Psicossociais em Saúde Frente à Contextos de Desigualdade Social e, de igual modo, é membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais, ambos da UCDB. A sua área de pesquisa centra-se na Psicologia Social e Comunitária e na Psicologia Sócio-Histórica.

E-mail: oduvaldofaro@gmail.com



Rafaela França da Silva Della Santa

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2014), mestrado em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (2017). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), pesquisando especialmente políticas públicas, psicologia sócio-histórica, desenvolvimento humano e direitos infantojuvenis. É psicóloga há 06 anos na Assistência Social de Campo Grande, sendo cedida por dois anos para o Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes da Defensoria Pública de MS. Atualmente é psicóloga assessora técnica na Gerência de Proteção Social de Média Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Grande.

E-mail: rafadellasanta@gmail.com



Renata Bellenzani

Doutora em Saúde Coletiva (USP-2014). Mestre em Psicologia Social e do Trabalho (USP-2008), Graduação em Psicologia (UFSCar-2002). Docente do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Paraná (Medicina e Pós-Graduação em Saúde Coletiva). Colaboradora do Mestrado em Psicologia (PPGPSICO/UFMS) e em Gestão da Clínica (PPGGC/UFSCar) (2018-2022). Foi professora da UFMS/CPAR (2009-2021), Curso de Psicologia. É pesquisadora do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC/UFPR/CNPQ). Áreas de pesquisa: determinação social do processo saúde-doença mental, RAPS, atenção primária à saúde, vulnerabilidades em saúde sexual e direitos humanos, viver com HIV, fundamentos do materialismo histórico-dialético, psicologia histórico-cultural e psicologia social para a Saúde Coletiva.

E-mail: bellenzanirenata@gmail.com



Roseli Fernandes Lins Caldas

Graduada em Psicologia, especialista em Psicologia Escolar, Mestre em Educação, Arte e História da Cultura, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Doutora em Psicologia Escolar pelo Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano da Universidade de São Paulo. Docente do curso de Psicologia da UPM e coordenadora do Programa de Atenção e Orientação ao aluno – PROATO, vinculado à Pró-reitoria de Extensão da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Presidente anterior da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE – gestão 2021 – 2023 Experiência voltada para as áreas de Psicologia Escolar, Educação e Formação de Professores. Pertence a grupos de pesquisa vinculados ao CNPq, desenvolvendo estudos e pesquisas nas seguintes áreas: processos de escolarização, medicalização da educação, inclusão de imigrantes e refugiados na educação, políticas públicas em educação, formação de professores e atuação do psicólogo na educação.

E-mail: rcaldas2014@gmail.com



Tatiana Machiavelli Carmo Souza

Professora no curso de Psicologia da Universidade Federal Catalão (UFCAT) e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Pós-doutora (2022) pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (UFG). Doutora (2012) e Mestra (2009) em Serviço Social pela Unesp/Franca. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (2003). Líder do Grupo de Pesquisas "Teoria histórico-cultural e processos psicossociais" e membro do Grupo de Pesquisas "Dialogos - Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho", ambos da UFCAT (Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Lattes-CNPq). Membro do GT "A Psicologia sócio-histórica e o contexto brasileiro de desigualdade social" (Anpepp). Mãe de dois filhos, esteve em licença maternidade em 2011 e 2019.

E-mail: tatimachiavelli@yahoo.com.br



Tayla Queiroz Bernardes Correa Ferreira

Discente de psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais - GEPEMPS, cadastrado no CNPq do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da UCDB, no qual atua com pesquisa sobre migrações e refúgio. Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da UCDB. Fez parte do Projeto de Extensão LABINTER e Projeto de Extensão Criança Ativa pela UCDB no ano de 2021.

E-mail: taylaq1@gmail.com



Victoria Hikari Honma

Graduada em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Formação em andamento em Acompanhante Terapêutica pelo ATTENDA. Atualmente, atua como AT e com atendimentos online.

E-mail: vhonma@hotmail.com



Zuleika da Silva Gonçalves

Graduada em Serviço Social (2008), possui Especialização em Educação Social (2011), Especialização em Educação em Direitos Humanos (2016), Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdades (2017), Mestrado em Psicologia (2018). Participou do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais (GEPEMPS) e do Laboratório de Estudos Psicossociais em saúde frente à contextos de desigualdade social (LEPDS), cadastrados no CNPq. Atualmente é Secretária Executiva do Conselho Estadual de Assistência Social de Mato Grosso do Sul na Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos-SEAD.

E-mail: zuleikagoncalves@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

acesso à educação 58, 60, 119, 137, 139, 143, 144
acidentes de trabalho 216, 227
acolhimento 17, 47, 68, 84, 85, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122,
123, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 138, 149, 157,
165, 174, 179, 196, 197, 199, 200, 225, 226, 233, 236,
239, 247, 248, 257, 258, 266, 308, 309, 310, 311,
318, 324, 328, 333
afetividade 126, 133, 174
Al-Amira 280
alimentação 58, 83, 131, 148, 211, 256, 303, 305, 306, 307,
324, 328
alumnado extranjero 91, 109, 110, 111
aluno migrante 168, 172, 173, 174, 175
América Latina 13, 85, 193, 194, 251, 259, 273, 298, 331, 337
Apátridas 12, 83, 193
aprendizagem 116, 120, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 149,
151, 153, 154, 162, 163, 166, 168, 172, 173, 174, 176,
178, 179
Arábia Saudita 279, 280
assistência social 10, 16, 36, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 54, 56, 60,
63, 65, 74, 75, 76, 77, 84, 87, 252, 257, 300, 338
autoestima 92, 157
autonomia 79, 81, 82, 84, 125, 127, 131, 138, 148, 156, 157, 236,
242, 263, 266, 291

B

barreiras linguísticas 168, 199, 306, 308
becas 93, 101
Boa Vista 45, 46, 50, 52, 53, 54, 62, 64, 239, 255, 265, 269, 335
bolivianos 161, 165, 174, 178, 179, 181, 189
Bolsa Família 54, 60, 61, 63, 65

branqueamento 188

burca 279, 280

C

Cadastro Único 50, 51, 56, 60, 61, 62, 63, 64
Campo Grande 12, 78, 83, 84, 85, 88, 122, 127, 137, 139, 141, 150,
151, 153, 158, 197, 228, 230, 231, 234, 243, 247, 249,
274, 293, 314, 318, 325, 331, 335, 337, 338, 339
capitalismo 28, 29, 30, 34, 35, 40, 77, 86, 209, 210, 216, 222
Caribe 13, 194, 251, 259, 273, 299
chador 279, 280
classes sociais 27, 28, 71
classe trabalhadora 31, 32, 36, 39, 71, 72, 86, 210, 222, 223
competição 33, 199
comunidade educativa 108
Comunidades Autônomas 95, 104
condicionalidades 50, 51, 56, 63, 65, 309
condições de trabalho 17, 29, 37, 116, 204, 205, 208, 213, 214,
218, 223, 224, 226
condições de vida 72, 73, 146, 155, 156, 198, 199, 205, 210, 225,
256, 261, 263, 302, 322, 328
contexto educacional 17, 160, 161, 164, 176
contradições 12, 71, 72, 74, 76, 77, 86, 284, 287, 289, 310, 318
Covid-19 67, 298
crise política 198, 251
crises migratórias 16, 26, 28, 40

D

Declaração Universal dos Direitos Humanos 182, 202, 299, 301,
315, 331
democracia 33, 34, 42, 99
democratização 137, 143, 145, 262

derecho a la educación 92, 93, 94, 99, 103
 derechos humanos 92, 93
 desenvolvimento econômico 142, 143, 193, 199, 202, 211
 desenvolvimento humano 162, 339
 desigualdade 11, 40, 76, 86, 143, 177, 186, 193, 209, 226, 228,
 253, 254, 263, 276, 309, 314, 333, 335, 336, 337,
 340, 341
 deslocamentos 40, 41, 149, 207, 238, 252, 274, 297, 298, 306,
 317, 318, 319, 324
 direito à educação 57, 157
 direitos das mulheres 262, 321
 direitos humanos 11, 13, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 79, 87, 161, 183, 187,
 198, 216, 224, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 301,
 302, 308, 309, 310, 312, 317, 321, 331, 334, 339
 diversidad 90, 102, 103, 104, 108, 109, 113
 diversidade 78, 81, 146, 165, 170, 176, 179, 187, 188, 189, 199, 245,
 258, 275, 310
 diversidade cultural 78, 199, 310
 documentação 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 183, 208,
 215, 232, 233, 234, 239, 259, 307, 308

E

economia 30, 42, 76, 184, 186, 193, 198, 199, 228, 233, 242
 educação popular 120, 334
 Educación Primaria 91, 95, 98, 101
 educación secundaria obligatoria 91
 emancipação humana 78, 323
 emigração 189, 190
 Empoderamento 292
 empregabilidade 242
 emprego 30, 31, 37, 72, 85, 183, 195, 225, 226, 233, 235, 236,
 239, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 327
 ensino-aprendizagem 120, 128, 166, 168, 172, 173, 178
 ensino superior 137, 141, 144, 156, 157, 159, 334, 335
 entrevistas 45, 54, 57, 138, 141, 147, 149, 156, 230, 239, 242, 258,
 274, 293

escolarização 142, 159, 168, 173, 175, 178, 179, 224, 340
 escolarización 95, 96, 98, 100, 101, 104, 110, 112
 España 17, 90, 91, 95, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 112, 113,
 114, 336
 Estado de austeridade 36
 Estado mínimo 31, 32, 41
 Estatuto do Estrangeiro 78, 88, 264, 300
 estudantes 14, 124, 125, 128, 129, 131, 137, 138, 141, 143, 144, 145,
 147, 148, 150, 151, 155, 158, 159, 165, 170, 174, 178
 exército de reserva 71, 73, 85, 210, 218, 224
 exploração 17, 32, 33, 38, 39, 70, 80, 140, 166, 183, 204, 205,
 206, 208, 222, 223, 224, 225, 228, 255, 258, 322,
 324, 329
 exploração sexual 80, 183, 255, 258

F

feminicídio 254, 268
 fenômeno migratório 67, 69, 186, 252
 financeirização 28, 29, 34, 35, 36, 39, 42
 fiscalização 52, 215
 frigoríficos 17, 199, 204, 206, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219,
 223, 224, 226, 227, 228, 232, 240
 fronteiras 67, 80, 182, 185, 203, 252, 256, 295, 320

G

gênero 48, 123, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261,
 262, 263, 269, 270, 271, 276, 281, 283, 287, 288,
 290, 292, 322, 324, 327, 330, 334
 globalização 187, 189, 207, 210, 263

H

Haiti 67, 73, 188, 192, 194, 195, 197, 198
 haitianos 17, 161, 165, 178, 180, 181, 189, 192, 195, 196, 197, 198,
 199, 200, 201, 202, 203
 história 18, 27, 28, 31, 42, 69, 85, 120, 131, 139, 140, 142, 148, 157,
 163, 184, 186, 188, 189, 193, 194, 201, 230, 275, 276,
 306, 322, 329
 hiyab 277, 278, 279, 280, 281, 282, 286

- I**
- identidade 82, 121, 124, 129, 131, 135, 162, 166, 172, 188, 237, 269, 274, 275, 282, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 338
- imigração 67, 73, 88, 161, 175, 177, 181, 202, 231, 271, 314
- imigrantes 45, 46, 47, 49, 52, 53, 58, 65, 68, 73, 84, 85, 117, 118, 161, 164, 165, 174, 176, 178, 179, 190, 191, 192, 199, 218, 223, 271, 298, 310, 311, 319, 333, 340
- improvisação 168
- inclusão 50, 80, 119, 133, 164, 174, 198, 221, 222, 225, 226, 227, 230, 232, 235, 241, 248, 249, 291, 307, 340
- informalidade 196, 205
- iniquidades em saúde 303, 304, 313
- integração 47, 75, 118, 121, 123, 130, 131, 132, 134, 142, 148, 153, 156, 168, 176, 191, 199, 220, 232, 236, 241, 246, 265, 266, 310, 338
- integración 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 114
- interculturalidade 65, 125, 312
- interiorização 210, 241, 245, 246
- interseccionalidade 253
- Intersetorialidade 16, 44, 47, 49
- invisibilidade 219, 224, 310
- islamismo 273, 274, 277, 278, 279, 281, 283, 286
- L**
- legislação trabalhista 32, 79, 224
- Lei da Migração 79, 181
- liberdade 23, 28, 76, 120, 182, 288, 290, 299, 300
- Língua de Acolhimento 116, 117, 121, 122, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 333
- língua materna 128, 129, 167, 169, 172, 173, 176, 265
- língua portuguesa 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 133, 165, 168, 170, 173, 174, 176, 179
- M**
- marxismo 27, 318, 323, 329, 331
- materialismo histórico 10, 12, 88, 139, 205, 206, 222, 318, 323, 329, 339
- Mato Grosso do Sul 11, 12, 17, 25, 42, 78, 83, 88, 141, 158, 180, 197, 198, 199, 230, 231, 238, 249, 273, 326, 333, 335, 337, 338, 339, 341
- mercado de trabalho 58, 72, 75, 152, 156, 195, 223, 236, 260, 283, 298, 305, 307, 320
- migração 9, 11, 14, 16, 17, 27, 28, 41, 50, 68, 70, 73, 77, 87, 88, 116, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 149, 152, 154, 155, 156, 159, 163, 176, 181, 184, 185, 186, 188, 189, 191, 192, 194, 197, 198, 199, 200, 202, 208, 209, 210, 211, 225, 227, 230, 238, 241, 247, 248, 251, 252, 256, 258, 264, 268, 283, 295, 296, 297, 302, 306, 310, 312, 313, 314, 315, 317, 319, 320, 324, 327, 330, 331, 332, 334, 335
- migración 90, 91, 92, 106, 107, 108, 114, 315, 331
- migrantes 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 46, 47, 48, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 142, 147, 156, 159, 161, 163, 164, 166, 169, 170, 173, 176, 181, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 256, 259, 260, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 280, 283, 296, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331
- modos de vida 144, 273, 274, 286
- monolinguismo 169, 170, 176
- moradia 30, 36, 45, 46, 68, 78, 83, 131, 194, 195, 207, 233, 243, 260, 307, 328
- mulheres migrantes 17, 265, 266, 271, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331
- mulheres muçulmanas 274, 276, 277, 278, 280, 284, 286, 291, 292
- mulheres venezuelanas 45, 251, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 263, 265, 266, 267, 327

N

neoliberalismo 28, 29, 30, 33, 42, 76
niqab 279, 280

O

ONGs 232, 233, 239
operação acolhida 327

P

participação social 265, 267, 301, 302
patriarcado 254, 270
población extranjera 95, 96, 98
pobreza 50, 51, 63, 68, 74, 75, 91, 192, 193, 194, 198
Polícia Federal 52, 197, 298
política de assistência social 16, 49, 60, 76
política migratória 47, 310
política pública 48, 53, 74, 177, 193, 226, 264, 310
políticas linguísticas 17, 160, 161, 164, 166, 168, 169, 170, 176
políticas migratórias 47, 192, 198
políticas sociais 10, 11, 12, 14, 16, 26, 28, 31, 32, 40, 41, 46, 48, 87,
159, 302, 308, 310
população migrante 17, 79, 117, 188, 206, 230, 235, 236, 240,
299, 307, 309
português como língua de acolhimento 17, 115, 333
precariedade 13, 46, 55, 205, 255, 303
precarização 36, 39, 40, 208, 209, 210
preconceito 45, 188, 195, 240, 248, 277, 285, 288
proteção social 68, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 84, 256, 265, 267,
303, 334

R

raça 48, 183, 192, 209, 253, 269, 297, 298, 317, 323, 334
racismo 58, 60, 188, 265, 269, 324
reestruturação produtiva 28, 29, 37, 39, 42

refugiados 9, 10, 11, 12, 13, 17, 47, 48, 49, 65, 67, 79, 91, 92, 94, 116,
119, 122, 123, 127, 128, 129, 132, 133, 134, 161, 164,
205, 209, 217, 218, 220, 221, 223, 224, 227, 230,
233, 234, 235, 236, 239, 241, 246, 247, 249, 256,
268, 270, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 307, 308,
309, 312, 318, 324, 340

regularização migratória 48, 51, 52, 62, 191, 259, 264, 265
relações interpessoais 241, 242, 246
relações sociais 33, 140, 185, 253, 254, 262, 263, 273, 274, 288,
289, 323
religião 183, 209, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 282, 283,
286, 288, 289, 290, 291, 292, 297, 298, 317
renda 40, 50, 54, 76, 86, 184, 193, 195, 235, 303, 327
Roraima 45, 46, 52, 235, 239, 240, 254, 255, 256, 258, 259, 260,
263, 269, 270, 327, 335

S

saúde mental 148, 153, 156, 159, 218, 219, 257
segurança 32, 37, 79, 82, 86, 126, 127, 131, 133, 211, 228, 243,
264, 299, 300, 322
serviços públicos 36, 45, 51, 55, 57, 60, 78, 79, 83, 84, 265,
300, 306, 307
serviços socioassistenciais 77, 78, 79, 80, 82, 86
Sidrolândia 17, 199, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237,
238, 240, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249
silenciamento 167, 171, 172, 173, 175
sistema capitalista 40, 76, 208, 223
Sistema de Garantia de Direitos 84, 85
sistema educativo 95, 96, 97, 100, 103, 108, 110, 112, 113
Sistema Único de Assistência Social 75
Sistema Único de Saúde 46, 49, 264, 301, 313
situação de rua 16, 45, 46, 66, 68, 69, 72, 79, 80, 82, 83, 84, 86,
88, 255, 307
sobrevivência 70, 78, 80, 184, 185, 195, 200, 207, 208, 221, 225,
238, 247, 258, 271

sociedade contemporânea 14, 16, 26, 28, 274
sofrimento psíquico 17, 137, 138, 147, 149, 151, 153, 158
solidão 168
solidariedade 81, 233, 236
subalternidade 253, 262
subempregos 195, 205, 225, 240
subjetividade 70, 138, 139, 140, 141, 157, 158, 162, 172, 274,
323, 331
sujeitos de direitos 77, 78, 79, 81, 82
SUS 42, 46, 49, 50, 52, 54, 264, 301, 307, 308, 309, 313

T

trabalho migrante 188, 223, 225
tradição 41, 77, 86, 254, 293, 304
tráfico de pessoas 183, 188, 259, 264, 324
transversalização 47, 48

V

Venezuela 55, 67, 73, 83, 192, 221, 227, 233, 237, 239, 240, 243,
245, 247, 248, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 259,
270, 327
venezuelanos 62, 67, 134, 161, 189, 192, 230, 238, 241, 247, 249
véu 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 292
violência 132, 163, 198, 240, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258,
259, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 268, 269,
270, 271, 299, 307, 322, 324, 330
violência baseada em gênero 255, 259
vulnerabilidade 13, 50, 63, 72, 75, 77, 79, 83, 84, 86, 117, 118, 119,
127, 132, 162, 163, 194, 210, 212, 218, 220, 224, 255,
258, 303, 310, 323, 325, 332

X

xenofobia 45, 46, 58, 60, 62, 248, 264, 265, 307, 324, 326

www.pimentacultural.com

EXPRESSÕES ACADÊMICAS E DIÁLOGOS SOBRE MIGRAÇÃO, REFÚGIO E POLÍTICAS SOCIAIS

interloquções
em Direitos Humanos

VOLUME **3**


UCDB

 pimenta
cultural